



UFRRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR / INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares



Bruno de Oliveira Figueiredo

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Nova Iguaçu/RJ
Fevereiro de 2012

BRUNO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

**DIÁLOGO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE
TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA:
aspectos da nova institucionalidade da conformação das
classes subalternas.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestrado em Educação.

Linha de Pesquisa: Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais

**Orientador:
Prof. Dr. José dos Santos Souza**

Nova Iguaçu / RJ
Fevereiro de 2012

379

F475d

T

Figueiredo, Bruno de Oliveira, 1977-

Diálogo social e políticas públicas de trabalho, qualificação e geração de renda : aspectos da nova institucionalidade da confirmação das classes subalternas / Bruno de Oliveira Figueiredo. - 2012.

176 f. : il.

Orientador: José dos Santos Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Bibliografia: f. 167-176.

1. Educação e Estado - Teses. 2. Ensino profissional - Teses. 3. Renda - Redistribuição - Teses. 4. Política pública - Teses. 5. Classes sociais - Teses. I. Souza, José dos Santos, 1966-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. III. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PPGEduc - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E
DEMANDAS POPULARES

BRUNO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

**“Diálogo social e políticas públicas de trabalho, qualificação e geração de renda:
aspectos da nova institucionalidade da conformação das classes subalternas”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais

Dissertação aprovada em defesa pública em 28/02/2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José dos Santos Souza (orientador)
UFRRJ

Prof.ª Dr.ª Maria da Conceição Calmon Arruda
UFRRJ

Prof.ª Dr.ª Jussara Marques de Macedo
UFRJ

Prof. Dr. Henrique José Domiciano Amorim
UNIFESP

Nova Iguaçu - RJ
Fevereiro de 2012.

*Para Shirley, mulher admirável, meu
exemplo de vida e inspiração, a quem
devo o que sou e tudo que realizo.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Shirley de Oliveira Figueiredo, pelo carinho, dedicação, compreensão, paciência, todo apoio e incentivo que são essenciais para minha vida. Esse suporte foi essencial para a realização desse trabalho.

Ao Prof. José dos Santos Souza, pela amizade, companheirismo, incentivo, que foram essenciais à minha formação e à conclusão desse trabalho. Agradeço, também, pela dedicada orientação, por todo o suporte oferecido para a realização desse trabalho, além da autonomia intelectual proporcionada em todos os momentos.

À Jussara Marques de Macedo pelo incentivo, amizade dedicada e apoio constante.

Aos amigos Ricardo de Souza Ribeiro, Vivian Souza dos Santos, Dênis de Oliveira Pessoa, Fernanda Paixão de Souza Gouveia, Bruno Miranda Neves pelos momentos de descontração, pelo apoio e a forma coletiva de construção de conhecimento, sem a competição característica do meio acadêmico.

À Tânia Maria Almenara da Silva pelo companheirismo, amizade e constante interlocução.

A todos os membros do Grupo de Pesquisa sobre Trabalho, Política e Sociedade, pela dinâmica de estudos e reflexões, pelo ambiente de construção coletiva de conhecimento, que tem ampliado consideravelmente meu horizonte como pesquisador. Nesse sentido, agradeço, também, pelas amizades constituídas e pelos momentos de confraternização, que dão caráter único a esse Grupo.

Aos amigos Césio Sotero, Jairo Santos, Luciana Machado, Renata Cilento e Felipe Mendonça, que estão presentes em todos os momentos de minha vida.

Aos conselheiros e representantes do Poder Público Municipal, pela disponibilidade em conceder entrevistas e autorização das informações para a construção desse trabalho. Como agradecimento especial, destaco a disponibilidade e incentivo de Nair Rabelo Chagas à realização desse trabalho.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pelo apoio.

À CAPES, pelo apoio financeiro que, embora insuficiente, foi fundamental para a realização desse trabalho.

Por fim, agradeço ao povo brasileiro que, por meio de impostos, garantiram as condições para que este trabalho fosse concluído em uma instituição pública e gratuita, embora muitos deles tenham sido excluídos deste espaço.

É preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, a de uma maneira desagregada e ocasional, – isto é, “participar” de uma concepção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente –, ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?

[Antonio Gramsci]

RESUMO

FIGUEIREDO, Bruno de Oliveira. **Diálogo social e políticas públicas de trabalho, qualificação e geração de renda:** aspectos da nova institucionalidade da conformação das classes subalternas. Nova Iguaçu (RJ): 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Diante da crise estrutural do capital, desencadeia-se amplo processo de reestruturação produtiva e recomposição dos mecanismos de mediação do conflito de classe para garantir a retomada das bases de acumulação de capital. Este processo exige do Estado a renovação de sua pedagogia política para dar conta da manutenção do consenso em torno do modelo de desenvolvimento hegemônico. Para este fim, promove ampla reforma do sistema educacional a fim de adequá-lo às novas demandas do capital. Neste contexto, a partir do recrudescimento da Teoria do Capital Humano, expressa no conceito de empregabilidade, a educação básica e a educação profissional são acionadas como estratégia privilegiada de formação de trabalhadores de novo tipo. Assim, a formação/qualificação profissional passa a ser proclamada como fator de geração de emprego e renda, impondo novas bases para compreensão da relação entre trabalho e educação, conforme materializada no Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) e no Plano Nacional de Qualificação (PNQ). Diante desta problemática, elegemos como objeto de estudo a dinâmica da pedagogia política renovada do diálogo social estabelecido na gestão da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda. Para análise deste objeto de estudo, elegemos como referência empírica as ações e as formulações da Comissão Municipal de Emprego (CME) de Nova Iguaçu-RJ. Partimos da hipótese de que essa CME funciona como aparelho privado de hegemonia, com a função de educar o conjunto da sociedade para o consenso em torno do projeto de sociabilidade burguesa, promovendo a harmonização de interesses conflitantes por meio da mediação do conflito de classes, com vistas à conformação das classes subalternas à atual dinâmica de precariedade do trabalho. Nosso objetivo é explicar a dinâmica da pedagogia política contida nas ações e formulações da CME de Nova Iguaçu/RJ para o trabalho, a qualificação e a geração de renda a partir da vigência do PLANFOR e o PNQ. Trata-se de uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que para coleta de dados toma os seguintes instrumentos: a) revisão de literatura; b) levantamento e análise de fontes primárias (relatórios, atas, documentos oficiais, panfletos, cartilhas etc.); c) entrevistas; e d) observação das ações e formulações dos sujeitos envolvidos na dinâmica da CME. Verificamos certa inoperância da CME na articulação institucional para a criação de novos postos de trabalho, ausência de fiscalização e acompanhamento da aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), falta de legitimidade perante o Governo Municipal e Estadual. Além disso, verificamos que as ações da CME investigada são condicionadas pela engenharia institucional do PNQ, ao mesmo tempo em que sua dinâmica denuncia certa improdutividade da política de geração de emprego e renda do país e flagrante dificuldade de sua articulação com a política de formação/qualificação profissional. Tal improdutividade, por outro lado, implica a conformação do conjunto dos trabalhadores ao atual padrão de sociabilidade burguesa, expresso em uma “nova cultura cidadã”, fundamentada no individualismo como valor moral radical, no empreendedorismo, no protagonismo social e na competitividade, o que, contraditoriamente, constitui sua produtividade. Concluímos que o ideário da qualificação profissional como fator de geração de emprego e renda funciona como suporte político ideológico para a conformação à “nova cultura cidadã”, naturalizando a atual dinâmica excludente do mercado capitalista, caracterizada pelo desemprego estrutural, pela intensificação da precariedade do trabalho e pela flexibilização dos direitos trabalhistas. A CME, portanto, se constitui em um aparelho privado de hegemonia, na medida em que materializa a pedagogia política renovada do capital.

Palavras-Chave: Estado e Educação – Hegemonia – Políticas Públicas – Trabalho e Educação – Educação Profissional – Emprego e Renda.

ABSTRACT

FIGUEIREDO, Bruno de Oliveira. **Social dialogue and public policy of work, qualifications and income generation:** new institutional aspects of the conformation of the subaltern classes. Nova Iguaçu (RJ): 2012. 176 s. Dissertation (Master in Education). Pós-Graduate Program in Education, Contemporary Contexts and Popular Demand, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Face of capital's structural crisis, triggered an extensive process of productive restructuring and rebuilding of mediation of class conflict to ensure the resumption of the bases of capital accumulation. This process requires the state to renew its political pedagogy to account for the maintenance of consensus on the model of hegemonic development. To this end, promotes comprehensive reform of the educational system in order to tailor it to the new demands of capital. In this context, from the rise of human capital theory, expressed in the concept of employability, basic education and vocational education are triggered as a privileged strategy for training of workers from new type. That way, training/professional qualification shall be proclaimed as a factor in generating employment and income, imposing new basis for understanding the relationship between work and education, materialized in National plan of Professional Formation (PLANFOR) and National plan of Qualification (PNQ). Before this problem, we choose as the object of study the dynamics of political pedagogy renewed social dialogue established in the management of public policy work, qualifications and income generation. For analysis of this object of study, we chose as the empirical reference actions and formulations of the Municipal Employment (CME) from Nova Iguaçu, RJ. We start from the assumption that CME serves as a private apparatus of hegemony, with the task of educating the whole society to the consensus around the project of bourgeois sociability, promoting harmonization of conflicting interests through the mediation of class conflict, with view to forming the lower classes to the current dynamics of job insecurity. Our goal is to explain the dynamics of political pedagogy and actions contained in the formulations of CME Nova Iguaçu / RJ to work, qualifications and income generation from the validity of PLANFOR and PNQ. This is a basic research, qualitative analysis of an explanatory nature, which data collection takes the following instruments: a) literature review; b) survey and analysis of primary sources (reports, minutes, official documents, pamphlets, brochures, etc.); c) interviews, and d) observation of the actions and formulations of the subjects involved in the dynamics of the CME. We found some failings in institutional articulation of CME for the creation of new jobs, lack of supervision and monitoring the implementation of Fund of Support to the Worker (FAT), lack of legitimacy to the State and Municipal Government. Besides, we found that investigated the actions of the CME are conditioned by institutional engineering PNQ, while its dynamics reveals some unproductive policy of job creation and income of the country and the difficulty of striking its articulation with the training policy/professional qualification. This unproductive, on the other hand, implies the conformation of all the current workers to current standard of bourgeois sociability, expressed as a "new civic culture", based on radical individualism and moral value in entrepreneurship, social leadership and competitiveness, which, paradoxically, is its productivity. conclude that the ideal of professional qualification as a factor in generating employment and income to support political and ideological work to conform to the "new civic culture", naturalizing the current exclusionary dynamic of capitalism, characterized by structural unemployment, the intensification of job insecurity and the flexibility of labor rights. CME therefore constitutes a private apparatus of hegemony, as it materializes pedagogy renewed political capital.

Keywords: State and Education – Hegemony – Public Policy – Labor and Education – Professional Education – Employment and Income.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACINI	⇒ Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu
ALCA	⇒ Área de Livre Comércio das Américas
BNDES	⇒ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCM	⇒ Coordenadoria dos Conselhos Municipais
CCSCS	⇒ Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul
CDL-NI	⇒ Câmara dos Dirigentes Lojistas de Nova Iguaçu
CEE	⇒ Comissão Estadual de Emprego
CEE/RJ	⇒ Comissão Estadual de Emprego do Rio de Janeiro
CEEP	⇒ Confederação Europeia das Empresas Públicas
CEFET	⇒ Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFET/RJ	⇒ Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro
CEQ	⇒ Confederação Europeia de Quadros
CES	⇒ Confederação Europeia de Sindicatos
CESE	⇒ Comitê Econômico e Social Europeu
CET	⇒ Comissões/Conselhos Estaduais de Trabalho
CIMT	⇒ Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho

CMC	⇒ Conselho do Mercado Comum
CME	⇒ Comissão Municipal de Emprego
CMT	⇒ Comissões/Conselhos Municipais de Trabalho
CODEFAT	⇒ Conselho Deliberativo do FAT
CPU	⇒ Convênio Plurianual Único
CPUs	⇒ Convênios Plurianuais Únicos
CSM	⇒ Comissão Sociolaboral do MERCOSUL
CUT	⇒ Central Única dos Trabalhadores
DPC	⇒ Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha
FAT	⇒ Fundo de Amparo ao Trabalhador
FHC	⇒ Fernando Henrique Cardoso
FMI	⇒ Fundo Monetário Internacional
FUNDEB	⇒ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	⇒ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GMC	⇒ Grupo Mercado Comum
GTPS	⇒ Grupo sobre Trabalho, Política e Sociedade
IBGE	⇒ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IED	⇒ Investimentos Externos Diretos
INCRA	⇒ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	⇒ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MERCOSUL	⇒ Mercado Comum do Sul
MTE	⇒ Ministério do Trabalho e Emprego
NAFTA	⇒ <i>North American Free Trade Agreement</i>
OEA	⇒ Organização dos Estados Americanos
OIT	⇒ Organização Internacional do Trabalho
ONG	⇒ Organização não-governamental
PEA	⇒ População Economicamente Ativa
PIB	⇒ Produto Interno Bruto
PIT-CNT	⇒ Plenário Intersindical de Trabalhadores – Central Nacional de Trabalhadores do Uruguai
PLANFOR	⇒ Plano Nacional de Formação Profissional
PLANTEQ	⇒ Plano Territorial de Qualificação
PMNI	⇒ Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu
PNQ	⇒ Plano Nacional de Qualificação
PPA	⇒ Plano Plurianual

SEBRAE	⇒ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMCID	⇒ Secretaria Municipal da Cidade
SEMDES	⇒ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social
SEMTE	⇒ Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego
SEMUG	⇒ Secretaria Municipal de Governo
SENAC	⇒ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	⇒ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	⇒ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	⇒ Serviço Nacional de Aprendizagem dos Transportes
SEPE	⇒ Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação
SESC	⇒ Serviço Social do Comércio
SESCOOP	⇒ Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI	⇒ Serviço Social da Indústria
SEST	⇒ Serviço Social dos Transportes
SET	⇒ Secretarias Estaduais de Trabalho
SETRAB/RJ	⇒ Secretaria Estadual de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro
SGT	⇒ Subgrupo de Trabalho

SINCOVANI	⇒ Sindicato do Comércio Varejista de Nova Iguaçu
SINDMETALRIO	⇒ Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas do Rio de Janeiro
SINDSPREV	⇒ Sindicato dos Servidores da Previdência Social
SINE	⇒ Sistema Nacional de Emprego
SINTIBEB	⇒ Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cervejas e Bebidas em Geral da Baixada Fluminense
SINTRACOMM – NI	⇒ Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e Mobiliário de Nova Iguaçu
STTRNI	⇒ Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Nova Iguaçu
UE	⇒ União Europeia
UFRRJ	⇒ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO	⇒ <i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UNICE	⇒ União das Confederações da Indústria e dos Empregadores da Europa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. O PROBLEMA DA PESQUISA, REFERÊNCIAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	21
1.1. Partindo da Realidade	21
1.2. Formulação do Problema	25
1.3. Justificativa	28
1.4. Trajetória de Investigação.....	29
1.4.1. Delimitação do Objeto de Estudo	29
1.4.2. Metodologia e Instrumentos de Coleta de Dados.....	30
1.4.3. Percorso Analítico Adotado.....	34
1.5. Quadro Teórico	35
2. CRISE DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E RECONFIGURAÇÃO DOS MECANISMOS DE MEDIAÇÃO DO CONFLITO DE CLASSES	40
2.1. A Crise Estrutural do Capital no Atual Estágio do Capitalismo Monopolista.....	40
2.2. A Reestruturação Produtiva como Resposta à Crise do Capital	48
2.3. O Estado Educador e Sua Pedagogia Política Renovada.....	52
2.3.1. Sociedade Civil e Sociedade Política no Interior da Superestrutura	52
2.3.2. A Política da Terceira Via como Instrumento Estratégico de Ação da Nova Pedagogia da Hegemonia.....	60
2.3.3. Pressupostos Político-Ideológicos da Pedagogia Política Renovada.....	63
3. O DIÁLOGO SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DA PEDAGOGIA POLÍTICA RENOVADA.....	69
3.1. Origens e Desenvolvimento do Diálogo Social	69
3.2. Da Concertação Social ao Diálogo Social	77
3.3. A Construção do Diálogo Social na Direção da Reformulação do Pacto entre Capital e Trabalho	82
3.4. Tendências da Institucionalidade do Diálogo Social em Nível Mundial.....	88
4. A REFORMA DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO	94
4.1. A Educação como Política Social do Estado Capitalista.....	95
4.1.1. Educação Profissional e a Teoria do Capital Humano	103

4.2. A Educação Profissional como Política Pública de Trabalho, Qualificação e Geração de Emprego e Renda no Brasil.....	106
5. A INSTITUCIONALIDADE DA CONFORMAÇÃO NOS MOLDES DO DIÁLOGO SOCIAL.....	113
5.1. A Pedagogia Política do Planfor e do PNQ	113
5.2. A Institucionalidade da Política Pública de Trabalho, Qualificação e Geração de Emprego e Renda em Nova Iguaçu/RJ	123
5.3. Diálogo Social e Consentimento Ativo na Gestão das Políticas Públicas de Trabalho, Qualificação e Geração de Renda em Nova Iguaçu	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS.....	167
Fontes Primárias	167
Fontes Secundárias.....	169
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Essa investigação tem origem nas atividades de iniciação científica desenvolvidas como estudante de graduação em administração de empresas, no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ. Já no 2º período, ingressei no Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS), na condição de bolsista de iniciação científica do PIBIC/CNPq, ocasião em que desenvolvi atividades de pesquisa no período compreendido entre agosto de 2006 e julho de 2008, desenvolvendo um subprojeto intitulado *“Diálogo Social na Gestão Tripartite e Paritária dos Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no Município de Nova Iguaçu/RJ”*, vinculado ao Projeto de Pesquisa intitulado *“Análise Qualitativa da Aplicação dos Recursos do FAT em Qualificação Profissional no Município de Nova Iguaçu/RJ”*, coordenado pelo Prof. Dr. José dos Santos Souza. Nesta atividade, descrevemos e analisamos o diálogo social estabelecido no órgão do poder local que gere recursos do FAT, a Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu/RJ (CME). Esse período de envolvimento em atividades científicas consistiu em um momento rico de formação para a pesquisa, proporcionando-me acúmulo de conhecimentos e experiências que culminaram no ingresso no Curso de Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

A dinâmica diferenciada do GTPS, em um ambiente de construção coletiva de conhecimento proporciona formação ampla para a pesquisa, com processos de estudos e reflexões, ampliando consideravelmente o horizonte dos pesquisadores. Foi neste ambiente que tive a oportunidade de desenvolver o projeto de mestrado e o trabalho de dissertação de forma integrada às atividades de pesquisa do GTPS, ampliando a investigação iniciada como atividade de iniciação científica.

Com a ampliação de nosso foco de análise, esta dissertação ganhou maior densidade e seu objetivo consiste em explicar a dinâmica da pedagogia política contida nas ações e formulações da CME de Nova Iguaçu/RJ para o trabalho, a qualificação e a geração de renda no período de 1996 a 2011.

Nossa análise tem como referência a atual configuração da luta de classes que vem se modificando a partir da crise estrutural evidenciada a partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Em função dessa crise estendida até os dias de hoje, a configuração da luta de classes se expressa nas mudanças estruturais e superestruturais, materializadas no reordenamento da esfera produtiva e do papel do Estado. Essas mudanças têm como objetivo restabelecer o equilíbrio entre estrutura e superestrutura, para a formação de um novo bloco histórico, ou seja, para a manutenção da hegemonia da concepção de mundo burguês e de seu projeto de sociabilidade.

Com o intento de explicitar as determinações que constituem a dinâmica da pedagogia política da CME de Nova Iguaçu/RJ, o texto está dividido em cinco capítulos. No primeiro apresentamos o objeto de estudo, a problematização e a justificativa, além dos aspectos teóricos e metodológicos que fundamentam nossa análise. Nossa investigação parte do nível local para o contexto mais geral em que se insere nosso objeto de estudo.

Na segunda parte do texto, caracterizamos a crise da ordem capitalista de produção e reprodução social da vida material, evidenciada desde o final dos anos 1960 e seus desdobramentos, com o reordenamento da esfera produtiva, marcado por mudanças na dinâmica das forças produtivas e das relações de produção, e a reformulação do papel do Estado e dos mecanismos de mediação do conflito de classes. A partir do conhecimento da atual configuração da ordem social capitalista, fizemos a caracterização da modificação das estratégias estatais para a manutenção da hegemonia burguesa, com base nos conceitos gramscianos de “hegemonia”, “bloco histórico” e “Estado ampliado”. Nesse contexto, evidenciamos a hegemonia do projeto neoliberal de sociabilidade, com suas características neoliberais clássicas e sua mediatização pelos partidários da

Terceira Via, materializando um projeto de alcance mundial, constituindo-se na reconfiguração do projeto de sociabilidade burguesa.

Na terceira parte do texto, analisamos o impulso que o diálogo social toma, com a reconfiguração do projeto de sociabilidade burguesa, a partir de meados dos anos 1990. Nesse aspecto, a disseminação do diálogo social, como única forma possível de negociação entre capital e trabalho, aciona iniciativas de estruturação de uma renovada engenharia institucional de abrangência mundial, com formações institucionais originadas da articulação de blocos político-econômicos regionais, como por exemplo, a União Europeia ou o Mercosul. Essas instituições formam ampla rede de reordenamento da política, com ações articuladas por organismos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Dessa forma, evidenciamos o fomento ao diálogo social como uma das principais diretrizes do projeto de sociabilidade neoliberal de Terceira Via, constituindo-se em uma estratégia burguesa para o reordenamento da política, com o objetivo de forjar um pacto-social nos limites da dinâmica atual da ordem social capitalista.

No quarto capítulo, descrevemos a reconfiguração das políticas públicas de trabalho, emprego e renda e políticas de formação/qualificação para o trabalho, evidenciando as dimensões que inscrevem essa política como parte da engenharia institucional do diálogo social. Para maior compreensão da ligação com o contexto mais geral, evidenciamos os pressupostos, princípios e diretrizes que direcionam essa política e sua correlação com esses aspectos da pedagogia política renovada. Nesse sentido, buscamos a compreensão do significado político ideológico da articulação atual entre educação básica e educação profissional, no contexto da reforma do Estado brasileiro. Dessa forma, evidenciamos o papel dessa articulação, fundamentada na Teoria do Capital Humano, dando suporte a formação de um trabalhador de novo tipo, mais adequado a dinâmica do capitalismo monopolista, fazendo parte da fundamentação da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda.

No quinto capítulo, aprofundamos a análise da pedagogia política da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda, evidenciando seus pressupostos, princípios e diretrizes, em comparação a configuração atual do projeto de sociabilidade burguesa. Assim, pudemos descrever a dinâmica dessa engenharia institucional em nível local, verificando a consolidação dos aspectos político ideológicos do projeto de sociabilidade burguesa e a construção do consentimento ativo dos trabalhadores.

1. O PROBLEMA DA PESQUISA, REFERÊNCIAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Para maior compreensão da proposta de investigação, apresentamos nesse capítulo o objeto de estudo, a problematização e a justificativa, além dos aspectos teóricos e metodológicos que fundamentam nossa análise. Inicialmente, partimos do nível local, com uma breve caracterização do contexto socioeconômico em que nosso objeto de estudo está inscrito e a problemática que envolve esse objeto, justificando a relevância da investigação. Em seguida, apresentamos a trajetória de investigação, com os seguintes aspectos: delimitação do objeto de estudo; aspectos metodológicos e definição dos instrumentos de coleta de dados e formas de análise; e o percurso analítico, apresentando o objetivo geral e objetivos específicos. Na última parte desse capítulo, apresentamos nossas referências teóricas para a análise, além da sistematização dos principais conceitos que fundamentam nossa investigação.

1.1. *PARTINDO DA REALIDADE*

O município de Nova Iguaçu apresenta a maior extensão territorial da Baixada Fluminense, com área de 520,5 Km² (TCE-RJ, 2009, p. 7). Trata-se do 2º maior município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A Baixada Fluminense é integrada por 17 municípios respondendo por 11,1% da área territorial desta metrópole, com uma população estimada de 795.212¹ habitantes e uma densidade demográfica de 1.517,9 hab/km² (IBGE, 2011).

A economia de Nova Iguaçu tem sua principal participação no setor de Aluguéis, seguido pelo setor de Construção Civil, Serviços e Indústria de

¹ Primeiros resultados do censo 2010 (IBGE, 2011).

Transformação² (TCE-RJ, 2005, p. 76). Este município possui Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 8.359.928.420,00 e PIB *per capita* de R\$ 9.771,98, em 2008 (IBGE, 2011). Trata-se do segundo maior PIB da Baixada Fluminense, ficando atrás somente do município de Duque de Caxias que possui PIB de R\$ 32 bilhões em 2008 (IBGE, 2011). A propósito, o município de Duque de Caxias tem como principal participação do PIB o desempenho das indústrias de petróleo. Em relação à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu possui o quarto maior PIB entre os municípios componentes, ficando atrás somente dos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Niterói (TCE-RJ, 2009).

A população de Nova Iguaçu é predominantemente urbana e a oferta de ensino fundamental e médio é eminentemente público: 41% do ensino fundamental é desenvolvido nas escolas estaduais e 39% nas escolas municipais. Há uma tendência à diminuição do ensino fundamental nas escolas estaduais e aumento nas escolas municipais, devido à Constituição Federal de 1988 atribuir a responsabilidade por este nível de ensino ao município e pelo ensino médio ao Estado. As escolas estaduais são responsáveis por 84% das 38.791 matrículas no ensino médio. Em 2003, Nova Iguaçu possuía apenas duas instituições particulares de ensino superior que foram responsáveis por 6.306 matrículas (TCE-RJ, 2005). Além dessas instituições, o município possui uma Unidade Educacional Descentralizada do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET/RJ), um campus avançado da UFRRJ, implantado em 2006, e instituições de educação profissional do chamado “Sistema S”,³ (PMNI, 2005).

² Composição do PIB do município de Nova Iguaçu por setores em 2003: Aluguéis 30,5%; Agropecuária 0,3%; Administração Pública 1,7%, Comércio atacadista 3,2%, Comércio varejista 5,6%, Comunicação 3,2%, Construção civil 15,4%, Indústria extrativa 0,1%, Indústria de transformação 11,0%, Instituições financeiras 2,1%, Serviços 12,6%, Serviços industriais de utilidade pública 6,6% (TCE-RJ, 2005, p.76).

³ O “Sistema S” consiste em um conjunto de instituições financiadas por contribuições sociais de categorias profissionais ou econômicas, compondo onze tipos de contribuições e distribuídas por áreas como: agricultura, comércio, cooperativismo, indústria, transporte. Esses recursos são repassados a instituições, em sua maioria de direito privado, compostas pelas seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Social dos Transportes (SEST); Serviço Nacional de Aprendizagem dos Transportes (SENAT); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha (DPC); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Fundo Vinculado ao Ministério da Aeronáutica (Fundo Aeroviário) (BRASIL, 2011).

O setor de serviços em Nova Iguaçu é responsável por 39,5% dos postos de trabalho formais, seguido do setor de comércio que responde por 31,3%. Esses dois setores juntos correspondem a 71% do PIB da cidade. Além desses setores, a indústria de transformação participa com 14% dos postos formais de trabalho e a indústria de cosméticos é a segunda em produção nacional, perdendo somente para São Paulo (PMNI, 2005, p. 3).

A partir da crise da ordem social capitalista, evidenciada no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, ocorrem mudanças estruturais e superestruturais para a recomposição das bases de acumulação e implementação de uma reconfiguração da dinâmica de sociabilidade burguesa. Esse fenômeno fica mais evidente, no Brasil, a partir dos anos 1990, com a abertura do mercado brasileiro, a intensificação do processo de reestruturação produtiva e o início de implantação do modelo de regulação social neoliberal, com ampla reforma do Estado e redefinição de sua relação com a sociedade civil. Esse processo é caracterizado por intensa inserção de ciência e tecnologia na produção, que provoca diminuição substancial do trabalho vivo e condiciona a capacidade do sistema produtivo em absorver a força de trabalho disponível, configurando o desemprego estrutural e os problemas sociopolíticos e econômicos da atualidade (SOUZA, 2010, p. 133).

Com o aprofundamento do projeto neoliberal, a concentração de renda e exclusão social em Nova Iguaçu é agravada a partir da abertura comercial e a implantação do processo de reestruturação produtiva. A introdução desse processo desencadeia a eliminação de treze mil empregos formais no município, sendo 55% na indústria. Essa diminuição de postos de trabalho na indústria do município fez diminuir a participação dos trabalhadores industriais no total de empregos formais – o percentual regrediu de 28,6% para 15,2%. “Os setores de serviços e comércio cresceram 4,9% e 17,3%, respectivamente, e acentuaram a característica, já verificada em 1991, de principais empregadores”. O crescimento do setor de serviços e comércio não foi proporcional ao número de postos eliminados. Em 2000, a taxa média de desempregados chegou a 26%, o número de postos de trabalho no município passou de 76.968 para 64.247, registrando uma redução de 16% (PMNI, 2005, p. 31).

Como ações do Estado para a flexibilização dos sistemas de produção e conformação dos trabalhadores à atual configuração do sistema capitalista, ocorre ampla reforma da educação brasileira, a partir de 1996. Essa reforma abrange a educação profissional básica, técnica e tecnológica, direcionada para atender as demandas de produtividade e qualidade das empresas, com o objetivo de obter melhores condições de competitividade no mercado internacional. Nesse contexto de reformulação do papel da educação, as políticas públicas de trabalho, emprego e renda são articuladas à política de formação/qualificação profissional, formando uma engenharia institucional voltada para a formação de um trabalhador de novo tipo, mais adequado às constantes mudanças no processo de trabalho e da produção. Em sua estrutura, a articulação entre a formação/qualificação profissional se materializa no Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), substituído mais tarde pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ), porém, mantendo os mesmos elementos estruturantes. O objetivo proposto nessa política é a qualificação ou requalificação de pelo menos 20% da População Economicamente Ativa (PEA), maior de 16 anos, com foco no extrato da população mais afetado pelos efeitos do processo de reestruturação produtiva. Além disso, essa política está fundamentada na necessidade de formação/qualificação para a inserção no mercado de trabalho, em função do avanço tecnológico empregado nos processos produtivos (BRASIL, 2001, p. 4). Nesse contexto, a política de formação/qualificação profissional se constitui em fator de geração de emprego e renda.

A política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda é financiada pelo FAT e está estruturada por meio de conselhos/comissões deliberativas, no formato tripartite e paritário, nas três esferas do poder federal, municipal e estadual. Essa engenharia institucional se propõe a uma gestão descentralizada, com promoção da democracia, da participação com o aumento do controle social, estimulando a parceria entre Estado e sociedade civil. Sua estrutura é formada pelo Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), como Órgão normalizador das regras e políticas implementadas pelos Conselhos/Comissões estaduais e municipais.

Como mecanismo dessa Política no município de Nova Iguaçu, a partir de 1997 ocorre a implantação de uma CME. Esse Órgão tem como função formular e implementar políticas de qualificação profissional e de geração de renda, além de fiscalizar os recursos do FAT aplicados nessas políticas (SETRAB, 1997). Considerando os efeitos do processo de reestruturação produtiva em Nova Iguaçu, esse Órgão teria a função estratégica de fomentar políticas voltadas para atenuar essa configuração de desemprego, dinamizar ações voltadas para a criação de novos postos de trabalho, identificar demandas de formação/qualificação profissional, com o objetivo de inserção do contingente de trabalhadores desempregados nesse mercado.

Aparentemente, existem elementos que apontam para a inoperância da CME em formular políticas de geração de trabalho e renda, como: a política de qualificação profissional destinada a cursos de curta duração, voltados para ocupações precárias; a ausência de fiscalização dos recursos aplicados; a falta de ações de fomento da criação de novos postos de trabalho. Além da ausência de planejamento da política de qualificação profissional articulada a uma política ampla de criação de novos postos de trabalho e ocupação dos já existentes.

1.2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A política pública de trabalho, qualificação e geração de renda está estruturada a partir do ideário da formação/qualificação como fator de geração de emprego e renda e solução para o desemprego estrutural. É esse o caráter estruturante do PLANFOR e do PNQ.

Em estudos sobre o perfil dos trabalhadores desempregados atendidos pelo serviço municipal de intermediação de mão-de-obra, realizados em 2008, Souza (2011) verifica a relação entre o nível de formação/qualificação dos trabalhadores que buscavam esse serviço e a qualificação necessária para a ocupação desses postos de trabalho oferecidos. Os estudos apontaram que cerca de 70% dos 21.613 trabalhadores cadastrados no serviço de intermediação de mão-de-obra haviam concluído o Ensino Fundamental e 41% já tinham concluído o

Ensino Médio. A maioria dos postos de trabalho procurados não exigiam mais do que o Ensino Fundamental. Dessa forma, Souza (2011, p. 16) conclui que, “[...] o problema do baixo êxito do serviço de intermediação de mão-de-obra investigado não estava ligado à falta de qualificação, mas sim à falta de postos de trabalho no município suficientes para atender à demanda”. É a partir desses estudos e da análise do serviço de intermediação de mão-de-obra como parte da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda no Município de Nova Iguaçu que tecemos alguns questionamentos. A ineficiência no serviço de intermediação de mão-de-obra está relacionada à falta de postos de trabalho no Município. Esse serviço está articulado diretamente à CME como órgão gestor da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda. Nesse aspecto, questionamos: a) a formação/qualificação profissional fomentada pela CME atenderia às necessidades de formação para o trabalho simples no contexto atual, como exigência do mercado de trabalho? b) Existe um planejamento da formação/qualificação profissional articulado a uma política ampla de criação de postos de trabalho? c) Essa política está adequada às necessidades de ocupação dos postos de trabalho existentes?

O processo de reestruturação produtiva como resposta do capital à crise estrutural a partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, desencadeia alterações profundas no mundo do trabalho, na organização da produção e nas relações de poder. Dessa forma, o aumento constante do desemprego estrutural é uma característica inerente ao desenvolvimento do atual estágio do capitalismo monopolista. Nesse contexto, a eliminação de um número substancial de postos de trabalho repercute no município de Nova Iguaçu e se evidencia pela intensificação da precariedade, do desemprego e da exclusão social. Esse quadro se confirma nos estudos sobre o nível de formação/qualificação profissional no Município, realizados por Souza (2011), caracterizando a ausência de postos de trabalho para inserir a população desempregada no mercado. Com base na ausência de postos de trabalho suficientes para a inserção da população desempregada, nos questionamos ainda: a) como a atuação da CME poderia garantir a inserção e a permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho? Em que aspecto o papel da CME poderia ser limitado e condicionado pela dinâmica atual do mercado de

trabalho, marcado pelo desemprego estrutural, pela desregulamentação das relações trabalhistas e flexibilização dos processos de trabalho e de produção?

Se de fato o papel da CME é condicionado pela dinâmica do mercado, certamente sua capacidade de promoção da inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho estará comprometida. Mas se assim for, por que tanto investimento público nesta política? Por que tanta mobilização da aparelhagem estatal e da sociedade civil para esta área? Por que tanta mobilização dos trabalhadores? Talvez o papel da CME não se limite a fomentar políticas de geração de trabalho, qualificação e geração de renda, mas vá além disto. Estes questionamentos nos remetem a uma reflexão mais ampla sobre o objetivo da formação/qualificação profissional no atual patamar de desenvolvimento do capital. Nossa hipótese é de que a CME exerce função de aparelho privado de hegemonia, cuja tarefa é educar para o consenso em uma sociedade desigual, excludente, sem empregos suficientes, marcada pela precariedade do trabalho. Ao constituir um ambiente de diálogo social aparentemente harmonioso, de representação tripartite e paritária, contribui para a manutenção da hegemonia, na medida em que promove a mediação do conflito de classes, conformando as camadas subalternas na dinâmica da sociabilidade burguesa na atualidade.

Tal hipótese se sustenta diante da possibilidade de a inoperância da CME se constituir em uma espécie de improdutividade que, ao fim e ao cabo, constitui a produtividade necessária ao metabolismo social do capital em seu estágio atual de desenvolvimento. Se de fato a produtividade da CME for exatamente a sua incapacidade para promover a geração de emprego e renda, fomentar a qualificação profissional e acompanhar a aplicação dos recursos do FAT, o resultado disto seria então a conformação das camadas subalternas por meio de uma ação educativa voltada para a construção do consenso.

Se isto for verdadeiro, as ações e formulações dos sujeitos envolvidos na CME constituem um mecanismo de mediação do conflito de classes. Isto significa que o discurso da harmonização de interesses de segmentos distintos, por meio de uma engenharia institucional tripartite e paritária tem como objetivo

único a conformação das camadas subalternas. Entender esta dinâmica é fundamental para apreendermos o real sentido destas políticas públicas.

A partir destas questões, elegemos como objeto de estudo a dinâmica da pedagogia política renovada no diálogo social estabelecido no contexto da gestão da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda. Tomamos como referência empírica para a investigação a atuação da CME de Nova Iguaçu no período de 1996 a 2011.

1.3. JUSTIFICATIVA

Com o objetivo de compreender a dinâmica da pedagogia política renovada no diálogo social estabelecido na gestão local do FAT, nossa investigação possui a relevância de evidenciar o impacto social dessa política em nível local, em um dos municípios pertencentes à Região da Baixada Fluminense. Essa região é caracterizada pela pobreza, pela falta de postos de trabalho, por condições precárias de trabalho e marginalidade em relação ao município do Rio de Janeiro. Assim, a compreensão da totalidade desse fenômeno se propõe a desmitificar a forma de participação estabelecida nesses conselhos/comissões, apontando seus principais efeitos de construção do consenso e/ou consentimento ativo dos organismos de representação dos trabalhadores ao projeto burguês de sociabilidade. A compreensão do aparato ideológico dessa política e de sua inoperância visa à elevação do nível de consciência política dos organismos de representação da classe trabalhadora. Nesse sentido, nossa investigação contribui para a redefinição das ações desses organismos e para a construção do projeto de sociabilidade socialista.

Nossa investigação também se justifica por poucos estudos sobre a política pública de trabalho e renda e de qualificação profissional no município de Nova Iguaçu e na Região da Baixada Fluminense. Além disso, os poucos estudos encontrados são desenvolvidos de forma acrítica, não correspondendo à materialidade dessas políticas na Região.

1.4. TRAJETÓRIA DE INVESTIGAÇÃO

1.4.1. Delimitação do Objeto de Estudo

O universo da investigação se constitui das ações e formulações dos representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo, no âmbito da gestão tripartite e paritária dos fundos públicos destinados à qualificação do trabalhador, no âmbito da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda.

Para análise deste universo, tomamos como referência empírica o diálogo social estabelecido no âmbito da CME de Nova Iguaçu/RJ, em função da gestão dos recursos do FAT destinados à formação/qualificação profissional neste Município.

Tal análise tem como referência histórica as transformações sócio-econômicas ocorridas a partir da década de 1970, desencadeadas pela crise estrutural do modelo fordista como paradigma de organização das forças produtivas e do modelo de Estado de Bem-Estar Social como paradigma de regulação da relação entre Estado e sociedade civil. Neste contexto, o projeto neoliberal surge como suporte político-ideológico de um amplo processo de reestruturação produtiva e de recomposição dos mecanismos de mediação do conflito de classe. A propósito, no Brasil, o processo de reestruturação produtiva fica mais evidente a partir dos anos 1990, com o Governo Fernando Collor de Mello e Itamar Franco. Esse processo se consolida no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e se aprofunda no Governo Lula da Silva, com nova roupagem, porém mantendo os mesmos elementos estruturantes. É neste contexto que se verifica no Brasil a introdução cada vez mais intensa de ciência e tecnologia nos processos de trabalho e de produção, demandando novas competências para a classe trabalhadora. Daí decorre um conjunto de mudanças nas políticas de formação do trabalhador. A partir de 1996, então, inicia-se no Brasil a reforma da Educação Básica, Superior e Profissional com o objetivo de adequar o sistema educacional brasileiro às novas demandas de produtividade e de competitividade das empresas instaladas no país. O objetivo principal desta reforma é ajustar o

ambiente escolar e universitário às novas demandas do mercado. A educação assume, assim, função estratégica na construção da flexibilidade dos sistemas de produção e conformação dos trabalhadores à nova etapa do sistema capitalista. A formação para o trabalho, seja na forma de educação básica ou de educação profissional, passa a ser considerada fator de geração de emprego e renda, ou seja, como o “antídoto” capaz de combater o desemprego estrutural, contribuir para amenizar a crise econômica e, assim diminuir a precariedade e a exclusão social.

Este é o caráter da educação profissional no contexto das políticas públicas de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda, haja vista as bases teóricas do PLANFOR, por exemplo. É por esta razão que delimitamos nossa investigação ao período de vigência deste Plano, por constituir um marco na mudança da política de qualificação profissional desde 1996, seguido pelo PNQ, até os dias de hoje.

Justamente pelo fato de esta política se desenvolver por meio de uma engenharia institucional que delega ao poder local a tarefa de execução e fiscalização direta das ações, elegemos como objeto de estudo a forma como esta política se materializa no município de Nova Iguaçu (RJ), tomando as ações e as formulações da CME como referência empírica. Esta Comissão é composta por dezoito representantes divididos paritariamente em três segmentos: representação do empresariado, do governo local e dos trabalhadores organizados.

1.4.2. Metodologia e Instrumentos de Coleta de Dados

A proposta de investigação aqui sistematizada se trata, portanto, de uma pesquisa básica que se propõe a gerar conhecimentos novos para o avanço científico da área de Trabalho e Educação e para a área de Política educacional. Dessa forma, se propõe a refletir sobre a realidade concreta, em uma perspectiva de totalidade do fenômeno social, sobre os processos pedagógicos com que a classe dominante educa a classe trabalhadora para o consenso sobre a formação e conformação à nova conjuntura de desemprego, flexibilização dos processos produtivos e das relações de produção e para a inserção precária no mercado de trabalho. Esta investigação não se propõe a produzir conhecimentos com aplicação

prática específica e predeterminada, mas se propõe a refletir sobre a dinâmica da renovação da pedagogia política por parte da classe dominante e suas implicações na política pública de trabalho, qualificação e geração de renda, como política de abrangência nacional, inserida na atual fase do capitalismo monopolista.

Em relação à forma de abordagem do problema, a investigação se insere na categoria qualitativa, porque “[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA e MENEZES, 2001, p. 20). Apesar de nos utilizarmos em alguma fase da investigação de métodos e técnicas estatísticas, nossa fonte direta de coleta de dados está no ambiente natural, de modo que o pesquisador é compreendido como elemento principal na interpretação e análise de dados coletados, com um referencial predefinido. Dessa forma, o processo da pesquisa qualitativa possui como premissas básicas a interpretação e a atribuição de significados (SILVA e MENEZES, 2001, p. 20).

Em relação à abordagem, nossa investigação se define como de caráter explicativo, pois se propõe a identificar os fatores determinantes ou que contribuem para a ocorrência de fenômenos. Nesse sentido, a investigação se propõe a explicar a causa, o “porquê” dos fenômenos, com objetivo de aprofundar o conhecimento sobre estes (SILVA e MENEZES, 2001, p. 21).

Em relação aos procedimentos técnicos, a investigação perpassa uma combinação de procedimentos, utilizando-se da pesquisa bibliográfica, documental e levantamento. Como instrumentos de coleta de dados, utilizamos os seguintes: revisão de literatura sobre o tema; análise de fontes primárias (relatórios, atas, documentos oficiais, panfletos, cartilhas, etc.); entrevistas; observação de ações/formulações dos sujeitos políticos envolvidos na gestão da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda em Nova Iguaçu/RJ.

A revisão de literatura sobre a área de Trabalho e Educação, com foco na educação profissional, além da literatura sobre a nova pedagogia política das ações governamentais na área de formação para o trabalho forneceu a base para caracterizar a atual discussão em torno das reformas das políticas

educacionais no contexto brasileiro. Nesta perspectiva, pudemos conhecer o significado político e o contexto sócio-econômico em que está inserida a gestão local da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda.

Utilizamos a modalidade observação direta intensiva por se tratar de uma ação sistemática, planejada, estruturada; e participante, devido ao fato de o pesquisador participar dos fatos observados, com o objetivo de caracterizar a forma do diálogo social estabelecida entre os sujeitos da CME e suas relações com os diversos setores, considerando a variedade de situações e fenômenos ocorridos na realidade concreta a ser investigada. A partir destes dados, entendemos as diversas relações estabelecidas entre a CME e os setores financeiros, governamentais e executores das ações de qualificação profissional. Compreendemos por observação participante aquela que

[...] se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (MINAYO, 1999, p.59-60).

A partir da concepção de entrevista como uma conversa a dois, esse instrumento de coleta de dados é utilizado com objetivos definidos e deve ser considerado por dois aspectos: como comunicação verbal (linguagem e significado da fala); e como meio de coleta de informações. Assim, com essa consideração optamos pela tipologia de entrevista semi-estruturada (MINAYO, 1999, p. 57).

Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva (MINAYO, 1999, p. 57).

Esse instrumento nos possibilitou obter dados objetivos e subjetivos (valores, atitudes, opiniões), permitindo-nos a caracterização das concepções

predominantes de Estado, política social, política de qualificação profissional e política de trabalho e renda. Além disso, possibilitou a identificação dos processos pedagógicos que a classe dominante se utiliza para obtenção de consenso em torno do projeto de sociabilidade burguês, por meio de políticas do Estado capitalista. A escolha da entrevista na modalidade semi-estruturada permitiu ao mesmo tempo a coleta de dados previamente estabelecidos e uma abordagem mais livre do tema proposto.

A análise de fontes bibliográficas primárias (atas, relatórios, formulários etc.) nos permitiu identificar os principais conceitos, objetivos, metas e proposições da institucionalidade da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda. As fontes primárias como documentos governamentais, atas de reuniões etc. constituem-se de materiais e fontes de dados que não receberam tratamento analítico. Utilizamos documentos oficiais das três instâncias governamentais – federal, municipal e estadual –, além de documentos de representações sindicais, empresariais e agentes formadores de qualificação profissional reconhecidos pelo poder público.

A partir da definição do contexto sócio-histórico, ou seja, a conjuntura sócio-política e econômica do qual faz parte o grupo a ser estudado, pudemos formular as categorias gerais de análise. Dessa forma, explicitamos os aspectos político-ideológicos contidos na pedagogia política que estrutura a engenharia institucional do PLANFOR e de seu substituto, o PNQ.

Em outro nível, a análise se baseia nos fatos evidenciados na investigação, constituindo-se, ao mesmo tempo, em ponto de partida e ponto de chegada. “As comunicações individuais, as observações de condutas e costumes, a análise das instituições e a observação de cerimônias e rituais são aspectos a serem considerados nesse nível de interpretação” (MINAYO, 1999, p. 78).

Esse processo foi composto de ordenação (transcrição de gravações, releitura do material, organização dos relatos e dados da observação participante), classificação (elaboração de categorias específicas a partir de leitura intensa, identificando questões e informações relevantes) e análise final (relação entre os dados e o referencial teórico) (MINAYO, 1999, p. 78-79).

Assim, esperamos ter explicitado o percurso analítico que estabelecemos para a execução das atividades, sabendo que “[...] o produto final da análise de uma pesquisa, por mais brilhante que seja, deve ser sempre encarado de forma provisória e aproximativa” (MINAYO, 1999, p. 79).

1.4.3. Percurso Analítico Adotado

O objetivo desta investigação é explicar a dinâmica da pedagogia política contida nas ações e formulações da CME de Nova Iguaçu/RJ para o trabalho, a qualificação e a geração de renda no período de 1996 a 2011. Para alcançar esse objetivo, nós estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- a) definir a dinâmica da pedagogia política acionada pela classe dominante para educar as camadas subalternas para o consenso em torno do modelo de desenvolvimento neoliberal de terceira via e, assim, mediar o conflito de classes e manter a hegemonia da classe burguesa;
- b) explicar como a engenharia institucional da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda implementada a partir dos anos 1990 se constitui um mecanismo de mediação do conflito de classe e, portanto, um instrumento de manutenção da hegemonia;
- c) explicitar como a política pública de trabalho, qualificação e geração de renda no nível do poder local se articula com o contexto mais geral de disputa de hegemonia na sociedade burguesa;
- d) explicitar como a dinâmica da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda instituída em Nova Iguaçu, a partir de 1996, expressa a realidade da manutenção da hegemonia;
- e) analisar as concepções de Estado, de política social, de qualificação profissional e política de trabalho e renda explicitadas no diálogo social estabelecido na CME;

- f) explicitar a dinâmica da construção de consenso e do consentimento ativo das classes subalternas ao projeto de sociabilidade burguesa materializada no cotidiano da CME.

1.5. QUADRO TEÓRICO

Para melhor compreensão do objeto a ser investigado, partimos do contexto da crise do capital e do processo de reestruturação produtiva e reforma do Estado, que provocou o aumento do desemprego estrutural e, além de diversas outras coisas, o surgimento de novas demandas de qualificação do trabalhador. Acerca da dimensão estrutural deste processo, nos amparamos nas obras de Mészáros (1999; 2006), de Antunes (2005), de Chesnais (1996), de Harvey (2006) e de Alves (2005).

De forma intrínseca a estas mudanças no campo estrutural, mudanças significativas também ocorreram no campo superestrutural que se materializaram na hegemonia do modelo neoliberal de regulação social, o que implicou a redefinição do papel do Estado e de sua relação com a sociedade civil. A “marca registrada” deste modelo de regulação social é a crítica ferrenha ao modelo do Estado de Bem-Estar Social e a apologia ao Estado Mínimo. Como o avanço desse projeto de sociabilidade desencadeia o desemprego estrutural, a precarização das relações de trabalho e das condições materiais de existência de grande parcela da população, constituindo-se em ameaça à hegemonia burguesa, em meados dos anos 1990, o projeto político ideológico da Terceira Via surge como aparente alternativa ao neoliberalismo. Esse amplo projeto de sociabilidade mantém as premissas do neoliberalismo, porém, apresentando este com uma nova roupagem e a aparência de um capitalismo “mais humanizado”, possibilitando a continuidade e o aprofundamento do projeto neoliberal. Para compreensão destas mudanças, nos amparamos nas teorias de Neves (1999 e 2005), Souza (2009 e 2010) e Lima e Martins (2005), todos eles pautados na teoria gramsciana sobre a relação entre Estado e sociedade civil (GRAMSCI, 1989).

É neste contexto que se dão as mudanças no trabalho e na produção, na qualificação do trabalhador, na gestão do conhecimento e na política científica e tecnológica, sempre pautadas nos princípios mercadológicos da livre concorrência como elemento regulador da vida em sociedade, conforme apontado por Machado (1996), Alves (2005), Souza (2002, 2003; 2009 e 2010), Souza & Araújo (2010) e Batista (2003), no que concerne ao impacto da reestruturação produtiva na qualificação do trabalhador; e Mészáros (2006) e Neves (1999 e 2005), no que concerne à compreensão da educação neste contexto.

As mudanças implementadas na política pública de formação para o trabalho decorrem destas transformações no campo estrutural e superestrutural da sociedade do capital e implicam verdadeira reforma do sistema educacional, especialmente na relação entre educação básica e educação profissional, reeditando em novas bases da velha dualidade na educação inerente à sociedade de classes. Diversos autores respaldam esta compreensão, dentre eles poderíamos citar: Frigotto (2010), Gentili (2007), Neves (1999 e 2005) e Souza (2004 e 2010).

Para melhor apreensão do problema aqui proposto, procuramos sistematizar alguns conceitos que serviram de fundamento para nossa análise, são eles: sistema de capital; Estado; metabolismo social; hegemonia; aparelho privado de hegemonia; consentimento ativo; mecanismo de mediação do conflito de classes; política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda; qualificação profissional ou formação do trabalhador.

Compreendemos o sistema do capital como um modo de regulação social incontrolável e autogerado, ou seja, sem um sujeito controlador. Tal compreensão está amparada na obra de Marx (1998), Mészáros (1999) e Antunes (2005).

Em relação à nossa compreensão de Estado, consideramos que, no desenvolvimento do sistema metabólico social, este assume o papel de instrumento de controle político e de mediação do conflito das classes antagônicas que compõem o sistema de capital para possibilitar seu metabolismo, cumprindo o papel educador, no sentido de formar o conjunto da sociedade para o consenso.

Nossas referências acerca desta compreensão estão em Mészáros (1999), Gramsci (1989), Neves (1999; 2005) e Souza (2002).

Por hegemonia, adotamos o conceito gramsciano, conforme indicado por Souza (2002, p. 45-46):

O conceito gramsciano de hegemonia pode ser apreendido em dois aspectos principais: o primeiro é um processo na sociedade civil pelo qual uma parte da classe dominante exerce o controle, através de sua liderança moral e intelectual, sobre outras frações aliadas da classe dominante; o segundo é a relação entre as classes dominantes e dominadas, que significa o predomínio ideológico das classes dominantes sobre a classe subalterna na sociedade civil.

Assim, compreendemos que o predomínio ideológico das classes dominantes é alcançado por meio dos aparelhos privados de hegemonia, que são organismos que compõem a sociedade civil (partidos políticos, Igreja, escolas, sindicatos etc.) e participam da correlação de forças políticas com o Estado. Por meio desses organismos, ocorre a construção do consentimento ativo dos subalternos, consolidando uma ideologia unificadora que funciona como cimento social para a formação da hegemonia de uma classe sobre a outra (SOUZA, 2002, p. 44). Obviamente, tal compreensão de Souza está amparada na obra de Gramsci (1989).

Nesse contexto, por consentimento ativo entendemos ser a adesão da classe subalterna às ideologias da classe dominante, ou seja, a construção da hegemonia por meio dos aparelhos privados de hegemonia e a correlação de forças políticas com o Estado, participando na construção do projeto de sociedade da classe dominante. Para esta compreensão, nos amparamos em Gramsci (1989) e Souza (2002).

Em relação à dinâmica da mediação do conflito de classe, compreendemos que esta se dá por mecanismos acionados tanto pela sociedade política quanto pelos aparelhos privados de hegemonia para harmonizar os conflitos inerentes à ordem capitalista de produção e reprodução social da vida material, seja por meio da regulação ética e moral, seja por meio da conformação

política e ideológica. Sobre esta dinâmica, nos amparamos em Gramsci (1989), Neves (1999; 2005) e Souza (2002).

Compreendemos a política pública de trabalho, qualificação e geração de renda como a articulação de um conjunto de políticas surgida no contexto da crise estrutural do capital e do acirramento da precariedade e da exclusão social em todo o mundo, que repercute no Brasil e demais países periféricos heteronômicos de forma muito mais perversa que em países centrais. Tais políticas são aqui compreendidas como parte da estratégia do Estado *stricto sensu* para mediar o conflito de classes, harmonizando interesses e ofuscando as verdadeiras causas do desemprego estrutural e da precariedade do trabalho. No contexto atual, percebemos evidente articulação das políticas de trabalho e renda com as de formação/qualificação profissional, em um movimento articulado da aparelhagem estatal que se ampara no recrudescimento da Teoria do Capital Humano, em busca de possibilidades de inserção em um sistema em crise, por meio do apelo ideológico pautado em diversos conceitos, dentre eles: “empregabilidade”, “empreendedorismo”, “cooperativismo” e/ou “sociedade do conhecimento”. O efeito mais perverso destas políticas tem sido a propagação da ideia de que a causa do desemprego é a falta de qualificação profissional dos trabalhadores. Tal compreensão das políticas públicas de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda está amparada em Souza (2003; 2008; 2010).

Por formação profissional, compreendemos ser:

[...] uma ação de caráter técnico-político inerente ao processo de ampliação da maquinaria e da democracia. Entretanto, o estágio atual de desenvolvimento científico e tecnológico remete-nos à consideração de dois aspectos: formação profissional em sentido *lato*, e formação profissional, em sentido estrito. No primeiro aspecto, a formação profissional refere-se às ações educativas que visam a conformação técnica, política e cultural da força de trabalho às necessidades da civilização urbano-industrial, presididas pela lógica científica da organização do trabalho e das relações de produção (SOUZA, 2002, p. 53).

Dessa forma, no sentido *lato*, a formação profissional se identifica com a educação básica.

Já no sentido *estrito*, formação profissional no mundo contemporâneo refere-se a um ramo do sistema educacional destinado à atualização técnico-política e cultural permanente da força de trabalho escolarizada, após o seu engajamento potencial ou efetivo no mundo do trabalho (SOUZA, 2002, p. 54).

Assim, nossa compreensão acerca da formação do trabalhador engloba tanto a educação básica quanto a educação profissional. Para esta compreensão, tomamos Souza (2002) e Neves (1995) como referência.

A partir da compreensão da proposta de investigação e da problemática que envolve o objeto de estudo, no próximo capítulo faremos a descrição do contexto sócio histórico em que se insere esse objeto. Essa descrição tem como objetivo compreender a atual configuração da luta de classes, explicitando as mudanças estruturais e superestruturais que expressam a reconfiguração do projeto de sociabilidade burguês.

2. CRISE DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E RECONFIGURAÇÃO DOS MECANISMOS DE MEDIAÇÃO DO CONFLITO DE CLASSES

Neste capítulo, desenvolvemos nossa compreensão sobre o contexto sócio histórico em que se insere o objeto de estudo. Primeiro, procuramos explicitar a natureza da crise estrutural do capital e sua especificidade. A partir daí buscamos explicar as ações do Estado e do empresariado no campo estrutural para recompor as bases de acumulação de capital corroídas pela crise estrutural, implementando a reestruturação dos processos de trabalho e de gestão da produção e reconfigurando as relações entre capital e trabalho. Posteriormente, buscamos explicitar a dimensão superestrutural deste processo de recomposição do capital, evidenciando os mecanismos de mediação do conflito de classes acionados pelo Estado e pelo empresariado para manter a hegemonia do capital e educar as massas para a obtenção do consenso em torno do projeto burguês de sociabilidade. Para explicitar essa dimensão superestrutural, resgatamos os conceitos de sociedade civil, sociedade política e a ampliação do conceito de Estado. Posteriormente, explicitamos a dinâmica da pedagogia política, ou seja, dos mecanismos de mediação do conflito de classes e suas modificações ao longo do processo histórico, em função da manutenção da sociabilidade burguesa.

2.1. A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL NO ATUAL ESTÁGIO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA

O sistema de controle metabólico do capital possui características opostas à natureza, sendo, portanto, contrário a todos os modos de controle do metabolismo social das eras anteriores. Como exceção à regra, não há nenhum modo de controle do metabolismo social mais totalizante que a ordem social

capitalista de produção e reprodução da vida material. Segundo Mészáros (1999, p. 86), o capital é “[...] de longe a mais poderosa estrutura ‘totalizante’ de controle, à qual tudo o mais, inclusive os seres humanos, deve se adaptar, escolhendo entre provar sua ‘viabilidade produtiva’ ou perecer”. O dinamismo desse sistema se desenvolve por meio de seu caráter totalizador, abrangendo todos os meios de reprodução social, que retira do homem seu poder de decisão e transforma-o em engrenagem do sistema e a desobediência dessas regras exclui esse homem do sistema (ANTUNES, 2005, p. 19-28; MÉSZÁROS, 1999, p. 86-88).

O modo de controle do capital ganha impulso e grandes dimensões com o desenvolvimento do regime fordista de acumulação. Esse regime de acumulação e as conseqüentes mudanças e aperfeiçoamentos no processo produtivo das organizações se desenvolvem a partir do final do século XIX. Segundo Harvey (2006, p. 121-122), Henry Ford, influenciado pelos estudos de tempos e movimentos de F. W. Taylor, utiliza a fragmentação detalhada do trabalho proposta por este último em conjunto com velhas tecnologias racionalizadas para dar sentido a um regime de acumulação pautado na divisão entre a concepção e a execução do trabalho e da produção. Embora essa nova configuração do sistema produtivo, com a separação hierárquica entre gerência, controle e execução, já fosse utilizada em muitas indústrias, o diferencial do modelo de Ford era a nova concepção de sociedade democrática, contexto no qual esse novo regime de acumulação encontraria sua legitimidade. Com uma produção em massa, exigindo um consumo em massa e, conseqüentemente, um novo tipo de trabalhador, ganha forma e sentido o regime de acumulação taylorista/fordista bem como seu modo específico de regulação social baseado nos princípios do Estado de Bem-Estar Social (HARVEY, 2006, p. 121-122).

O fordismo encontrou resistências por parte dos trabalhadores, reagindo contra a rotinização e as longas jornadas de trabalho. Essa reação fez com que esse regime só tivesse alcance mundial a partir do Pós II Guerra Mundial, influenciado pelo *New Deal* de Roosevelt e pelas teorias econômicas de Keynes, que viu no fordismo a solução para a crise de superprodução da década de 30 (HARVEY, 2006, p. 123-124).

Para a implantação do fordismo, foi preciso a reformulação do papel do Estado, tornando-o intervencionista, responsável pela liquidez da economia, pelo mercado de trabalho e sua regulamentação. O período pós 1945 foi marcado por aumento de produtividade sem precedentes, criação de grandes empresas, expansão dessas empresas com alcance mundial. A derrota dos movimentos operários radicais gerou um sindicalismo corporativo, baseado em um sistema de compromisso mediado e assegurado pelo Estado. Os trabalhadores cooperavam com o aumento da produtividade e, em troca, recebiam benefícios de seguridade social, salário mínimo etc. Foi com essa lógica de compromisso que os sindicatos desenvolveram o processo de negociação coletiva e ganharam poder e legitimidade. A negociação coletiva se tornou um instrumento de luta entre trabalho e capital, com a mediação do Estado (HARVEY, 2006, p. 125-126).

No Brasil, o desenvolvimento do processo de negociação coletiva é iniciado com a reorganização sindical no final da década de 1970 e, durante toda a década de 1980, funcionou como mecanismo de obtenção de direitos trabalhistas (DIEESE, 2001, p. 193).

Na conjuntura internacional, os compromissos do Estado fordista cresceram de tal forma que o final dos anos 1960 foi marcado por descontentamentos com os serviços executados pelo Estado na área da saúde, da educação, da habitação etc.⁴ Surgem, então, reivindicações e questionamentos em relação à qualidade dos serviços públicos. As críticas à rotinização e à estrutura burocrática desumanizada passaram a fazer parte de protestos e conflitos sociais. Essa conjuntura de descontentamentos e conflitos, em conjunto com as pressões sociais das organizações dos trabalhadores, passou a delinear os limites do regime fordista de acumulação. Esse processo culminou na recessão de 1973, marcando o início da transição para um regime de acumulação flexível (HARVEY, 2006, p. 132-134).

⁴ No Brasil, os direitos pautados no Estado Bem-Feitor não são comparáveis aos direitos alcançados nos países do centro capitalista. A condição de País periférico do capitalismo atrela o sistema de proteção social à condição de subdesenvolvimento crônico. Nesse contexto, o avanço do processo de industrialização no século XX, convive com as situações heteronômicas, como disparidades econômicas setoriais e regionais e a manutenção de condições precárias de existência para grande parte da população (POCHMANN, 2004, P. 7-9).

Em uma análise da dinâmica e dimensões da mundialização do capital, Chesnais (1996, p. 297) afirma que esse processo tem se constituído na liberalização das regras que limitavam o desenvolvimento da economia de mercado e estavam fundamentadas na concepção de contrato social, materializada no Estado de Bem-Estar Social e centralizada em escala nacional. Nessa perspectiva, ocorrem dois momentos desse processo de mundialização: o regime de acumulação fordista caracterizado por uma relativa estabilidade (sistema de câmbio fixo entre as moedas, regras e convenções de uma política econômica nacional) e a predominância de uma mundialização multidoméstica, com fluxos significativos de Investimento Externo Direto (IED); e a crise desse regime de acumulação, com o desmantelamento das formas tradicionais da economia atreladas ao Estado nacional. Nesse processo, o IED possui papel fundamental na consolidação e crise do regime fordista de acumulação (CHESNAIS, 1996, p. 297).

Em um regime pautado na rigidez, controle e fortes instituições nacionais capazes de limitar o funcionamento da economia de mercado, promovendo o crescimento econômico atrelado aos interesses nacionais, o IED auxilia na difusão de normas e regras do regime fordista de acumulação no contexto do Estado nação (CHESNAIS, 1996, p. 297).

O IED assume a forma de “filiais intermediárias”, cuja oferta destina-se prioritariamente ao mercado interno dos países de acolhida, com alguma exportação complementar para a área tradicional de comércio exterior desses mesmos países. Durante essa fase, as relações políticas entre classes sociais e o grau de efetiva soberania que os governos possuem asseguram o respeito das multinacionais a certas convenções e formas de relacionamento correspondentes à relação salarial “fordista”, bem como sua colaboração visando a certos objetivos de política econômica nacional (o equilíbrio da balança comercial, por exemplo) (CHESNAIS, 1996, p. 297-298).

Analisando a crise do regime de acumulação fordista, Chesnais (1996, p. 298) critica os teóricos regulacionistas que atribuem aos limites do regime fordista de acumulação fatores conjunturais como:

[...] rigidez das estruturas industriais oligopolistas, no plano nacional; crise de todas as determinações da relação salarial fordista; crise fiscal do Estado e questionamento da amplitude assumida pelos gastos

públicos; deterioração das relações constitutivas da estabilidade do regime internacional (CHESNAIS, 1996, p. 298).

Nesse aspecto, Chesnais (1996, p. 298-299) afirma que, “[...] a raiz da crise do sistema de regulação deveria ser buscada, de modo absolutamente central, na derrubada das formas tradicionais da economia do Estado nacional, diante da mundialização do capital”. Assim, a internacionalização do capital teria papel fundamental na incapacidade do regime de acumulação fordista reverter a conjuntura de instabilidade.

Uma das características marcantes do período imediatamente posterior à recessão de 1974-1975 foi uma taxa de crescimento do IED muito superior à do investimento doméstico, pois as grandes companhias buscavam uma saída para a queda de rentabilidade do capital, para a saturação da demanda de bens de consumo duráveis e para a contestação dos trabalhadores, na deslocalização acelerada de suas operações. Ao começarem a dissociar seu próprio destino daquele de sua economia de origem, os grupos contribuem para enfraquecer o quadro da economia do Estado nacional, e não para restaurar o círculo virtuoso da acumulação segundo as modalidades da regulação fordista (CHESNAIS, 1996, p. 299).

Nesse processo de libertação do capital de todas as formas, instituições e regras de regulação de suas operações, a internacionalização do capital monetário possui o papel fundamental no desmantelamento do regime fordista e na incapacitação dos Estados nacionais de reagir contra a “[...] ‘desconexão’ do sistema internacional de intercâmbio comercial” (CHESNAIS, 1996, p. 299). Assim, a busca de rentabilidade via IED e o incentivo aos países em desenvolvimento de contrair uma enorme dívida privada, constituem-se em fatores que possibilitaram a incapacidade de reação à liberalização do capital e o desmantelamento dos elementos do regime de acumulação fordista.

O desmantelamento do regime de acumulação fordista tem o significado da destruição dos elementos que garantiam a estabilidade e o crescimento do sistema econômico internacional. Nesse aspecto, as formas institucionais essenciais que garantiram a estabilidade e expansão do sistema capitalista, fundamentadas no regime de acumulação fordista por aproximadamente 25 anos, são: a) o trabalho assalariado como forma predominante de inserção social e acesso à renda (coesão social e sociabilidade

fundada no consumo de massa); b) mecanismos de controle do sistema monetário e financeiro, forjando um ambiente monetário estável em nível internacional (taxas de câmbio fixas, instituições e mecanismos de subordinação das finanças às necessidades da indústria); e c) a existência de Estados fortes com instituições capazes de disciplinar e impor limites ao capital e suprir as deficiências geradas pela falta de investimentos privados (CHESNAIS, 1996, p. 300).

Nos anos 1990, a derrubada dessas formas de estabilidade e crescimento tem gerado a incapacidade de inserção social e acesso à renda por meio do trabalho assalariado (CHESNAIS, 1996, p. 300).

Depois de ter destruído o campesinato e boa parte dos artesãos urbanos, desertificando regiões inteiras, apelado para o exército industrial de reserva dos trabalhadores imigrantes, criado concentrações urbanas desumanas e inadmissíveis, ele condena milhões de assalariados e jovens ao desemprego estrutural, isto é, à marginalização, passando facilmente à decadência social (CHESNAIS, 1996, p. 300-301).

Além disso, estimula a segregação social, as diferenças profissionais sociais e atitudes separatistas (CHESNAIS, 1996, p. 301).

A análise do desmantelamento das formas de economia do Estado nacional, no contexto da mundialização do capital, delinea uma conjuntura de depressão econômica. Dessa forma, a dinâmica e as formas assumidas do capital monetário, dos grupos industriais e dos grupos de distribuição desencadeiam um efeito depressivo sobre a acumulação. Como encadeamentos cumulativos, as mudanças tecnológicas associadas ao processo de mundialização do capital, nas três esferas (capital monetário, grupos industriais e grupos de distribuição), constituem-se nos fatores de efeito depressivo profundo (CHESNAIS, 1996, p. 302-304).

Os efeitos da mobilidade do capital produtivo têm sido apresentados como efeitos do avanço tecnológico. A destruição de postos de trabalho muito superior à criação de novos empregos são apresentados como efeitos da tecnologia. Essa intensificação da destruição de postos de trabalho, na visão de Chesnais (1996, p. 306), ocorre em função da mobilidade do capital industrial e sua

capacidade de investir e desinvestir com objetivo de maior lucratividade, procurando áreas em que há pouca ou nenhuma proteção social, em qualquer parte do Planeta. Além da mobilidade do capital industrial, a liberalização do comércio internacional e a mudança de propriedade do capital industrial, decorrente dessa liberação, acentuam a dinâmica de eliminação de postos de trabalho. A mudança de propriedade do capital industrial é caracterizada pelas ondas de fusões e aquisições. Essa mudança de propriedade e as pressões de investidores (fundos de investimentos, fundos de pensão, companhias de seguros) por maior rentabilidade e menores custos produtivos, caracterizam-se por cortes de pessoal, investimento intenso em automação. "É aí que se situa o ponto de partida de um encadeamento cumulativo e realimentador, cujos efeitos são depois agravados ainda mais pelas operações do capital monetário" (CHESNAIS, 1996, p. 306).

A eliminação de postos de trabalho superiores aos empregos criados desencadeia efeitos no nível macroeconômico: no investimento, no consumo doméstico, nas receitas e despesas públicas, formando um encadeamento cumulativo de tendência à depressão e estagnação econômica. A influência da mundialização sobre o consumo doméstico ocorre por meio de dois canais: a queda dos rendimentos do trabalho assalariado e a redistribuição da renda nacional direcionada aos rendimentos rentistas. A influência nas despesas públicas está relacionada à queda na arrecadação de impostos via aumento do desemprego e estagnação do consumo; à diminuição de impostos sobre o capital e investimentos em aplicações financeiras; ao aumento das taxas de juros que eleva o peso da dívida pública e provoca a crise fiscal dos Estados (CHESNAIS, 1996, p. 308).

A mundialização do capital contribuiu consideravelmente para restabelecer a rentabilidade dos investimentos, exercendo forte pressão para o rebaixamento, tanto dos salários, como dos preços de muitas matérias-primas. Ela influi no comportamento do investimento, ou acentua suas características, da seguinte forma: forte propensão às aquisições/fusões; prioridade dos investimentos de reestruturação e racionalização; e sobretudo, fortíssima seletividade na localização e escolha dos locais de produção (CHESNAIS, 1996, p. 308).

Esses são mecanismos com efeito cumulativo que são influenciados pelos interesses do capital privado, definidos pelo mercado e pela busca de rentabilidade a curto prazo, agravando ainda mais a depressão econômica. Além disso, a incapacidade dos Estados de contrabalançar a depressão e suas ações com políticas voltadas para a lógica do mercado agravam ainda mais a esfera financeira e econômica (CHESNAIS, 1996, p. 309).

A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela não cria nada por si própria. Representa a própria arena onde se joga um jogo de soma zero; o que alguém ganha, dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde. Quando a esfera financeira deixa de ser alimentada por fluxos substanciais, cuja origem encontra-se exclusivamente na esfera da produção, as tensões dentro do circuito fechado se intensificam, e com elas a aproximação de crises financeiras. Devido a isso, o sistema financeiro hipertrofiado tem uma sensibilidade extrema, quase patológica, às modificações de conjuntura, por mínimas que sejam, pois é essa conjuntura que condiciona o volume de transações a partir do qual formam-se os lucros financeiros (CHESNAIS, 1996, p. 309-310).

Assim, a predominância do capital financeiro tem efeitos devastadores nas esferas econômicas. Ao analisar a crise mexicana, Chesnais (1996, p. 311) verifica a velocidade de destruição das esferas produtivas geradoras de valor e riqueza em poucas semanas. Nesse contexto, o desenvolvimento atual do capitalismo monopolista delinea seus limites. A continuidade das bases do sistema capitalista fundadas na extração de mais-valia, na propriedade privada, no consumo sem controle e a busca de recomposição da atividade industrial, nessas bases, estabelecem os limites sociais, políticos e geográficos do sistema (CHESNAIS, 1996, p. 313-314).

Por fim no que diz respeito à questão central do movimento do capital em suas três formas, apresentamos um conjunto de dados que tendem a sugerir o crepúsculo do ciclo unificado sob dominação do capital industrial. Pudemos constatar várias expressões da capacidade do capital comercial, em suas formas mais concentradas, seja de se colocar como rival do capital industrial, seja de impor a este punções sobre a mais-valia, através de um controle eficaz do escoamento, ou seja, do acesso ao mercado. No caso do capital monetário, é bem mais do que isso. Trata-se aí da reafirmação, pelo capital monetário, de sua autonomia total perante o capital industrial, e o surgimento de

uma situação onde é o movimento próprio dessa fração do capital que tende a impor sua marca às operações do capitalismo contemporâneo, como um todo (CHESNAIS, 1996, p. 318).

Como a nova etapa de desenvolvimento do sistema capitalista global enfrenta seus limites estruturais, pelo qual a expansão produtiva não é mais solução viável, qualquer movimento para conquistas sociais é tido como ameaça ao sistema. Nesse contexto de crise do sistema, Mézáros afirma que as alternativas socialistas com centralidade na emancipação do trabalho possuem maior importância na atualidade do que no passado (MÉSZÁROS, 1999, p.83-85).

2.2. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA COMO RESPOSTA À CRISE DO CAPITAL

O fato é que o regime de acumulação fordista já apresentava sinais de esgotamento desde meados dos anos 1960, com a recuperação dos mercados internos da Europa Ocidental e do Japão. Isto impulsionou a busca por mercados externos e conseqüentemente o aumento da competição mundial. Essa nova conjuntura de acirramento de competitividade levou a busca por mercados com pouca ou nenhuma regulação trabalhista, desestabilizou a economia dos Estados Unidos e seu controle sobre a economia mundial, acabando com o acordo de *Bretton Woods*.⁵ O aumento do custo do trabalho vivo, consequência das conquistas sociais da classe trabalhadora, provocou o endividamento do Estado e a diminuição das taxas de acumulação de capital. Esse processo de desestabilização econômica culminou com a crise do petróleo de 1973, desencadeando um amplo processo de reestruturação produtiva e mudanças nas regulamentações políticas e sociais. Esse amplo processo de reestruturação se configurou em um novo regime de acumulação, oposto à rigidez do fordismo. O regime de acumulação flexível é

⁵ Esse acordo se configurou em uma forma de regulamentação político-econômica em nível mundial, direcionando a disseminação do taylorismo/fordismo como regime de acumulação, limitada a posição hierárquica no mercado mundial e pela taxa de câmbio atrelada ao dólar. Esse regulamentação, definida em 1944, limitou o desenvolvimento econômico mundial à política fiscal e monetária dos Estados Unidos, transformando o dólar em moeda-reserva mundial. Esse acordo foi proporcionado por meio da articulação de alianças militares e relações de poder bem definidas (HARVEY, 2006, p. 131-132).

baseado na flexibilidade dos contratos de trabalho, dos processos organizacionais, dos produtos e padrões de consumo (HARVEY, 2006, p. 135-140).

Com base na conjuntura de instabilidade econômica derivada da crise do capital dos anos 1970 e com o êxito do Japão na concorrência mundial, o modelo de gestão do trabalho desenvolvido na fábrica japonesa Toyota, passa a orientar o processo de reorganização da produção mundial nos anos 1980. A disseminação das técnicas do toyotismo, a partir dos anos 1970, para várias partes do mundo, cria a necessidade de adaptação às diferentes realidades das produções industriais (ALVES, 2005, p. 29-32).

Os efeitos do novo regime de acumulação no mundo do trabalho são transformações radicais como o desemprego estrutural e a destruição e reconstrução de habilidades e competências mais de acordo com as demandas da produção. As relações de trabalho são profundamente alteradas com a diminuição do emprego; o crescimento do trabalho temporário ou subcontratação; o resgate e crescimento de formas artesanais de produção em pequenas quantidades, sem nenhuma seguridade social; formas familiares, paternalistas, com envolvimento de exploração (HARVEY, 2006, p. 141-148).

Como justificativa ideológica, esse sistema é disseminado como única alternativa viável, instituindo-se de forma renovada o paradigma da democracia burguesa. A economia de livre mercado passa a ter a conotação de liberdade de escolha econômica, que conduz à democracia. Essa ideologia transfere a solução dos aspectos negativos desse sistema – como o desemprego de milhões de pessoas – para a liberdade de escolha econômica (MÉSZÁROS, 1999, p. 86-88).

O esvaziamento da concentração de trabalhadores na indústria, com produção em pequenos lotes, fez o poder sindical enfraquecer. Isto fez com que o controle sobre o trabalho se tornasse maior (HARVEY, 2006, p. 148).

Com o discurso neoliberal de flexibilização da produção e das relações de trabalho necessárias à competição internacional, o empresariado brasileiro intensifica o processo de racionalização da produção, visando à diminuição dos custos fixos e variáveis. A proposta empresarial para a competição

internacional investe na flexibilização dos contratos de trabalho, da jornada de trabalho, dos salários etc. Essa proposta afeta diretamente a dinâmica da negociação coletiva, principal instrumento de conquistas trabalhistas, implementado pela organização sindical dos trabalhadores. Além disso, é desencadeada uma grande modificação nas condições de trabalho, no nível e qualidade do emprego (DIEESE, 1999, p. 1-3).

As mudanças implementadas com o novo regime flexível provocaram uma onda de fusões, reestruturações e fragmentações nas organizações. Muitas das grandes organizações se especializaram, passando a não desempenhar mais as atividades iniciais, transferindo para terceirizadas e passando a controlar as atividades de várias empresas menores (HARVEY, 2006, p. 149-157). Além disto, evidencia-se maior autonomia e integração do mercado financeiro mundial, sem precedentes, tornando-o cada vez mais complexo. O desenvolvimento desse mercado complexo exigiu uma intervenção estatal de novo tipo, envolvendo acordos internacionais, desregulamentação e regulamentação nos moldes ditados pelo FMI e pelo Banco Mundial (HARVEY, 2006, p. 158-162).

Por meio da evolução dos processos de negociação coletiva em torno das políticas de recomposição do poder aquisitivo dos salários e busca pela normatização dos direitos sociais, os sindicatos se institucionalizaram e formaram as centrais sindicais. Essa institucionalização ganha forma mais definida a partir da Constituição de 1988. A consolidação do processo de negociação coletiva permitiu grande evolução na normatização de regras envolvendo as relações de trabalho (DIEESE, 2001, p. 195-196).

A negação dos defeitos estruturais do sistema de capital e o abandono de um projeto maior, com concepções políticas mais abrangentes, de caráter classista, foram as causas de derrotas, nos anos 1990, de vários movimentos sociais signatários de questões únicas. Esses movimentos focalizavam sua ação nos problemas e ignoravam suas causas, sendo relegados, desacreditados e condenados à marginalização. Movimentos sociais como o dos ambientalistas, bem como a integração do trabalho promovida pela socialdemocracia, nos parâmetros de regulação social do Estado Bem Feitor, encontram seus limites no

atual estágio do capitalismo monopolista. As conquistas sociais obtidas pelos trabalhadores na fase taylorista/fordista só foi possível porque estavam integradas ao desenvolvimento do sistema e transformadas em aumento de produtividade (MÉSZÁROS, 1999, p. 86-88).

As reformas do Estado e a abertura econômica, a partir dos anos 1990, provocaram o agravamento do quadro de recessão e desemprego. Essas reformas foram realizadas para adequar o Estado brasileiro ao receituário neoliberal e à nova conjuntura internacional de competitividade, privatizações, reestruturação produtiva, flexibilização dos direitos trabalhistas etc. Esse período foi caracterizado pela abertura de novos espaços de negociação entre o governo, empresários e trabalhadores. Além da negociação por categorias, abriram-se espaços de negociação em câmaras setoriais. Nas câmaras setoriais eram discutidas questões como o nível de emprego em complexos industriais, investimentos e tributação (DIEESE, 2001, p. 197-198).

Nesse contexto de adaptação do Brasil à nova etapa do capitalismo global, são implantadas as políticas públicas de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda. Para legitimar esse processo, as políticas governamentais como o *“Entendimento Nacional”*, em 1991, e *“Agenda Brasil”*, em 1993, introduziram discussões em torno das reformas da Previdência Social, Tributária e Fiscal, Políticas Sociais, além das Políticas de Emprego. Essas políticas, de modo geral, não alcançaram os objetivos dispostos no discurso oficial. As transformações sócio-econômicas, a reestruturação industrial e a introdução de novas formas de organização da produção e novas tecnologias microeletrônicas provocaram alterações nas formas de negociação coletiva, por meio da investida contra os direitos trabalhistas conquistados na década de 1980 (DIEESE, 2001, p. 197-198).

Além da mudança nas estratégias de luta entre capital e trabalho, a introdução intensa de ciência e tecnologia na produção demanda um novo tipo de trabalhador. Para adaptar a força de trabalho à lógica produtiva, a educação se funda no conceito de competências, exigindo do trabalhador criatividade, aptidão para resolver problemas, disposição para uma constante qualificação por exigência do mercado. Esse modelo de competências é direcionado pelo processo de

reestruturação produtiva, baseado no toyotismo, com o objetivo de subordinar o trabalhador à lógica produtiva, explorando o trabalho pela racionalização multifuncional, aumentando a produtividade (BATISTA, 2003, p. 143-172).

No contexto da introdução das novas tecnologias, o novo tipo de trabalhador precisa possuir habilidades de raciocínio lógico, estar preparado para uma constante qualificação, ter o domínio de conhecimento geral, estar preparado para tomar decisões e resolver problemas (ASSIS, 1994, p. 192-195).

Para compreendermos esse movimento e mudanças nas sociedades contemporâneas, iremos resgatar os conceitos de sociedade civil, sociedade política e a ampliação do conceito de Estado, ou seja, a concepção de sociedade como bloco histórico.

2.3. O ESTADO EDUCADOR E SUA PEDAGOGIA POLÍTICA RENOVADA

2.3.1. *Sociedade Civil e Sociedade Política no Interior da Superestrutura*

Considerando o trabalho como fundante do ser social, Marx e Engels (1998, p. 40) concebem a sociedade como a dinâmica entre as forças produtivas e as relações de produção, configurando suas características e forma no desenvolvimento do processo histórico. Essa história das sociedades se constitui na história da luta de classes, na conquista do poder político por uma classe e a submissão de toda a sociedade as condições de apropriação. Essa sociedade caracterizada por relações de poder e dominação é identificada pelo conceito de sociedade civil, como podemos verificar na seguinte afirmação:

A forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todos os estágios históricos precedentes e que, por seu turno, as condiciona, é a sociedade civil; esta, como se deduz do que foi dito acima, tem como pressuposto e fundamento a família simples e a família composta, a assim chamada tribo, cujas determinações mais precisas foram expostas anteriormente. Aqui já se mostra que essa sociedade civil é o verdadeiro foco e cenário de toda a história, e quão absurda é a concepção histórica anterior que descuidava das

relações reais, limitando-se às pomposas ações dos príncipes e dos Estados (MARX; ENGELS, 2007, p. 39).

Dessa forma, Marx e Engels concebem a sociedade civil como o conjunto das relações econômicas e sociais, compondo a estrutura social e atribuindo grande importância ao desenvolvimento do processo sócio-histórico. Essa concepção de sociedade civil pode ser melhor evidenciada no seguinte fragmento de *"A Ideologia Alemã"*:

A sociedade civil abarca o conjunto do intercâmbio material dos indivíduos no interior de um estágio determinado das forças produtivas. Ela abarca o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio e, nessa medida, ultrapassa o Estado e a nação, apesar de, por outro lado, ela ter de se afirmar ante o exterior como nacionalidade e se articular no interior como Estado (MARX; ENGELS, 2007, p. 74).

Ao analisar as origens do conceito de sociedade civil e suas características, Portelli (2002, p. 20-21) aponta o caráter de originalidade deste conceito em Gramsci, por possuir características terminológicas e dimensões diferenciadas. Nessa análise, Portelli (2002, p. 17-21) faz uma crítica a Bobbio pela atribuição da origem do conceito gramsciano de sociedade civil a Hegel, constituindo-se em uma interpretação forçada e unilateral. Segundo Portelli (2002, p. 21), a concepção de sociedade civil gramsciana se constitui em um conjunto complexo e extenso, composto por organismos "privados" com a função de hegemonia que a classe dominante exerce em toda a sociedade. Assim, a sociedade civil, em oposição à sociedade política, se constitui no conteúdo ético-moral do Estado ampliado (sociedade civil + sociedade política), com a capacidade de direção do bloco histórico.

A análise da sociedade civil deve considerar suas três dimensões: a ideologia da classe fundamental que abrange a totalidade social (ciências, artes, economia, direito etc.); a concepção de mundo difundida em todas as camadas sociais, com o objetivo de criar vínculos com a classe dirigente e adaptar os grupos sociais ao projeto de sociedade da burguesia, configurando-se em diferentes graus dessa concepção de mundo (a religião, a filosofia, senso-comum, folclore); a direção ideológica da sociedade articulada em três níveis essenciais: a ideologia, os organismos de criação e difusão (estrutura ideológica) e o material ideológico

(mídia de massa, sistema escolar etc.) que são os instrumentos técnicos de disseminação da ideologia (PORTELLI, 2002, p. 21).

Com a intensificação do comércio e da indústria e dos meios de comunicação, Marx e Engels (2007, p. 75) verificam a ampliação da propriedade privada, o estabelecimento de uma ordem econômica concorrencial e a necessidade do Estado como mediador da concorrência entre os capitais singulares, funcionando como um mecanismo de garantia da propriedade privada e um gerente nos negócios e interesses da classe dominante.

A burguesia, por ser uma classe, não mais um estamento, é forçada a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, e a dar a seu interesse médio uma forma geral. Por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses. A autonomia do Estado tem lugar atualmente apenas naqueles países onde os estamentos não se desenvolveram completamente até se tornarem classes, onde os estamentos já eliminados nos países mais avançados ainda exercem algum papel e onde existe mistura; daí que, nesses países, nenhuma parcela da população pode chegar à dominação sobre as outras. Este é especialmente o caso da Alemanha. O exemplo mais acabado do Estado moderno é a América do Norte. Todos os modernos escritores franceses, ingleses e americanos declaram que o Estado existe apenas em função da propriedade privada, de tal modo que isso também foi transmitido para o senso comum (MARX; ENGELS, 2007, p. 75).

A concepção de Estado de Marx e Engels se restringe a um comitê gestor dos negócios da burguesia, a um mecanismo de garantia da propriedade burguesa, como podemos verificar nas seguintes afirmações: “o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX e ENGELS, 1998, p. 42). “Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política” (MARX; ENGELS, 2007, p. 76). Dessa forma, Marx e Engels concebem a sociedade civil como estrutura e base da superestrutura político-ideológica do Estado e, este,

como um comitê da burguesia para a garantia de seus interesses, sendo o resultado do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em um determinado período histórico e impulsionado pelo advento da sociedade burguesa. Verifica-se essa concepção na seguinte afirmação:

A palavra sociedade civil [bürgerliche Gesellschaft] surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já haviam se libertado da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil, como tal, desenvolve-se somente com a burguesia; com este mesmo nome, no entanto, foi continuamente designada a organização social que se desenvolve diretamente a partir da produção e do intercâmbio e que constitui em todos os tempos a base do Estado e da restante superestrutura idealista (MARX e ENGELS, 2007, p. 74).

Essa concepção do Estado como aparelho de dominação e exercício legítimo da força e coerção terá em Gramsci o mesmo significado que sociedade política. Nesse aspecto, a sociedade política possui aspectos diferenciados, dependendo do grau de articulação com a sociedade civil.

A partir do conceito de hegemonia, Gramsci analisa a relação entre coerção e consenso em função da complexificação da sociedade civil e a decorrente ampliação do Estado (sociedade civil + sociedade política). Sobre hegemonia, Gramsci (1989, p. 33) afirma que:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.

A conquista da hegemonia ético-política pela classe fundamental em um Estado ampliado toma a forma de uma guerra de posições, em um embate entre sociedade civil e sociedade política. Assim, a sociedade civil toma a forma de superestrutura político-ideológica, como podemos verificar na seguinte afirmação:

A mesma redução deve-se verificar na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados, onde a "sociedade civil" transformou-se numa estrutura muito complexa e

resistente às “irrupções” catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.): as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna (GRAMSCI, 1989, p. 73).

Essa complexificação da sociedade civil e sua relação com o Estado em sentido estrito pode ser verificada quando Gramsci (1989, p. 74-75) analisa a estratégia revolucionária de frente única de Lênin, considerando a complexificação das relações políticas na sociedade civil:

Só que Ilich não teve tempo de aprofundar a sua fórmula, mesmo levando em conta que ele podia aprofundar teoricamente apenas, desde que a missão fundamental era nacional, exigia um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e de fortaleza representados pelos elementos da sociedade civil, etc. No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional.

Assim, o Estado ampliado, na concepção gramsciana, se constitui em: “[...] todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados, é evidente que todas as questões da sociologia não passam de questões da ciência política” (GRAMSCI, 1989, p. 87).

Com o desenvolvimento e consolidação do Estado moderno, as estratégias da dominação de classe se modificam, constituindo-se em uma combinação de coerção e persuasão, substituindo a dominação direta de grupos sociais, pela hegemonia ativa da classe dominante. Essas mudanças são desencadeadas pelo grau de ocidentalização das sociedades, ou seja, a complexificação das relações de poder e o grau de politização da sociedade civil. Essa complexificação da sociedade civil como espaço de organização da vontade coletiva, exige do Estado a redução de suas práticas baseadas na coerção, com práticas educativas regressivas e negativas, dando espaço para uma combinação de coerção e persuasão, com práticas educativas positivas. Essa combinação consiste

em ações voltadas para conformar ética e moralmente a sociedade civil nos limites da sociabilidade burguesa, tornando-se um Estado educador para a manutenção da hegemonia da classe fundamental (NEVES, 2005, p. 22-24).

A manutenção da hegemonia burguesa e do seu projeto de sociedade exige do Estado ações pedagógicas voltadas para formar certo homem coletivo, mais adequado ao desenvolvimento do aparelho econômico de produção e legitimar as mudanças estruturais necessárias à continuidade e funcionalidade desse aparelho. Assim, o Estado capitalista assume o papel de educador, com a tarefa de criar novos tipos de civilização mais adequada ao funcionamento do aparelho econômico de produção (NEVES, 2005, p. 25-26).

Com o horizonte de formar e criar sempre novos tipos de civilização mais adequada ao funcionamento da economia e do setor produtivo, as estratégias e ações pedagógicas se modificam a cada crise estrutural do sistema capitalista. O desequilíbrio entre estrutura e superestrutura desencadeia modificações nas duas esferas com o objetivo de manter a hegemonia da classe fundamental e formar um novo bloco histórico. Nesse contexto, o Estado aciona medidas na aparelhagem estatal e na sociedade civil, por intermédio dos aparelhos privados de hegemonia, para desenvolver uma reconfiguração da pedagogia política, com o objetivo de reajustar as relações de poder e conformar técnica e eticamente a população à sociabilidade burguesa (NEVES, 2005, p. 26-27).

Nesse contexto de redefinição do modo de regulação social e dos mecanismos de mediação do conflito de classes, surgem as políticas sociais, em especial as políticas educacionais como ações estratégicas do Estado capitalista.

Esse processo pode ser evidenciado nos momentos de crise estrutural do capital, como percebemos na crise dos anos 1930 e na crise do esgotamento do modelo taylorista/fordista de acumulação ao final dos anos 1960. Assim, iremos analisar as duas crises estruturais e o surgimento de mudanças na política social como mecanismo de mediação do conflito de classes.

O processo revolucionário para a consolidação da sociedade burguesa estava voltado para o rompimento com a estrutura da sociedade feudal e

a ascensão da burguesia como classe dirigente (BEHRING, 2006, p. 4-5). Para a conquista da hegemonia e direção da sociedade, a burguesia, detentora da hegemonia econômica, disseminou uma pedagogia política anti-estatal, atribuindo ao mercado o poder de regulação social e maximização do bem-estar coletivo. Dessa forma, deslocando o homem da realidade e retirando sua capacidade de decisão dos rumos sociais, a regulação social passa a ser direcionada por uma força externa ao homem, o mercado livre, transformando o homem de sujeito a ator social direcionado pela “mão invisível” do mercado (BEHRING, 2006, p. 4-6). Além de proporcionar a ascensão da burguesia, essa estratégia, fundamentada no liberalismo, tinha como objetivo camuflar a contradição entre a socialização do trabalho e apropriação privada do trabalho social, como aspecto inerente ao modo de produção capitalista e manter o equilíbrio entre estrutura e superestrutura.

A regulação social com os pressupostos do liberalismo redefinia a relação entre Estado em sentido estrito e sociedade civil. Nesse aspecto, o Estado deveria ser mínimo e controlado pelos indivíduos da sociedade civil, restrito às seguintes funções: defesa da nação contra inimigos externos; poder de arbitragem e proteção dos indivíduos nos conflitos interpessoais; provimento de obras públicas não executadas pela iniciativa privada. Esse bloco histórico formado encontra seus limites a partir da segunda metade do século XIX até o início do século XX (BEHRING, 2006, p. 4-5).

À medida que o capital se torna hegemônico, as relações de poder na sociedade civil se complexificam, evidenciando as contradições entre a socialização do trabalho e a apropriação privada do trabalho social. Essa evidência proporciona a elevação do nível de consciência social das desigualdades sociais promovidas pelo modo de produção capitalista (NEVES, 2005, p. 22-23).

A complexificação das relações de poder na sociedade civil se materializa nas organizações dos diversos sujeitos políticos coletivos, em aparelhos privados de hegemonia, com níveis diferenciados de consciência política. Essa organização dos sujeitos políticos coletivos ocorre em torno de dois blocos antagônicos em disputa pela direção política e cultural da sociedade. Nesse contexto de disputa de hegemonia política e cultural, os diversos sujeitos políticos

coletivos, organizados em prol do projeto de sociabilidade dos trabalhadores, ocupam espaços políticos importantes e formulam a concepção de mundo dos trabalhadores com o objetivo de superação da sociedade de classes (NEVES, 2005, p. 22-23).

Como resultado da crise estrutural iniciada na segunda metade do século XIX e da luta de classes, as primeiras legislações e medidas de proteção social surgem nos países centrais da economia capitalista a partir do final desse século. Porém, a generalização dessas medidas de proteção social transformada em uma política ampla só ocorre com o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar como modo de regulação social (BEHRING, 2006, p. 2).

A partir da crise estrutural dos anos 1930 e da ameaça do comunismo, o capital utiliza-se da combinação do keynesianismo e Estado de Bem-Estar Social como modo de regulação social e mediação do conflito de classe. Esse modo de regulação social foi utilizado em conjunto com um novo modelo de organização produtiva taylorista/fordista, que conformou os trabalhadores a essa configuração política por meio da garantia de direitos políticos e sociais nos limites de valorização do capital (SOUZA, 2008, p. 313-316).

Para manter a reprodução do sistema capitalista e evitar a adesão ao projeto socialista, o Estado, em sentido estrito, redefiniu suas estratégias usando a combinação de coerção e persuasão, sendo esta por meio de ações educativas na direção da garantia de direitos sociais, redução das desigualdades de acesso a riqueza socialmente produzida e acesso ao poder. Como ação coercitiva podemos evidenciar o ataque ao sindicalismo operário de base territorial e, como ação persuasiva, os altos salários e diversos benefícios sociais, disseminação político-ideológica (NEVES, 2005, p. 29-30).

A pedagogia política nos anos de taylorismo/fordismo se desenvolveu com a ampliação da cidadania político-social, ou seja, a ampliação dos direitos sociais ligados a grande política, como trabalho, educação, saúde, moradia, transportes de massa, políticas sociais executadas diretamente pelo aparelho de Estado, além do acesso ao poder político de forma limitada. Essa ampliação da cidadania e das políticas sociais se constituiu em estratégias estatais para a busca

do consenso em torno da sociabilidade burguesa e para impedir que as organizações da classe subalterna ultrapassassem o nível econômico-corporativo para o nível ético-político de consciência política coletiva. Dessa forma, a luta de classes proporcionou o aumento dos direitos de cidadania durante o desenvolvimento do fordismo e da Guerra Fria, mas ao mesmo tempo desencadeou a redução do nível de consciência política coletiva dos partidos revolucionários, constituindo-se nos partidos socialdemocratas (principalmente na Europa), além de transformar o sindicalismo de classe em sindicalismo por resultados (NEVES, 2005, p. 30-31).

2.3.2. A Política da Terceira Via como Instrumento Estratégico de Ação da Nova Pedagogia da Hegemonia

O esgotamento do modelo fordista de acumulação e do modo de regulação social do Estado de Bem-Estar Social se configura em uma nova crise estrutural, a partir do final dos anos 1960 e início dos 1970. Em busca de nova regularidade para o sistema, o capital responde com a combinação do receituário neoliberal, como modo de regulação social, e com o regime de acumulação flexível. Diferentemente da rigidez da organização produtiva fordista, a produção enxuta e flexível deste novo regime aposta na introdução maciça de ciência e tecnologia na produção e em novas formas de gestão da produção, almejando a flexibilidade do sistema produtivo e das relações de produção (SOUZA, 2008, p. 313-316).

Como condições objetivas dessa crise, percebemos: o esgotamento do modelo de desenvolvimento do capital baseado no regime de acumulação rígida (modelo de produção taylorista/fordista) e no regime de regulação social do Estado de Bem-Estar Social; a inserção de ciência e tecnologia nos processos produtivos (com base microeletrônica e informática); os avanços na luta de classes e conquistas sociais dos trabalhadores. Nesse contexto, a hegemonia do receituário neoliberal, como forma de regulação social, desencadeia o desemprego estrutural, a precarização das relações de trabalho e das condições de vida de grande contingente populacional, ameaçando o consenso e a hegemonia da sociabilidade burguesa (SOUZA, 2010, p. 133).

Nesse contexto, em meados dos anos 1990, desenvolve-se como aparente alternativa ao neoliberalismo um amplo projeto político de alcance mundial, com o objetivo de reconfigurar a sociabilidade burguesa nos limites do capitalismo, reordenando a política, a economia e as relações entre os indivíduos. Esse projeto tem como objetivo aperfeiçoar o projeto neoliberal, dando uma nova roupagem para legitimar e possibilitar a continuidade das reformas neoliberais, possibilitando a apresentação de um capitalismo mais “humanizado”. Assim, a Terceira Via, como projeto de alcance mundial, envolve governantes de diversos países e visa à reforma do capitalismo, por meio de mudanças na política e na economia, constituindo-se em um instrumento estratégico de ação da pedagogia política renovada (LIMA; MARTINS, 2005, p. 43-45).

A Terceira Via é apresentada como um projeto em oposição às concepções ditas radicais do neoliberalismo, apontando-se às premissas do Estado mínimo, da desregulamentação irrestrita do mercado e da promoção do individualismo econômico como fundamentalismo de mercado (LIMA; MARTINS, 2005, p. 44).

Para se diferenciar do neoliberalismo, acusa-o de abordar as transformações atuais geradas pela globalização de maneira muito limitada às necessidades econômicas mais imediatas, não percebendo que essa ênfase cria sérios problemas às bases sociais necessárias aos próprios mercados, comprometendo o desenvolvimento econômico de longo prazo (LIMA; MARTINS, 2005, p. 44).

Assim, a principal preocupação dos partidários da Terceira Via não tem como foco os efeitos de degradação social provocados pela implantação do neoliberalismo. Suas preocupações giram em torno da ameaça de revoltas sociais e abalo da coesão social. Em suas críticas e argumentações, ocorre o esvaziamento do conteúdo político-econômico para camuflar os problemas causados pela adoção do neoliberalismo como resposta à crise estrutural do sistema capitalista, apresentando esses problemas sociais como uma questão de ingerência e medidas equivocadas de políticos conservadores (LIMA; MARTINS, 2005, p. 45).

Nesse processo de despolitização e descontextualização sociopolítica e econômica, a Terceira Via tem como base teses fragmentadas e descontínuas que deslocam o homem da realidade sócio-histórica, naturalizando os problemas

decorrentes da implantação do receituário neoliberal, apontando o surgimento dos problemas sociais fruto de um desenvolvimento sem o controle humano, submetido a um mundo de incertezas e perturbações. Essas teses têm como objetivo justificar e possibilitar a continuidade do sistema de produção capitalista, camuflando as contradições e os antagonismos inerentes ao desenvolvimento desse sistema (LIMA; MARTINS, 2005, p. 45-47).

A partir desse processo de fragmentação e desconstrução da realidade para a adequação do cotidiano social à manutenção e à reforma burguesa do sistema capitalista, suas teses estão baseadas em uma crítica generalizada ao socialismo e às teorias marxistas, opondo-se às concepções de homem, como síntese das relações sociais e sujeito político com capacidade para dar direção e definir o seu destino no processo histórico; da história, como processo de luta de classes; da centralidade da categoria trabalho, como processo de constituição da natureza humana. Dessa forma, a Terceira Via adota, em oposição à categoria trabalho, uma abordagem reduzida, com a idéia de ocupação e emprego (LIMA; MARTINS, 2005, p. 45-46).

Com base na oposição a essas concepções, as críticas da Terceira Via são formuladas e direcionadas para apresentar o capitalismo como única alternativa viável para a humanidade, a alternativa mais adequada ao desenvolvimento humano. Assim, o socialismo revolucionário é representado com sentido antagônico à democracia. Essa “democracia” na concepção da Terceira Via, limita-se à concepção de democracia liberal-burguesa, restrita a um regime de governo com alternância de poder por meio de eleições, porém acrescenta a necessidade de criação de espaços para a solução de problemas em dissenso por meio do diálogo (LIMA; MARTINS, 2005, p. 46-47).

Por consequência, mesmo com a ampliação que propõe, mantém a delimitação da democracia somente como uma categoria política que dimensiona o direito à participação formal, à livre iniciativa dos indivíduos na vida em sociedade e à possibilidade de diálogos entre os indivíduos com a aparelhagem do Estado na busca de soluções para problemas controversos. Além de tudo isso, sugere que a democracia socialista seria uma continuação direta da democracia liberal com mais participação do povo (LIMA; MARTINS, 2005, p. 47).

Essa visão restrita de democracia tem como objetivo ocultar a principal contradição do capitalismo contemporâneo que consiste no alargamento da participação política convivendo com a apropriação privada dos bens sociais, culturais e econômicos (LIMA; MARTINS, 2005, p. 46-47).

Em termos teóricos e práticos, a questão central da democracia no projeto socialista não se limita, como sugerido pela Terceira Via, no “envolver o povo”, mas sim na superação dos mecanismos de poder que garantam a apropriação privada dos bens sociais, culturais e econômicos e ao mesmo tempo na supressão da apropriação privada dos meios de produção, eliminando todos os tipos e formas de coações econômicas e alienações promovidas pelo mercado para instituir “um novo mecanismo motor, uma nova racionalidade, uma nova lógica econômica” no sentido da construção do autogoverno dos produtores associados (LIMA; MARTINS, 2005, p. 47).

2.3.3. Pressupostos Político-Ideológicos da Pedagogia Política Renovada

Com a crise estrutural do capital a partir dos anos 1970, a busca visceral de recomposição das bases de acumulação desencadeia amplo processo de reestruturação produtiva com inserção cada vez mais intensa de ciência e tecnologia nos processos produtivos, novas modalidades de produção e reformulação dos mecanismos de mediação do conflito de classes (LIMA; MARTINS, 2005, p. 47-48 e SOUZA, 2008, p. 317-319).

Nesse contexto, o desenvolvimento da tecnologia microeletrônica e da informática e sua aplicação no desenvolvimento constante dos meios de produção, de comunicação e de transportes, constituem-se em dimensões de uma integração sistêmica dos mercados financeiros mundiais, ou seja, no processo de mundialização do capital. Essas mudanças intensas, que se expressam no âmbito cultural, tecnológico e econômico são apresentadas como um processo de globalização e integração dos países, como um processo autônomo que foge ao controle humano (LIMA; MARTINS, 2005, p. 47-48).

Com a afirmação da morte do socialismo e da globalização como processo autônomo, os partidários da Terceira Via apontam o Estado de Bem-Estar-Social como empecilho ao desenvolvimento econômico e social, como um

problema crônico de viabilidade da continuidade do modo de produção capitalista, a Terceira Via se apresenta, então, como um projeto político necessário à superação do Estado de Bem-Estar-Social (LIMA; MARTINS, 2005, p. 47-48). Em um contexto de acirramento da competição mundial e de mudanças constantes, o Estado de Bem-Estar-Social se torna um sistema de regulação social a ser superado pela sua incapacidade de: eliminar a pobreza; redistribuição de renda; incompatibilidade com as transformações no mundo do trabalho. Além dessas incapacidades, o Estado de Bem-Estar-Social deve ser superado por provocar a dependência dos indivíduos a um sistema assistencial previdenciário (LIMA; MARTINS, 2005, p. 47-48).

Para legitimar e consolidar as mudanças estruturais necessárias à manutenção da hegemonia da classe dominante, Souza (2010, p.134) aponta a disseminação, no nível superestrutural, de uma “[...] pedagogia política capaz de conformar ética e moralmente a sociedade civil nos limites das leis de mercado, sob condições renovadas, mais de acordo com o estágio atual do desenvolvimento do capital” (SOUZA, 2010, p.134).

Nesse contexto, as referências ideológicas para a conformação ética e moral da sociedade civil nos limites da sociabilidade burguesa estão pautadas na concepção de uma sociedade pós-tradicional. Essa nova sociedade é caracterizada pela predominância de incertezas artificiais, com um mundo em constantes mudanças, gerando incertezas e dúvidas. Assim, essas mudanças são caracterizadas como um fenômeno inumano, em constante mutação e descontrole, onde o homem fica sujeito às mudanças do sistema capitalista. Com essa análise deslocada da realidade sócio-histórica, ocorre a naturalização do sistema capitalista como algo imutável e sem o direcionamento humano (LIMA; MARTINS, 2005, p. 48-49).

Partindo da história como síntese de acontecimentos incertos e constantes, a Terceira Via se estrutura em três pressupostos políticos que irão fundamentar as mudanças necessárias à relação entre Estado e sociedade civil, para a manutenção da ordem vigente (LIMA; MARTINS, 2005, p. 48-49).

Como pressupostos políticos, os teóricos da Terceira Via partem da evidência da crise de uma existência humana rígida de caráter fundamentalista, delineando uma nova ordem pós-tradicional. Essa nova ordem se constituiria em uma tradição reflexiva, baseada em uma moralidade individual e na possibilidade de consenso entre classes antagônicas por meio do diálogo social. Além desse pressuposto político, a Terceira Via oculta as causas do aprofundamento do processo de mundialização financeira e apresenta esse processo como uma globalização derivada do avanço tecnológico dos meios de comunicação e dos transportes de massa, proporcionando uma mudança cultural com uma intensa comunicação e deslocamento. Assim, a globalização, como um fenômeno cultural proporcionado pelo avanço tecnológico, estaria mudando os hábitos, costumes e cultura local, na direção de uma cultura com hábitos, valores e costumes universalistas (LIMA; MARTINS, 2005, p. 48-49).

Essa noção pressupõe a globalização como um fenômeno de compressão tempo-espço, ao mesmo tempo em que nega o aprofundamento da hierarquização planetária que centraliza a riqueza e amplia a desigualdade no cenário da mundialização financeira. O que se evidencia nessa formulação é a idéia da inevitabilidade da mundialização do capital financeiro apresentada a partir da imagem de uma "aldeia global", onde todos têm acesso a todas as mercadorias, incluindo a informação, em tempo real (LIMA; MARTINS, 2005, p. 49).

Essa concepção de integração global esconde a inserção de apenas uma pequena parte da população mundial nessa dinâmica, pois o capitalismo não precisa mais de um grande contingente no processo produtivo, relegando à exclusão desse processo grande parte da população mundial (LIMA; MARTINS, 2005, p. 49-50).

A expansão da reflexividade social apresenta-se como terceiro pressuposto político da Terceira Via. Nessa concepção, a intensificação da circulação de informações de forma globalizada, ou seja, a informação por ela mesma seria capaz de gerar pessoas inteligentes, interativas, criativas e socialmente responsáveis (LIMA; MARTINS, 2005, p. 50).

Tomado por outro ângulo de análise, observa-se que esse pressuposto enuncia a necessidade de construção da chamada

“sociedade civil ativa”, composta por homens e mulheres mais bem informados e educados, que passam de sujeitos históricos a atores sociais, que assimilam uma nova postura social expressa na prestação de serviços e não na reivindicação coletiva de direitos. Ao sugerir que se está vivenciando um novo mundo de “reflexividade intensificada”, a Terceira Via aproxima-se dos teóricos da “sociedade da informação”, que defendem a existência de uma nova ordem na qual a categoria “trabalho” perde a centralidade (LIMA; MARTINS, 2005, p. 50).

Assim, a análise da informação por ela mesma, descontextualizada da realidade da sociedade capitalista, fundada na extração máxima de mais-valia e regulada pela lei do valor, tem como objetivo desconsiderar a existência de classes antagônicas como estrutura social desse modo de produção e reprodução da vida material. Além disso, desconsidera o controle sobre o acesso ao conhecimento como premissa fundamental para a relação de dominação da classe burguesa (LIMA; MARTINS, 2005, p. 50).

A necessidade da disseminação de uma pedagogia política específica, no atual patamar de desenvolvimento do capital, é determinada pela complexificação das relações de poder na esfera superestrutural e por meio da ampliação da participação social da classe trabalhadora nas esferas do poder, sendo utilizada como mecanismo de mediação do conflito de classes (SOUZA, 2010, p.134). A expressão dessa renovação política e ideológica se materializa nas ações da classe dominante para a redefinição do papel do Estado e a disseminação

de uma “nova” cultura cidadã fundada no individualismo e na competitividade, regulada pela lógica mercadológica, compondo a formação de um novo bloco histórico, um novo industrialismo, um novo tipo de metabolismo social para, assim, conservar em condições renovadas a sociabilidade do capital (SOUZA, 2010, p.134).

Para a redefinição do Estado com o objetivo de estabelecer uma nova relação com a sociedade civil, a importância atribuída ao Estado pela Terceira Via está no exercício legítimo da força. Assim, o Estado não deve ser burocrático e sufocante, mas um Estado necessário (LIMA; MARTINS, 2005, p. 51).

Dessa forma, Estado se confunde com Governo, gerando nova articulação entre a esfera estatal e a esfera privada, constituindo-se no conceito de público não estatal, que se constitui na evidência do Estado como estrutura de

funcionamento e manutenção do sistema capitalista. Esse novo Estado democrático deve ser forte o suficiente para manter a estabilidade da economia e reordenar a política e a sociedade civil, renovando esta e forjando uma nova cultura cívica, fundada nas leis de mercado (LIMA; MARTINS, 2005, p. 51).

Esse processo exigiria: a disposição de a sociedade civil trabalhar em parceria com o Estado; o incentivo à auto-organização por grupos de interesses; o incentivo ao potencial das comunidades na resolução de seus próprios problemas; um pacto social para a solução pacífica dos conflitos (LIMA; MARTINS, 2005, 51-52).

Analisando a “nova pedagogia da hegemonia”, Neves (2005, p. 33-34) afirma a ocorrência de um processo de repolitização da política, ou seja, a redefinição do padrão de politização fordista. Nesse contexto, ocorre uma disputa de hegemonia por dois projetos de estruturação do poder e de representação de interesses, um projeto de politização de tipo americano e um projeto de tipo europeu.

O projeto de tipo americano possui como expressão o neoliberalismo e estimula a defesa de interesses individuais e puramente corporativos e a auto-organização da sociedade civil como espaço de ajuda mútua (NEVES, 2005, p. 34). O projeto de tipo europeu tem como expressão a organização de um sindicalismo combativo e politizado, a organização de partidos com concepção de mundo homogênea e projetos estruturados e sistemáticos de sociabilidade, movimentos sociais de base. Dessa forma, a atual pedagogia política tem como objetivo reduzir e limitar o nível de consciência política coletiva das organizações das classes subalternas, estimular o individualismo como valor moral radical, expandir os aparelhos privados de hegemonia ligados a ações sem relação direta com as relações de trabalho. Nesse contexto, as políticas sociais são direcionadas para a faixa da população precarizada pelas medidas do receituário neoliberal, constituindo-se em um contingente ameaçador do consenso burguês de sociabilidade (NEVES, 2005, p. 33-37).

Com o objetivo de compreender a materialidade da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda, no capítulo seguinte empreenderemos uma análise inscrevendo-a em um fenômeno mais amplo de

reordenamento internacional das relações de poder. Nesse aspecto, nossa análise tem como referência o conjunto de mudanças no projeto burguês de sociabilidade, com reordenamentos na esfera produtiva, na relação entre Estado e sociedade civil.

3. O DIÁLOGO SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DA PEDAGOGIA POLÍTICA RENOVADA

Para a maior compreensão dos pressupostos, princípios e diretrizes que definem a constituição da engenharia institucional da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda, nesse capítulo, procuramos compreender o significado e o desenvolvimento do diálogo social na ordem social capitalista. Com esse objetivo, primeiramente, aprofundamos o conhecimento sobre a essência socialdemocrata e seu papel ao longo do processo histórico. A partir desse conhecimento, analisamos o significado do diálogo social na ordem social capitalista, evidenciando o seu caráter estratégico nos períodos de ameaça da hegemonia burguesa. Fundamentado nessa análise, procuramos compreender o desenvolvimento do diálogo social a partir da crise estrutural evidenciada no final dos anos 1960, verificando a dinâmica de consolidação dessa forma de negociação entre capital e trabalho como paradigma de ordenamento das relações de poder na atualidade. Nessa análise, procuramos explicitar a constituição de uma engenharia institucional de âmbito internacional, com dinâmicas diferenciadas em relação aos países do centro capitalista e países periféricos.

3.1. ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DO DIÁLOGO SOCIAL

A compreensão do significado do diálogo social perpassa a análise do papel da socialdemocracia na dinâmica da ordem social capitalista e das contradições entre o arcabouço teórico-metodológico da socialdemocracia clássica e da socialdemocracia liberal ou Terceira Via.

Para a compreensão da natureza do caráter reformista socialdemocrata, Mandel (1993) analisa as formas de ser e atuar da socialdemocracia, evidenciando sua essência e modificações ao longo do processo

histórico. Nessa análise, o autor parte das diferenciações entre o marxismo revolucionário e o reformismo socialdemocrata, constituindo-se em concepções opostas em relação à conquista do poder político-econômico pela classe trabalhadora e do papel do Estado burguês.

Segundo Mandel (1993), o reformismo é uma forma de ser e atuar da socialdemocracia, apresentando-se como uma estratégia de transição para o socialismo, um tipo de conquista gradual do poder político-econômico. Dessa forma, consolida-se em uma concepção evolucionista de transição para o socialismo. Essa estratégia está calcada em pelo menos seis processos, a saber: a) nacionalização da propriedade capitalista como forma gradual de dissolução do poder econômico; b) conquistas graduais de espaços de poder no aparelho do Estado, em uma dinâmica de conquistas de grandes metrópoles, depois municipalidades; c) conquista da maioria parlamentar como base para legislar sobre a totalidade da vida social; d) controle dos meios de comunicação; e) controle do aparelho de repressão do Estado; f) controle da seleção dos altos cargos no aparelho de Estado, funcionários, magistrados, oficiais.

Mandel (1993, p. 2-3) confronta a visão reformista com a concepção do marxismo revolucionário, verificando os aspectos ilusórios desta primeira corrente. Em sua crítica feita a Eduard Bernstein⁶ e sua concepção geológica da história humana, Mandel faz o seguinte questionamento: “quantos milênios são necessários para que uma pedra se dissolva?” (MANDEL, 1993, p. 3). Com esse questionamento, Mandel (1993, p. 3-4) evidencia a oposição e rejeição da ilusão gradualista em relação à estratégia do marxismo revolucionário, pois a concepção reformista está fundamentada na inércia da burguesia e em sua incapacidade de reação à tomada do poder. Além disso, o autor verifica que, em nenhum país, a burguesia perdeu o poder político-econômico pela estratégia gradualista. Dessa forma, no capitalismo não existem dois poderes. Na realidade, embora ocorra enfraquecimento do poder por meio dessa estratégia em dado contexto histórico, isto não significa a ruptura com a ordem burguesa.

⁶ Eduard Bernstein é considerado o principal teórico do reformismo e pai do revisionismo. Sua concepção de desenvolvimento da história humana como uma pedra sendo dissolvida por gotejamentos, ou seja, um movimento sem limites e objetivos a ser alcançados, fundamenta a ação do partido socialdemocrata alemão (MANDEL, 1993, p. 3).

Para aprofundar a análise e evidenciar a natureza do reformismo, Mandel (1993, p. 5) verifica a relação entre reformismo e capitalismo e entre reformismo e Estado burguês. Partindo das teses de Bernstein e Kautsky, Mandel (1993, p. 5) aponta a falta de materialidade nessas teses e evidencia a relação entre violência e as ações dos socialdemocratas. Segundo o autor, as teorias de Bernstein apontam para um desenvolvimento do capitalismo como um processo evolutivo em direção ao socialismo, possuindo como expressões a diminuição dos conflitos sociais, a diluição do poder da burguesia, a diminuição das guerras e das práticas repressivas da aparelhagem estatal. Nesse aspecto, as teses de Kautsky têm a mesma direção, caracterizando o modelo de regulação social norte-americano como expressão da benevolência, da bondade, do caráter pacífico que a burguesia assumia com a evolução do capitalismo. Em oposição a essas teses, Mandel (1993, p. 5-6) apresenta a tese de Rosa Luxemburgo que aponta o aumento das guerras e acirramento dos conflitos sociais como resultados do desenvolvimento do capitalismo no século XX, tomando como referência os conflitos sociais do período de 1871 a 1900. Nessa linha de argumentação, o autor evidencia a materialidade da tese de Luxemburgo com base na história do século XX.

Em relação à associação entre estratégia do marxismo revolucionário e violência, Mandel (1993, p. 5), fundamentado na estratégia da Revolução de Outubro, em Petrogrado, verifica que, com a constituição da maioria esmagadora da população adulta formada por trabalhadores assalariados e trabalhadores em precárias condições de vida, a violência torna-se marginal. Assim, o autor observa que a Revolução de Outubro gerou menos mortos do que ocorre em um acidente de aviação em apenas um só fim de semana de qualquer grande país (MANDEL, 1993, p. 4).

Ao contrário da estratégia marxista revolucionária, as ações da socialdemocracia, limitadas às regras da democracia restrita e à dinâmica de valorização do capital, mantém as estruturas de dominação de classe, as políticas de dominação dos núcleos hegemônicos sobre países da periferia do capitalismo, com relações de sobre-exploração, e a criação e manutenção de regimes de opressão cruéis. Assim, segundo Mandel (1993, p. 9-10), a ocupação do poder pelos partidos socialdemocratas significou à democratização das nações por meio

da manutenção dos impérios e de todas as políticas violentas e cruéis necessárias à hierarquização entre países na divisão internacional do trabalho.

Nesse contexto, Mandel (1993, p. 10-11) analisa as políticas imperialistas intensificadas em meados dos anos 1940, lideradas ou apoiadas por partidos socialdemocratas, como por exemplo, o *Labour Party* britânico, o governo da Frente Popular na França, o partido socialdemocrata holandês, que promoveram guerras coloniais em grande escala, esmagando com violência as revoltas populares e ações anticoloniais.

Em oposição à estratégia do marxismo revolucionário, o reformismo consiste em uma estratégia de manutenção da ordem social capitalista, condicionando as ações da classe trabalhadora à conciliação de interesses antagônicos, limitadas à dinâmica de valorização do capital e às regras da democracia restrita. A democracia restrita é expressa pela constituição e pelo discurso pautado na ideia de uma cidadania abstrata. Com o objetivo de manter a dinâmica da luta de classes nos limites da manutenção da ordem social capitalista, a socialdemocracia é caracterizada por sua essência reformista e sua existência é condicionada à manutenção e ao equilíbrio da ordem burguesa.

Com base na corrente de pensamento reformista, podemos fazer algumas considerações sobre a essência da ideologia socialdemocrata: a) sua forma de ser e agir está fundamentada na possibilidade de conciliação de interesses entre classes antagônicas; b) suas ações estão limitadas ao horizonte da democracia restrita e em um padrão de sociabilidade pautado no conceito de cidadania abstrata, ou seja, suas ações estão limitadas pela dinâmica do capitalismo monopolista e exigem reformulações a cada período de crise estrutural; c) como suas ações estão fundamentadas na rejeição da tomada do poder do Estado pelo proletariado, a ocupação do poder, para a socialdemocracia, significa uma administração do Estado burguês, sem ruptura com a ordem social. Com base nessas premissas, o principal papel que a socialdemocracia tem assumido na história do capitalismo é a manutenção do consenso em torno do projeto de sociabilidade burguês. Nesse sentido, sua atuação está baseada na formulação de um arcabouço teórico/metodológico necessário ao rebaixamento do

nível de consciência político-ideológica da classe trabalhadora e conformação ao projeto de sociabilidade burguês.

Nesse aspecto, a socialdemocracia tem assumido a função de salvar o capitalismo, principalmente em momentos de ameaça de ruptura com a ordem social, como pode ser evidenciado na análise dos períodos de crise estrutural. No período caracterizado por uma crise estrutural, nos anos 1930, por exemplo, as ações conciliatórias da socialdemocracia tinham como objetivo conter os conflitos sociais e manter a estrutura da ordem social capitalista. No final da II Guerra Mundial, as contradições do capitalismo ficaram evidenciadas, caracterizando um período de mobilização das massas populares. É nesse período que as reformas no modo de regulação social, com a consolidação do Estado de Bem-Estar Social, tornavam-se a estratégia necessária à salvação do capitalismo. Essa conjuntura era marcada pela Guerra Fria, ou seja, a ameaça de desenvolvimento do projeto socialista, obrigando a burguesia a pagar um preço mais alto pela manutenção de seu poder de classe.

A burguesia e as suas estruturas de poder saíram desacreditadas por todo o seu comportamento durante a guerra. As reformas radicais eram o preço mínimo a pagar para evitar a revolução. A socialdemocracia salvou o capitalismo como fizera no fim da Primeira Guerra Mundial. Desta vez, com a co-responsabilidade dos partidos estalinianos, na França, na Itália e na Grécia com a responsabilidade principal destes últimos. Mas agora a burguesia era bastante obrigada a pagar um preço muito mais elevado do que em 1918-1919 pelos serviços prestados. Os períodos de expansão econômica a partir de 1949 facilitou a operação (MANDEL, 1993, p. 12).

Nesse sentido, as ações conciliatórias da socialdemocracia giram em torno da manutenção do projeto de sociabilidade burguês. Como pudemos perceber na análise da essência socialdemocrata de Mandel (2003), no período de crise estrutural dos anos 1930, as ações da socialdemocracia estavam condicionadas ao projeto de sociabilidade burguês, que tinha como modo de regulação social o Estado de Bem-Estar social. Nesse período, a ameaça de desenvolvimento do projeto socialista permitiu uma dinâmica de conquista de direitos políticos e sociais, como estratégia de mediação do conflito de classes. Com a eminência de construção de outro projeto de sociabilidade alternativo ao do capital, a manutenção da hegemonia burguesa exigia um arcabouço teórico-

metodológico que mistificasse a conquista do poder político-econômico e a transição para o socialismo. Para alcançar este fim, a transição para o socialismo não poderia ser retirada do horizonte da classe trabalhadora. Assim, o arcabouço teórico-metodológico socialdemocrata foi estruturado a partir da ideologia mistificadora de uma transição para o socialismo de forma gradual, como um processo evolucionista do capitalismo, por meio do desenvolvimento da democracia. A fundamentação em uma transição evolucionista para o socialismo condicionou as ações da classe trabalhadora às regras da democracia restrita, inviabilizando a construção de outro projeto de sociabilidade. Nesse período, as ações e concepções socialdemocratas fundadas na possibilidade de conciliação de interesses entre classes antagônicas materializam-se em uma dinâmica conciliatória entre capital e trabalho, tomando a forma neocorporativa e diluidora do conflito de classes, baseadas nas ideologias de concertação social, participação, colaboração entre as classes sociais etc.

Nesse contexto, em momentos de ameaça da hegemonia burguesa, as práticas conciliatórias baseadas no diálogo são acionadas para restabelecer o equilíbrio entre estrutura e superestrutura, evidenciando a contradição entre a socialização da política e apropriação do poder pela classe fundamental. Nesse sentido, Chatelet (2003, p. 188) afirma que,

E sempre que surge um antagonismo que põe em dúvida a ordem social, um pouco mais perigosamente que o costume, se apele à eventualidade de uma prática do diálogo, da qual se espera tenha a virtude de conciliar as contradições, de aproximar as divergências (ou as subdivergências), de reduzir as diferenças; em suma, desenvolver os antagonismos a um lugar sólido e neutro, no qual se exerça, na transparência, a boa vontade.

Dessa forma, em momentos de crise estrutural, o diálogo social se torna uma estratégia de reordenamento da política, conforme a visão de Chatelet (2003, p. 189),

[...] o diálogo [e seus pastiches modernos: a concertação, a participação...] é precisamente uma ilusão, que dá as almas boas e formosas, a ocasião de agitar-se moralmente, e aos que detêm a força, a ocasião de legitimar discursivamente seu poder. [...] Hoje, o diálogo é o simulacro da discussão, pois é raro – e este é um dos argumentos dos defensores do diálogo –, quaisquer que sejam a gravidade do

conflito e a importância do que nele se ventila, que seja sempre possível chegar a um acordo.

O caráter reformista da socialdemocracia permitiu o rebaixamento do nível de consciência política da organização dos trabalhadores em um momento de ameaça de ruptura da ordem social, com o avanço do projeto socialista.

Podemos evidenciar o papel histórico da socialdemocracia em um novo período de crise estrutural, iniciada no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Com base na análise que realizamos no capítulo dois, o projeto neoliberal mediatizado pela Terceira Via surge no momento de ameaça do consenso em torno do modelo de desenvolvimento hegemônico. Esse projeto mediatizado pela Terceira Via é apresentado como uma aparente alternativa entre o neoliberalismo e o socialismo, como uma “nova social-democracia”. Sobre esse aspecto Lima; Martins (2005, p. 43) afirmam que,

Em uma leitura crítica, ele pode ser também nomeado de “social-liberalismo”, conceituação que mais claramente expressa a retomada “envernizada” do projeto burguês que mantém as premissas básicas do neoliberalismo em associação aos elementos centrais do reformismo social-democrata.

Assim, se por um lado um lado o reformismo se constitui na essência socialdemocrata, por outro, seu o arcabouço político-ideológico sempre esteve condicionado à dinâmica de valorização do capital e às regras da democracia restrita. Ou seja, no processo histórico, o projeto político-ideológico socialdemocrata, sob o pretexto de construir a sociedade mais “justa”, na realidade acaba por constituir-se em uma versão refinada do projeto burguês de sociabilidade. Com esse condicionamento, as ações e concepções socialdemocratas devem ser reformuladas a cada momento de crise estrutural, para proporcionar o suporte político-ideológico à continuidade da ordem social capitalista.

Nesse contexto, com a mesma essência e o mesmo papel no processo histórico, podemos visualizar a reformulação do arcabouço teórico-metodológico da socialdemocracia, materializando o projeto político-ideológico da Terceira Via. Apesar dos partidários da Terceira Via se apresentarem como uma “nova socialdemocracia”, a essência e o seu papel histórico continuam os mesmos, além

da mesma estratégia de reformulação do projeto de sociabilidade burguês. As mudanças ocorrem na dinâmica de suas ações e na atualização da leitura mistificada da realidade social, dando novo sentido à concepção de mundo burguesa. Como a conjuntura histórica é caracterizada pela queda do socialismo real, podemos visualizar com maior clareza a oposição entre socialdemocracia e socialismo. No atual projeto socialdemocrata, está estruturado um ataque central ao marxismo e ao socialismo, retirando do horizonte qualquer perspectiva de transição para o socialismo. A oposição ao socialismo faz parte da constituição desse partido político. Na crise estrutural dos anos 1930, essa mesma oposição ao socialismo foi mistificada pela ideologia evolucionista para o socialismo, pois a eminência do projeto de sociabilidade socialista não permitia um ataque frontal. Assim, com o mesmo objetivo de salvar o capitalismo, hoje os partidários da Terceira Via ou da socialdemocracia, usam a mesma estratégia de reformulação do projeto de sociabilidade burguês, apresentando uma reinterpretação mais palatável desse projeto.

Assim, as regras do jogo devem ser redefinidas para estabelecer novos limites, condicionando a ação política aos ditames das leis de mercado. Com esse objetivo, os conceitos vazios são acionados pelo capital para dar sentido à dicotomia entre economia e política e ganham novos contornos e significados. Assim, as formas de negociação entre capital e trabalho ganham novos contornos e significados, em função do reordenamento da política e da economia, resgatando e modificando as formas neocorporativas de negociação entre capital e trabalho. Dessa forma, a socialdemocracia possui papel fundamental na construção de um pacto entre capital e trabalho limitado à dinâmica da acumulação de capital e de reprodução do projeto burguês de sociabilidade.

Além do conhecimento do papel da socialdemocracia e a decorrente dinâmica de negociação baseada em sua filosofia política conciliatória, a compreensão da atual configuração do diálogo social exige a análise das principais formas de negociação entre capital e trabalho ao longo do processo histórico.

3.2. DA CONCERTAÇÃO SOCIAL AO DIÁLOGO SOCIAL

Fundada na possibilidade de conciliação de interesses entre classes antagônicas, os partidos socialdemocratas desenvolvem uma forma de negociação condicionada à ideologia de “concertação social”. Esse conceito tem origem na música, na ideia de harmonização de instrumentos musicais em uma orquestra. Assim, as ações de representações de interesses conflitantes estão baseadas em uma lógica de concertação social, ou seja, ações cooperativas para a harmonização social.

Como analisamos anteriormente, a configuração da luta de classes no pós II Guerra Mundial era caracterizada pela mobilização das massas populares e ameaça da hegemonia burguesa, com a possibilidade de desenvolvimento do projeto socialista. Nesse contexto, como ações de rebaixamento da consciência política dos trabalhadores, o reformismo socialdemocrata gestou uma nova forma de corporativismo. Esse neocorporativismo estava organizado em fóruns tripartites, com representações de organizações dos trabalhadores, dos empresários, com a mediação do Estado. Essa articulação institucional, nos países centrais do capitalismo, projetou uma forma de negociação coletiva em âmbito nacional, constituída em uma lógica concertativa, uma relação dialética entre a moderação salarial e a contrapartida da expansão dos direitos sociais. Com essa dinâmica condicionada à acumulação de capital e expansão dos direitos sociais, as organizações dos trabalhadores ocuparam espaços estratégicos no âmbito da aparelhagem estatal, conseguindo avanços significativos na conquista de direitos sociais e melhores condições de vida por meio da expansão do Estado de Bem-Estar Social. As organizações de trabalhadores se tornaram sujeitos coletivos fundamentais para a definição de políticas públicas e especialmente as políticas sociais, com poder decisório.

Assim, a definição de neocorporativismo refere-se a uma articulação específica entre Estado, organizações empresariais e sindicatos de trabalhadores, configurando sistemas tripartites de formulação de políticas públicas. A noção de “concertação” refere-se a processos de cooperação entre Estado e organizações de trabalhadores e empresários (KELLER, 1995, p. 74).

O pacto social formado por estruturas institucionais neocorporativas permeado pela lógica concertativa vai funcionar como instrumento pedagógico durante o período de hegemonia do modo de regulação social do tipo keynesiano. Como expressão da crise estrutural evidenciada no final dos anos 1960 e da hegemonia do projeto neoliberal, em meados dos anos 1980, as ações concertativas com base em arranjos neocorporativos entram em declínio na Europa, justamente o palco de sua origem e desenvolvimento.

O que se percebe nesse contexto é que as organizações dos trabalhadores condicionadas à dinâmica de caráter concertativo encontraram dificuldades de reação à ofensiva neoliberal direcionada ao mundo do trabalho. Porém, também se percebe que a tradição do sindicalismo europeu com arranjos neocorporativos, com ações voltadas para negociações coletivas e integração nacional, tornou-se empecilho à implantação da agenda neoliberal, dificultando o processo de integração político-econômica da União Europeia (UE). A partir desse período, até o início dos anos 1990, os governos dos Estados-membros da UE promoveram encontros com negociações direcionadas para a reformulação da dinâmica das políticas de concertação social, condicionando as negociações à implantação do receituário neoliberal e à contenção da expansão do Estado de Bem-Estar Social.

Com a disseminação das medidas neoliberais como ações voltadas para o combate ao desemprego, dotando a Europa de flexibilidade e competitividade necessárias ao desenvolvimento econômico com garantias sociais, a Comissão Europeia consegue a legitimidade necessária para o reordenamento da política no contexto europeu, redefinindo o papel das instituições neocorporativas, limitando o poder de ação e decisão das organizações dos trabalhadores. Em um primeiro momento, os organismos sindicais foram condicionados a mudanças em suas ações, com moderação salarial e contenção da dinâmica de conquista de direitos sociais e políticos nos parâmetros da regulação social do Estado Bem Feitor. Essa mudança na dinâmica da concertação social foi legitimada pelo agravamento da crise do capital e de sua materialização na Europa e o aumento constante do desemprego. Nesse contexto, a Comissão Europeia construiu as bases para a modificação do papel das instituições na dinâmica da concertação social,

promovendo o esvaziamento do poder decisório dos organismos sindicais, transformando os fóruns de negociação em instâncias consultivas e retomando o poder de decisão do Estado – representante legítimo dos interesses empresariais – sobre as políticas públicas e reformas econômicas.

A partir da construção das bases legitimadoras das mudanças necessárias ao reordenamento das relações de poder na Europa, os anos 1990 são marcados pelo ressurgimento das concertações sociais em outras bases, com tendências ao desenvolvimento de concertações setoriais e por empresa, em detrimento de negociações de âmbito nacional. São essas mudanças que impulsionam o desenvolvimento de acordos macroeconômicos em outras bases, forjando o atual diálogo social. Essa forma renovada de concertação tem como horizonte a construção de uma “Europa social”, modificando o padrão de negociação baseado em estruturas formadas por classes em conflitos, por outro, baseado em uma estrutura composta por parceiros da sociedade civil europeia, diluindo e negando o conflito de classes. Assim, o reordenamento da política tem como objetivo a construção de uma sociedade civil ativa, na construção do bem-estar social de novo tipo, expresso no ideal de uma “Europa Social”. Essa dinâmica tem como principal objetivo desconstruir a institucionalidade edificada pelo Estado Providência e aprofundar o projeto de Terceira Via, completamente afinado às demandas contemporâneas da sociabilidade do capital.

O projeto de Terceira Via sistematizado por Giddens (2005) vem sendo construído desde meados dos anos 1980. A Terceira Via, portanto, passa a constituir-se em amplo e oportuno mecanismo de mediação do conflito de classes, resignificando os conceitos de cidadania e de democracia, ou seja, reformulando as formas de sociabilidade expressas em uma “nova cultura cidadã” e redefinindo os limites e as regras do jogo contidas na democracia restrita capitalista.

Essa lógica neocorporativa de caráter concertativo pode ser visualizada na definição do conceito de diálogo social, desenvolvido pela OIT:

La definición de diálogo social con que trabaja la OIT incluye dentro del mismo todo tipo de negociación, consulta o simple intercambio de informaciones entre representantes de gobiernos, empleadores y trabajadores sobre cuestiones de interés común relacionadas con la

política económica y social. Puede cobrar la forma de un proceso tripartito donde el gobierno es parte oficial en dicho diálogo o consistir en relaciones de carácter bipartito entre trabajadores y empleadores, o bien, entre organizaciones de trabajadores y de empleadores, con o sin intervención indirecta del gobierno. La concertación puede ser oficiosa u oficial, siendo con frecuencia una combinación de ambos tipos. Puede tener lugar en los planos nacional, regional o de la empresa. También puede ser interprofesional, intersectorial o una combinación de tales formas (OIT, 2007 – *texto em html*).

Nesse contexto, esse organismo internacional de regulação das relações laborais concebe o diálogo social como toda dinâmica de negociação, consulta ou simples troca de informações entre governo, empregadores e trabalhadores, caracterizando qualquer tipo de relação entre capital e trabalho como uma relação dialógica. Esse tipo de negociação pode assumir formas tripartites, com o direcionamento e mediação governamental, ou bipartites, entre trabalhadores e empregadores, ou organizações de trabalhadores e de empregadores, com ou sem intervenção indireta do governo. Além disso, as ações de caráter concertativo podem estabelecer acordos formais ou informais, com diferentes combinações entre setores e categorias profissionais, em âmbito nacional, regional ou por empresa. Dessa forma, a OIT estabelece o diálogo como único horizonte para o ordenamento das relações de poder na sociedade. Como principal objetivo do diálogo social, a OIT estabelece que:

El principal objetivo del diálogo social propiamente dicho es el de promover el logro de un consenso y la participación democrática de los principales interlocutores presentes en el mundo del trabajo. Las estructuras del diálogo social así como los procesos que se han desarrollado con éxito han sido capaces de resolver importantes cuestiones de índole económica y social, han alentado el buen gobierno, el progreso y la paz sociales, la estabilidad e impulsado el desarrollo económico (OIT, 2007 – *texto em html*).

Dentro da lógica da pedagogia política atual, a OIT estabelece a promoção da igualdade de oportunidades em um padrão mínimo de condições, em oposição à igualdade econômica e de condições materiais. Assim, “[...] o diálogo social desempenha um papel crucial na realização do objetivo da OIT de promover a igualdade de oportunidades entre os homens e mulheres para conseguir um

trabalho produtivo e decente, em condições de liberdade, seguridade e dignidade”⁷ (OIT, 2007 – *texto em html*).

Ao analisar o contexto europeu, Correia (2010, p. 185) constrói o significado conceitual de diálogo social, envolvendo duas dimensões. A primeira dimensão envolve a consensualização bipartida, construída por três parceiros sociais, sendo duas organizações de representação dos empregadores – União das Confederações da Indústria e dos Empregadores da Europa (UNICE) e Confederação Europeia das Empresas Públicas (CEEP) – e uma organização sindical – a Confederação Europeia de Sindicatos (CES)⁸. Nessa dimensão, são desenvolvidos acordos entre “parceiros sociais”, realizados em negociações formais e informais. Segundo Correia (2010, p. 185), “a estratégia global que se encontra aqui presente visa impulsionar reformas sociais e econômicas que tornem mais justa a vivência dos trabalhadores na Europa”. A outra dimensão, em nível de bloco político-econômico, consiste nas ações desenvolvidas por uma engenharia institucional interligando o Parlamento, a Comissão Europeia, o Conselho Europeu e “parceiros sociais” que, segundo o autor, têm o objetivo de construção de um regime de acumulação que combine desenvolvimento econômico com “progresso social” (CORREIA 2010, p. 185).

No contexto da atual dinâmica do capitalismo monopolista o desempenho econômico não combina com “progresso social”, afinal, o desemprego estrutural, a desregulamentação do mercado de trabalho (flexibilização para a competitividade), a precarização das condições de trabalho e de vida da população são consequência das ações da burguesia financeira internacional para a recuperação das taxas de acumulação de capital. Neste contexto, o progresso da burguesia – a parte minoritária da sociedade – é apresentado como o progresso de toda a sociedade. Além dessa contradição, percebemos o uso do termo “parceiros”, utilizado por Correia (2010), para designar o papel social dos sujeitos políticos coletivos ou mesmo dos indivíduos, com a finalidade de expressar a ideia de que as

⁷ Tradução livre do original: “El diálogo social desempeña un papel crucial en el logro del objetivo de la OIT de promover la igualdad de oportunidades entre hombres y mujeres para conseguir un trabajo productivo y decente, en condiciones de libertad, seguridad y dignidad” (OIT, 2007 – *texto em html*)

⁸ Além desses organismos coletivos a Confederação Europeia de Quadros (CEQ) tem assumido papel relevante nesse processo com uma articulação independente (CORREIA, 2010, p. 185).

representações dos trabalhadores e dos empresários supõem estabelecer entre si uma relação entre iguais. A forma de utilização deste termo “parceiros” está relacionada ao uso do conceito de sociedade civil como se esta fosse constituída de forma homogênea, com interesses consensuais. Nesse sentido, o uso do conceito de sociedade civil expresso na palavra “parceiros” consiste em uma estratégia de negação/diluição do conflito entre classes antagônicas, permitindo o aprofundamento dos interesses da classe fundamental.

É nesse sentido que compreendemos o principal objetivo do diálogo social europeu, qual seja: a implementação de um modelo de desenvolvimento que limite as ações das organizações dos trabalhadores na direção de conquistas de direitos sociais. Assim, o diálogo social consiste no reordenamento das ações dos organismos de representação dos trabalhadores em direção ao desmonte do aparato jurídico-político do Estado de Bem-Estar Social europeu e à implementação da agenda neoliberal.

Para compreender melhor o conteúdo e a forma do diálogo social, faremos uma análise de seu desenvolvimento na Europa, evidenciando o momento em que essa forma de negociação entre capital e trabalho se torna um modelo para os países periféricos. Além disso, pretendemos evidenciar o ritmo, a forma e a dinâmica diferenciada desse modelo de negociação absorvido e implementado na América Latina.

3.3. A CONSTRUÇÃO DO DIÁLOGO SOCIAL NA DIREÇÃO DA REFORMULAÇÃO DO PACTO ENTRE CAPITAL E TRABALHO

Como vimos na primeira parte do texto, no processo de mundialização do capital, a hegemonia do projeto neoliberal de sociabilidade, a partir dos anos 1980, desencadeia mudanças na esfera da produção e na relação entre Estado e sociedade civil. Essas mudanças promovem a desregulamentação do mercado de trabalho, a precarização das condições de trabalho e de vida da população Europeia, ameaçando a coesão social. Dessa forma, em meados dos anos 1980, o incentivo ao diálogo social começa a fazer parte do discurso dos governos

integrantes da UE, como estratégia para a construção do consenso em torno da implementação da agenda neoliberal e da consolidação do bloco político-econômico Europeu.

Segundo Correia (2010, p. 186), na correlação de forças políticas, os efeitos da desregulamentação do mercado de trabalho e da privatização desencadeiam a revisão e o aprofundamento da regulamentação dos textos e tratados fundamentais da Comunidade Europeia, com o objetivo de aprimorar o diálogo social. Como principal documento, Correia (2010, p. 186) aponta o *Tratado de Roma*⁹, que deu origem à atual forma do diálogo social. Ele caracteriza esse Tratado, como uma consolidação de intenções sociais difusas, sem a definição de estratégia econômica. O que o autor chama de difuso é a missão de elevar o padrão de vida dos cidadãos europeus e a promoção da igualdade no progresso a todos os trabalhadores, contido no *Tratado de Roma*. Nesse sentido, percebemos que a concepção de “difuso” de Correia (2010, p. 186) faz referência à falta de condicionamento da conquista de direitos sociais, limitada ao desenvolvimento da economia de mercado, nos moldes do atual diálogo social. Essa crítica de Correia (2010, p. 186) permite a visualização da mudança nas estratégias da pedagogia política estatal para educar a sociedade civil para o consenso em torno do projeto burguês de sociabilidade e suas diferenças entre o período de hegemonia do Estado de Bem-Estar Social e a ascensão do projeto neoliberal, como podemos verificar nessa afirmação:

No momento em que se começou a revelar uma pressão desreguladora e privatizadora sobre a economia e, ao mesmo tempo, deslegalizadora sobre o sistema jurídico, é que os tratados e os textos fundamentais da Comunidade Europeia deram um passo significativo na consecução dos objetivos traçados de forma difusa nos anos cinquenta, isto é, na estratégia de obtenção de um mínimo de harmonização social (CORREIA, 2010, p. 186).

No primeiro semestre de 1984, verificam-se ações do Governo Francês, representado pelo Ministro do Trabalho francês, Pierre Beregovoy, que “[...] convidou os parceiros sociais europeus a reunirem-se com o objetivo de iniciarem um diálogo social fecundo” (CORREIA, 2010, p. 186). Nesse primeiro

⁹ Instituição da Comunidade Europeia em 25 de março de 1957.

momento, a configuração da luta de classes não permitiu o desenvolvimento do diálogo entre as representações de classe. Havia um claro conflito de interesses entre o Comitê Econômico e Social Europeu (CESE) e as representações do empresariado. Enquanto o CESE apostava na negociação coletiva e mostrava-se contrário a interferência de entidades, os empresários defendiam o diálogo social com foco na construção de consensos (CORREIA, 2010, p. 186).

Nesse contexto, com a liderança de Jacques Delors¹⁰, após sua ascensão à presidência da Comissão Europeia em 1985, desenvolve-se a disseminação do diálogo social e articulação política necessária para alavancar esse modelo como paradigma de negociação entre capital e trabalho, forjando o diálogo social europeu. A gestão de Delors compreende o período de 1985 a 1994, somando três mandatos consecutivos.

No desenvolvimento do diálogo social, a partir da gestão de Delors, Correia (2010, p. 186-190) identifica três ciclos, com características específicas, de acordo com a evolução dessa forma de negociação política. Os ciclos estão compreendidos na seguinte periodização: 1º) de 1985 a 1991, período de declarações políticas; 2º) de 1991 a 2000, fase de constituição dos primeiros acordos; e 3º) de 2000 a 2010, fase de aprofundamento e consolidação do diálogo social.

No primeiro ciclo, está compreendido o início das articulações político-institucionais para a criação das primeiras formas jurídicas, com o objetivo de possibilitar a construção de mecanismos de controle do avanço nas conquistas sociais. Segundo Correia (2010, p. 186-187), já em 31 de janeiro de 1985, a gestão de Delors promove o primeiro encontro na cidade de Val Duchesse, em Bruxelas, na Bélgica. Em sequência, ocorre outro encontro, em 12 de novembro de 1985,

¹⁰ Jacques Delors é um político europeu de nacionalidade francesa, que presidiu a Comissão Europeia entre 1985 e 1995; foi autor e organizador do relatório para a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, intitulado: *Educação, um Tesouro a Descobrir* (1996), publicado sob a forma de livro no Brasil pela Editora Cortez, em 1999. Nele se exploram os Quatro Pilares fundamentais da Educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros, aprender a ser. São estes pilares fundamentais indicados por Delors (1996) que hoje orientam os planejamentos educacionais de diversos países subjugados ao receituário neoliberal mediatizado pela Terceira Via em todo o mundo, assessorados/monitorados pelos organismos internacionais como a UNESCO, a OIT e o Banco Mundial, por exemplo (DELORS, 1999, p. 89-102).

também em Val Duchesse, promovendo a criação de dois grupos de trabalho, com o objetivo de dinamizar o diálogo social. Esse encontro tem como resultado avanços significativos na construção de uma dinâmica consensual. Com uma dinâmica de encontros regulares, os dois grupos constroem três pareceres indicando a ausência de políticas sociais no âmbito da UE, estabelecendo como prioridade o crescimento econômico e a geração de emprego na Europa, acompanhado de políticas de formação, motivação e consulta dos trabalhadores.

Como materialidade da criação de formas de controle jurídico-político, em 1986¹¹, os artigos 118-A e 118-B são adicionados ao *Tratado de Roma*, com a assinatura do *Acto Único Europeu*. Esses artigos vão regular as formas de participação da sociedade civil, englobando os organismos de representação dos trabalhadores e a representação dos empregadores, em outros termos, na institucionalidade do diálogo social europeu. Além disso, ocorre uma mudança estratégica na forma de votação, no âmbito da Comissão Europeia, sobre a definição de políticas sociais. Dessa forma, a votação em caráter de unanimidade passa a ser por maioria qualificada, facilitando a definição e implementação de novas regras e políticas europeias. Essa mudança transforma a Comissão Europeia em instância essencial para a definição de novas regras em nível europeu. Ainda no I ciclo, a legitimidade da Comissão Europeia para estabelecer propostas e direção às temáticas sociais se consolida a partir de um documento de intenções, sem caráter de obrigação, estabelecendo um nivelamento mínimo dos direitos dos trabalhadores a ser adotado pelos Estados-membros. Esse documento, aprovado em 1989, consiste em uma *Carta Comunitária dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores*, ratificada por onze Estados-membros, com um voto contra, da Inglaterra, no Governo de Margaret Thatcher.

Em um segundo momento do processo de construção do diálogo social, caracterizado por Correia como uma fase de materialização dos primeiros acordos-quadro, a *Carta Comunitária dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores* é incluída como anexo ao Protocolo referente à política social, em um novo

¹¹ Essa reunião foi realizada em Luxemburgo, no período de 17 a 28 de fevereiro de 1986.

documento que alterou o *Tratado de Roma*. O *Tratado de Maastricht*¹² definiu uma nova dinâmica institucional, estabelecendo a obrigatoriedade da Comissão Europeia em consultar os “parceiros sociais”, contidos nos artigos 138 e 139, e a redefinição do papel desses “parceiros sociais”. Além disso, estabeleceu uma cláusula de suspensão da iniciativa legislativa durante o processo de negociação entre os três “parceiros sociais”. Segundo Correia, o *Tratado de Maastricht* será o ponto de partida para a materialização de um conjunto de acordos-quadro, caracterizando um período de declarações jurídicas¹³. A partir da entrada em vigor do *Tratado de Maastricht*,¹⁴ ocorre a instituição do Comitê de Diálogo Social com dinâmica de três reuniões por ano, com o objetivo de desenvolver uma metodologia para aprofundar o diálogo social europeu. Como forma de aprofundar o diálogo, em 1998, o Comitê de Diálogo Social ramifica suas ações em 27 comitês setoriais de diálogo social, direcionados ao aprofundamento da implementação da política social europeia.

Com ritmo e dinâmica diferenciada, Costa (2002) analisa a evolução da integração entre nações no bloco regional da UE e no bloco regional do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Segundo este autor, a correlação de forças políticas internacionais influencia diretamente o ritmo e a constituição de um mercado comum pleno por blocos regionais de acordo com os interesses de blocos hegemônicos. Como ocorre nas disputas de influência entre o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA)¹⁵, com a tentativa de integração continental por meio da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e alianças estabelecidas entre UE e MERCOSUL. Como principal impulso para a constituição do MERCOSUL, Costa aponta o

¹² O *Tratado de Maastricht* é formulado em 31 de dezembro de 1991 e entra em vigor em 07 de fevereiro de 1992 (CORREIA, 2010, p. 187).

¹³ Os acordos-quadro subscritos pela institucionalidade do diálogo social são: papel dos parceiros sociais no desenvolvimento do diálogo social, em 31 de outubro de 1991; sobre licença parental, em 14 de dezembro de 1995; sobre o trabalho a tempo parcial em 06 de junho de 1997; sobre emprego na agricultura; sobre contratos a termo certo; em janeiro de 1999 (CORREIA, 2010, p. 188).

¹⁴ Após o *Tratado de Maastricht*, ocorreram os tratados de Amsterdam, em 1997; de Nice em 2000; e uma tentativa de criação da *Constituição Europeia*, esvaziada pela rejeição da população francesa e holandesa, verificada em referendos realizados em 2005. Apesar de ter sido ratificada por vinte e cinco Estados-membros da União Europeia, assinado em Roma em 29 de abril de 2004, o processo foi finalizado.

¹⁵ Composta pelos Estados Unidos, Canadá e México.

Protocolo de Ouro Preto, em 1994, conferindo-lhe personalidade jurídica internacional e estabelecendo uma institucionalidade ao MERCOSUL.

Em um terceiro momento, o desenvolvimento da metodologia pelo Comitê de Diálogo Social toma a forma de uma ampla estratégia de transformação da institucionalidade europeia em toda a dimensão social, voltada para dotar a economia europeia da competitividade e flexibilidade das relações laborais necessárias ao atual estágio de desenvolvimento do capitalismo monopolista. Assim, a partir da *Cimeira Europeia de Lisboa*, em 2000, com o discurso de alcance do pleno emprego e harmonização social, o diálogo social se torna um paradigma de conformação das relações de poder. Dessa forma, sua dinâmica, contendo os pressupostos político-ideológicos da atual pedagogia política, é desenvolvida por meio de uma engenharia institucional baseada em Conselhos de Empresa Europeus.

Como afirma Correia (2010, p. 188):

ao mesmo tempo, pretende-se que também possa ser obtido um reforço do diálogo social europeu através das empresas, designadamente pela criação dos Conselhos de Empresa Europeus, que permitam o debate em torno de políticas que privilegiem a responsabilidade social das empresas. No fundo, através desta consensualização contratual operada nas empresas ou em setores econômicos, tem-se impedido que se legisle de forma mais vaga e abstracta.

Além da disseminação do diálogo social com maior abrangência, por meio dos Conselhos de Empresa Europeus, essa estratégia de ramificação e modificação da institucionalidade tem contida em seus pressupostos a consolidação da negociação descentralizada em âmbito setorial e por empresa. A descentralização da negociação coletiva em âmbito nacional e da União Europeia é vista por Correia como um processo de maior autonomia, concretude, além de proporcionar o aprofundamento do diálogo social. Como podemos perceber em sua afirmação: “[...] gradualmente, denota-se na evolução deste diálogo social que se passa do vazio à contratualização, da dependência à autonomia e dos acordos genéricos e de caráter mais abstrato a acordos sectoriais e de empresa” (CORREIA, 2010, p. 189). Essa dinâmica descentralizadora se consolida como uma estratégia

da institucionalidade do diálogo social, a partir da *Cimeira de Laeken*, em dezembro de 2001 (CORREIA, 2010, p. 189).

O avanço do diálogo social como paradigma de ordenamento das relações de poder na sociedade tem como direção a diminuição dos acordos coletivos em âmbito nacional e da UE, consistindo em ampla estratégia de rebaixamento da consciência política dos trabalhadores. Nesse contexto, os anos 2000 são caracterizados pela diminuição substancial de acordos coletivos.

Com essa análise da dinâmica de consolidação do diálogo social europeu, verificamos uma fase de legitimação e construção das bases para a reformulação do pacto social entre capital e trabalho, uma fase de materialização dos instrumentos político-jurídicos e uma fase atual de consolidação do diálogo social como única forma de negociação possível entre capital e trabalho. A fase de aprofundamento do diálogo social consiste na expansão dos aparelhos privados de hegemonia e disseminação da lógica do diálogo social fundamentada na atual pedagogia política. A educação para o consenso em torno do atual projeto de sociabilidade burguesa alcança maior abrangência com a ramificação da engenharia institucional para o âmbito fabril, com os Conselhos de Empresa Europeus. É possível apreender em Gramsci (1989) que a hegemonia se constrói na fábrica. Assim, a engenharia institucional do diálogo social europeu se constitui em um reordenamento das relações de poder no âmbito da sociedade europeia. O diálogo social, desta forma, tem como função criar mecanismos de controle dos organismos dos trabalhadores e rebaixar seu nível de consciência política, forjando um novo pacto social, condicionado o desenvolvimento social e humano à atual dinâmica do capitalismo monopolista.

3.4. TENDÊNCIAS DA INSTITUCIONALIDADE DO DIÁLOGO SOCIAL EM NÍVEL MUNDIAL

Os estudos sobre as formas de negociação (concertação social, diálogo social) entre capital e trabalho têm enfatizado o avanço no desenvolvimento social limitado à dinâmica atual da economia mundial,

apresentando-o como única forma de alcançar melhores condições de vida para os trabalhadores. Além disso, apontam a necessidade do desenvolvimento de uma institucionalidade sindical em âmbito de bloco regional e supranacional, constituindo-se em estruturas mundiais de controle das ações dos organismos de representação dos trabalhadores.

Nesse contexto, no início dos anos 1990, podemos visualizar o interesse de governos latino-americanos na consolidação da institucionalidade do diálogo social em organismos supranacionais como o MERCOSUL e Organização dos Estados Americanos (OEA) (SANT'ANA, 2003, p. 117-118). Essa engenharia institucional se constitui de organismos internacionais, regionais, nacionais e locais, como uma rede de mecanismos de mediação do conflito de classes e conformação ao atual padrão de sociabilidade.

Como liderança político econômica na América Latina, o Brasil possui representações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em fóruns sociolaborais, como a Comissão Sociolaboral do MERCOSUL, além do SGT 10¹⁶ da Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT) da OEA (SANT'ANA, 2003, p. 118). Segundo Sant'ana (2003, p. 117-118), a América latina e o Caribe possuem como elemento unificador a pobreza e exclusão social ao longo do processo histórico. Esse problema é agravado com a hegemonia do projeto neoliberal na América Latina e Caribe. Como afirma, Sant'ana (2003, p. 117-118), “[...] ao contrário das expectativas, esse alinhamento à economia global raramente se traduziu em crescimento econômico, expansão do emprego, melhoria das condições sociais e redução da pobreza”. A partir desse quadro de ameaça da instabilidade na Região, Sant'ana (2003, p. 117-118) estabelece como foco prioritário para a dinâmica dos fóruns sociolaborais a harmonização de políticas de trabalho e renda, conformando a regulação laboral pelos parâmetros estabelecidos pela OIT, em torno do conceito de “trabalho decente”¹⁷.

¹⁶ Inicialmente esse organismo era nomeado por SGT 11, modificando sua nomenclatura para SGT 10 – assuntos trabalhistas, emprego e seguridade social – em 1992.

¹⁷ Esse conceito é difundido à partir dos anos 1999, como um novo padrão de regulação laboral, ajustado à atual dinâmica do capitalismo, pelo então Diretor Geral da OIT, Juan Somavía (SANT'ANA, 2003, p. 117).

A dimensão sociolaboral no âmbito do MERCOSUL se torna espaço de disputa entre projetos político-ideológicos desde sua constituição. Essa disputa está fundamentada na crítica apresentada por Sant'ana (2003, p. 119) sobre a forma de constituição desse Bloco Regional, conforme o seguinte:

O Mercosul, a exemplo da experiência de formação do Mercado Comum Europeu e de outros blocos regionais, sustenta-se em postulados econômicos e comerciais e surge em um ambiente impregnado pela ideologia neoliberal, que proclama a supremacia dos dogmas da liberdade individual e de mercado, da competição, da produtividade sobre qualquer consideração de natureza social.

Como aspectos da disputa de projetos político-ideológicos, podemos visualizar as ações dos Ministros do Trabalho dos países membros do MERCOSUL, em torno da abertura de espaços de negociação nesse Bloco Regional. Essa abertura ocorre a partir da *Declaração de Montevideu* em 1991, com a constituição do SGT 11 e seu sucessor, SGT 10. Esse organismo tem a forma tripartite, envolvendo representações governamentais, empresariais e dos trabalhadores. Sant'ana (2003, p. 119) chama a atenção para o importante papel dos movimentos sociais na consolidação do SGT 10 e na negociação em torno da dimensão sociolaboral, principalmente os movimentos reunidos na Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS).

A partir do Protocolo de Ouro Preto em 1994, ocorre grande impulso na complexificação da institucionalidade do MERCOSUL. Esse processo é materializado na abertura de espaços em fóruns consultivos, nos moldes do diálogo social europeu, como: a Comissão Sociolaboral do MERCOSUL (CSM), o Foro Consultivo Econômico-Social¹⁸, a Reunião dos Ministros do Trabalho, além do SGT 10. Segundo Sant'ana (2003, p. 120), esses organismos têm como função os estudos em torno de temas sociolaborais, auxiliando com proposições ao Grupo Mercado Comum (GMC) e ao Conselho do Mercado Comum (CMC).

Na dimensão da representação dos trabalhadores, o desenvolvimento da institucionalidade do MERCOSUL exige a consolidação de

¹⁸ Sua composição está destinada a representantes da sociedade civil (SANT'ANA, 2003, 120).

estruturas em nível de bloco regional, como centrais sindicais do bloco político-econômico.

Ao analisar a dinâmica de integração nos blocos da UE e do MERCOSUL, Costa (2002, p.72-73) evidencia a mesma exigência de estruturas uniformes de participação dos trabalhadores, como processos de transnacionalização sindical. Essa construção institucional tem como objetivo o reordenamento das relações de poder, conformada ao atual padrão de sociabilidade do capital. Como principal entrave a essa construção no âmbito da UE, Costa (2002, p. 72-73) evidencia a cultura sindical com tradição nacional. Dessa forma, a tendência de regulação das relações laborais em nível europeu, não significa a efetividade na desnacionalização dessa regulação. No âmbito do MERCOSUL, Costa (2002, p. 73) estabelece os seguintes obstáculos: a) a resistência dos organismos de representação sindical dos trabalhadores na modificação da cultura de negociação, mais adequada ao atual padrão de regulação do trabalho, fundamentado no conceito de trabalho decente; b) a necessidade de grandes investimentos na reconfiguração e construção da institucionalidade sindical em âmbito transnacional; c) a falta de uniformidade nos sistemas legais e na adesão e aplicação das normas de regulação sociolaboral estabelecidas pela OIT.

No âmbito do Mercosul, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) tem assumido o papel de protagonista do novo padrão de sociabilidade, buscando espaços de participação da consolidação da regulação sociolaboral fundamentada no conceito de “trabalho decente”. Como podemos evidenciar na seguinte afirmação de Costa (2002, p. 79),

A terceira fase, entre 1993 e 1998, ficou marcada por um maior dinamismo das centrais sindicais. Neste espaço temporal, a ação sindical, em especial protagonizada pela CUT brasileira e pelo Plenário Intersindical de Trabalhadores – Central Nacional de Trabalhadores (PIT-CNT) do Uruguai, revelou-se mais ativa, tendo as centrais sindicais dos quatro países do MERCOSUL passado a “disputar abertamente espaços no processo de negociação”.

Com objetivo de compreender o diálogo social no Brasil, faremos uma análise das estratégias do Estado para a construção da engenharia institucional nos moldes desse diálogo.

As primeiras experiências para a reformulação das relações de poder dos organismos dos trabalhadores identificadas por políticas sindicais de caráter concertativo desenvolvem-se no contexto da hegemonia do projeto neoliberal e da metamorfose do movimento sindical brasileiro, nos anos 1990. Essa metamorfose marca a mudança na postura combativa do movimento sindical de massa da CUT, para um sindicalismo neocorporativo de caráter concertativo, com ações corporativas setoriais.

Nesse sentido, a adoção da institucionalidade neocorporativa com fóruns em formato tripartite é apresentada como solução para a crise do sindicalismo brasileiro. Além disso, sua institucionalidade é caracterizada como forma de controle do Estado pela sociedade civil, como aumento do controle sobre a gestão de políticas públicas.

Como vimos anteriormente, no início dos anos 1990, as estratégias estatais para a construção de um novo pacto social entre capital e trabalho e reformulação dos mecanismos de regulação do trabalho na América Latina pode ser visualizada nas ações dos ministros do trabalho nas comissões/conselhos sócio laborais no âmbito do MERCOSUL. Dessa forma, em consonância com esses interesses, a busca de legitimidade política em torno da construção de estruturas neocorporativas setoriais pelo Governo brasileiro ocorre no momento de consolidação dos primeiros acordos jurídicos sobre o diálogo social europeu. Essas mudanças se dão de forma articulada aos interesses dos Estados membros da OEA. Assim, por meio das experiências de negociação em câmaras setoriais da indústria automobilística, o Governo brasileiro ensaia os primeiros passos para inserção do País no reordenamento das relações de poder em âmbito internacional. Dessa forma, as experiências das câmaras setoriais são o ponto de partida para a construção da engenharia institucional da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda no Brasil.

A partir da compreensão do contexto mais geral do diálogo social, seu desenvolvimento e tendências, em nível mundial, no próximo capítulo faremos a descrição e análise do desenvolvimento da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda no conjunto das reformas do Estado

brasileiro. Essa análise terá como foco a reforma do sistema educacional brasileiro, principalmente a reforma da educação profissional.

4. A REFORMA DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO

Esse capítulo tem como objetivo fundamentar compreensão da reconfiguração das políticas públicas de trabalho, emprego e renda e políticas de formação/qualificação para o trabalho, evidenciando a direção e o significado da articulação entre essas políticas, no contexto da reforma do Estado brasileiro. A partir dessa compreensão pudemos evidenciar os aspectos e dimensões que inscrevem essa política como parte da engenharia institucional do diálogo social, contendo os pressupostos, princípios e diretrizes da pedagogia política renovada. Com esse objetivo, primeiramente, fizemos uma descrição da dimensão educacional como política social do Estado burguês, considerando as contradições que evidenciam a educação como dimensão da luta de classes e espaço de disputa de hegemonia. Ainda no primeiro tópico, procuramos evidenciar as bases teóricas que legitimam a dicotomia entre as dimensões política e econômica, entre trabalho manual e intelectual, conservando a manutenção da hegemonia burguesa em bases renovadas. Em um segundo momento, descrevemos a consolidação da articulação entre as políticas públicas de trabalho, emprego e renda e políticas de formação/qualificação para o trabalho, no conjunto das reformas do Estado brasileiro. Nesse sentido, nossa descrição teve como foco a reforma do sistema educacional brasileiro, no conjunto do reordenamento da política e da economia. Nessa descrição, procuramos identificar os aspectos político ideológicos que dão forma a articulação entre a educação básica e profissional necessária a formação de um trabalhador de novo tipo, fundamentado nos pressupostos, princípios e diretrizes do projeto de sociabilidade burguês.

4.1. A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DO ESTADO CAPITALISTA

A natureza das políticas sociais tem sua origem e dinâmica determinadas pelas mudanças na organização da produção e nas relações de poder, com a mediação do Estado para a manutenção da ordem social, em função dessas mudanças (NEVES, 1999, p. 11-12).

As mudanças na organização da produção ocorrem na direção do aumento da produtividade social do trabalho, substituindo a extração de mais-valia absoluta pela mais-valia relativa, ou seja, a substituição da exploração extensiva do trabalho pela exploração intensiva, condicionada pelo aumento de investimentos em capital constante na produção. Essas mudanças na organização da produção são determinadas pelos antagonismos estruturais ou falhas estruturais como a queda tendencial das taxas de lucratividade global, que é inerente ao desenvolvimento do sistema de capital como um todo. Essa convivência conflitiva entre os diversos capitais singulares reflete nas relações de poder a concentração financeira e a internacionalização dos mercados, gerando novos conflitos entre capital/trabalho e intensificando a exploração da força de trabalho (NEVES, 1999, p.12-13).

É nesse processo de submissão intensa da força de trabalho ao capital que desencadeia a luta da classe trabalhadora pela ampliação dos espaços de participação na socialização da riqueza e do poder, complexificando as relações sociais e políticas que perpassam o cotidiano social. “Essa complexificação crescente das relações intra e interclasses no capitalismo monopolista exigiu, do Estado, tanto uma intervenção mais direta na valorização do capital quanto a adoção da mediação política como estratégia privilegiada de dominação” (NEVES, 1999, p.13).

Como ações de valorização do capital e reação contra a queda tendencial das taxas de lucratividade, o Estado retém recursos recolhidos do conjunto da sociedade para manter a reprodução ampliada da força de trabalho para o aumento das taxas de exploração intensiva, aumentando as taxas de mais-valia relativa. Esse aumento de extração de mais-valia relativa é propiciado pelos

investimentos estatais nas áreas sociais, em pesquisa e inovações tecnológicas, ensino profissional, moradia, saúde, transporte etc. Dessa forma, as políticas sociais do Estado se desenvolvem em meio às contradições inerentes à ordem social capitalista, entre a socialização crescente do trabalho e a apropriação privada do trabalho social e entre a socialização da participação política e a apropriação privada dos aparelhos do poder (NEVES, 1999, p. 15-16). Nesse aspecto, segundo Neves (1999, p. 16),

[...] o ritmo e a direção do desenvolvimento das políticas sociais em determinada formação social concreta, portanto, são determinados pela consolidação dos níveis de participação popular alcançados – ou seja, do alargamento dos mecanismos de controle social das decisões estatais - , e, também, pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

Analisando a educação como uma política social do Estado capitalista, Neves (1999, p. 16-18) aponta o seu desenvolvimento determinado pelo avanço das forças produtivas e modificação da dinâmica das relações de produção, ao mesmo tempo em que ocorre o alargamento do controle social sobre as decisões estatais. Nessa dinâmica, o avanço das forças produtivas é determinado pela inserção de ciência e tecnologia na produção, alterando a divisão do trabalho e as relações de produção, além da forma de exploração do trabalho e extração de mais-valia. Essas alterações ocorrem com a incorporação das habilidades dos trabalhadores aos instrumentos de trabalho, exigindo novas habilidades e capacidades, além de alterar os padrões de sociabilidade humana, exigindo um novo espaço para a aprendizagem profissional e cultural. Assim, a escola reformulada para essa nova função passa a ser um espaço estratégico para a conformação de um trabalhador de novo tipo.

A complexificação da divisão social do trabalho exige, pois, não só a expansão da escolaridade mínima, para além do nível fundamental de ensino, mas também a multiplicação dos campos de saber a serem aprofundados. Multiplicam-se conseqüentemente os centros de pesquisa e de difusão científica, ampliando sua abrangência para um conjunto maior da população. A escola socializa-se, progressivamente, redefinindo ao mesmo tempo suas funções tradicionais ideológicas e socializadoras, passando a ter como finalidade principal a formação técnica e comportamental de um novo tipo humano capaz de decifrar os novos códigos culturais de uma civilização técnico-científica (NEVES, 1999, p. 20).

Com o esgotamento do regime de acumulação taylorista/fordista e a inserção, a partir dos anos 1970, de formas renovadas e flexíveis de organização do trabalho e das relações de produção, com inserção cada vez mais intensa de novas tecnologias microeletrônicas e de informática nos processos produtivos, ocorre uma aproximação entre ciência e vida. Essa relação é permeada pela correlação de forças políticas na luta entre interesses do capital e interesses dos trabalhadores por melhores condições de vida, em um patamar de desenvolvimento das forças produtivas em que o domínio do saber científico torna-se a mais importante força produtiva (NEVES, 1999, p. 19-21).

Dessa forma, pode se afirmar que, no mundo contemporâneo, o ritmo e a natureza do crescimento dos sistemas educacionais decorrem, prioritariamente, do binômio industrialismo/ democracia, o qual é visto sob óticas distintas pelo capital e pelo trabalho (NEVES, 1999, p. 25).

O binômio industrialismo/democracia¹⁹ possui significado diferente entre a ótica do capital e a do trabalho. Esse binômio na ótica do capital tem como significado o aumento de produtividade e a manutenção das relações sociais de produção nos limites da lógica do mercado, com a socialização do conhecimento voltado para a valorização do capital e manutenção das relações de dominação da classe. Enquanto na ótica do trabalho, o binômio possui o significado de mudanças nas relações sociais de produção, com objetivo de superação da relação de dominação e contra a apropriação privada da riqueza produzida, além da socialização do conhecimento da natureza e da dinâmica social, colocando o trabalhador como sujeito do desenvolvimento social (NEVES, 1999, p. 26).

¹⁹ Utilizamos-nos do termo "industrialismo", conforme indicação de Souza (2008, p. 318), "[...] para fazer referência à unidade contraditória e discordante constituída de um lado, pelas ações e formulações decorrentes da inserção de ciência e tecnologia nos processos de produção, da implantação de novos modelos de gestão da força de trabalho, de surgimento de novos requisitos de formação e qualificação profissional, de flexibilização do trabalho e das relações de produção; de outro, pela reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classes, pela complexificação das relações de poder, pela renovação da idéia das leis de mercado como reguladoras da vida em sociedade, pelo culto ao individualismo, pela ofensiva ao modelo de Bem-Estar Social, minimização do papel do Estado na gestão das políticas sociais, redefinição da relação entre Estado e sociedade civil. Compreendemos ("industrialismo") como um equilíbrio entre as esferas estrutural e superestrutural da sociedade que conforma um tipo determinado de metabolismo social que garante a reprodução social da vida material. O industrialismo é um estágio da vida em sociedade determinado pelo patamar de desenvolvimento científico e tecnológico e pelo seu nível de complexificação das relações de poder na sociedade civil".

Na atual configuração da luta de classes, o Estado brasileiro tem ampliado os mecanismos de construção de consenso e mediação do conflito de classes. Nesse aspecto, na busca pela formação de competências para a conformação ética e moral do trabalhador à lógica do mercado, as políticas públicas de caráter social são permeadas por pressupostos e princípios político-ideológicos, para dar condições objetivas e subjetivas de valorização do capital ao constituírem-se em mecanismo de mediação do conflito de classes (SOUZA, 2010, p. 135-136).

Por esta razão, a educação, como política social do Estado capitalista, conserva em si esta contradição, pois ao mesmo tempo em que responde às necessidades de valorização do capital, por meio da formação de capital humano necessário à ampliação das taxas de mais-valia, também se constitui em espaço de disputa de hegemonia, permeado de contradições, onde a burguesia procura construir o consenso em torno de sua concepção de mundo (SOUZA, 2010, p. 136).

Como contradições, podemos evidenciar a necessidade de ampliar o conhecimento científico e tecnológico necessário ao atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, ao mesmo tempo em que a manutenção das relações sociais capitalistas exige a limitação de acesso ao conhecimento. O acesso ao conhecimento deve ser dicotômico para manter a hegemonia da concepção de mundo burguesa. A educação, neste aspecto, está fundamentada na divisão do trabalho e na dicotomia entre formação para o trabalho intelectual e formação para o trabalho manual.

Assim, por meio dessa dicotomia, ocorre o controle do acesso ao conhecimento por parte da burguesia, disseminando diferentes tipos de formação/qualificação profissional. No contexto atual, a legitimação da concepção educacional ocorre por meio “[...] discurso integrador de defesa da universalização da educação básica, ampliação das oportunidades de educação profissional e combate ao trabalho infantil” (SOUZA, 2010, p. 136).

A ampliação das oportunidades educacionais no mundo contemporâneo representa, para a força de trabalho, a possibilidade de obtenção dos meios necessários para a compreensão, intervenção e mesmo superação de uma organização que faz de sua alienação e exploração a base da própria reprodução (NEVES, 1999, p. 22-23).

A concepção dicotômica vai delinear o sistema educacional e as políticas para a educação no Brasil. Nesse sentido,

[...] a ofensiva do capital tem se materializado em ações e formulações no sentido de reconfigurar o sistema educacional para atender de modo mais eficiente as novas demandas produtivas, seja preparando o trabalhador para ocupar postos de trabalho em condições mais flexíveis, seja formando o contingente excedente da força de trabalho para aceitar passivamente as condições laborais de precariedade, informalidade ou desemprego (SOUZA, 2010, p. 137).

A reconfiguração do sistema educacional brasileiro tem como objetivo formar competências sociais e profissionais para a formação de um trabalhador de novo tipo, mais adaptado às mudanças constantes do mercado como pressuposto básico para o aumento de produtividade e competitividade das empresas e conformar grande parcela de trabalhadores excluídos à dinâmica da precariedade e do desemprego estrutural. Essa reconfiguração é legitimada pela disseminação da ideologia da falta de qualificação profissional como causa para o desemprego, fundamentada na renovada Teoria do Capital Humano (SOUZA, 2010, p. 137-138).

Nesse contexto, como ações do Estado brasileiro para atender às demandas empresariais de um trabalhador de novo tipo e, ao mesmo tempo, desonerar o Estado dessa formação/qualificação social e profissional, ocorre a elaboração do PLANFOR e do PNQ. Esses planos possuem um ideário de transferência do custo da qualificação profissional para o trabalhador, por meio da responsabilização individual por essa qualificação. Apesar de esses planos contemplarem algumas reivindicações do movimento sindical brasileiro, o controle social realizado por meio de conselhos tripartites e paritários funciona como mecanismo de conformação da concepção burguesa de formação humana. Assim, esses conselhos se consolidam como espaços de disputa de hegemonia e construção de consenso em torno da sociabilidade burguesa (SOUZA, 2010, p. 138-139).

Nesse contexto, conforme Souza (2010, p. 138-139):

o atual patamar de desenvolvimento da ordem capitalista nos oferece elementos suficientes para afirmar que o ritmo e a direção do

desenvolvimento dos sistemas educacionais no mundo contemporâneo são determinados pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, assim como do nível de alargamento dos mecanismos de controle social das decisões estatais. Esses fatores têm se consubstanciado, na atualidade, no impacto econômico e político-social da aplicação da ciência e da tecnologia nos processos produtivos.

A partir do estreitamento entre ciência e vida, trabalho e educação, no estágio atual de desenvolvimento do capitalismo, Souza (2010, p.139-140) afirma que, nesse contexto, a educação da classe trabalhadora deve ser concebida por dois aspectos: no sentido *lato* como preparação para o trabalho, identificando-se com a escolarização; no sentido *stricto* como preparação para o trabalho, identificando-se com a educação profissional.

Assim, entendemos que o termo “educação básica” faz referência ao sentido *lato* da formação para o trabalho, ou seja, faz referência à socialização da capacidade de produção do conhecimento científico e tecnológico minimamente necessário ao indivíduo para que ele possa assimilar o nível de racionalidade do trabalho nas empresas e a complexidade da vida contemporânea por intermédio da escola (SOUZA, 2010, p. 140).

Com essa definição de educação básica, a “educação profissional” é concebida em sentido *stricto sensu* da formação para o trabalho, compreendendo a “[...] qualificação e atualização permanente da força de trabalho escolarizada para o domínio de aptidões técnico-produtivas adequadas ao nível de racionalização do trabalho nas empresas contemporâneas” (SOUZA, 2010, p. 140-141). Assim, a formação para o trabalho ocorre tanto no âmbito da escola regular quanto em instituições de ensino profissional. “Esta perspectiva rompe de uma vez por todas com a visão dicotômica entre formação para o trabalho e escolarização, entre trabalho e educação, que tem predominado em nossa sociedade” (SOUZA, 2010, p. 141).

As concepções sobre a educação e a relação entre a educação básica e a educação profissional possuem significados distintos na sociedade com disputa entre classes antagônicas. Nesse aspecto, as concepções se desenvolvem em torno da disputa hegemônica entre a ótica do trabalho e a ótica do capital, com formas e

objetivos diferenciados, possuindo em comum o pressuposto da inserção de ciência e tecnologia nos processos produtivos (SOUZA, 2010, p. 141).

Ao analisar a concepção da ótica do capital, Souza (2010, p.141-143) define como seu fundamento a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, com o objetivo de aumento das taxas de mais-valia. Dessa forma, reproduzindo por meio da educação a dominação de classe, desenvolve-se uma dicotomia educacional: destina-se a uma pequena parcela da sociedade a formação para a apreensão dos fundamentos e conceitos do trabalho, no mais elevado patamar de desenvolvimento científico e tecnológico da produção; e para grande parte dos trabalhadores, a conformação técnica e ético-moral, com foco na prática operacional. A concepção educacional na ótica do trabalho está estruturada em uma concepção unitária de formação, refletindo o estreitamento entre ciência e vida, trabalho e educação, com o objetivo de diminuição do tempo trabalho e aumento do tempo livre (SOUZA, 2010, p.141-143).

Como objetivos da formação para o trabalho no mundo contemporâneo, Souza (2010, p. 142) estabelece três principais objetivos, são eles:

- a) identificar os princípios que presidem a relação ativa entre homem e natureza e a relação orgânica entre o indivíduo e outros indivíduos ao longo da história da humanidade;
- b) apreender os fundamentos e os conteúdos do trabalho em determinado padrão de desenvolvimento científico e tecnológico da produção em nível internacional, de modo a intervir autonomamente nesse processo;
- c) solidificar uma consciência moral que atenda aos objetivos da luta pela superação da ordem social burguesa de produção e reprodução social da vida material – em lugar da luta pela “cidadania plena”.

Esses objetivos são definidos em torno da educação básica e da educação profissional, estabelecendo estratégias de superação da dicotomia entre essas modalidades educacionais. Nesse contexto, a concepção de educação na perspectiva do trabalho é resultado da luta dos trabalhadores contra a dominação burguesa. Assim, a concepção unitária de educação tem como objetivo contra hegemônico a superação da ordem social capitalista. Como resultado da luta de classes, a concepção educacional na ótica do trabalho tem como referência a

formação *omnilateral*, voltada para a formação humana em sua totalidade, promovendo o “[...] desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação” (SOUZA, 2010, p. 147).

Como alternativa de formação unitária, Souza apresenta o conceito gramsciano de *escola desinteressada do trabalho*, como uma

[...] síntese entre o que há de positivo na escola desinteressada e na escola do trabalho e, por conseguinte, a negação do idealismo inerente à primeira e do pragmatismo inerente à segunda, constituindo-se em uma concepção pedagógica que se distingue daquelas anteriores, uma concepção nova, revolucionária. Nesse sentido, reafirma-se a preocupação central de Gramsci que é integrar a corrente humanista e a profissional, que se chocam no campo do ensino popular, lembrando que, antes do operário, existe o homem que não deve ser subjugado à máquina, impelido de percorrer os mais amplos horizontes do espírito (SOUZA, 2010, p. 153).

Concebendo o campo educacional como dimensão da luta de classes e espaço de disputa de hegemonia, as ações do governo brasileiro a partir dos anos 1990 têm buscado construir uma contra-reforma da escola unitária. Essa contra-reforma ocorre fundamentada em outras proposições para a articulação entre a educação básica e a educação profissional, com o objetivo de construção de consenso em torno da manutenção da sociedade de classes e da hegemonia burguesa. Dessa forma, a proposição da escola unitária possui um potencial estratégico para a construção de um projeto alternativo de sociedade com o horizonte de superação do capitalismo (SOUZA, 2010, p. 155).

Compreendendo a educação como uma dimensão da luta de classes, um campo de disputa de hegemonia, a articulação entre a educação básica e a educação profissional sofre modificações de acordo com o metabolismo social do capital. Dessa forma, faremos uma análise da modificação do conteúdo ideológico que dá forma à educação profissional e às políticas sociais na atualidade.

4.1.1. Educação Profissional e a Teoria do Capital Humano

A sistematização da Teoria do Capital humano como arcabouço teórico adequado à conformação de um padrão de sociabilidade decorre da necessidade de legitimação da nova dinâmica intercapitalista estabelecida a partir do final dos anos 1950 (FRIGOTTO, 2010, p. 48). Com esse objetivo, teóricos neoclássicos buscaram explicar o crescimento econômico ocorrido no período Pós-II Guerra Mundial. O arcabouço dessa Teoria está assentado na concepção de mundo burguesa, ou seja, na apresentação da totalidade social como dicotomia entre o político e o econômico. Dessa forma, o método de análise positivista dos teóricos neoclássicos proporciona um aparato teórico-político mistificador da realidade, constituindo-se em uma análise cíclica, deslocada da realidade (FRIGOTTO, 2010, p. 62-63). Com base nesse aparato político-ideológico, essa Teoria é utilizada como fundamento para a naturalização do modo de produção capitalista, com: a manutenção da dominação de classe; a apropriação da mais-valia como base estruturante desse modo de produção; as alterações na dinâmica da organização do trabalho e das relações de produção; e o decorrente desemprego estrutural, a precarização das relações e condições de trabalho, a flexibilização/desregulamentação do mercado de trabalho.

Em função da mais recente crise estrutural do capital, o processo de reestruturação produtiva do capital está centrado nas inovações organizacionais do toyotismo e em sua lógica de produção enxuta e de exclusão social. Como afirma Alves (2007, p. 245-246),

[...] a promessa frustrada de inclusão social vigente no fordismo, está sendo substituída pela promessa restrita de um novo trabalhador politécnico e liberado do taylorismo-fordismo, mais imerso numa nova forma de estranhamento e objetivações fetichistas (como o valor-fetice da empregabilidade). É a lógica contraditória do toyotismo e suas implicações objetivas e subjetivas no tocante a qualificação da força de trabalho que dá conteúdo à formação profissional e às políticas educacionais (ALVES, 2007, p. 245-246).

Para se adequar à lógica toyotista, são exigidas novas qualificações dos trabalhadores, com maior importância as habilidades cognitivas e comportamentais em detrimento das habilidades manuais. Essas habilidades

cognitivas e comportamentais são articuladas de forma a adequar-se à dinâmica da produção toyotista, tornando-se indispensável ao seu funcionamento. Essas novas qualificações compõem a nova subsunção real do trabalho ao capital (subsunção formal-intelectual ou espiritual) (ALVES, 2007, p. 247).

Como novas qualificações exigidas, percebemos as seguintes: habilidades cognitivas – novos conhecimentos teóricos e práticos formatado à lógica funcional e sistêmica, capacidade de abstração, comunicação, iniciativa e decisão; habilidades comportamentais – comprometimento, atenção, interesse pelo trabalho, capacidade de trabalho em equipe (ALVES, 2007, p. 248).

O processo de reestruturação produtiva do capital desencadeou mudanças estruturais no mundo do trabalho e na qualificação profissional, refletindo na construção de um aparato ideológico, pautado nas ideologias de empregabilidade e competência, capaz de proporcionar a reformulação das políticas educacionais de formação básica e de formação profissional, adaptando essas políticas à lógica do mercado, da produção toyotizada (ALVES, 2007, p. 248-249).

As ideologias disseminadas para legitimar o regime de acumulação toyotista se desenvolvem de forma contraditória. O regime de acumulação toyotista que é regido pela lógica da financeirização, da produção enxuta, geradora de desemprego e precariedade, que é causa do aumento do desemprego e da exclusão social. Como contradição, podemos ver sua legitimação fundada no conceito de empregabilidade, que prega a possibilidade de se empregar em um mundo voltado para a produção do desemprego. Essa relação entre educação e desenvolvimento é apresentada como a solução para a crise do desemprego (ALVES, 2007, p. 250).

Segundo Alves (2007, p. 251), a promessa de integração ao sistema disseminada na era fordista institucionalizou a escola como mecanismo de inclusão social e de conquista da cidadania. Essa promessa foi legitimada pela Teoria do Capital Humano, que consistia em um acúmulo de conhecimentos e competências individuais que habilitariam o sujeito a concorrer no mercado de

trabalho. A associação entre a escola e a promessa integradora direcionou a visão da educação como investimento em capital humano.

Em função da crise capitalista dos anos 1970, ocorre a reformulação da Teoria do Capital Humano, configurando-se no conceito de empregabilidade (ALVES, 2007, p. 251-252). Nesse contexto, Alves (2007, p. 251-252) afirma que,

[...] o conceito de empregabilidade que irá apresentar a nova tradução da teoria do capital humano sob o capitalismo global: a educação ou a aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo, portanto, sua integração sistêmica plena (e permanente) à vida moderna. Enfim, a mera posse de novas qualificações não garante ao indivíduo um emprego no mundo do trabalho.

Alves conclui que a legitimação das transformações no campo da educação ocorre como exigência de um novo tipo de trabalhador adaptado às mudanças exigidas pela reestruturação produtiva e pelo toyotismo. Essa legitimação ocorre de forma intrínseca ao movimento de exclusão social desencadeado pelo processo de reestruturação produtiva, evidenciando os limites estruturais de um sistema incapaz de integrar os trabalhadores. “Mesmo que todos pudessem adquirir as novas qualificações, o sistema orgânico do capital seria incapaz de absorvê-los. O mercado não é para todos” (ALVES, 2007, p. 252).

O fetichismo da mercadoria é um modo de representação ideológica que inverte e oculta a natureza da mercadoria como produto do trabalho social. Em última instância decorre da perda de controle social. Por isso, na perspectiva clássica de Marx, o socialismo é, por princípio, a re-apropriação do controle social da produção, o autogoverno dos produtores, capaz de abolir o fetichismo em suas múltiplas formas sociais. Desse modo, as novas habilidades cognitivas e comportamentais, as novas qualificações do trabalho ao serem (re) apropriadas pelo ser humano-genérico, desenvolverão novas atividades *omnilaterais*, deixando de ser objetos-fetiches do capital (ALVES, 2007, p. 254).

A formação profissional propagada como garantia de emprego e possibilidade de inserção social, funciona como legitimação do sistema e manutenção do ser humano como instrumentos de perpetuação do sistema

metabólico do capital, porém explicitando cada vez mais suas contradições (ALVES, 2007, p.254).

4.2. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO BRASIL

Com a abertura comercial nos anos 1990 e a consequente reformulação do Estado brasileiro para adequar-se à nova etapa do capitalismo global, as políticas públicas de trabalho, qualificação e geração de renda ganham grande importância no objetivo de moldar um novo tipo de trabalhador, adaptado aos projetos empresariais de desenvolvimento e aumento de produtividade (SOUZA, 2003b, p. 96-97). Dessa forma, tentaremos primeiramente explicitar as características deste movimento do capital no nível global para, posteriormente, abordar como as políticas de emprego e renda se articularam de modo mais intenso às políticas de formação para o trabalho, seja na forma de educação básica, seja na forma de educação profissional. Nosso intento é explicitar como esta articulação entre trabalho e educação na atualidade integrou a política de emprego e renda com a política de formação e qualificação para o trabalho.

Como já vimos antes, a legitimidade das mudanças no nível estrutural se configura na necessidade da formação de um intelectual urbano de novo tipo. Com essa necessidade, o Estado capitalista assume – como sempre – o papel de educador, com o objetivo de forjar esse novo tipo de intelectual, constituindo-se em uma conformação cognitiva e comportamental do brasileiro ao projeto de sociabilidade da classe dominante. Dessa forma, a manutenção da hegemonia da classe dominante exige uma ação pedagógica para conformar ética e moralmente a sociedade civil nos limites da dinâmica atual da ordem social do capital. Segundo Souza (2010, p. 134), a necessidade da propagação dessa pedagogia política é determinada pela ampliação da participação social sobre as decisões estatais, o que implica maior complexificação das relações de poder. Obviamente, esta ampliação da participação política se dá dentro dos limites da

valorização do capital e funciona como mecanismo de mediação do conflito de classes, elemento fundamental na manutenção da hegemonia.

Com esse objetivo de reformular e forjar a sociabilidade nos limites das leis do mercado e da valorização do capital, a educação, como política social do Estado, torna-se dimensão estratégica para a redefinição do papel do Estado e a disseminação de uma reforma cultural baseada no individualismo e na competitividade como valores morais radicais. A partir dos anos 1990, o sistema educacional brasileiro passa a ser reformulado para “[...] adaptar a escola aos objetivos econômicos e político-ideológicos do projeto da burguesia mundial para a periferia do capitalismo nesta nova etapa do capitalismo monopolista” (NEVES, 2004, p. 1).

A propósito, na visão de Neves (2004, p. 2), a implementação do projeto de sociabilidade burguês possui fases graduais. A primeira fase se inicia com a abertura comercial, o fim das reservas de mercado de informática e o processo de privatização das empresas estatais na primeira metade dos anos 1990 e termina com a implementação do Plano Real. Nessa fase, as mudanças no sistema educacional brasileiro ocorrem de forma assistemática, caracterizando-se como um momento de difusão das ideologias neoliberais, como a qualidade total, ou seja, das idéias, objetivos e práticas da administração empresarial, adaptando a escola à lógica de funcionamento do mercado. Ao mesmo tempo em que ocorrem as mudanças no sistema educacional brasileiro, a política pública de trabalho, qualificação e geração de renda é reestruturada para integrar os programas de Seguro-Desemprego, de Intermediação de Mão-de-Obra e de Qualificação Profissional direcionados aos trabalhadores que requeriam o auxílio do seguro-desemprego.

Em uma segunda fase, compreendida entre os dois governos de FHC, ocorre uma reestruturação das funções econômicas e político-ideológicas do Estado, aprofundando as reformas de cunho neoliberal. Em nível mundial, essa fase é caracterizada com o crescimento das contestações sociais e ameaça o metabolismo social e, conseqüentemente, a hegemonia do projeto de sociabilidade

burguês, constituindo-se na expressão dos limites do projeto de regulação social neoliberal.

Em meados dos anos 1990, com características do projeto político da Terceira Via, principalmente no segundo mandato de FHC,

[...] o Estado brasileiro passa a desenvolver uma certa [sic] **radicalização da democracia** com vistas a desenvolver uma nova cidadania, fundada na “responsabilidade social”, ou seja, na aceitação das desigualdades sociais como naturais, da desresponsabilização direta e universal do Estado pela proteção do trabalho e no associativismo prestador de serviços sociais, em lugar do associativismo reivindicativo de direitos sociais da década anterior. A sociedade civil passa a ser concebida como espaço de ajuda mútua, onde diferentes parceiros contribuem para o bem-estar social (NEVES, 2004, p. 2-3 – *grifos da autora*).

Com base nessa radicalização da democracia, o Estado brasileiro estabelece novo ordenamento na política, na economia e na relação entre os indivíduos na sociedade civil, concebendo essa como espaço de ajuda mútua. Dessa forma, a relação entre Estado e sociedade civil se estreita, a ponto de se confundir Estado e governo, surgindo o conceito de público não-estatal (NEVES, 2004, p. 2-3). Nessa parceria, o Estado reformula o aparato jurídico-funcional, promovendo reformas administrativas de caráter gerencial, passando a definir suas políticas públicas em um núcleo estratégico do executivo central e transferindo a execução das políticas para os parceiros da sociedade civil renovada (NEVES, 2004, p. 3).

Tendo a privatização como principal política estatal, os serviços exclusivos do Estado se constituem no “[...] subsídio à educação básica, a previdência social básica, a compra de serviços de saúde e o controle do meio ambiente” (NEVES, 2004, p.3). Além da reforma do aparelho do Estado, decorre ampla reforma do sistema educacional brasileiro. Nessa reforma, “[...] o Estado se responsabiliza pela formação técnica e ético-política das massas trabalhadoras (educação básica) e divide com a iniciativa privada a formação técnica e ético-política do trabalho qualificado (educação superior)” (NEVES, 2004, p.3).

Como materialidade das diretrizes estatais para a educação, ocorre a promulgação da Lei nº 9394, de 23 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), o Decreto nº 2208, de 17 de abril de 1997 (BRASIL, 1997)²⁰, como regulamentação da reforma da educação profissional, técnica e tecnológica, a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)²¹, “enquanto mecanismo de desconcentração da educação fundamental” (NEVES, 2004, p.3), além da “[...] privatização, fragmentação e o empresariamento da educação superior, assim como as alterações na formação de professores para os diferentes níveis e modalidades de ensino e a definição de novos parâmetros e diretrizes curriculares nacionais e seus instrumentos de avaliação” (NEVES, 2004, p. 3).

No contexto de reformas do sistema educacional brasileiro nos anos 1990, a instituição do FAT impulsiona o desenvolvimento da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda. Essa política começa a ser estruturada de forma articulada à formação/qualificação profissional, não mais somente para trabalhadores cobertos pelo Seguro Desemprego, mas também para trabalhadores desempregados e/ou em situação de risco social (MEHEDEFF, 2001, p. 46-60). Assim como a reforma do sistema educacional brasileiro, a articulação entre formação/qualificação profissional e a política de geração de trabalho e renda está fundamentada em uma nova abordagem da Teoria do Capital Humano para adaptar o trabalhador à nova etapa do capitalismo global e às exigências dessa lógica produtiva. Essa teoria defende o investimento em educação, na formação/qualificação profissional e no bem-estar do trabalhador como forma de aumento de produtividade, constituindo-se em capital humano (SOUZA, 2003a, p.180-183). Com a renovada Teoria do Capital Humano, expressa no conceito de empregabilidade, Souza (2003a, p. 180-183) aponta essa teoria como suporte ideológico para a reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classes. É esse suporte ideológico que permite a reformulação do papel da educação e sua adequação às leis de mercado, consolidando uma educação

²⁰ Revogado pelo Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004 (BRASIL, 2004), no Governo Lula, abrindo a possibilidade da estruturação do ensino integrado.

²¹ Substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) – Lei 11494 de 20 de junho de 2007 (BRASIL, 2007).

fragmentada, superficial, empenhada na despolitização da política, fundada nos valores morais radicais do individualismo e da competitividade.

Como afirma Souza (2010, p. 137-138), essa articulação se configura em uma estratégia de harmonização dos interesses conflitantes por meio da reformulação dos mecanismos de mediação do conflito de classes, materializado, a partir de 1995, num programa nacional para implementar mudanças necessárias à formação da classe trabalhadora, o PLANFOR. Assim, diferenciando-se da abordagem inicial, a formação/qualificação profissional que era direcionada para os trabalhadores desempregados que requeriam o Seguro-Desemprego passa a ser desenvolvida como uma política de formação/qualificação geradora de trabalho e renda, com abrangência nacional.

O objetivo oficial do PLANFOR era a geração de trabalho e renda por meio de um processo de qualificação ou requalificação permanente de pelo menos 20% da PEA maior de 16 anos. Esse programa foi direcionado para um público alvo de:

[...] grupos vulneráveis e outros que sejam vitais para o desenvolvimento sustentado. No primeiro caso – grupos vulneráveis – o PLANFOR garante pelo menos 80% dos recursos e 90% das vagas – para quatro categorias: pessoas desocupadas; pessoas em risco de desocupação permanente ou conjuntural; empreendedores/as urbanos/rurais; pessoas autônomas, cooperadas, autogeridas. A focalização desses grupos é importante para orientar maior integração entre os mecanismos do FAT, em especial da qualificação profissional com a intermediação, o crédito popular e o seguro desemprego (BRASIL, 2001, p. 4).

Como se percebe, essa política de geração de trabalho e renda estava voltada para o extrato da população mais afetado pelos efeitos perversos do processo de reestruturação da produção.

Com o discurso de promoção da democracia e aumento do controle social das decisões estatais, a gestão de recursos do FAT foi estruturada por fóruns tripartites e paritários, nas esferas de poder federal, estadual e municipal. Essa Política é propagada como uma gestão descentralizada, participativa e com o estímulo à parceria entre Estado e sociedade civil. Nessa engenharia institucional,

o CODEFAT funciona como órgão normalizador das regras e políticas a serem implementadas pelos conselhos/comissões estaduais e municipais, em conjunto com as respectivas secretarias estaduais e municipais de trabalho (MEHEDEF, 2001, p. 46-60).

Na terceira fase de implementação do projeto de sociabilidade burguesa, a partir de 2003, Neves aponta o Governo Lula da Silva e sua política neoliberal de Terceira Via voltada para a formação do novo homem coletivo necessário à consolidação do projeto burguês. Dessa forma, o Governo direciona suas ações no campo econômico para a desregulamentação das relações de trabalho. Nesse aspecto, o Governo atual, com origem nos movimentos e lutas dos trabalhadores e imagem de representantes da classe subalterna, possui papel fundamental na implementação das mudanças necessárias à consolidação do projeto neoliberal, pois essas mudanças encontraram resistências e oposição dos trabalhadores à reforma da previdência, à reforma trabalhista e sindical dirigidas pelos governos com lideranças burguesas. Além dessas mudanças, no campo político, o Estado aprofunda a radicalização da democracia e a complexificação dos mecanismos de mediação do conflito de classes. Com a intensificação do uso de instrumentos legais e político-ideológicos, o Estado assume o seu papel de educador. Assim, “[...] o governo Lula se propõe, portanto, a realizar um **pacto nacional**, em outros termos, a submissão **consentida** do conjunto da sociedade às idéias, ideais e práticas da classe que detém a hegemonia política e cultural no Brasil de hoje” (NEVES, 2004, p. 4-5, grifos da autora).

Já no início do Governo Lula, o PLANFOR é substituído pelo PNO, porém mantendo as mesmas premissas e engenharia institucional (SOUZA, 2003b, p.96-97). A mudança mais significativa ocorre em relação à possibilidade de acesso direto de municípios aos recursos do FAT, com critérios estabelecidos pelo número de habitantes.

Nesse contexto de implantação do regime de acumulação flexível, do modo de regulação social de tipo neoliberal e da inserção subordinada do Brasil ao capitalismo internacional, Souza (2010, p. 137-139) afirma que a política pública de trabalho, qualificação e geração de renda se constitui em um conjunto de

mecanismos instituídos a partir dos anos 1990, capaz de fomentar as ideologias necessárias à formação de um trabalhador de novo tipo, mais adaptado à nova conjuntura de instabilidade, à dinâmica de precarização do trabalho e superexploração da força de trabalho e às constantes mudanças exigidas pelas empresas para enfrentar a concorrência na conjuntura de acirramento competitivo.

Para aprofundar o conhecimento da pedagogia política inerente à política pública de trabalho, qualificação e geração de renda, faremos uma análise comparada dos documentos do PLANFOR e do PNQ, compreendendo estes como expressões da luta de classes no atual estágio do capitalismo monopolista. Para a realização desta análise, resgataremos de forma sistematizada o estudo realizado no capítulo dois e três, procurando evidenciar nesses documentos os pressupostos, princípios e elementos gerais que dão corpo a atual pedagogia política.

5. A INSTITUCIONALIDADE DA CONFORMAÇÃO NOS MOLDES DO DIÁLOGO SOCIAL

Com o objetivo de compreender as dimensões e aspectos que inscrevem a política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda como parte da engenharia institucional do diálogo social, nesse capítulo, faremos a análise da pedagogia política da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda. Com esse objetivo, na primeira parte do capítulo, sintetizamos os textos desenvolvidos nos capítulos dois e três, buscando maior organicidade entre esses textos, evidenciando as linhas gerais da atual pedagogia política renovada e o diálogo social como uma das principais diretrizes dessa pedagogia, materializando uma engenharia institucional em âmbito mundial. Em meio a essa síntese, identificamos os aspectos da atual pedagogia política nos documentos do PLANFOR e do PNQ, evidenciando esses Programas como mecanismos estratégicos de mediação do conflito de classes e conformação da sociabilidade burguesa necessária ao atual estágio de desenvolvimento do capitalismo monopolista. Em um segundo momento, descrevemos a dinâmica dessa engenharia institucional em nível local. Como finalização desse capítulo, procuramos compreender a dinâmica da pedagogia política renovada no diálogo social estabelecido na CME, como parte da institucionalidade da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda. Nesse sentido, procuramos evidenciar a busca pelo consentimento ativo em torno do projeto de sociabilidade burguesa.

5.1. A PEDAGOGIA POLÍTICA DO PLANFOR E DO PNQ

Conforme a análise que desenvolvemos no capítulo dois, a hegemonia da sociabilidade burguesa depende de uma combinação de

instrumentos de coerção e persuasão. Nesse sentido, a sociabilidade burguesa consiste em um conformismo social, ou seja, uma forma de ser, pensar e agir adequada à dinâmica da valorização do capital. Esse conformismo consiste em uma forma de consciência coletiva que deve perpassar a totalidade da vida social, em graus diferenciados, porém mantendo um nível de apreensão coletiva que mantenha as relações de dominação de classe e a dinâmica de valorização do capital. Assim, a reformulação da sociabilidade ou conformismo social decorre das mudanças na configuração da luta de classes, com modificações na estrutura e na superestrutura da sociedade, como um processo dialético entre essas esferas sociais.

Como expressão da sociabilidade burguesa, o conceito de cidadania abstrata ganha contornos e significados de acordo com o avanço das forças produtivas e da modificação na dinâmica da organização do trabalho e da produção, além da complexificação das relações de poder no Estado. Dessa forma, o Estado com sua base de classe, como superestrutura político-ideológica de manutenção da sociedade de classes tem assumido o papel de educador da sociabilidade necessária à continuidade do metabolismo social do capital. Com esse objetivo os mecanismos de mediação do conflito de classes ou a pedagogia política acionada pelo Estado, com ações na sociedade civil e na sociedade política, tem a função de renovar a “cultura cidadã”, conformando o conjunto da população à atual dinâmica do capitalismo monopolista.

A atual pedagogia política tem como objetivo principal a modificação do padrão de sociabilidade forjado pelo modelo de desenvolvimento de tipo taylorista/fordista, com regulação social de tipo keynesiano, para dar lugar a um novo padrão de sociabilidade forjado pelo modelo de desenvolvimento de tipo flexível, de produção enxuta, com regulação social de tipo neoliberal mediatizado pela Terceira Via, mais adequado às exigências de produtividade e competitividade de um mercado globalizado.

Na análise que realizamos no capítulo três, evidenciamos o reformismo como essência da socialdemocracia e sua principal função no processo histórico tem sido o desenvolvimento de um arcabouço teórico/metodológico

voltado para o rebaixamento da consciência político-ideológica da classe trabalhadora e conformação ao projeto de sociabilidade burguês. Com novos contornos e significados, a Terceira Via expressa a essência socialdemocrata de ajustar a dinâmica social ao processo de valorização do capital. Assim, ao assumir o protagonismo social a socialdemocracia refina seu arcabouço teórico/metodológico, materializando uma nova interpretação do projeto neoliberal com a aparência de um capitalismo “mais humanizado”. Nesse sentido, a principal preocupação da Terceira Via é com o restabelecimento da coesão social, ou seja, a construção de um novo bloco histórico, um novo equilíbrio entre estrutura e superestrutura necessário à manutenção das relações de dominação de classe e à dinâmica de valorização do capital.

A propósito, a preocupação com a coesão social constitui o principal direcionamento da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda. É possível visualizar essa preocupação como princípio estruturante do PLANFOR e de seu sucessor, o PNO. Essa preocupação pode ser percebida nos objetivos, nas metas, na destinação dos recursos, na definição do público alvo, na relação estabelecida entre Estado e sociedade civil. Adiante, faremos uma análise desses pontos principais.

Nos objetivos estabelecidos pelo PLANFOR, evidenciamos a preocupação com o combate à pobreza e à desigualdade social, a redução do desemprego e do subemprego. A mesma preocupação encontra-se na meta de qualificação de 20% da PEA, com foco prioritário para grupos vulneráveis, destinando 80% dos recursos para essa faixa da população. Além disso, esse Programa busca integração com outros programas e projetos sociais destinados à faixa da população mais afetada pelo processo de reestruturação da produção (BRASIL, 2001, p. 6), como podemos perceber nessa afirmação:

Ao mesmo tempo, o PLANFOR tem compromisso permanente de atender demandas de qualificação profissional de outros programas e projetos sociais públicos, notadamente aqueles que beneficiam populações mais pobres, sujeitas à exclusão, à discriminação, à violência e risco social (BRASIL, 2001, p. 6).

Esses programas e projetos estão compreendidos nas áreas de direitos humanos, segurança pública, assistência social, gênero e raça, jovens, desenvolvimento sustentável, reestruturação produtiva (BRASIL, 2001, p. 6).

Para a edificação de um novo bloco histórico, o projeto neoliberal mediatizado pelas proposições da Terceira Via tem como objetivo a conformação de uma “nova cultura cidadã”, mais adequada ao contexto de mundialização do capital. Essa “nova cultura cidadã” deve estar fundamentada no individualismo como valor moral radical, no empreendedorismo, no protagonismo social e na competitividade. Dessa forma, tanto o indivíduo quanto os organismos coletivos devem apreender um padrão predominante de ser, pensar e agir voltado para uma renovada forma de aceitação do modo de produção capitalista como único horizonte. A principal característica do “novo cidadão” é a aceitação das modificações na ordem competitiva como naturais, bem como suas mazelas como infortúnios e perturbações incidentais, isto é, acontecimentos casuais, fortuitos, imprevisos que, apesar de supostamente não fazerem parte do modelo de desenvolvimento proposto – ou até mesmo serem opostos a ele em alguns casos –, ocorrem de modo inevitável e exigem adaptabilidade. Além da flexibilidade necessária para adaptação às mudanças e mazelas da ordem social capitalista, esse “novo cidadão” precisa ser proativo, colaborador, voluntário, ou seja, ser um sujeito ativo na construção do projeto de sociabilidade de novo tipo, mais flexível, tolerante e crente na possibilidade de harmonização dos interesses distintos que perpassam a sociedade civil.

Com base nos textos de Neves (2005), Lima e Martins (2005) e Lima (2008), podemos afirmar que, em linhas gerais, o projeto neoliberal mediatizado pela Terceira Via está estruturado em um arcabouço teórico voltado para: a) a naturalização do modo de produção capitalista, como única forma de sociabilidade possível, legitimando a manutenção das relações sociais fundadas na dominação de classe; b) essa naturalização está assentada no ataque frontal ao projeto socialista e rejeição da política de classes; c) o desenvolvimento de uma política de conciliação de classes fundamentada no diálogo social como única forma de negociação entre capital e trabalho, ou seja, a promoção da concertação social em outro formato, um novo pacto social condicionando as ações políticas sociais à

dinâmica do mercado; d) a reconfiguração da relação entre Estado e sociedade civil, possibilitando a modificação do padrão de sociabilidade expresso no modelo de Estado de Bem-Estar Social e promovendo a inserção social em formas distintas desse modo de regulação social. A partir desses objetivos principais, os teóricos da Terceira Via fundamentam seu projeto político-ideológico com base em três pressupostos: 1) o surgimento de uma nova ordem pós-tradicional; 2) o fenômeno da “globalização intensificadora” 3) a “expansão da reflexividade social”.

A noção da atual configuração social como um fenômeno caracterizado pelo surgimento de uma “nova ordem pós-tradicional” dá suporte político-ideológico à naturalização do capitalismo e à legitimação da sua atual configuração de ampliação da exclusão social e desemprego estrutural. Essa argumentação é construída com referência em análises deslocadas da realidade, tomando a dinâmica social capitalista e seus efeitos degradantes como fenômenos naturais e inevitáveis. A argumentação está pautada em uma concepção abstrata de homem. Assim, a configuração atual da luta de classes se torna um mundo de incertezas e perturbações sem o direcionamento do homem, propagando-se que não cabe ao homem a condução do processo histórico, pois ele segue por si, naturalmente. Esta concepção de desenvolvimento social deslocado do processo histórico legitima a regulação social pelas leis do mercado capitalista, posicionando o homem como refém desse mercado. A partir dessas concepções sem historicidade, sem fundamentação na realidade, a Terceira Via, expressão da socialdemocracia na contemporaneidade, afirma a ocorrência de uma crise da tradição fundamentalista, de toda a tradição conservadora, gerando uma “tradição reflexiva” fundamentada na lógica de conciliação de classes, no modelo dialógico e reflexivo.

Outro fenômeno identificado e analisado de forma cíclica pela Terceira Via consiste na “globalização intensificadora”. Com essa noção, a argumentação teórica é construída desconsiderando a mundialização do capital, como um momento da configuração atual da luta de classes. Com a negação das condições objetivas e subjetivas da realidade social os partidários da Terceira Via concebem a mundialização do capital como uma “globalização intensificadora”, um fenômeno de predominância cultural desencadeado pelo desenvolvimento e

disseminação em nível mundial das tecnologias de informação, desencadeando uma intensa comunicação em nível global. Dessa forma, a tecnologia por ela mesma tem provocado uma intensa modificação cultural, com mudança de hábitos, costumes estilos de vida, na direção de constituição de hábitos e valores universalistas. Essas mudanças na visão da Terceira Via tem edificado uma percepção das relações sociais no mundo globalizado como uma espécie de “comunidade global”, uma “aldeia global” interligada. Assim, a visão harmoniosa de sociedade ideologizada pela Terceira Via desconsidera também os diversos mecanismos de controle do mercado, os mecanismos de controle migratórios e imigratórios, além da configuração atual do capitalismo monopolista que só precisa de uma parte dos trabalhadores inserida no processo produtivo, relegando uma significativa parte da população mundial à exclusão da esfera produtiva.

Com base nessa noção da “globalização intensificadora”, os teóricos da Terceira Via fundamentam-se no pressuposto da “expansão da reflexividade social”. Com uma análise cíclica do uso da tecnologia da informação no meio social, decorre uma percepção da disseminação e acesso à informação sem considerar os diversos mecanismos de controle de acesso à informação e ao conhecimento. Além disso, essa concepção compreende informação como conhecimento. Nesse sentido, o atual nível de fluxo de informações geraria um mundo de pessoas mais inteligentes e mais responsáveis socialmente (engajadas na conservação da ordem social burguesa). Nessa análise, o aumento do uso da informação na economia estaria forjando uma nova ordem social, uma sociedade sem classes, uma sociedade da informação, onde a categoria “trabalho” perde sua centralidade na análise do fenômeno social²². Essa nova ordem social composta por cidadãos “mais informados” e “educados” exigiria nova postura social pró-ativa, nova postura política, postura socialmente responsável, fundamentando a necessidade da construção de uma sociedade civil ativa. Essa “nova sociedade civil ativa” exige a mudança na concepção de indivíduo como sujeito de direitos para a concepção de atores sociais prestadores de serviços, atores responsáveis socialmente pela

²² A propósito, categoria trabalho nessa formulação dos teóricos da sociedade da informação é equivalente a trabalho assalariado, então, não compreende o sentido ontológico do trabalho.

construção de uma sociedade concebida como espaço de ajuda mútua, em forma de um amplo mutirão, condicionada a dinâmica de valorização do capital.

Nesse contexto, os pressupostos político-ideológicos do projeto neoliberal mediatizado pela Terceira Via dão suporte à modificação no papel do Estado e em sua relação com a sociedade civil. Essas mudanças são apresentadas como necessidade decorrente dos três fenômenos evidenciados pela Terceira Via, tais como: o surgimento de uma nova ordem pós-tradicional, a globalização intensificadora e a expansão da reflexividade social.

São esses os pressupostos que direcionam toda a construção do PLANFOR e do PNQ. Como podemos verificar tanto nos objetivos do PLANFOR como nos do PNQ, a qualificação profissional assume a função estratégica de construção de uma sociedade sustentável, com foco no desenvolvimento com equidade social. Já nos objetivos desses programas podemos visualizar a necessidade da construção de uma sociedade civil ativa, comprometida com um modelo de desenvolvimento voltado para a elevação da produtividade e da competitividade do setor produtivo. Como podemos perceber no seguinte objetivo estabelecido pelo PLANFOR: “[...] o PLANFOR trata de promover a qualificação profissional como direito do trabalhador e componente básico do desenvolvimento sustentado, com equidade social” (BRASIL, 2001, p. 3). Esse fragmento também indica a necessidade de qualificação social para a construção da sociedade civil ativa, pois a qualificação como direito do trabalhador estabelece a necessidade de qualificar o trabalhador para a promoção de um mundo sustentável, ou seja, a construção do consenso, do consentimento ativo para edificar a sociedade civil ativa, engajada no projeto empresarial de elevação da produtividade, proporcionando a competitividade necessária à atual conjuntura de acirramento da competição mundial.

A sociedade civil ativa, conformada às leis de mercado, à dinâmica de valorização do capital, assume a forma de uma sociedade de ajuda mútua, ou seja, uma sociedade de bem-estar social promovido pelos próprios indivíduos, sem o Estado. Esse processo pôde ser analisado no capítulo três, com a explicitação da construção de um “padrão do social na América Latina” e de uma “Europa Social”. Também podemos compreender esse movimento com a disseminação, em nível

mundial, do conceito de sustentabilidade, o qual expressa uma concepção de sociedade organizada por interesses específicos e forte estímulo ao individualismo como valor moral radical, para a constituição da sociedade como espaço de ajuda mútua.

Visualizamos tanto no PLANFOR quanto no PNQ, a perspectiva da construção de uma sociedade sustentável embasada no apelo ambiental, no desenvolvimento com respeito ao meio ambiente, ou seja, desenvolvimento com responsabilidade social individual e coletivo. Porém, essa perspectiva está mais estruturada no PNQ, como uma das diretrizes principais para a formulação do Plano Plurianual (PPA), conforme se pode visualizar a seguir:

O PPA articula-se em torno de três mega-objetivos: a) inclusão social e redução das desigualdades sociais; b) crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; e c) promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia (BRASIL, 2003, p. 17).

O apelo ambiental legitima a construção de uma sociedade sustentável ou um mundo sustentável, um mundo comprometido com metabolismo social do capital. Para a construção dessa sociedade sustentável, o estímulo à responsabilidade social individual e coletiva funciona como pressuposto político ideológico de engajamento das ações individuais e coletivas em prol da dinâmica do capital. Ou seja, a disseminação da necessidade de desenvolvimento da responsabilidade social se torna a construção do consenso e do consentimento ativo. Assim, responsabilidade social se torna o consentimento ativo ao projeto de sociabilidade burguês.

Tanto no nível individual como no coletivo a responsabilidade social expressa a necessidade de renovação da "cultura cidadã", ganhando novos contornos e definições. No nível de organismos coletivos, essa "cultura cidadã" é expressa pelas definições de sindicato cidadão, empresa cidadã e/ou empresa socialmente responsável etc. No nível individual assume formas de estímulos ao protagonismo social, ao empreendedorismo, fundamentados no individualismo como valor moral radical e no desenvolvimento da competitividade no mercado de trabalho, na forma de capital humano adquirido pela formação e qualificação

profissional. Essas concepções político ideológicas, que dão forma à renovação da “cultura cidadã”, têm como objetivo mais geral a construção de uma sociedade sustentável e engajada na dinâmica de valorização do capital.

A análise do conceito de equidade se torna importante para entender os propósitos formativos dessa política de qualificação profissional. A busca da equidade social é, na realidade, a busca de condições básicas de sobrevivência na atual dinâmica excludente do mercado. Equidade, por sua vez, é utilizada para legitimar a busca ilusória de maior “justiça social” em convivência com crescente desigualdade econômica e social. Dessa forma, o conceito de equidade social é utilizado para naturalizar a ampliação do desemprego e da precariedade das condições de trabalho.

Podemos verificar os aspectos da ideologia da globalização, com a naturalização das mazelas da dinâmica excludente do mercado, verificando a meta estabelecida pelo PLANFOR. Assim, podemos identificar alguns aspectos dos pressupostos estabelecidos pelos partidários da Terceira Via. As mudanças atuais, ou seja, um “mundo de perturbações e incertezas” provocadas pelo processo de reestruturação produtiva é tomado como natural. Dessa forma, a qualificação profissional (criadora de postos de trabalho) assume a função de proporcionar uma chance, uma possibilidade de atualização profissional para a inserção nesse mercado em constante mutação.

Em linhas gerais, essa pedagogia política pautada na reinterpretação do projeto neoliberal pela Terceira Via assume a forma de um movimento amplo de repolitização da política, com três movimentos principais: 1) *o rebaixamento do conjunto da população ao nível mais elementar da consciência política*, estimulando um tipo de participação política pautada em interesses individualizados, uma participação sem poder de decisão real, condicionada à dinâmica de valorização do capital; 2) *ofensiva aos organismos de representação da classe trabalhadora, com seu desmantelamento e/ou refuncionalização*, modificando a dinâmica de ação desses organismos voltada para a ampliação de direitos sociais. 3) *estímulo estatal ao desenvolvimento e expansão de organismos de interesses específicos e focalizados, não diretamente envolvidos com a regulação do trabalho* (NEVES, 2005, p. 33-39).

Em relação à ofensiva aos organismos de representação da classe trabalhadora, o desmantelamento e a refuncionalização têm como objetivo neutralizar qualquer tentativa de construção de contra-hegemonia, de um novo projeto de sociabilidade. Dessa forma, essa ofensiva se configura no engajamento da classe trabalhadora na construção da grande política da conservação, com o rebaixamento do nível de consciência política e estímulo à pequena política pautada em interesses individualizados (NEVES, 2005, p. 33-39).

Os organismos de representação de interesses específicos surgiram no Pós-II Guerra, como organismos privados de representação de interesses tangenciais aos de classe, ou seja, interesses extra-econômicos, tomando a forma de organizações não-governamentais (ONG), formalmente definidas como organizações privadas de interesse público. Assim, as políticas do Estado para a expansão desses organismos, na configuração atual do capitalismo, funcionam como estratégia de diluição do conflito de classes, com a descaracterização das relações de dominação de classe, camuflando as relações de exploração e expropriação e estimulando o individualismo como valor moral radical. Além disso, esse processo de reconfiguração do papel do Estado pode ser evidenciado na dinâmica de privatização das políticas sociais, abrindo novos campos para a acumulação de capital, como expressão da transformação do Estado de produtor de bens e serviços em coordenador de iniciativas no âmbito da sociedade civil (NEVES, 2005, p. 33-39).

Podemos ver como estão estruturados esses três movimentos da atual pedagogia política, analisando o seguinte fragmento do PNO (BRASIL, 2003, p. 17):

A ampliação da participação da sociedade na construção do PPA é um dos mais importantes aspectos que o caracterizam e diferenciam de procedimentos anteriores. O caráter participativo significa um enriquecimento permanente do planejamento e da gestão das Políticas Públicas e marca uma nova relação entre Estado e Sociedade. De um lado, consolida um Estado eficiente, ágil e controlado pelos cidadãos, um Estado adaptado às exigências do novo ciclo de desenvolvimento. De outro lado, reforça a sociedade na perspectiva da cidadania ativa, de um novo contrato social, do fortalecimento da democracia em todas as suas dimensões, da

radicalização do processo democrático como um grande movimento cultural.

Nesse fragmento, percebemos os objetivos de conformação de uma cidadania ativa como forma de construção de um novo pacto social condicionado aos limites da democracia restrita burguesa. Identificamos também a necessidade de reformulação da relação entre Estado e sociedade civil. Nesse sentido, nossa análise do PLANFOR e de seu sucessor, o PNQ, tem demonstrado que a política de qualificação profissional está estruturada como mecanismo de mediação do conflito de classes, voltada para o desmonte da sociabilidade do tipo de bem-estar social e engajada na conformação ao atual padrão de sociabilidade neoliberal, mais adequado à dinâmica de valorização do capital.

Como podemos perceber na ofensiva burguesa, a subsunção real do trabalho ao capital acionada no nível estrutural, expressa no regime de acumulação flexível, assume contornos, no nível superestrutural, de subsunção real do conjunto da população mundial ao projeto neoliberal verificada na necessidade de construção do consentimento ativo decorrente da complexificação e sofisticação dos mecanismos de mediação do conflito de classes.

A partir da compreensão da pedagogia política do PLANFOR e do PNQ, iremos analisar a dinâmica do diálogo social em nível local, identificando o grau de conformação aos pressupostos, princípios e objetivos da sociabilidade burguesa. Com esse objetivo, primeiramente, descreveremos a institucionalidade em nível local e depois faremos a análise de fontes bibliográficas primárias e das entrevistas realizadas com conselheiros da CME.

5.2. A INSTITUCIONALIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA EM NOVA IGUAÇU/RJ

Em nossa análise da pedagogia política da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda, visualizamos como mudança mais significativa entre o PLANFOR e o PNQ a dinâmica de acesso aos recursos do

Fundo de Amparo ao Trabalhador. Dessa forma, a Resolução do CODEFAT n° 466 de 21 de dezembro de 2005 (CODEFAT, 2005) marca um período de reestruturação da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda. Essa Resolução estabelece a possibilidade de arranjos regionais, por meio da celebração de convênios plurianuais únicos (CPUs). Esses CPUs se constituem em uma parceria entre o MTE e governos estaduais, Distrito Federal, Capitais, arranjos mesorregionais ou Municípios com mais de 300 mil habitantes. Nesse contexto, podemos afirmar que as ações do Estado brasileiro têm como objetivo aprofundar o consenso em torno da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda, caracterizando a busca por maior legitimidade, por meio da ampliação da participação dos municípios no acesso aos recursos do FAT. Para compreendermos essas mudanças em nível do Poder Local, nossa investigação se fundamenta em dois períodos de atividades em campo, com aplicação dos instrumentos estabelecidos na trajetória de investigação.

No período de 2006 ao início de 2008, fizemos as seguintes atividades investigativas no município de Nova Iguaçu/RJ: identificação dos órgãos do Poder Local com ligação estreita com a política de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda; visitas a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (SEMDES); acompanhamento das reuniões da CME, com registro de observações; visitas aos órgãos de representação dos segmentos dos empresários e dos trabalhadores. Nesse período coletamos fontes bibliográficas primárias e secundárias; realizamos entrevistas com os representantes do poder público municipal e com conselheiros componentes da CME.

A partir da análise destas fontes, faremos uma descrição da institucionalidade da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda em nível local, apresentando sua estrutura, organização e dinâmica.

Como parte da institucionalidade da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda, a CME de Nova Iguaçu foi homologada em doze de agosto de 1997, pela Comissão Estadual de Emprego do Rio de Janeiro (CEE/RJ), em função das políticas Estaduais de qualificação profissional. A CME tem forma tripartite e paritária. Nesse primeiro momento, a CME estava

estruturada com três representantes de cada segmento: governo, empresariado e trabalhadores. Essa engenharia institucional submete a CME à CEE/RJ, estabelecendo como funções auxiliar esta na identificação das demandas de qualificação e no acompanhamento da aplicação dos recursos do FAT (SETRAB, 1997).

A partir de 2005, ocorrem mudanças na composição da CME, com a ampliação do número de componentes para dezoito, pelo Decreto Municipal nº 7.064/2005. Dessa forma, a CME ficou composta de seis representantes de cada segmento, um presidente e um secretário executivo dentre estes representantes.

Os representantes estavam distribuídos da seguinte forma²³:

- a) no segmento governamental, estão representadas as seguintes secretarias: a SEMDES, com três representantes; a Secretaria Municipal de Governo (SEMUG), com um representante; a Secretaria Municipal da Cidade (SEMCID), nesse período sem representante; e o Sistema Nacional de Emprego (SINE), com um representante.
- b) no segmento empresarial, estão representados os seguintes órgãos: o SEBRAE; o Sindicato do Comércio Varejista de Nova Iguaçu (SINCOVANI); a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Nova Iguaçu (CDL-NI); a FIRJAN; o SENAI; e a Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu (ACINI).
- c) no segmento dos trabalhadores, estão representados os seguintes sindicatos: o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas do Rio de Janeiro (SINDMETALRIO); o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Nova Iguaçu (STTRNI); o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e Mobiliário de Nova Iguaçu (SINTRACOMM – NI); o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cervejas e Bebidas em Geral da Baixada Fluminense (SINTIBEB); o Sindicato Estadual dos

²³ Segundo informações obtidas em entrevistas não estruturadas com o atual Secretário Executivo da CME, Almir Leandro Cardoso Fontes, não ocorreram modificações nessa estrutura.

Profissionais de Educação (SEPE); o Sindicato dos Servidores da Previdência Social (SINDSPREV).

No período de 2006 a 2008, a CME estava estruturada em função da SEMDES. Essa Secretaria foi o órgão do poder executivo municipal encarregado de gerir a política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda. Sua estrutura congregava quatro secretarias adjuntas que atendiam a demandas sociais na área de trabalho, qualificação e desenvolvimento econômico e social. São elas: a) Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social; b) Secretaria Adjunta de Trabalho e Emprego; c) Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Econômico; d) Secretaria Adjunta do Idoso e do Deficiente. A Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social estava dividida em dois departamentos: o Departamento de Atenção Integral e o Departamento de Programas e Projetos²⁴. A Secretaria Adjunta de Trabalho e Emprego também se dividia em dois departamentos: o Departamento de Geração de Trabalho e Renda e o Departamento de Qualificação e Economia Solidária. A Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Econômico, da mesma forma, se dividia em dois departamentos: o Departamento de Inovação Tecnológica e Comércio e o Departamento de Indústria e Agricultura (NOVA IGUAÇU, 2006, P. 2-3).

Em relação à dinâmica de funcionamento da CME, as reuniões ocorriam mensalmente, agendada para todas as segundas quintas-feiras de cada mês, no prédio do SEBRAE, em Nova Iguaçu. A gestão tinha como presidente o Sr. Júlio Cosme Castilhos Teixeira²⁵, diretor do SINDMETALRIO, na condição de representante dos trabalhadores.²⁶

²⁴ Nas visitas realizadas, observamos que os departamentos das Secretarias Adjuntas são considerados Subsecretarias pelos agentes governamentais e seus respectivos gerentes têm status de subsecretários. Desta sorte, é comum utilizarem o termo "Subsecretaria" para fazer referência aos departamentos e o termo "Subsecretário" para fazer referência aos seus respectivos gerentes.

²⁵ Esse representante dos trabalhadores já compôs a executiva da CUT/RJ na função de diretor de Comunicação (PORTAL VERMELHO, em *htm*)

²⁶ De acordo com depoimentos do Gerente de Qualificação e Economia Solidária da SEMDES, José Áureo Bastos, em 2005, ocasião em que, de acordo com a lógica do rodízio, a presidência da CME deveria ficar a cargo dos trabalhadores, estes não apresentaram um nome para assumir a presidência, de modo que, em seu lugar, assumiu a presidência um representante empresarial.

A presidência desta Comissão se dava por mandatos de doze meses²⁷, por sistema de rodízio acordado entre as representações governamentais, empresariais e dos trabalhadores, sendo vedada a recondução para período consecutivo. Em nosso primeiro período de investigação, procuramos compreender a forma estabelecida para a escolha dos representantes e verificamos que essa era realizada pelo Poder Público Municipal, em função de critérios pouco claros. O nível de representatividade política desses sujeitos junto aos órgãos representativos de cada segmento parece ser o critério de maior relevância, conforme declaração de diversos membros da comissão, por exemplo:

Quando começamos na primeira vez que integramos a Comissão, nós fomos convidados pelo Poder Público a participar, por sermos um Sindicato atuante na Cidade e é o Governo ao qual nós éramos oposição e pela nossa atuação na Cidade, nos convidaram pra participar desse Conselho (CUNHA FILHO, 2007).

A partir dessa declaração, podemos visualizar, também, indícios da possível estratégia do Governo Lindberg Farias²⁸ para construção de consenso em torno de suas políticas, com o convite direcionado o SINTRACOMM – NI, organismo coletivo de representação dos trabalhadores que fazia oposição ao seu Governo.

A coleta de dados a partir de fontes bibliográficas primárias (atas, relatórios, pareceres etc) foi dificultada devido à forma desorganizada com que os documentos gerados pela CME eram arquivados. Nesse período de gestão dos trabalhadores, a CME possuía uma sede localizada na Coordenadoria dos Conselhos Municipais (CCM). Apesar disso, sua sede era subutilizada ou até mesmo desconhecida por parte significativa dos membros que compunham a CME. Essa sede possuía infraestrutura mínima para organização e gestão das informações geradas pela CME. Muitos dos documentos localizados, tais como decretos, nomeações, lista de composição da CME estavam disponíveis, de forma organizada na CCM, o que não ocorreu com as atas das reuniões, que não estavam devidamente arquivadas lá.

²⁷ Não houve modificações na forma de sucessão.

²⁸ Lindberg Farias toma posse como Prefeito de Nova Iguaçu em 1º de janeiro de 2005.

Ao consultarmos alguns conselheiros sobre a localização das atas e demais documentos, alguns deles não sabiam de sua localização. As atas só foram localizadas a partir de contatos com um membro da CME que havia ocupado a função de presidente e que era o Gerente de Qualificação Profissional da SEMDES. Percebemos que o livro de atas estava incompleto, uma vez que não estavam ali registradas todas as reuniões realizadas. A última ata registrada datava de doze de junho de 2006. Segundo o Gerente de Qualificação Profissional, muitas das atas não estavam aprovadas e algumas não estavam prontas.

O problema da falta de atas era relatado pela maioria dos representantes, não sendo respeitado prazo mínimo de recebimento daquelas da reunião anterior, com antecedência de sete dias úteis da próxima reunião, estabelecido no artigo 14º do Regimento Interno da CME, conforme podemos evidenciar, nesta declaração:

[...] a não secretaria executiva ser permanente, ou seja, eu acho que secretaria executiva de qualquer conselho deveria ser cargo de funcionário, porque existe continuidade de trabalho, uma fragilidade é essa. Ou seja, saiu uma diretoria aí tem que passar livro ata, tem que passar... Não há continuidade, se o secretário executivo fosse sempre a mesma pessoa, ou seja, um funcionário que independeria de cargo, seria continuidade com mais precisão... (CHAGAS, 2007)

Todos esses fatos demonstravam uma organização precária da CME.

Ao iniciarmos o contato com os componentes da Comissão, com o intuito de acompanhar suas reuniões e, assim, obter dados para a caracterização do diálogo social estabelecido nesse Fórum, pudemos constatar, em primeiro momento, o esvaziamento desse órgão. Do final de fevereiro de 2007 ao final de março do mesmo ano, não houve reuniões da CME. Na reunião realizada em dez de maio de 2007, além dos problemas com infraestrutura, foram levantados pela representante do SINCOVANI, problemas como: falta de empenho por parte dos conselheiros e falta de reconhecimento do trabalho da Comissão pela Secretaria Estadual de Trabalho e Renda (SETRAB/RJ). Essa falta de reconhecimento, segundo a representante do SINCOVANI, era uma questão antiga. A SETRAB/RJ contratava as instituições executoras e não repassava as informações à Comissão. Dessa forma, a CME só tomava conhecimento após a execução dos cursos. Podemos constatar esse

problema com a SETRAB/RJ analisando as ações do Governo Municipal em prol da busca pela legitimidade da CME. Desde 2005, O Governo Municipal de Nova Iguaçu tentava articular formas de receber os recursos do FAT diretamente do Governo Federal.

Como reflexo na mudança da dinâmica de acesso aos recursos do FAT, visualizamos um claro interesse do Governo Lindberg Farias em firmar o CPU com o MTE. Esse interesse se materializa nas ações em torno da construção de um consórcio mesorregional em 2005. O interesse nesse consórcio se desfaz com a Resolução nº 466/2005 (CODEFAT, 2005), pois essa Resolução possibilitava a celebração do CPU diretamente entre o município de Nova Iguaçu e o MTE, por meio da modificação do critério de número de habitantes, que passou de 1 milhão para 300 mil habitantes.

Ainda em 2006, quando a CME era presidida pelo representante do governo, José Áureo Bastos, que atuava junto à Secretaria Municipal de Trabalho (em meados de 2006, esta Secretaria transformou-se em SEMDES), a CME elaborou o PLANTEQ, contendo 72 cursos de qualificação profissional. Esse Plano foi enviado à CEE/RJ e à SETRAB/RJ para ser aprovado em âmbito Estadual. Inicialmente, a contrapartida estadual foi de vinte e dois cursos, caindo para três cursos pedidos pelo Município e três de demanda estadual. Por meio desses resultados, percebemos o controle e o poder decisório estadual sobre a política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda, no Município de Nova Iguaçu.

Na prática, as dificuldades colocadas pelo Governo Estadual, por meio da SETRAB/RJ criaram ambientes de descrédito e desestímulo à continuidade do funcionamento da CME. Nesse período, a SETRAB/RJ não reconhecia a CME como órgão legítimo. As contratações de instituições executoras de qualificação profissional eram realizadas diretamente pela SETRAB/RJ, por meio de editais e a divulgação dos editais não era comunicada à CME. Por estar atrelada à engenharia institucional do PNQ, a CME está subordinada ao CODEFAT em âmbito federal, e à SETRAB/RJ em âmbito estadual. Essa engenharia proporciona pouca mobilidade de ações e proposições, limitando a Comissão às definições do receituário do PNQ.

Além dessa limitação, as CME possuem outras limitações condicionadas pelo poder Estadual, em função de seus interesses.

Como exemplo, podemos constatar as dificuldades de diálogo entre a CME e a SETRAB/RJ, na declaração da representante do SINE:

Dos vinte e dois cursos que a SETRAB mandou pro município, não vieram os vinte e dois, vieram seis, seis cursos executados do PLANTEO de 2006, que foram três dentro da demanda da nossa Comissão e três que veio aleatoriamente, que a gente não sabe da onde saiu, que não tem nada a ver com o Município. Infelizmente é uma relação de cima pra baixo, uma relação sem comprometimento, muito difícil (CONCEIÇÃO, 2007).

A partir de observações das reuniões da CME, entrevistas e análise de fontes bibliográficas primárias, foi possível perceber detalhes da relação entre os conselheiros. Nesse aspecto, podemos afirmar que o diálogo social estabelecido no cotidiano da CME ocorria de forma harmoniosa, apesar das dificuldades enfrentadas. Dessa forma, em prol do objetivo comum de geração emprego e renda, os três segmentos encontram mecanismos de conciliação de interesses de naturezas conflitantes.

Em relação às atividades da CME, verificamos que desse fórum coletivo não partiu nenhuma ação de acompanhamento da aplicação dos recursos do FAT no Município. Nenhum dos entrevistados demonstrou conhecimento de que, na condição de membro da CME, era sua competência acompanhar a aplicação dos recursos do FAT junto ao sistema financeiro no Município. Houve um período, anterior ao Governo Lindberg Farias Farias, em que os membros da CME realizaram fiscalizações da realização dos cursos de qualificação, quando foram encontradas irregularidades, o que mobilizou a CME a protestar junto à SETRAB/RJ.

Entre as ações realizadas em 2007, estava sendo organizada uma conferência municipal, cuja temática era a geração de emprego e renda. O objetivo desta conferência era criar mecanismos de articulação de qualificação profissional com ações de geração de emprego e renda, com a finalidade de alocação da força de trabalho “qualificada” no mercado de trabalho.

Em 2007, respaldada pela Resolução CODEFAT N° 466/2005, a SEMDES e alguns representantes da CME estavam empenhados em consolidar o vínculo com o MTE para o repasse dos recursos do FAT diretamente ao Município. Nesse caso, o segmento mais empenhado no funcionamento da CME era o governamental, pois a possibilidade de trazer recursos do FAT fortaleceu o interesse do Governo Municipal. Depois desse segmento, o mais atuante era o do empresariado, principalmente os representantes do SINCOVANI, que promovem a integração da CME de Nova Iguaçu com outras Comissões de municípios da Baixada Fluminense (Belford Roxo, Itaguaí, Niterói, Mesquita, Queimados) e da capital. Por meio dessa integração, o segmento empresarial articulava forças políticas e trocava experiências visando à consolidação política da Comissão e de sua legitimação na sociedade. Esse interesse também está relacionado com a posição de executores de qualificação profissional, pois a maior parte dos representantes recebe recursos do FAT, para esta qualificação.

Por meio das entrevistas, percebemos maiores expectativas com a mudança de direção no MTE, com a indicação de Carlos Roberto Lupi. Isto ficou explicitado nas falas dos conselheiros, pois foi evidente a expectativa de mudanças na política, cujos resultados poderiam refletir no Município. Nesse período havia grande expectativa em torno do CPU. Segundo a representante do SINCOVANI na CME, este fórum tinha grandes possibilidades de concretização de suas ações, pois a mudança política da SETRAB estava favorecendo a articulação e a abertura ao diálogo. Para ela, a conclusão do processo de transformação da Comissão em Conselho Municipal de Emprego e a concretização de um CPU, com o MTE, estabeleciam novos horizontes para o Município de Nova Iguaçu. Esse pensamento era partilhado pela maioria dos representantes.

Pudemos perceber as expectativas em torno da celebração do convênio, no seguinte relato publicado na *Revista Nosso Comércio*:

Cumprindo os ditames da Resolução 466 que instituiu no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, o Plano Plurinual Nacional e Estadual do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, visando a integração das funções e ações do sistema nos Estados, Distrito Federal, capitais e municípios com mais de 300 mil habitantes, a Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu, conseguiu assinar o Convênio, e a Prefeitura Municipal já está de posse dos recursos disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e

pelo CODEFAT, que serão empregados na montagem de um Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda, e na realização de cursos de qualificação profissional. O Centro também abrigará os serviços de habilitação ao seguro desemprego, que atualmente é realizado pelo SINE, mas que reverterão à Prefeitura, conforme foi informado, em reunião da Comissão, pelo Conselheiro Áureo Valença, representante da bancada do governo (SINCOVANI, 2007).

Nesse trecho da revista do sindicato patronal representante do empresariado na CME, percebemos o interesse do empresariado local e do Governo Municipal na criação do Centro que aglutinaria os serviços do Sistema Público de Emprego. Dessa forma, concretização do CPU já era dada como certa. Além dessas ações em busca de integração entre as Comissões Municipais, o Governo Municipal tinha como objetivo concluir o projeto da Casa do Trabalhador. Essa estrutura de integração das políticas de trabalho, emprego e renda com a política de qualificação profissional, estabelecida como estratégia pelo PNQ, implementada por meio dos CPUs, era apresentada como política do Governo Municipal. Segundo o Gerente de Qualificação e Economia Solidária da SEMDES, essa Casa iria concentrar, em um mesmo local, os serviços executados pelo SINE (intermediação de mão-de-obra, emissão de carteira de trabalho, inscrição no seguro desemprego), que passaria ao controle Municipal.

Como resultados da retomada das atividades da CME, foi realizado o *1º Encontro de Oportunidades e Negócios da Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu*, em 21 de novembro de 2007.

Mesmo ocorrendo mudanças no âmbito Federal e na dinâmica da CME, as expectativas dos conselheiros são frustradas pelas ações do Governo Municipal. Além da não ocorrência da transformação em Conselho, o não cumprimento da contrapartida Municipal para celebrar o CPU acaba desmobilizando as ações da CME. Nesse sentido, apesar de evidenciarmos o interesse do Governo Municipal na celebração de convênios com o MTE, nos anos do Governo Lindberg Farias, a dinâmica da CME é caracterizada por um processo de desmobilização.

Ainda no Governo Lula, a partir da posse do Ministro Carlos Roberto Lupi, em 29 de março de 2007, ocorrem mudanças em torno da dinâmica do PNQ, tornando os critérios de número de habitantes de um município para firmar

convênio com o MTE são ainda mais flexibilizados, com a Resolução CODEFAT n° 560 de 28 de novembro de 2007, passando de 300 mil para 200 mil habitantes.

A partir de junho de 2011, procuramos uma nova aproximação com a CME para aprofundar e atualizar nossos dados para fins de aprofundamento da análise. Nesta ocasião, procuramos a Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego (SEMTE) para obter informações atuais sobre a CME. Nessa primeira aproximação mantivemos contato com o Assessor de Gabinete, Claudio Augusto Soares dos Anjos, que também foi Secretário Executivo da CME no período de 2007 a 2010. Em nossa primeira entrevista não estruturada, este Assessor caracterizou o quadro de desmobilização em que a CME se encontrava. Segundo ele, não havia ocorrido a reunião marcada para junho de 2011, fato que vinha se repetindo desde o Governo Lindberg Farias, aprofundando-se durante o atual Governo Sheila Gama. Segundo a compreensão deste Assessor, no período de transição do Governo Lindberg Farias para o Governo Sheila Gama, a SEMTE passou a ocupar uma posição de menor relevância no cenário político local, pois passou a funcionar como mera assessoria para a transição de Governo. Com base nas declarações, constatamos que isto ocorreu sob a liderança do Secretário Ernesto Baccherini²⁹, quando a SEMTE deixou para segundo plano a política de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda.

Nessa oportunidade, tentamos identificar a composição atual da CME, coletar atas e outras fontes bibliográficas primárias, além de iniciar as entrevistas semiestruturadas com seus representantes. Para conseguir as informações, restabelecemos as visitas à SEMTE e à CCM. NA SEMTE, não conseguimos contato com ninguém além do Assessor de Gabinete e ex-Secretário Executivo da CME. Já na CCM, estabelecemos contato com Nair Rabelo Chagas, membro da CME. Em entrevista não estruturada, Chagas ratificou a informação de falta de atividades da CME, mas informou que havia alguém que estaria incumbido de mobilizar esta Comissão e se chamava Claudio, a quem poderíamos contactar para obter mais

²⁹ Ernesto Baccherini é o atual Secretário Municipal de Despesa e Planejamento de Nova Iguaçu/RJ.

informações. Chagas relatou também que a atual gestão deveria ser presidida pelo segmento do Governo Municipal, mas este segmento não assumiu o mandato.

A partir de final de setembro, intensificamos as visitas à SEMTE e à CCM. Nessas visitas semanais, Claudio Augusto Soares dos Anjos sugeriu que procurássemos o atual Secretário Executivo da CME para que pudéssemos ter acesso às atas das reuniões da CME ocorridas. Entretanto, em vários encontros durante o mês de outubro e novembro, este Secretário Executivo se mostrou completamente desinformado em relação à CME. Em entrevistas não estruturadas, constatamos o mesmo quadro de desorganização da CME, desarticulação de suas reuniões ordinárias e ausência de registro das atas e/ou informações sobre os trabalhos realizados. As pessoas contactadas demonstraram inclusive desconhecimento sobre a atual composição da CME.

Em busca de atualização dos dados sobre a CME, durante o período de outubro a dezembro, tentamos realizar entrevistas com os mesmos representantes que havíamos entrevistado anteriormente. No SEBRAE, por exemplo, os representantes haviam mudado e os atuais nunca haviam participado de reuniões da CME. No SINCOVANI, tentamos entrevistar Sueli Ribeiro Lima, durante os meses de outubro e novembro, porém, apesar de agendar os encontros uma semana após outra, em todos eles esta representante declarava-se sempre muito ocupada e impedida de nos atender e solicitava novo agendamento para a semana seguinte. Nessa dinâmica, as visitas ao SINCOVANI se repetiram por várias semanas sem qualquer sucesso, quando, em novembro, finalmente, fomos recebidos para explicar detalhes da investigação e tentar marcar a gravação de entrevista semiestruturada, o que não ocorreu, pois Lima argumentou que só tinha disponibilidade no próximo ano, pois estava muito atribulada.

Com os representantes dos trabalhadores foi menos complicado, pois conseguimos fazer entrevistas com os diretores do SINTRACOMM/NI e do STTRNI.

Em 2011, aprofundam-se as ações do MTE no sentido de reestruturar a política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda, com foco no PNO, em busca do consenso em torno do modelo de desenvolvimento flexível de produção enxuta e seu modo de regulação social.

Essas ações foram desenvolvidas no âmbito do estado do Rio de Janeiro por meio do *Fórum de Secretários [Municipais] de Trabalho do Estado*, estabelecendo alianças entre as secretarias municipais de trabalho, prefeituras e Governo Estadual para reestruturar a dinâmica de gestão, especialmente pelo reforço das parcerias firmadas entre a esfera estadual e municipal na gestão compartilhada das agências estaduais do SINE. A realização desse Fórum em Nova Iguaçu propiciou o estabelecimento de parceria para a gestão compartilhada das agências do SINE no município. Dessa forma, Nova Iguaçu se torna o décimo município do estado do Rio de Janeiro³⁰ a aderir ao arranjo de gestão compartilhada. Nesse Programa, a infraestrutura e parte do pessoal são financiadas pelo Governo Estadual e cabe ao município parceiro a manutenção do posto e complemento de pessoal. A ocorrência dessa articulação entre as esferas de poder não significou maior envolvimento dos conselheiros da CME e a retomada da dinâmica de reuniões ordinárias.

Nas poucas atas coletadas, verificamos que a última reunião da CME realizada ocorreu em 13 de abril de 2011. Na ata desta reunião, podemos evidenciar o fato curioso de ser uma reunião extraordinária, além da baixa representatividade, pois, de seus 18 membros, a reunião contou com a presença de apenas 04 deles (menos de 23% do quórum): dois representantes do Governo, um representante dos trabalhadores e um representante dos empregadores. Em função da falta de quórum, nessa reunião foi inviabilizado qualquer tipo de deliberação, porém, houve tentativa de articulação em torno de um evento de interesse do Governo Municipal, intitulado de *"Semana do Trabalhador"*. Esse evento consistia na realização de três seminários e duas ações sociais, com apoio do Governo Estadual, envolvendo os três segmentos, nos dias 26, 27 e 28 de abril, com uma festa de encerramento no dia 1º de maio, em três localidades diferentes: no centro do Município e nos bairros de Vila de Cava e Miguel Couto. Com base em entrevista não estruturada com o Assessor de Gabinete da SEMTE, nas vésperas de ocorrer, este evento foi desmobilizado pelo Governo Municipal.

³⁰ Os municípios que aderiram ao arranjo foram: Barra do Pirai, Cabo Frio, Cardoso Moreira, Laje do Muriaé, Porto Real, São Gonçalo, São João da Barra, Tanguá e Três Rios.

Em novembro de 2011, a articulação em torno da reestruturação da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda fica estagnada em função de denúncias de corrupção envolvendo o Ministro Carlos Roberto Lupi em desvio de dinheiro público, com a articulação de ONGs. O desfecho desse fato culmina na saída de Lupi do Ministério. Nesse contexto, a CME termina o ano de 2011 sem atividades e sem perspectivas de rearticulação.

Nesse contexto, com base no conhecimento da institucionalidade da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda em nível local, podemos fazer algumas considerações. Podemos evidenciar o interesse de construção de consenso em torno dessa política pelos Governos FHC, Lula da Silva e atualmente no Governo Dilma. Como essa política está fundamentada na qualificação profissional como fator de geração de emprego e renda, a incapacidade de ações que materializem a criação de postos de trabalho ameaça o consenso em torno dessa política. Nesses momentos, podemos visualizar ações do Estado brasileiro voltadas para a constante reestruturação dessa política e aproximar os municípios (esfera de poder estratégica para a conformação da sociabilidade burguesa). Nesse contexto, evidenciamos alguns elementos da institucionalidade da CME importantes para nossa análise. Pudemos verificar até o momento, a inoperância desse Órgão na formulação de políticas de geração de trabalho e renda, caracterizada pelos seguintes aspectos: falta de fiscalização da aplicação dos recursos do FAT; dinâmica organizativa em condições precárias; incapacidade de articulação institucional voltada para a criação de novos postos de trabalho; falta de legitimidade perante o Governo Municipal e Estadual; além da ausência de conhecimento sobre a função de executar um planejamento amplo da política de qualificação profissional articulada à política de criação de novos postos de trabalho. Com a evidência da inoperância, da improdutividade e desmobilização da CME, porque o interesse do Governo Federal na consolidação da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda em nível local? Qual seria a produtividade dessa Comissão? Para responder a esse questionamento e compreender o papel da CME, no próximo tópico, iremos descrever e analisar a dinâmica do diálogo social estabelecido na CME.

5.3. *DIÁLOGO SOCIAL E CONSENTIMENTO ATIVO NA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA EM NOVA IGUAÇU*

A partir institucionalidade da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda, em nível do Poder Local, analisamos o diálogo social estabelecido na CME. Essa análise tem como objetivo evidenciar o grau de conformação aos pressupostos, princípios e objetivos da atual pedagogia política do Estado brasileiro para educar o consenso e manter a hegemonia burguesa no País. Nossa análise tem como ponto de partida a concepção de políticas públicas de trabalho, qualificação e geração de renda e sua apreensão por parte dos conselheiros da CME e representantes do poder público municipal.

Entendemos por política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda, um conjunto de mecanismos instituídos nos anos 1990, no Brasil, para implantar uma institucionalidade capaz de fomentar as ideologias necessárias para a formação de um trabalhador de novo tipo, adaptado à nova conjuntura de instabilidade e às constantes mudanças exigidas pelas empresas, para enfrentar a concorrência na conjuntura de acirramento competitivo no contexto internacional (Souza, 2003, p.180-183).

Com base na renovada Teoria do Capital Humano, expressa no conceito de empregabilidade, a institucionalidade da política pública de emprego e renda é articulada à de formação/qualificação profissional, de modo a funcionar como reguladora de acesso ao conhecimento científico e tecnológico aplicado na produção e de fomentadora da ideologia necessária à conformação do conjunto dos trabalhadores a condições adversas do mercado de trabalho. Esta reconfiguração da institucionalidade da formação da classe trabalhadora no país estabelece mecanismos mais flexíveis e, ao mesmo tempo, mais pragmáticos para atender de modo mais eficaz às demandas do mercado, garantindo maior produtividade e competitividade às empresas. Na realidade, esta articulação da política de emprego e renda com a política de formação e qualificação profissional aperfeiçoa e oferece melhores condições de racionalização de recursos materiais e humanos para o desenvolvimento das ações governamentais em parceria com o setor privado.

Como resultado, obtêm-se uma engenharia institucional com maior capacidade para funcionar como mecanismo de conformação ética e moral dos trabalhadores à precarização do trabalho, à flexibilização da produção, além da naturalização do quadro de desemprego estrutural decorrente da abertura comercial e implantação do receituário neoliberal (SOUZA, 2008, p. 330-335).

A articulação entre a formação e qualificação profissional e a política pública de trabalho e renda se materializa na instituição de um programa nacional para implementar as mudanças necessárias à formação da classe trabalhadora, o PLANFOR, substituído mais tarde pelo PNQ (SOUZA, 2003, p.96-97).

No discurso oficial, a política pública de trabalho, qualificação e geração de renda tem como objetivo solucionar o desemprego desencadeado pelas transformações socioeconômicas na atualidade. Para isto, conta com um conjunto de mecanismos financiados pelo FAT, tais como: crédito popular; seguro desemprego; intermediação de mão-de-obra; programas de geração de emprego e renda; informações sobre o mercado de trabalho e qualificação profissional (MEHEDFF, 2001, p. 42-45).

Inicialmente, as ações para inserção/reinserção do trabalhador no mercado de trabalho limitavam-se à intermediação de mão-de-obra entre trabalhadores e empresas e à provisão de qualificação/requalificação dos trabalhadores. Hoje, a questão do emprego assume contornos mais complexos, exigindo ações mais concretas e diferenciadas, não só das instâncias governamentais, mas de todo o setor produtivo e da sociedade civil, que se desdobram em políticas públicas ativas e passivas de trabalho e renda (MEHEDFF, 2001, p. 42-45).

A concepção de política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda ocorre de maneira superficial e fragmentada na visão dos três segmentos que compõem a CME. Porém, alguns pontos estão evidentemente consolidados no discurso dos representantes dos três segmentos, como por exemplo: a qualificação profissional como fator de geração de emprego e renda, confundindo-se a pública de trabalho, qualificação e geração de renda com uma política de qualificação profissional geradora de emprego e renda, sendo o desenvolvimento econômico resultante dessa política de qualificação; e o conceito

de empregabilidade com o incentivo ao empreendedorismo como solução para a diminuição do desemprego.

Essa consolidação de ideologias pode ser verificada nas declarações dos conselheiros da CME nos três segmentos. No segmento governamental podemos ver a materialização dessas ideologias nas declarações do Subsecretário de Qualificação Profissional, que expressam a política pública de trabalho, qualificação e geração de renda como uma articulação entre ações de qualificação profissional e ações de desenvolvimento econômico direcionadas pelo conceito de empregabilidade. A concepção deste Subsecretário pode ser compreendida nessa declaração:

Na área de qualificação a gente tem muita coisa pra fazer e a área de qualificação é muito importante, quando você vai falar de geração de emprego, de renda [...]. Não só pra pessoa trabalhar numa empresa, mas pra poder trabalhar por conta própria, também [...]. Quando a gente contratou, agora, cursos, como eu falei do SENAC e do SEBRAE. Então, você pergunta, pra que o SEBRAE [...] vai estar participando de cursos? A gente incluiu, [...] o SEBRAE nos cursos de [...] de qualificação, [...] porque o SEBRAE tem cursos mais voltados ao empreendedorismo [...] (BASTOS, 2007).

Essas ações envolvem a qualificação profissional voltada para a colocação no mercado de trabalho e para a possibilidade de desenvolvimento do potencial empreendedor da população, com a incubação de pequenas cooperativas e associações e com o incentivo de uma política de microcrédito desenvolvida em associação entre a SEMDES e uma empresa creditícia privada, a SIMCREDI, como podemos verificar nas falas abaixo:

[...] as incubadoras que a gente tem de cooperativas e a incubadora que tem de empreendedores, de pequenos empreendedores que são um projeto que tem da Petrobrás, em parceria com o Município [...]. Que é pra qualificação de empreendedor, micro-empreendedores. E tem também o micro-crédito, que é também oferecido pela Prefeitura em parceria com o SINDICRED, que é uma instituição que já trabalha na área de micro-crédito... (BASTOS, 2007).

Então, o microcrédito também que existe na Secretaria, que é um outro projeto da Secretaria, é importante citá-lo também, porque ele vem ajudando muito as pessoas que tem aquela barraquinha, que precisa de um dinheiro pra comprar um freezer, pra melhorar ali o atendimento ou fabrica doces, salgadinhos em casa e precisa melhorar

o seu produto, que precisa de um capital. Então, o sistema de microcrédito que [...] funciona hoje na Secretaria, que tem previsão inclusive de ser ampliado com recursos do próprio Município [...]. Isso, eu acho muito importante também, pra geração de emprego, pra geração de renda pros trabalhadores (BASTOS, 2007).

Para apreendermos o discurso que direciona as políticas estabelecidas pela SEMDES e a concepção mais geral que consolida a visão governamental dentro da CME, entrevistamos o Secretário Geral e o Subsecretário de Trabalho e Emprego. Na análise da entrevista com o Subsecretário de Trabalho e Emprego da SEMDES, verificamos uma concepção de política pública de trabalho e renda como ações de qualificação articulada às ações de fomento ao crescimento econômico. Nesta declaração, o Subsecretário afirma:

A gente discute aqui, na função [...] da política de trabalho, as questões mais óbvias da sociedade como desemprego, como colocar o trabalhador, como empregar [...]. Como diminuir o desemprego, que aqui na cidade é alto, os cursos de qualificação, enfim, algumas ações que ligam diretamente à área de trabalho. Para mim Política de Trabalho é isso, no governo (ROCHA, 2007).

[...] no caso da incubadora de cooperativa, nós incubamos algumas cooperativas aqui [...] na Secretaria. Damos cursos de capacitação a elas, cursos de cooperativismo, cursos de projetos, cursos de plano de negócios, curso de como formar o preço de mercado de um produto (ROCHA, 2007).

Ainda no âmbito governamental, nos chama atenção a discrepância do discurso entre o Secretário Geral da SEMDES e seus Subsecretários de Qualificação Profissional e de Trabalho e Emprego. Enquanto, os discursos dos subsecretários estão consolidados em uma lógica de qualificação profissional geradora de emprego e renda, encontramos no discurso do Secretário Geral da SEMDES uma crítica à lógica da qualificação profissional geradora de emprego e renda e ao conceito de empregabilidade que transfere para o indivíduo um problema de crise do sistema. Esse Secretário Geral concebe política pública de trabalho, qualificação e geração de renda como uma articulação entre ações de qualificação profissional, investimentos em infraestrutura urbana básica e investimentos em projetos amplos de desenvolvimento, atrelado a um plano de desenvolvimento para o Estado e para o País. Como podemos verificar nas seguintes palavras:

A gente vai procurando fazer aqui um pouco a nossa parte, entendendo também que geração de emprego e renda não tem mágica nisso aí [...]. Você tem duas formas de gerar isso. Ou o município tem um potencial [...] de desenvolvimento grande, quer dizer, [...] na lógica do Capitalismo do Estado, quer dizer, [...] o Município investe muito, faz muita obra e aí absorve isso aí. Ou você tem setores privados em desenvolvimento que conseguem absorver isso, porque senão, você também vai para uma lógica de qualificação profissional [...]. Eu sou meio, um crítico [...] do conceito [...] que acabou sendo consagrado, que é o conceito da empregabilidade [...]. Na minha opinião, é a tentativa de transferir para o indivíduo um problema de crise do sistema [...](CAPELLI, 2007).

A gente aqui vai procurando fazer o nosso trabalho, mas Política de Geração de Emprego e Renda, ela não existe de maneira isolada, o Município não faz de forma isolada. Isso tem que estar articulado com um projeto de desenvolvimento pro Estado, pro País (CAPELLI, 2007).

Dessa forma, podemos perceber certa consciência das ideologias que fundamentam a política pública de trabalho, qualificação e geração de renda, por parte do Secretário Geral, mas essa consciência não se materializa em ações contra ideológicas ou em uma resistência por parte dessa Secretaria às ideologias a serem consolidadas. Essa consciência não ultrapassa a hierarquia do Secretário Geral, ocorrendo uma política pública de trabalho, qualificação e geração de renda na direção de ações para a consolidação do ideário da qualificação geradora de emprego e renda e da empregabilidade como solução para o desemprego verificado nesse Município.

Nesse contexto, com base na análise das entrevistas dos representantes governamentais, podemos afirmar que a articulação entre a política de trabalho, emprego e renda e a política de formação/qualificação profissional, no âmbito do Governo Municipal, está voltada para a conformação do padrão de sociabilidade necessário ao atual estágio do capitalismo monopolista. Essa afirmação fica evidenciada nas falas dos Subsecretários de Qualificação Profissional e de Trabalho e Emprego. Ambos descrevem uma política ampla de fomento ao empreendedorismo e estímulo à competitividade, condicionada à dinâmica de valorização do capital. Essas ações do governo municipal são visualizadas nos seguintes aspectos: nos tipos de cursos de caráter interessado e focalizados em elaboração de projetos e planos de negócios; na articulação entre a

SEMDES e a empresa privada SIMCREDI, forjando uma política de microcrédito voltada para o fomento de ocupações precárias e informais.

No segmento dos empresários verificamos esse mesmo ideário norteador nos discursos de seus representantes, como podemos constatar nas declarações de dois dos seus representantes, o Gerente Executivo do SESI/SENAI e o Chefe do Setor de Educação Profissional do SENAI:

Definir Política Pública de Trabalho e Renda, eu entendo ser um movimento de resgate de cidadania. É uma alternativa que o poder público encontrou, não ainda definitivo, para [...] promover a ocupação organizada [...] dos trabalhadores, tendo em vista a redução gradativa [...] dos postos de trabalho dentro das empresas. Então, é uma alternativa [...] do poder público, para que as pessoas que não tenham essa condição de emprego formal possam ser empreendedores e gerar sua própria renda (SILVA, 2007).

Na realidade, a Política Pública de Trabalho e Renda, ela é definida pelas ações em que o poder público, junto com a iniciativa privada, consegue desprender recursos para estar preparando uma mão-de-obra para estar gerando emprego (REIS, 2007).

Além da constatação da consolidação de ideologias hegemônicas, percebemos na declaração de Silva, Gerente Executivo do SESI/SENAI, certa consciência e naturalização da lógica excludente que direciona as empresas no contexto neoliberal. Essa fala reflete as consequências da implantação do neoliberalismo no Brasil, com mais evidência nos anos 1990, e o desenvolvimento de amplo processo de reestruturação produtiva, que tem gerado exclusão social, desregulamentação das relações de produção, desemprego e precariedade.

Esse mesmo ideário é refletido no discurso dos representantes dos trabalhadores, seguindo a lógica de atendimento às demandas do mercado, conforme se verifica nas seguintes declarações:

Esse trabalho tripartite, no sentido de trazer desenvolvimento, trazer qualificação para os trabalhadores, condições de desenvolvimento econômico. Isso faz parte do processo de crescimento da Baixada e de Nova Iguaçu (TEIXEIRA, 2007).

[...] essas políticas publicas vem [...] contemplar primeiro, [...] o primeiro emprego e segundo aqueles que estão [...] desempregados, já de carteira assinada, que tem oportunidade de se aperfeiçoar em outra

mão-de-obra, atendendo assim a necessidade do mercado (OLIVEIRA, 2007).

Esse discurso ficará mais evidenciado quando analisarmos a compreensão desses representantes acerca do papel da qualificação profissional na política pública de trabalho, qualificação e geração de renda.

Como discurso oposto a essa lógica, podemos mencionar a declaração do Diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e Mobiliário de Nova Iguaçu, apontando para uma concepção diferente, compreendendo a política de qualificação profissional como reflexo dos investimentos e desenvolvimento econômico:

[...] quando você tem uma cidade estruturada, com um bom transporte, uma cidade saneada, uma cidade que tem água, uma cidade com um baixo índice de violência, você atrai a iniciativa privada, pra construir edifícios, pra montar fábricas, pra trazer indústrias pro local. Isso é o que eu considero Política Pública de Emprego e Renda (CUNHA FILHO, 2007).

A qualificação profissional é algo mais... De certo nós temos trabalhadores qualificados de vários setores e alguns outros que precisam, aí eu chamo de política de qualificação, não é uma política de geração de renda, uma coisa completa a outra. Quando você tem uma política de geração de emprego, automaticamente você vai gerar uma também, uma política de qualificação (CUNHA FILHO, 2007).

Quanto à fragmentação e visão pontual, percebemos a política pública de trabalho, qualificação e geração de renda como um campo amplo de discussões, ações e concepções, porém, o discurso dos representantes aponta para uma visão fragmentada e pontual. Analisando as entrevistas dos representantes do Governo, percebemos essa fragmentação nas declarações da Assessora de Governo ligada à SEMUG, que concebe essa política como o desenvolvimento de um sistema de proteção social para a garantia de direitos. Essa concepção demonstra a falta do conhecimento acerca das metas de flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas contidas nos documentos do PLANFOR e de seu substituto, o PNO. A Assessora afirma que:

É complicado definir alguma coisa que a gente, no pessoal, considera que quase não existe, mas eu veria como ações transversais, que seria de formação e informação, que deveriam garantir um mínimo de

respeito ao ser humano, como agente gerador do seu próprio sustento (CHAGAS, 2007).

Além dessa declaração, podemos apontar outra, da Chefe do SINE em Nova Iguaçu, que concebe a política pública de trabalho, qualificação e geração de renda como a participação efetiva da sociedade civil no sistema público de emprego, contemplando apenas um dos aspectos dessa política e restringindo à sua área de atuação. Como constatamos em sua fala:

Pra mim é a integração da sociedade civil organizada na administração do sistema público de emprego, mas infelizmente isso não acontece [...]. Sempre vem de cima pra baixo a imposição do governo (CONCEIÇÃO, 2007).

Essa declaração da Chefe do SINE também aponta para problemas de legitimidade perante políticas do Governo do Estado, pois reflete a falta de poder decisório da CME.

A visão pontual também é evidenciada na concepção dos representantes do empresariado, pois a maioria desses representantes concebe a política pública de trabalho, qualificação e geração de renda como ações para diminuir o desemprego. Essa visão pontual pode ser verificada na concepção de Silva, Gerente Executivo do SESI/SENAI, e de Lima, Assistente Jurídica do Sindicato do Comércio Varejista de Nova Iguaçu, abaixo transcritas respectivamente:

Definir Política Pública de Trabalho e Renda, eu entendo ser um movimento de resgate de cidadania. É uma alternativa que o poder público encontrou, não ainda definitivo, para [...] promover a ocupação organizada [...] dos trabalhadores, tendo em vista a redução gradativa [...] dos postos de trabalho dentro das empresas. Então, é uma alternativa [...] do poder público, para que as pessoas que não tenham essa condição de emprego formal possam ser empreendedores e gerar sua própria renda (SILVA, 2007).

[...] a Política Pública de Trabalho e Renda, ela teria que ser voltada justamente pro trabalhador, [...] não uma política que está sendo feita. Por que, [...] realmente, esse setor é muito importante, ainda mais aqui no Brasil que o índice de desemprego é muito grande... (LIMA, 2007).

Percebemos nas falas desses representantes que a concepção de política pública de trabalho, qualificação e geração de renda se restringe a ações do poder público para minimizar os efeitos da redução gradativa de postos de

trabalho nas empresas, sendo ações para a possibilidade de empregabilidade por meio da disseminação do empreendedorismo.

Da mesma forma pontual, Soares, Diretor de Planejamento da ACINI, concebe a política pública de trabalho, qualificação e geração de renda como ações, em parceria dos trabalhadores com os empregadores para o desenvolvimento do mercado de trabalho. Nessa perspectiva o Diretor exclui o poder público como participante das decisões: “[...] política pública de trabalho e renda é [...] o resultado da união dos trabalhadores e dos empregadores em processo comum de engrandecimento da profissão e do mercado de trabalho” (SOARES, 2007).

Também verificamos a exclusão de um dos segmentos na fala de Reis, Chefe do Setor de Educação Profissional do SENAI. Esse representante concebe a política pública de trabalho, qualificação e geração de renda como a parceria entre o poder público e a iniciativa privada em ações de qualificação profissional para a geração de emprego. Dessa forma, excluindo o segmento dos trabalhadores na participação das decisões, verificado em sua afirmação:

Na realidade, a Política Pública de Trabalho e Renda, ela é definida pelas ações em que o poder público junto com a iniciativa privada consegue desprender recursos para estar preparando uma mão-de-obra para estar gerando emprego (REIS, 2007).

Com visão mais ampliada, Borges, o Gerente Executivo da CDL-NI, concebe a política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda como um conjunto de ações integradas por parte dos trabalhadores, dos empresários e do poder público para a geração de empregos e a diminuição da exclusão social, como pode ser verificado em sua declaração: “[...] a política de trabalho e renda, ela busca discutir formas para gerar empregos e diminuir a exclusão social, através de parceria entre o Poder Público, a classe empresarial e a classe dos trabalhadores” (BORGES, 2007).

Quanto ao papel da CME no contexto da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda, percebemos quase unanimidade acerca da ideia da CME como organização de representações da sociedade civil, em conjunto com o Poder Público e voltada para a geração de emprego e renda.

Entretanto, a concepção de colegiado tripartite é evidenciada nos três segmentos, como podemos verificar nas seguintes declarações da representação do Governo, seguida pela representação do empresariado e dos trabalhadores:

São instâncias colegiadas de caráter permanente deliberativo com composição tripartite e paritária (CONCEIÇÃO, 2007).

Reúne representantes do Governo Municipal, dos trabalhadores e dos empresários, cuja finalidade é acompanhar, estabelecer e avaliar uma política de emprego, através de cursos de qualificação e geração de emprego (BORGES, 2007).

Uma comissão de representações que faz parte o governo, empresários e do trabalhador [...]. São representações tripartites... (TEIXEIRA, 2007).

Verificamos que poucos representantes caracterizam a CME como um fórum de caráter deliberativo, com poder de intervenção na política pública de trabalho, qualificação e geração de renda do município. Os dois representantes que ressaltaram esse caráter deliberativo pertencem ao segmento governamental: a Chefe do SINE em Nova Iguaçu e a Assessora de Governo da SEMUG. Vejamos:

São instâncias colegiadas de caráter permanente deliberativo com composição tripartite e paritária (CONCEIÇÃO, 2007).

É um colegiado deliberativo, fiscalizador e tripartite, com a principal função de intervir nas políticas de geração de emprego e renda (CHAGAS, 2007).

Em oposição ao conhecimento do caráter deliberativo que a CME possui, encontramos na declaração do Gerente Executivo do SESI/SENAI uma negação desse caráter: “[...] não é um [...] grupo executivo, é um grupo [...] basicamente de assessoramento, porque esse grupo não é um grupo decisor” (SILVA, 2007). A evidência desse caráter não-deliberativo pode ser mais um indício de falta de legitimidade desse órgão, refletindo sua baixa capacidade de intervenção na esfera do poder decisório.

Além dessa característica, podemos perceber a inoperância da CME no que se refere à fiscalização dos recursos do FAT. Somente Chagas, representante do Governo, Assessora de Governo da SEMUG, e Cunha Filho, representante dos trabalhadores, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e

Mobiliário de Nova Iguaçu, ressaltaram a função de fiscalizadora da aplicação de recursos:

É um colegiado deliberativo, fiscalizador e tripartite, com a principal função de intervir nas políticas de geração de emprego e renda (CHAGAS, 2007).

[...] um órgão que fomenta [...] Política Pública de Geração de Emprego e Renda, um órgão pra fiscalizar a qualificação profissional, as verbas que vem pra qualificação, que vem do Governo Federal, do Governo Estadual (CUNHA FILHO, 2007).

Chama a atenção a descrição do papel da CME feita pelo Subsecretário de Qualificação Profissional, atribuindo a este fórum o papel de colaborar com o Governo, como se pode verificar:

[...] eu sinto que hoje, a Comissão Municipal, apesar de ser participativa, apesar de colaborar com o Governo dentro da... Das necessidades. [...] Ela tem que cumprir mais esse papel dela, o papel político propositivo da Comissão e pra isso... (BASTOS, 2007).

Nessa perspectiva, a CME funcionaria como um órgão para legitimar a política e os interesses do Governo Municipal. Além disso, a representação dos empresários dá ênfase ao papel da CME, como formulador de políticas de qualificação e requalificação profissional, para a inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, nossa análise aponta para uma atuação da CME como órgão legitimador da institucionalidade das políticas de qualificação profissional e dos interesses do Governo Municipal na obtenção de recursos do FAT.

Podemos verificar a ênfase no papel de formulador de políticas de qualificação profissional, por parte dos representantes dos empresários, nas falas do Chefe do Setor de Educação Profissional do SENAI, da Assistente Jurídica do SINCOVANI e do Gerente Executivo da CDL-NI:

A CME é uma instituição pública, aonde [...] possibilita que a sociedade civil organizada consiga [...] tratar [...] reunir os recursos necessários, pra que você possa aumentar a empregabilidade da população... (REIS, 2007).

[...] através dela [...] os que estão no mercado de trabalho [...] poderão se qualificar e os que não estão no mercado de trabalho, têm o direito de se recolocar no mercado (LIMA, 2007).

Reúne representantes do Governo Municipal, dos trabalhadores e dos empresários, cuja finalidade é acompanhar, estabelecer e avaliar uma política de emprego, através de cursos de qualificação e geração de emprego (BORGES, 2007).

A importância da qualificação profissional atribuída na análise do papel da CME no contexto da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda pode ser mais bem explicitada ao analisar-se o papel da educação profissional do contexto dessa Política.

A quase unanimidade dos representantes dos três segmentos concebe o papel da educação profissional na política pública de trabalho, qualificação e geração de renda, como fator fundamental na geração de emprego e renda. A grande maioria dos representantes atribui à falta de qualificação o principal problema da não inserção de trabalhadores no mercado de trabalho. Para melhor verificarmos essa afirmação, analisaremos separadamente os três segmentos.

No segmento governamental apreendemos o papel atribuído à educação profissional ao analisar a descrição da atuação da SEMDES na política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda feita pelo Subsecretário de Qualificação Profissional. Além de compreender a qualificação profissional como fator de emprego e renda, este Subsecretário atribui ao empreendedorismo o desenvolvimento e a inserção no mercado de trabalho. Ele também afirma que o programa de incubadora de empresas, para pequenos empresários, e do cooperativismo e associativismo, para pequenos empreendedores, são soluções importantes para a inserção de trabalhadores desempregados no mercado de trabalho, como podemos verificar em suas declarações:

Na área de qualificação a gente tem muita coisa pra fazer e a área de qualificação é muito importante, quando você vai falar de geração de emprego, de renda [...]. Não só pra pessoa trabalhar numa empresa, mas pra poder trabalhar por conta própria também... (BASTOS, 2007).

Dessas pessoas que vão fazer esses cursos, [...] algumas serão selecionadas pra fazer esses cursos de empreendedorismo. Como tocar um negócio? Como formular um preço [...]? Que é pra poder formar a pessoa, também, pra trabalhar por conta própria e

provavelmente, esse vai contratar um ajudante [...]. Então, ele vai tratar do emprego dele e vai [...] acabar gerando... (BASTOS, 2007).

Pela questão [...] do associativismo e do cooperativismo que é tocado hoje, pelo professor [...] Rogério Rocha, que é um setor muito importante e que pode [...] solucionar [...] ou vir [...] a iniciar uma solução pra condição de muitas pessoas, que hoje não tem condição de entrar no mercado de trabalho... (BASTOS, 2007).

Além do Subsecretário de Qualificação Profissional, as outras representantes governamentais possuem a mesma concepção, como podemos verificar nas afirmações da Assessora de Governo da SEMUG e da Chefe do SINE em Nova Iguaçu, respectivamente:

O papel da Educação Profissional na Política Pública, Bruno, de Trabalho e Renda é fundamental, pois organiza e estuda o caminho da qualificação dentro do mercado de trabalho do município, então isso é muito importante [...] (CONCEIÇÃO, 2007).

Considero papel primordial, porque a grande fragilidade é exatamente a deficiência nessa formação profissional, também dos desempregados (CHAGAS, 2007).

Partilhando desta mesma concepção, o Subsecretário de Trabalho e Emprego, atribui à formação empreendedora, focada no cooperativismo, o papel de geração de emprego e renda. Ele afirma que os desempregados que procuram a SEMDES são desqualificados, estando incapacitados para as vagas oferecidas pelo serviço de intermediação de mão-de-obra desta Secretaria. Além disso, o Subsecretário de Trabalho e Emprego acredita que a qualificação dos trabalhadores que procuram a SEMDES irá diminuir o número de desempregados no Município:

Então, no nosso banco de dados, como você mesmo perguntou antes, o banco de dados nosso, ele infelizmente é um banco desqualificado. As pessoas que vem aqui buscar trabalho, elas não estão qualificada pra nada, praticamente, isso não é uma falha nossa, mas é uma falha da sociedade (ROCHA, 2007).

O curso de qualificação, [...] ele vem pra qualificar esse banco [...]. Para [...] dar condições para essas pessoas que estão desempregadas, de ter pelo menos uma qualificação. Se ela [...] não tem experiência, ela pelo menos tem um curso de qualificação, um certificado do SENAC, CEFET e o que ele está querendo fazer agora, inclusive, com o SENAC e com CEFET novamente. Não só o curso de cooperativismo, [...] isso gera renda [...]. Não [...] é emprego, é

trabalho. O que a gente quer, é capacitar [...] o empregado que vem aqui [...] no banco (ROCHA, 2007).

Esse pessoal desempregado vai ser capacitado, vai estudar, vai buscar uma qualificação, para colocar ele no mercado de trabalho com um valor agregado a ele, com o curso, isso que a nossa área tem trabalhado, tem trabalhado bem. A gente pode não estar conseguindo atingir o objetivo principal de diminuir muito o percentual de desempregados, em torno de vinte por cento, não vai conseguir, mas nós estamos trabalhando para isso, qualificar o cara que vem aqui se inscrever no nosso banco. Por outro lado tem pessoas que vem aqui e quer montar cooperativa, ou que já tem cooperativa, ou que já tem um negócio próprio, mas o negócio é informal e quer condições de legalizar [...]. Então, a gente tem aqui a área especificamente que eu trabalho, que é a área de geração de renda (ROCHA, 2007).

A este respeito, a única visão diferenciada é do Secretário Geral da SEMDES, como explicitamos anteriormente quando abordamos as concepções de política pública de trabalho, qualificação e geração de renda. Nessa visão do Secretário, o conceito de empregabilidade, ou seja, da apologia à qualificação profissional e ao empreendedorismo como solução para o desemprego, se materializa na transferência da responsabilidade pelos problemas da crise do sistema capitalista mundial para os trabalhadores.

No segmento do empresariado, todos os representantes concebem a qualificação profissional com papel fundamental para a inserção no mercado de trabalho, capacitando os trabalhadores para adequarem-se as exigências de novos conhecimentos. Podemos evidenciar essa afirmação, analisamos a concepção do Gerente Executivo do SESI/SENAI, que atribui à qualificação profissional a responsabilidade pela promoção do desenvolvimento econômico, como consequência do avanço científico e tecnológico:

Se você não qualificar [...] as pessoas, você tem dificuldade de promover [...] um desenvolvimento. [...] Hoje não, já de muitos anos pra cá [...], com o desenvolvimento tecnológico, a cada dia que se passa, [...] são exigidos do trabalhador [...] novos conhecimentos [...]. Ele tem que estar em perfeita sintonia com o mundo do trabalho, senão ele não tem oportunidades (SILVA, 2007).

Também podemos verificar na afirmação do Gerente Executivo da CDL-NI essa mesma concepção: “É sempre procurar qualificar a mão-de-obra, onde, com o avanço tecnológico, muitas coisas mudaram” (BORGES, 2007). Também

verificamos essa mesma lógica nas declarações do Chefe do Setor de Educação Profissional do SENAI, da Assistente Jurídica do SINCOVANI e do Gerente Executivo da CDL-NI.

O Chefe do Setor de Educação Profissional do SENAI concebe o problema do desemprego como consequência da falta de qualificação profissional, pois, segundo ele, existem muitos empregos e poucas pessoas capacitadas para a ocupação dessas vagas:

A educação profissional, ela realmente [...] vai ser o grande diferencial, porque existe hoje, [...] uma quantidade muito grande de emprego, agora existe muito poucas pessoas preparadas [...] pra esse quantitativo de emprego [...]. Na realidade, [...] a taxa de desemprego é muito grande, tem muita gente desempregada, mas muita das vezes você tem um emprego ali sendo oferecido e você não tem as pessoas naquele perfil (REIS, 2007).

Com uma visão ainda na lógica da qualificação profissional como fator de geração de emprego e renda, porém diferenciada na que concerne à articulação entre a educação básica e a educação profissional, Lima atribui à qualificação profissional a posição de complementação da educação básica e à educação superior. Esta representante atribui importância maior à educação básica como condição para a colocação no mercado de trabalho e o desenvolvimento da qualificação profissional, em complemento à educação básica e superior. Como verificado em suas falas:

[...] o aluno tem que preencher um formulário, então, determinados cursos você tem que ter o ensino médio. Infelizmente o que a gente vê aqui [...], principalmente na Baixada Fluminense, a maioria [...] das pessoas não tem o ensino médio, então como é que ele vai fazer um curso, por exemplo, de gerência de vendas, realmente precisa de um ensino médio, porque o camarada que não tem nem o ensino fundamental vai fazer um curso desse, de gerência de vendas, ele vai ficar perdido (LIMA, 2007).

Agora, se ele não tem o ensino médio, o ensino fundamental e ele vai na loja, a loja vai exigir isso e ele não tem. Ele não vai ser colocado no mercado de trabalho. Ele vai ter mais um curso [...] na sua coleção, mais que não vai servir para aquilo. A não ser que ele tenha o segundo grau ou até o nível universitário (LIMA, 2007).

Porque esses cursos de qualificação são uma complementação, você tem que ter a base [...], como é que você vai fazer o curso de gerência

de venda, o cara que não tem nem [...] o ensino fundamental (LIMA, 2007).

Essas falas refletem a crítica à política de qualificação profissional que não contempla o desenvolvimento de conhecimentos e aptidões dos trabalhadores, na medida em que o conteúdo exige formação anterior. Dessa forma, os cursos realizados não alcançariam de forma alguma uma formação para a sua futura e incerta colocação no mercado de trabalho.

No segmento dos trabalhadores percebemos a mesma lógica da qualificação como fator fundamental para a geração de emprego e renda, verificada na fala do Diretor do SINTRACOMM/NI, do Diretor do SINDMETALRIO e do Diretor do STTRNI, respectivamente:

Se você como empresário, você sabe que aqui nessa cidade, você tem muita mão-de-obra qualificada, você vai preferir se instalar aqui do que na cidade do lado onde tem pouca qualificação, então, é fundamental a qualificação, pra geração de emprego (CUNHA FILHO, 2007).

É importante, porque com a globalização, com a tecnologia [...] e pro crescimento e desenvolvimento econômico do País, os municípios tem necessidade de desenvolver uma política [...] voltada pro crescimento (TEIXEIRA, 2007).

[...] eu sou um cobrador de ônibus e de repente o mercado de trabalho de rodoviário está esgotado [...] aí vem [...] a educação profissional me habilitando em outras áreas, pra que eu possa desenvolver e não ficar desempregado (OLIVEIRA, 2007).

Esta declaração atual de Cunha Filho, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e Mobiliário de Nova Iguaçu, é contraditória com sua concepção do papel da qualificação profissional explicitada anteriormente, quando analisávamos a concepção de política pública de trabalho, qualificação e geração de renda.

A partir da compreensão do ideário que reflete nas ações dos sujeitos envolvidos na gestão da CME, buscamos apreender o caráter da atuação desses sujeitos gestores. Para essa compreensão, iremos analisar a percepção e propriedade que cada um deles têm acerca da estrutura e das atividades desenvolvidas nesse fórum tripartite.

Nos depoimentos dos representantes dos três segmentos entrevistados verificamos a concepção de estrutura e funcionamento da CME como um fórum tripartite e paritário, com representações do governo, empresários e trabalhadores. Como exemplificado em depoimentos de representantes governamentais, dos empresários e dos trabalhadores a seguir, respectivamente:

A nossa Comissão, ela é bastante antiga, tem dez anos já de formação [...]. Ela é tripartite como manda a Legislação... (BASTOS, 2007).

Bom, basicamente ela é estruturada com representantes do segmento dos empregadores, dos empregados, do poder público (SILVA, 2007).

[...] ela esta estruturada em forma tripartite. Empresários, representante de governo e representante dos trabalhadores... (TEIXEIRA, 2007).

Nos depoimentos de cada representante encontramos contribuição com informações pontuais sobre a estrutura da CME. No segmento governamental, a Chefe do SINE acrescenta que a CME é formada por representantes dos segmentos, sendo o governo representado pela Secretaria Municipal de Emprego, outras secretarias e pelo SINE; os empresários pelas Federações e os Trabalhadores pelos Sindicatos. Além disso, a representante acrescenta à estrutura, uma secretária executiva e um presidente, conforme descrição abaixo:

[...] ela é constituída do seu presidente, de uma secretária executiva, ela é formada [...] pela bancada dos trabalhadores, através dos sindicatos, [...] do governo, através da Secretaria Municipal de Emprego e das Secretarias e do Sistema Único de Emprego, que é o SINE, e das Federações que representam os empregadores (CONCEIÇÃO, 2007).

Além dela, o Subsecretário de Qualificação Profissional acrescenta a informação de que os trabalhadores são representados por sindicatos ligados à CUT e a Força Sindical. A Assessora de Governo da SEMUG descreve a forma de sucessão da diretoria executiva como realizada de forma alternada entre os segmentos, anualmente. Vejamos os seguinte depoimentos:

O Sindicato dos Rodoviários é de uma central sindical, filiado a uma central sindical, Metalúrgicos a outra, tem sindicato que não está filiado a nenhuma central sindical... (BASTOS, 2007).

A sua composição tripartite permite com que a diretoria executiva, funcione alternadamente em sistema de rodízio entre as bancadas, trocando alternadamente todo ano (CHAGAS, 2007).

No segmento dos empresários, tanto o Chefe do Setor de Educação Profissional do SENAI como a Assistente Jurídica do SINCOVANI apontaram a forma tripartite como promotora de maior desenvolvimento na geração de emprego e renda, por meio da participação e contribuição entre diferentes visões, estando todos no mesmo nível. Isto se verificada nas seguintes declarações do Chefe do Setor de Educação Profissional do SENAI e da Assistente Jurídica do SINCOVANI:

Bom, ela é estruturada [...],na minha visão ela é tripartite [...] Ela bota a mesa os empresários, bota o poder público e bota os sindicatos, [...] todos [...] com periodicidade [...] de estar na administração [...] dessa comissão [...] Para que cada um, com a sua visão, possa contribuir [...] na geração de emprego e renda, que é [...] a grande vertente para onde caminha as ações da CME. Elas são estruturadas por seu presidente, [...] os membros [...] titulares e seus suplentes, sendo que cada órgão sempre vai fazer a indicação [...] de uma pessoa para titularidade e outra para suplente, para poder estar sempre representado [...] nas suas reuniões (REIS, 2007).

Olha, a Comissão Municipal de Emprego, eu acho a estrutura dela muito boa, porque ela é tripartite, formada pela bancada dos trabalhadores, bancada do governo, [...] bancada dos empresários e [...] a gente tem uma estrutura muito boa, muito voltada, todo mundo participa [...]. Esses três segmentos diferenciados [...] são muito importantes, quando você senta na mesa pra discutir a qualificação profissional, quando você tem trabalhador, governo e empresários, tudo no mesmo nível, então, eu acho isso aí fundamental (LIMA, 2007).

Nessa fala anterior, o Chefe do Setor de Educação Profissional do SENAI complementa a descrição, afirmando ser composta por um presidente e membros titulares e suplentes. Além dele, o Gerente Executivo da CDL-NI descreve uma estrutura com presidente, vice-presidente e membros titulares e suplentes. A alternância da presidência e vice-presidência, segundo ele, se dá em forma de rodízio entre os três segmentos, em um mandato de um ano e é proibida a recondução por período consecutivo. Além disso, ele afirma que o mandato dos demais membros é de três anos, sendo permitida apenas uma recondução, constatado na seguinte afirmação:

Ela é representada pelas entidades patronal, dos trabalhadores e órgãos do Governo, ao chamado tripartite. Ela é composta de presidente e vice-presidente e os demais membros. A eleição para presidente e vice-presidente é em forma de rodízio entre as bancadas e o mandato tem duração de um ano e não pode haver recondução para o período consecutivo. Os demais membros são compostos de titular e suplente e seu mandato é de três anos, sendo possível apenas uma recondução (BORGES, 2007).

Assim como nos outros segmentos, verificamos nas respostas dos representantes dos trabalhadores a descrição de algumas informações de composição estrutural. O Diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e Mobiliário de Nova Iguaçu descreve uma estrutura composta por: um presidente, um vice-presidente, um secretário e plenária:

A bancada governamental, a bancada empresarial e a bancada da sociedade civil, que é representada basicamente por sindicatos, a sociedade civil. [...] Ela é estruturada em três bancadas, daí tem presidente, vice-presidente, secretário e plenária... (CUNHA FILHO, 2007).

Além desse Diretor, o Diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Nova Iguaçu detalha a formação, apontando os representantes dos segmentos: dos trabalhadores são os sindicatos dos rodoviários, comerciários, têxtil, metalúrgicos e uma associação de feirantes; dos empresários são os sindicatos patronais; e o poder público por suas secretarias.

O empregador, trabalhador e poder público e bem diversificado. Através dos sindicatos de classe, principalmente aqui em Nova Iguaçu, nós temos rodoviários, nós temos comerciários, nós temos até representantes dos feirantes de Nova Iguaçu. Nós temos do setor têxtil, nós temos metalúrgicos, enfim nós temos... De representação aqui na nossa cidade de todos os segmentos não só do trabalhador, como também do empregador e [...] do poder público, de acordo com as suas secretarias (OLIVEIRA, 2007).

Quanto às atividades desenvolvidas pela CME³¹, na maioria dos representantes, percebemos certo desconforto ao responder a essa questão. De modo geral, encontramos como atividades desenvolvidas pela CME a elaboração do PLANTEO e a realização de seminários. Além desses elementos, encontramos nas

³¹ Sobre esse questionamento a Assessora de Governo da SEMUG não quis responder.

declarações dos três segmentos, sinais de falta de legitimidade e poder decisório e uma relação desigual nos interesses envolvidos na dinâmica da CME.

Na correlação de forças entre os três segmentos envolvidos na CME, a concepção das atividades desenvolvidas aponta para uma hegemonia da concepção e interesses do poder público local. Além disso, os interesses do poder público local parecem estar em sintonia com os interesses do empresariado. As características que desarticulam as ações da CME, na busca por legitimidade, aparecem nas declarações dos representantes dos três segmentos como consenso as restrições impostas pelo Governo do Estado, tornando-se hegemônico o controle decisório e de interesses da SETRAB/RJ. Para melhor explicitar nossas afirmações, iremos desenvolver a análise de cada segmento.

Quando perguntados sobre as atividades desenvolvidas pela CME, os representantes do governo descrevem como atividades a elaboração do PLANTEQ, contendo planejamento de recursos para a qualificação profissional, para a realização de seminários, projetos de pesquisa e recursos para a assessoria da CME.

Como pudemos perceber na afirmação do Subsecretário de Qualificação Profissional, esse planejamento é realizado pela SEMDES e após a elaboração é discutido e revisto pela CME, em sintonia com os objetivos do Governo Municipal. Essa dinâmica se confirma nas declarações do Subsecretário:

Nós fizemos [...] um Plano Plurianual, em dois mil e seis, que foi aprovado [...] pelo Governo do Estado, foi aprovado pelo Ministério do Trabalho, onde tínhamos recurso [...] pra qualificação profissional, recursos pra projeto de pesquisa, recursos pra assessoria à própria Comissão Municipal de Emprego [...]. E recursos [...] pra promover seminários. Isso tava previsto [...] nesse Plano Plurianual, que é de 2006 até 2009 [...]. Durante o ano de 2006, ele foi administrado pelo Estado e o Governo do Estado recebeu as verbas do FAT, [...] selecionou os cursos,[...] contratou as instituições e os cursos [...]. Aconteceram seis cursos aqui em Nova Iguaçu, [...] com verbas do FAT, [...] administrados pelo Estado, dentro [...] do nosso Plano Plurianual [...]. Eles selecionaram vinte e dois cursos que estavam previstos pra dois mil e seis. Isso foi submetido à Comissão Municipal de Emprego, a Comissão Municipal de Emprego interview. Não queremos esse curso, queremos esse, queremos mais desse, menos do outro. Fizemos uma contra proposta ao Estado [...]. O

Estado modificou algumas coisas e manteve vinte e dois cursos [...]. O Estado decidiu que aqueles cursos eram importantes e os cursos foram aplicados. Então, desses seis cursos que foram aplicados em Nova Iguaçu, apenas três foram dentro da demanda Municipal. Apesar de terem sido aprovados vinte e dois, pra o ano de dois mil e seis. Tanto a Prefeitura quanto a Comissão Municipal de Emprego, esperamos agora, [...] com a possibilidade do convênio único com o Ministério do Trabalho, [...] possamos receber diretamente verbas do FAT e a gente poder selecionar as instituições, escolher os cursos e tentar [...] aumentar [...] a quantidade de cursos de qualificação [...] que são feitos no Município com verbas do FAT (BASTOS, 2007).

A Comissão deveria ter essa [...] característica de ter que ser propositiva ao Governo [...], de elaborar projetos, de elaborar Plano, mas assim como outras Comissões Municipais, também ela tem muita dificuldade de fazer isso e funcionar de acordo com que elas foram projetadas [...]. No nosso caso aqui, nós trabalhamos em conjunto com a Comissão. A gente elabora um plano, [...] um projeto, esse projeto é submetido a Comissão, a Comissão analisa isso, faz sugestões, faz mudanças, alterações [...]. Normalmente não são alterações [...] que caem em discordância com o Governo [...]. Esse projeto é aprovado e enviado. Foi assim que foi feito [...] no Plano Plurianual, dois mil e seis, dois mil e nove e a assim será feito agora... (BASTOS, 2007).

Essa afirmação demonstra claro controle da concepção do desenvolvimento e consolidação da institucionalidade da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda, por parte do poder público local no direcionamento de seus interesses na CME.

Além da atividade de elaboração do PLANTEQ, a Chefe do SINE de Nova Iguaçu afirmou haver envolvimento dos Conselheiros na organização de um fórum sobre qualificação profissional e empregabilidade. Como percebemos em sua afirmação:

No momento, os representantes estão envolvidos para gerar a escolha da realização das demandas dos cursos do PLANTEQ/2007 e a realização de um fórum municipal, sobre seminários, sobre qualificação profissional e sobre empregabilidade (CONCEIÇÃO, 2007).

Além disso, a Chefe do SINE de Nova Iguaçu afirma não perceber nenhuma atividade desempenhada pela CME para a geração de emprego e renda, além dos cursos realizados em função do PLANTEQ, como constatado em sua afirmação:

Nesses três anos que eu participo da Comissão Municipal de Emprego, a gente não tem visto a nossa Comissão, [...] criar algo que a gente pode falar assim, [...] a Comissão está criando isso pra gerar emprego, pra gerar qualificação no Município, fora essas demandas que eu te falei anteriormente (CONCEIÇÃO, 2007).

Essa afirmação aponta para alguns limites no desenvolvimento das atividades da CME. A falta de resultados que se materializem em geração de empregos cria um ambiente de descrédito e desestímulo à participação e legitimidade desse Órgão. Porém, o discurso dessa representante demonstra a consolidação da ideologia da qualificação geradora de emprego e renda.

Analisando as declarações dos representantes do empresariado, percebemos uma descrição generalista, contraditória e vaga sobre as atividades desenvolvidas pela CME. Esses representantes apontam a centralidade das atividades com relação à elaboração de um plano municipal de emprego ou PLANTEQ, com o desenvolvimento de formação qualificação profissional para a geração de emprego e renda.

Tanto o Gerente Executivo do SESI/SENAI quanto o Chefe do Setor de Educação Profissional do SENAI apontam como atividade principal a elaboração do PLANTEQ. Silva ainda aponta a identificação de demanda das necessidades da Região, em relação à necessidade de cursos de qualificação profissional, e a busca de parcerias.

Levantamento [...] de necessidades da região, [...] busca de parcerias, [...] acompanhamento dos programas, elaboração de projetos para o PLANTEQ, apresentação da programação junto a Comissão Estadual de Emprego, enfim, existe um conjunto de ações que a comissão municipal pode realizar (SILVA, 2007).

Bom, nas suas reuniões ela procura discutir quais são as possibilidades de geração de renda [...] para população. Ela estuda, por exemplo, o caso de programas como o PLANTEQ, [...] aonde o governo federal disponibiliza uma verba para estar preparando pessoas para o mercado de trabalho e aí ela faz o encaminhamento das demandas [...] daquele município, para que [...] seja, de alguma forma, agraciado com aqueles cursos. Ela promove ações, também, de parcerias com empresas, para que estas empresas possam custear também, programa de formação profissional para as pessoas e também trabalho. Não é muito, eu percebo que não é muito reconhecido o trabalho da CME, [...] porque [...] a comissão não tem

poder de exigir as ações. Ela, na realidade, pode sugerir e aí [...] fica muito na sugestão... (REIS, 2007).

A centralidade no desenvolvimento de formação/qualificação profissional, evidenciada no discurso dos representantes desse segmento, nos parece estar relacionado com interesses estratégicos para a obtenção de recursos para a execução de formação/qualificação profissional, realizada pelos órgãos de representação do empresariado local. Essa concepção pode ser verificada ao analisarmos as declarações que apontam para críticas aos órgãos escolhidos para a execução da qualificação profissional, indicados pela SETRAB/RJ e a afirmação da qualidade na formação executada pelos órgãos de representação do empresariado na CME, em especial o Sistema "S", contida nas seguintes afirmações do Chefe do Setor de Educação Profissional do SENAI:

[...] algumas instituições de formação profissional acabam ganhando essa oportunidade de aplicar esses cursos e elas não tem a estrutura suficiente para dar um treinamento adequado (REIS, 2007).

Quando acontece de nós termos a possibilidade, nós fazemos, aí sim nós fazemos um trabalho bem diferenciado, como foi o caso que aconteceu agora, no último PLANTEQ, onde nós tivemos o SENAI, o SENAC, tivemos [...] uma ONG que pertence a Igreja Apascentar e inclusive nós tivemos agora [...] no dia 23 a formatura dessas pessoas e foi assim uma coisa bem interessante... (REIS, 2007).

O Diretor de Planejamento da ACINI descreve as atividades da CME como semelhantes às funções de um sindicato, discutindo salários. A função da CME, em sua visão, é discutir qualificação profissional e geração de emprego e renda: "São exatamente essas, as de discutir salários, discutir renda, discutir [...] progresso, discutir mercado, discutir valores e levantar a bandeira da Cidade, através da profissão e da renda" (SOARES, 2007).

A Assistente Jurídica do SINCOVANI aponta um projeto do Governo Municipal – a Casa do Trabalhador – como atividade da CME. Relata também a realização de um fórum municipal e a dificuldade de implementação de projetos pela CME, devido a falta de poder decisório acerca do destino dos recursos do FAT. Além disso, percebemos em suas declarações uma busca de reconhecimento da CME como órgão legítimo, como gestor dos recursos do FAT, tanto na busca pela transformação da CME em Conselho, com o objetivo de maior poder decisório,

quanto pela atribuição de grande importância à divulgação da CME e suas funções para a população. Essa afirmação é encontrada no seguinte depoimento:

Como eu te falei, a gente tem uma dinâmica muito ampla, inclusive agora a gente está pensando em fazer uma conferência municipal de emprego de Nova Iguaçu. Já fizemos fórum, Nova Iguaçu já teve o fórum, a gente participa mesmo, agora a gente está ampliando, [...] tem um projeto e em setembro vai ser inaugurada a Casa do Trabalhador, com SINE próprio, com telecentro, [...] com os trabalhadores podendo dar entrada no seu auxílio desemprego, com um auditório, sala de vídeo e vai ser bem legal e isso daí é um trabalho desenvolvido também pela Comissão (LIMA, 2007).

Então, ela transformando em Conselho, ela vai ter [...] uma verba própria, onde a gente vai poder fazer realmente seminário, qualificar. A gente também vai começar colocar, criar projeto e executar esse projeto, a própria Comissão. Porque até então agente cria até projeto, mas a gente fica esperando, a gente tem que ficar pedindo. Então já a Comissão, [...] transformando em Conselho, a gente tendo uma verba própria, a gente já vai direto executar, entendeu? (LIMA, 2007).

A gente está [...] tentando estruturar a Comissão de uma forma, para que o próprio Município, a população, os outros segmentos saibam o que é uma Comissão Municipal de Emprego (LIMA, 2007).

O Relato mais abrangente pertence ao Gerente Executivo da CDL-NI. Ele descreve como atividades desenvolvidas pela CME: reuniões, visitas técnicas, elaboração do PLANTEQ, seminários e atividades burocráticas, como elaboração de relatórios, atualização de dados.

Fazemos reuniões ordinárias e extraordinárias, onde são discutidos planos de trabalho, visitas técnicas, Plano Municipal de Emprego, atualização de dados, relatório de atividades, seminário, tudo relacionado à Política Pública de Emprego e Renda (BORGES, 2007).

A abrangência dessas atividades não é verificada em nenhuma das declarações dos outros representantes dos três segmentos. Além das declarações, a observação das reuniões feita por nós demonstra a incompatibilidade com as atividades descritas por esse representante. Dessa forma, nos parece uma declaração baseada nas atividades que a CME deveria desenvolver e não naquelas que de fato desenvolve.

Em nenhuma declaração de representantes do empresariado encontramos indícios da realização de fiscalização ou da consciência da

responsabilidade da CME em fiscalizar a aplicação dos recursos do FAT em Nova Iguaçu. Quando perguntado sobre as atividades de fiscalização, Reis afirma não perceber essas atividades durante o período de participação na CME, período de três anos. Confirmado nesta declaração:

É, pelo tempo que eu estou mais ou menos participando, deve ter uns três anos, eu não tenho visto estas ações, mesmo porque [...] muitas das vezes os programas acontecem, quando nós vamos saber já está no final, já tem [...] resultados... (REIS, 2007).

Assim como nos outros segmentos, encontramos o ideário de desenvolvimento da qualificação profissional e sinais de busca de legitimidade e poder decisório. Porém, evidenciamos uma concepção diferente, por parte dos representantes dos trabalhadores, acerca das atividades desenvolvidas pela CME, variando entre a ausência, condicionamento aos interesses do empresariado, desenvolvimento da qualificação profissional e a justificação do não desenvolvimento de atividades, pelo condicionamento aos interesses da SETRAB/RJ. O Diretor do SINTRACOMM/NI afirma não haver atividades próprias da CME, as atividades estão condicionadas a eventos realizados pelo segmento empresarial:

Atividades desenvolvidas pela Comissão, pra te dizer, nenhuma. Ela fica a reboque, quando, por exemplo, a CDL faz algum evento, a Comissão está lá, junto, se a FIRJAN faz, a Comissão está junto, mas a Comissão por si, ela não cria eventos [...]. Não conheço atividades da Comissão Municipal de Emprego (CUNHA FILHO, 2007).

O Diretor do SINDMETALRIO aponta a realização de debates e reuniões em torno da qualificação profissional como fator de desenvolvimento local e do papel da CME na sociedade iguaçuana. Além disso, esse representante aponta o processo de transformação da Comissão em Conselho, como meio de possuir maior poder de intervenção e desenvolvimento de projetos.

As atividades são debates, reuniões [...] aprofundamento na questão da qualificação, como eu já falei, discutir a necessidade do Município [...]. Discutir [...], no aspecto de desenvolvimento local, tanto comercial, industrial, [...] quanto também no social. Como esse desenvolvimento, eles conseguem envolver a mão-de-obra e sendo que uma mão-de-obra mais preparada, com mais qualidade pra contribuir com o desenvolvimento local, do Município (TEIXEIRA, 2007).

O que nós vamos fazer [...] é um seminário para debater com a sociedade iguaçuana [...] a responsabilidade da Comissão, o envolvimento. [...] Que papel [...] a sociedade tem, com os sindicatos, necessidades, nesse processo de debate [...]. E o seminário é também no sentido de tentar transformar [...] a CME em Conselho Municipal de Emprego, para que possa ter de fato os poderes decididos, [...] de intervir em vários projetos que envolve o trabalhador, envolve a sociedade (TEIXEIRA, 2007).

O Diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Nova Iguaçu afirma que as atividades da CME são condicionadas pela CEE/RJ e pela SETRAB/RJ e as atividades da CME restringem-se a discussões sobre o crescimento da informalidade e o aumento do desemprego no Município:

A informalidade, então, nós temos dado muita atenção pra isso, mas as dificuldades tanto a nível [...] da vinda dos cursos e depois essas pessoas já formadas [...] conhecendo uma nova função ou uma nova profissão, o que acontece? Enfrenta a dificuldade do emprego, então as ações elas são feitas de acordo com aquilo que nos recebemos, [...] da própria Comissão Estadual ou da Secretaria do Estado (OLIVEIRA, 2007).

A partir da descrição das declarações dos representantes do poder público Municipal e conselheiros da CME, confirmamos a inoperância da CME na formulação de políticas de geração de trabalho e renda. Verificamos nas declarações sobre as atividades desenvolvidas pela CME e nas declarações sobre o papel dessa Comissão, a falta de legitimidade perante o Governo Municipal e Estadual, a incapacidade de articulação institucional para a criação de novos postos de trabalho, a ausência de fiscalização da aplicação dos recursos do FAT, que faz parte das atribuições desse Órgão. Nesse aspecto, verificamos que essa Comissão tem funcionado para legitimar as políticas de interesse do Governo Municipal.

Nesse contexto, em que a improdutividade da CME fica evidenciada, qual seria sua produtividade?

Para responder a esse questionamento, identificamos no discurso dos representantes dos três segmentos a consolidação dos aspectos políticos e ideológicos da sociabilidade burguesa, expressa em uma “nova cultura cidadã” fundamentada no individualismo como valor moral radical, no empreendedorismo,

no protagonismo social e na competitividade. Nesse sentido, o ideário da qualificação profissional como fator de geração de emprego e renda funciona como cimento ideológico para a conformação da “nova cultura cidadã”. A conformação dessa ideologia perpassa as declarações dos representantes dos três segmentos, em sua quase unanimidade. Essa afirmação pode ser evidenciada na descrição da concepção de política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda, na descrição do papel da CME no contexto desta política e na descrição do papel da educação profissional nesse mesmo contexto. A conformação da qualificação profissional geradora de postos de trabalho mistifica as causas do desemprego estrutural, desencadeada pelo processo de reestruturação produtiva e implantação do receituário neoliberal. Nesse sentido, essa ideologia funciona como suporte político ideológico para a conformação do atual padrão de sociabilidade, como pudemos evidenciar nas políticas do Governo Municipal, voltadas para o fomento do empreendedorismo, do cooperativismo, do associativismo, como formas de desenvolver a empregabilidade.

Como pudemos verificar, a inoperância da CME na gestão da política de trabalho, qualificação, e geração de emprego e renda reflete a efetividade da conformação do atual padrão de sociabilidade burguês. Dessa forma, esse Órgão gestor funciona como importante instrumento da pedagogia política renovada na conformação social das ações dos organismos coletivos de representação da classe trabalhadora, conformando parcela significativa dos trabalhadores desempregados e/ou precarizados a atual fase do capitalismo monopolista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações finais, observamos que, diante do crescimento da contestação social e ameaça à hegemonia burguesa, em meados dos anos 1990, a reconfiguração do projeto neoliberal mediatizado pela Terceira Via é apresentado como suposta alternativa a este projeto. Com o objetivo de aprofundar as reformas neoliberais e eliminar os componentes do Estado de Bem-Estar-Social, os partidários da socialdemocracia ou Terceira Via sistematizam seu aparato político-ideológico em teses deslocadas da realidade, apresentando a ordem social capitalista como única alternativa viável para a humanidade. Esse conteúdo político-ideológico tem como objetivo legitimar as mudanças no nível estrutural, por meio de uma pedagogia capaz de conformar ética e moralmente a sociedade civil aos princípios das leis de mercado.

Nesse contexto de reordenamento da política e da economia, o diálogo social se torna uma das principais diretrizes do projeto de sociabilidade burguesa, consistindo em ampla estratégia de reordenamento da política, em nível mundial, fundamentada na possibilidade de conciliação de interesses antagônicos entre capital e trabalho. Essa diretriz fundamenta a constituição de uma engenharia institucional voltada para a conformação do atual padrão de sociabilidade. Assim, a engenharia institucional desenvolvida nos diferentes blocos político-econômicos tem como principal objetivo a obtenção do consentimento ativo ou mesmo passivo da classe trabalhadora em torno do atual projeto de sociabilidade burguesa.

Como diretrizes do diálogo social estão o desmonte do Estado de Bem-Estar Social e a conformação da sociedade civil nos limites das leis de mercado. Dessa forma, ocorre a modificação da pedagogia política para a manutenção da hegemonia burguesa em um contexto de ampliação do controle social sobre as decisões estatais. Como parte desta pedagogia política, é

disseminado pela OIT o conceito de “Trabalho Decente”, na elaboração de uma “Europa Social” com padrões mínimos de bem-estar, mais adequado ao atual estágio do capitalismo monopolista, no que concerne aos países de centro do capitalismo. Em países dependentes, o diálogo social e sua engenharia institucional desenvolve-se a partir de blocos político-econômicos alinhados às diretrizes dos organismos internacionais, com medidas de alívio da pobreza e aprofundamento da hierarquização entre nações. Ao mesmo tempo em que essa engenharia institucional está voltada para a mediação do conflito de classes, promovendo a harmonização ou coesão social, ela abre espaços de participação limitada na estrutura de controle do Estado. Nesse sentido, essa estratégia se constitui na tentativa de resolução provisória da contradição entre a socialização do poder político e a apropriação privada do poder.

Com base nas diretrizes do projeto neoliberal mediatizado pela Terceira Via, em meados dos anos 1990, o Estado brasileiro aprofunda a reconfiguração de sua relação com a sociedade civil e dos mecanismos de mediação do conflito de classes. Com esse objetivo, o Governo FHC intensifica as mudanças desencadeadas pela hegemonia do projeto neoliberal, mais evidente no início dos anos 1990. Desse processo decorre ampla reforma do sistema educacional brasileiro e a criação de uma complexa engenharia institucional para o desenvolvimento da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda. Nesse sentido, as políticas educacionais se tornam mecanismos estratégicos de conformação de um trabalhador de novo tipo, mais adaptado ao funcionamento do aparelho econômico e condicionado às leis de mercado.

Nesse contexto, a política pública de trabalho e renda é articulada à política de formação e qualificação profissional, estruturada com o arcabouço político/metodológico do projeto neoliberal mediatizado pela Terceira Via. A disseminação dessa nova “cultura” articulada à ideologia da qualificação profissional proporciona o aparato político-ideológico voltado para a construção da sociedade civil ativa e a formação de um novo bloco histórico. Essa disseminação é realizada em meio ao fomento da participação política de representações da classe trabalhadora. Nesse sentido, o fomento à participação política se constitui no processo de socialização política, porém uma socialização

limitada aos pressupostos da engenharia institucional e condicionada às regras estabelecidas pelo órgão normalizador.

O fomento à participação política da classe trabalhadora dentro dos limites da dinâmica da ordem social constitui elemento importante no reordenamento das relações de poder, conformando essas representações da classe trabalhadora a um tipo de participação sem poder de decisão real, condicionada a gestão de objetivos definidos pelo executivo central e legitimada pelo CODEFAT. Assim, por meio das Comissões/Conselhos Municipais de Trabalho/Emprego essa engenharia institucional dissemina uma nova “cultura cidadã”, baseada no individualismo como valor moral radical, no empreendedorismo e na competitividade, como padrão de sociabilidade necessário ao atual estágio do capitalismo monopolista.

Na análise de nosso objeto de estudo, verificamos a inoperância da CME em suas principais atividades, além disso, evidenciamos a falta de legitimidade perante o Governo Federal e Municipal, criando um ambiente de descrédito e desestímulo à sua continuidade. Dessa forma, a improdutividade da CME na formulação de políticas de geração de emprego e renda e da articulação desta com ampla política de formação/qualificação profissional expressa a sua produtividade na tarefa de educar para o consenso em torno do projeto de sociabilidade burguês, naturalizando a configuração de precariedade nas condições de trabalho, o desemprego estrutural, a atual dinâmica excludente do mercado capitalista. Assim, a dinâmica da uma engenharia institucional da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda, composta por organismos de representação tripartite e paritária, tem como objetivo a construção do consenso e consentimento ativo ao projeto de sociabilidade burguês. Nesse sentido, a CME se constitui em um dos mecanismos da pedagogia política renovada para a formação de um trabalhador de novo tipo, mais ajustado a dinâmica da sociabilidade burguesa na atualidade. Ou seja, promove a harmonização e mediação do conflito de classes, conformando as camadas subalternas à atual dinâmica do capitalismo monopolista.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

BASTOS, José Áureo. **José Áureo Bastos: entrevista com Sub-Secretário Municipal de Qualificação e Economia Solidária de Nova Iguaçu/RJ** (Sub-Secretário Municipal de Qualificação e Economia Solidária de Nova Iguaçu). Entrevistador: José dos Santos Souza. Nova Iguaçu (RJ): 2007. Arquivo de MP3. Entrevista concedida ao GTPS em 19/03/2007.

BORGES, Aluizio. **Aluizio Borges: entrevista com Representante dos Empresários na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu/RJ** (Gerente Executivo da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Nova Iguaçu/RJ – CDL). Entrevistador: Bruno de Oliveira Figueiredo. Nova Iguaçu (RJ): 2007. Arquivo de MP3. Entrevista concedida ao GTPS em 04/06/2007.

CAPELLI, Ricardo. **Ricardo Capelli: entrevista com Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Iguaçu/RJ** (Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Iguaçu/RJ). Entrevistador: José dos Santos Souza. Nova Iguaçu (RJ): 2007. Arquivo de MP3. Entrevista concedida ao GTPS em 15/03/2007.

CHAGAS, Nair Rabelo. **Nair Rabelo Chagas: entrevista com Representante do Governo na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu/RJ** (Assessora de Governo da Secretaria Municipal de Governo de Nova Iguaçu/RJ). Entrevistador: Bruno de Oliveira Figueiredo. Nova Iguaçu (RJ): 2007. Arquivo de MP3. Entrevista concedida ao GTPS em 31/05/2007.

CONCEIÇÃO, Valéria da. **Valéria da Conceição: entrevista com Representante do Governo na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu/RJ** (Chefe do Sistema Nacional de Emprego – SINE – Nova Iguaçu/RJ) Entrevistador: Bruno de Oliveira

Figueiredo. Nova Iguaçu (RJ): 2007. Arquivo de MP3. Entrevista concedida ao GTPS em 24/04/2007.

CUNHA FILHO, Tiago Nunes da. **Tiago Nunes da Cunha Filho:** entrevista com Representante dos Trabalhadores na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu/RJ. (Diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e do Mobiliário de Nova Iguaçu/RJ). Entrevistador: José dos Santos Souza & Bruno de Oliveira Figueiredo. Nova Iguaçu (RJ): 2007. Arquivo de MP3. Entrevista concedida ao GTPS em 15/05/2007.

LIMA, Sueli Ribeiro. **Sueli Ribeiro Lima:** entrevista com Representante Suplente dos Empresários na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu/RJ (Assistente Jurídica do Sindicato do Comércio Varejista de Nova Iguaçu). Entrevistador: Bruno de Oliveira Figueiredo. Nova Iguaçu (RJ): 2007. Arquivo de MP3. Entrevista concedida ao GTPS em 01/06/2007.

OLIVEIRA, Winston das Neves. **Winston das Neves Oliveira:** entrevista com Representante dos Trabalhadores na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu/RJ. (Diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Nova Iguaçu/RJ). Entrevistador: Bruno de Oliveira Figueiredo. Nova Iguaçu (RJ): 2007. Arquivo de MP3. Entrevista concedida ao GTPS em 21/05/2007.

REIS, Sidney Costa dos. **Sidney Costa dos Reis:** entrevista com Representante Suplente dos Empresários na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu. (Chefe do Setor de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Unidade Nova Iguaçu/RJ) Entrevistador: José dos Santos Souza & Bruno de Oliveira Figueiredo. Nova Iguaçu (RJ): 2007. Arquivo de MP3. Entrevista concedida ao GTPS em 29/05/2007.

ROCHA, Rogério. **Rogério Rocha:** entrevista com Sub-Secretário Municipal de Trabalho e Emprego de Nova Iguaçu/RJ. (Sub-Secretário Municipal de Trabalho e Emprego de Nova Iguaçu/RJ). Entrevistador: José dos Santos Souza. Nova Iguaçu (RJ): 2007. Arquivo de MP3. Entrevista concedida ao GTPS em 28/03/2007.

SILVA, Wilton José da. **Wilton José da Silva:** entrevista com Representante dos Empresários na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu (Gerente

Executivo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Unidade Nova Iguaçu/RJ). Entrevistador: Bruno de Oliveira Figueiredo. Nova Iguaçu (RJ): 2007. Arquivo de MP3. Entrevista concedida ao GTPS em 17/05/2007.

SOARES, Denildo Laurindo. **Denildo Laurindo Soares:** entrevista com Representante dos Empresários na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu/RJ. (Diretor de Planejamento da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu/RJ - ACINI) Entrevistador: Bruno de Oliveira Figueiredo. Nova Iguaçu (RJ): 2007. Arquivo de MP3. Entrevista concedida ao GTPS em 23/05/2007.

TEIXEIRA, Júlio Cosme Castilho. **Júlio Cosme Castilho Teixeira:** entrevista com Representante dos Trabalhadores na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu/RJ (Diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Nova Iguaçu/RJ). Entrevistador: Bruno de Oliveira Figueiredo. Nova Iguaçu (RJ): 2007. Arquivo de MP3. Entrevista concedida ao GTPS em 16/05/2007.

FIGUEIREDO, Bruno de Oliveira. **Diário de Campo:** anotações de observações feitas durante visitas à CME. Nova Iguaçu(RJ): 2012. 17p. [Mimeo].

FONTES SECUNDÁRIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 29-64.

ALVES, Giovanni. Reestruturação produtiva, novas qualificações e empregabilidade. In: ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. 2ª edição. Londrina (PR): Práxis, 2007. p. 245-256.

ALVES, Giovanni. Toyotismo e neocorporativismo no sindicalismo do século XXI. **Revista Outubro**, São Paulo, nº 5, p. 47-58, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 15-34.

ASSIS, Marisa de. A educação e a formação profissional na encruzilhada das velhas e novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João *et alli* (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. 2ª edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994. p. 189-203.

BATISTA, Roberto Leme. Reestruturação produtiva, ideologia e qualificação: crítica às noções de competência e empregabilidade. In: BATISTA, Roberto Leme e ARAÚJO, Renan (Org.). **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Maringá (PR): Praxis, 2003. p. 143-172.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de política social. In: MOTA, Ana Elizabete *et alli* (Orgs.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. 2006. 27 p. Disponível em: [http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf]. Acessado em 04/01/2012.

BRASIL. **Decreto 2208, de 17 de abril de 1997**. de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1997. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/DF2208_97.pdf]. Acessado em 11/01/2012.

BRASIL. **Decreto 5154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em [<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejadecreto5154.pdf>]. Acessado em 11/01/2012.

BRASIL. **Lei 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm]. Acessado em 11/01/2012.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm]. Acessado em 11/01/2012.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. **Carga Fiscal 1999 - O Sistema S**. Disponível em: [http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/Carga_Fiscal/1999/SistemaS.htm]. Acessado em: 23/05/2011.

BRASIL/MTE. **O Ministro**. 2011. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/institucional/ministro.asp]. Acessado em 30/10/2011.

BRASIL/MTE. **Plano Nacional de Qualificação – PNO, 2003-2007**. Brasília: MTE, SPPE, 2003.

BRASIL/MTE/SPPE. **Guia do PLANFOR 2001**. Brasília: MTE/SPPE, junho/2001.

CHÂTELET, François. Dialética, diálogo, discussão. **Universidade e Sociedade**, Brasília, nº. 30, p. 188-189, junho/2003.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Traduzido por Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996. [Cap. XII – Mundialização, regulação e depressão longa], p. 295-321.

CODEFAT. **Resolução Nº 466, de 21 de dezembro de 2005**. [Revogada pela Resolução nº 560/2007], Institui, no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, o Plano Plurianual Nacional e Estadual do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e o Convênio Único, visando à integração das funções e ações do Sistema no território. Brasília, 2005. Disponível em: [http://carep.mte.gov.br/Legislacao/Resolucoes/2005/r_20051221_466b.pdf]. Acessado em 11/01/2012.

CODEFAT. **Resolução Nº 560, de 28 de Novembro de 2007**. Estabelece regras para execução das ações integradas do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE. Brasília, 2007. Disponível em: [http://carep.mte.gov.br/legislacao/resolucoes/2007/r_20071128_560.pdf]. Acessado em 11/01/2012.

CORREIA, Antônio Damasceno. O diálogo social europeu. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 51, nº. 81, p. 185-194, janeiro-junho/2010.

COSTA, Hermes Augusto Costa. A acção sindical na UE e MERCOSUL: limites e desafios. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra (PT), nº. 62, p. 69-96, junho/2002.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: UNESCO, MEC, Cortez Editora, 1999. [Cap. IV - Os Quatro Pilares da Educação], pp. 89-102.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001. p. 45-78.

FLACSO/BRASIL. **Trabalho, Renda e Participação Social**: questões básicas para a atuação de conselheiros e técnicos municipais. Brasília: FLACSO, 2002. 94p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

GENTILI, Pablo (Org.) **Pedagogia da Exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 13ª edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007. 303p.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Traduzido por Maria Luzia X. de A. Borges. 5ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2005. 169p.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Traduzido por Luiz Mário Gazzaneo. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Traduzido por Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 15ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2006. p. 121-134.

IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: [<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>]. Acessado em: 23 de maio de 2011.

KELLER, Wilma. Neocorporativismo e trabalho: a experiência brasileira recente. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 09, n.º. 04, p. 73-83, outubro-dezembro/1995.

LIMA, Kátia Regina de Souza; MARTINS, André Silva. Pressupostos, Princípios e Estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 43-67.

LIMA, Kátia. Novas configurações da luta de classes e refundação do projeto burguês de sociabilidade. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, ano 6, n.º 6, 36p., 2008.

MACHADO, Lucília R. S. Racionalização produtiva e a formação no trabalho. **Trabalho & Educação – Revista do NETE**, Belo Horizonte, N.º 0, p. 41-61, julho-dezembro/1996.

MANDEL, Ernest. **A natureza do reformismo socialdemocrata: a social democracia sem amparo**. 1993. 32p. Disponível em: [<http://www.marxists.org/portugues/mandel/1993/09/21.htm>]. Acessado em 12/12/2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Traduzido por Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Traduzido por Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1998.

MEHEDFF, Carmen Guimarães. Módulo Políticas Públicas de Trabalho, Qualificação e Geração de Renda: a construção da política pública de trabalho e renda. In: VOGEL, Arno; YANNOULAS, Silvia (Org.). **Políticas públicas de trabalho e renda e controle democrático: a qualificação dos conselheiros estaduais de trabalho no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001. p. 41-81.

MÉSZÁROS, István. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. **Ensaio Ad Hominem – Revista de Filosofia, Política e Ciência da história**. Nº 1, Tomo I, p. 83-124, 1999.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. P. 26-44.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 14ª edição. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.

NEVES, Lúcia M. W. As reformas da educação escolar brasileira e a formação de um intelectual urbano de novo tipo. Trabalho apresentado no GT Estado e Política Educacional. In: Reunião Anual da ANPEd, XXVII, Caxambu, novembro de 2004. **Anais da 27ª Reunião Anual da ANPEd**. Caxambu(MG): ANPED, 2004. Disponível em: [<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt05/t0510.pdf>]. Acessado em: 21/11/2010.

NEVES, Lúcia M. W. **Educação e Política no Brasil de Hoje**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1999. p. 11-38.

NEVES, Lúcia M. W; SANT'ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 19-38.

OIT. **Diálogo Social**. 2007. Disponível em: [<http://www.ilo.org/public/spanish/dialogue/themes/sd.htm>]. Acessado em 03/08/2011.

PMNI. **Relatório sobre a economia do município de Nova Iguaçu**. Nova Iguaçu COPG, 2005. 37p. [mimeo].

POCHMANN, MARCIO. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 03-16, 2004.

PORTAL VERMELHO. **Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos assume presidência da Comissão do Emprego de Nova Iguaçu**. Disponível em:

[http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=13264&id_secao=1].

Acessado em 30/10/2011.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Traduzido por Angelina Peralva. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 17 a 49.

SANT' ANA, Marcílio Ribeiro de. Diálogo social e harmonização de políticas públicas de trabalho na América Latina e no Caribe: as experiências do MERCOSUL e da Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho da Organização dos Estados Americanos (OEA). In: MEHEDFF, Carmen Guimarães e PRONKO, Marcela (Org.). **Diálogo social, harmonização e diversidade no mundo do trabalho**. Brasília: FLACSO, 2003. p. 116-142.

SETRAB. **Ata da 13ª reunião extraordinária**. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: [http://www.setrab.rj.gov.br/cee/atas/cee_extra013.htm]. Acessado em 20/11/2006.

SETRAB. **Fórum dos Secretários de Trabalho do Estado debate PNO, em Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [<http://rj.gov.br/web/setrab/exibeconteudo?article-id=517298>]. Acessado em 30/10/2011.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª edição. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001. 121p.

SINCOVANI. Retrospectiva 2007: mais um ano que demonstrou a força do empresariado local. **Revista Nosso Comércio**. Nº 18, Ano VII, 20p., Dezembro/2007. Disponível em: [www.sincovani.com.br/pdf/pdf_sincovani_18.pdf]. Acessado em 30/10/2011.

SOUZA, José dos Santos e ARAÚJO, Renan (Org.). **Trabalho, educação e sociabilidade**. Maringá (PR): Práxis; Massoni, 2010.

SOUZA, José dos Santos. A "nova" cultura do trabalho e seus mecanismos de obtenção do consentimento operário: os fundamentos da nova pedagogia do

capital. In: BATISTA, Roberto Leme; ARAÚJO, Renan (Org.). **Desafios do trabalho:** Capital e luta de classes no século XXI. Maringá (PR): Praxis, 2003a. p.173-200.

_____. A EJA no contexto das políticas públicas de inclusão de jovens no mercado de trabalho. In: _____. SALES, Sandra Regina (Org.). **Educação de Jovens e Adultos:** políticas e práticas educativas. Rio de Janeiro: NAU: EDUR, 2011. p. 15-28.

_____. A qualificação do trabalhador no contexto da construção de nova regularidade para a produção social da vida material no capitalismo contemporâneo. In: TUMOLO, Paulo Sérgio e Batista, Roberto Leme (Org.). **Trabalho, economia e educação:** perspectivas do capitalismo global. Maringá (PR): Práxis; Massoni, 2008. p. 313-341.

_____. Diálogo social, disputa de hegemonia e consentimento ativo na gestão local dos recursos do FAT: a experiência do município de Vitória da Conquista/BA. In: MEHEDFF, Carmen Guimarães; PRONKO, Marcela (Org.). **Diálogo social, harmonização e diversidade no mundo do trabalho.** Brasília: FLACSO, 2003b. p. 84-107.

_____. **O sindicalismo brasileiro e a qualificação do trabalhador.** Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2009, 197p.

_____. Trabalho, educação e luta de classes na sociabilidade do capital. In: _____. ARAÚJO, Renan (Org.). **Trabalho, educação e sociabilidade.** Maringá (PR): Práxis; Massoni, 2010. p. 133-157.

_____. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil:** anos 90. Campinas (SP): Autores Associados, 2002. 223 p.

_____. Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional. **Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade,** Salvador, v. 13, nº 22, p. 441-454, julho-dezembro/2004.

TCE-RJ. **Estudo socioeconômico 2005 Nova Iguaçu.** Rio de Janeiro: CCS, 2005.

TCE-RJ. **Estudo socioeconômico 2009 Nova Iguaçu.** Rio de Janeiro: CCS, 2009.

VOGEL, Arno e YANNOULAS, Silvia (Org.). **Políticas públicas de trabalho e renda e controle democrático**: a qualificação dos conselheiros estaduais de trabalho no Brasil. São Paulo: UNESP, 2001. p. 1-6.

ANEXOS

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA REPRESENTANTES DA CME

Introdução:

Entrevista com _____, *cargo ou função* _____, representante dos _____ na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu, realizada em _____, às ___h, no _____.

1. Bom dia _____, como você define Política Pública de Trabalho e Renda?
2. O que é a Comissão Municipal de Emprego?
3. Qual o papel da Educação Profissional nesta política?
4. Como a CME está estruturada?
5. Quais as atividades desenvolvidas pela CME?
6. A CME faz algum tipo de levantamento da demanda por qualificação profissional?
7. Como se dá a definição dos cursos desenvolvidos e a contratação das instituições executoras?
8. E quanto à qualidade desses cursos, como a SETRAB ou a CME fiscaliza a qualidade dos cursos ministrados?
9. Como se dão as relações entre os diferentes representantes da CME?
10. Como se dá a relação entre a CME e a SETRAB/RJ?
11. Como se dá a relação entre a CME e o Movimento Sindical?
12. Como se dá a relação entre a CME e os organismos de representação do empresariado?
13. O interesse e o envolvimento dos representantes são iguais ou tem algum segmento que se envolve mais que outro?
14. Das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a geração de emprego e renda, quais apresentaram maior eficácia?
15. E das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a qualificação do trabalhador, quais apresentaram maior eficácia?
16. Como se dá exatamente a articulação entre as ações de qualificação e as de geração de emprego e renda?
17. Como são escolhidos os representantes do segmento entrevistado?
18. Quais os problemas encontrados no funcionamento da CME?
19. O que você acha que deveria ser modificado para a CME desempenhar melhor o seu papel?
20. O que a CME ainda não realizou que você acredita que deveria realizar?
21. Tem alguma informação que você gostaria de acrescentar?
22. Muito obrigado pela entrevista. Gostaríamos de saber se podemos ficar à vontade para utilizar este material para fins de análise científica e, se necessário for, utilizá-lo em nosso relatório de pesquisa.

ANEXO II

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA REPRESENTANTES DA CME – II Etapa

Introdução:

Entrevista com _____, *cargo ou função* _____, representante dos _____ na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu, realizada em _____, às ____h, no _____.

- 1- Como está a CME hoje?
- 2- O que você acha que determina o estado atual da Comissão?
- 3- Qual o seu papel nessa Comissão?
- 4- Além do PNQ, a CME está envolvida em outro programa?
- 5- A estruturação da CME continua a mesma?
- 6- Você percebe alguma mudança na relação entre os segmentos representados?
- 7- Houve mudanças na relação entre a SETRAB e a CME?
- 8- Quais são os problemas atuais que a Comissão enfrenta?
- 9- Quais são os cursos desenvolvidos pela CME? E que instituições executam a qualificação profissional?
- 10- Que perspectivas você visualiza para o futuro da CME?
- 11- Tem alguma informação que você gostaria de acrescentar?
- 12- Muito obrigado pela entrevista. Gostaríamos de saber se podemos ficar à vontade para utilizar este material para fins de análise científica e, se necessário for, utilizá-lo na dissertação?

ANEXO III

Entrevista com Ricardo Capelli, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Prefeitura de Nova Iguaçu, realizada em 15/03/2007, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social.

Por José dos Santos Souza

GTPS:

Bem Ricardo Cappelli, como você poderia descrever de modo geral a política do Governo Municipal para o Trabalho, Qualificação e Geração de Renda?

Ricardo Capelli:

Olha, primeiro que é... Construir uma política para geração de emprego e renda num município como Nova Iguaçu, é um grande desafio, né? É... Uma Cidade que você tem, é... Nível ainda de... Carência muito grande e carência em todos os sentidos, você tem carência de infra-estrutura urbana básica, de ta fazendo aqui reformas do início do século XX, né? Quase como uma reforma sanitária aqui na Cidade, porque quase metade da Cidade não tem saneamento básico, é valão ainda, coisa do início do século passado, é... Carência do ponto de vista de é... Formação de qualificação de material humano da cidade, nós temos um índice de analfabetismo alto, é... Então esse é um problema também, como a mão-de-obra em geral com um nível de qualificação baixo é... Um Município que, é... Ele foi... Como Nova Iguaçu acabou sendo a ca... Ela é o... Ele é o... A Cidade Mãe da Baixada, o que os outros municípios foram sendo, é... Fatias de Nova Iguaçu que foram se emancipando. Então, por exemplo, a gente perdeu setores industriais, alguns pra outros municípios, então, como é... O Pólo Industrial de Queimados, a gente foi, é... Perdendo. Então, falar de construir Política de Geração de emprego e Renda aqui pra Cidade é um desafio grande, é... Em que... Em que o município vai... A gente vai procurando fazer aqui, um pouco a nossa parte, entendendo também que geração de emprego e renda não tem mágica nisso aí, né? Você tem duas formas de... Gerar isso. Ou o município tem uma um potencial, é... De desenvolvimento grande, quer dizer, uma... Na lógica do Capitalismo do Estado, quer dizer, né? O Município investe muito, faz muita obra e aí absorve isso aí, ou você tem setores privados em desenvolvimento que conseguem absorver isso, porque senão você também vai pra uma lógica de qualificação profissional... Eu sou meio... Eu sou meio, um crítico dessa... Do conceito muito... Que acabou sendo consagrado, que é o conceito da empregabilidade, né? Na minha opinião a tentativa de transferir pro indivíduo um problema de crise do sistema, né? Quer dizer...

GTPS:

Então...

Ricardo Capelli:

Só pra concluir, quer dizer, a gente aqui... Em Nova Iguaçu, como uma Cidade da Região Metropolitana, o desenvolvimento dela tá muito atrelado ao desenvolvimento do Rio e ao desenvolvimento do Estado como um todo, é... Do País, quer dizer, que vem crescendo a taxas ainda muito baixas, quer dizer... Então, o que que eu posso dizer? A gente aqui vai procurando fazer o nosso trabalho, mas Política de Geração de Emprego e Renda, ela não existe de maneira isolada, o Município não faz de forma isolada. Isso tem que tá articulado com um projeto de desenvolvimento pro Estado, pro País. Enfim... Agora aqui com o arco Rodoviário, enfim... O porto de Sepetiba que tem toda a retro-área dele, que vem, pega aqui até a parte do, é... Pega Itaguaí, a gente tem a expectativa que pegue um pedaço do quilômetro trinta e dois, um pedaço do nosso Município, pega ali Santa Cruz e tal, é... A própria questão lá do Pólo Petroquímico de Itaboraí, é... A gente tá articulando também, pra ver como é que agente consegue, mesmo tando longe, pegar uma fatia disso via PROMIMPI. Então, enfim é... São um conjunto de ações. Agora, entendendo que não se gera emprego... Não basta vontade, é... Fazer... Não é uma questão de vontade só. É uma conjunção de fatores, para que se gere emprego e renda.

GTPS:

Ok, você coloca duas alternativas para um investimento em criação de emprego e geração de renda. Uma pelo investimento público, numa característica mais de Estado de Bem Estar Social e outra que seria o setor privado. O Governo Municipal, hoje, é um Governo que se caracteriza como um Governo de esquerda, qual foi a opção tomada para o desenvolvimento e articulação dessas políticas no Município?

Ricardo Capelli:

Oh, eu vou até é... Eu acho que o Governo tem um núcleo de esquerda, mas a vitória política na Cidade, não foi uma vitória, que se você pode dizer, que foi uma vitória da esquerda. Aqui foi uma ampla aliança, que uniu do PT, do PC do B ao PFL ao PSDB, quer dizer... Então, aqui... Aqui a vitória, foi a vitória de ampla... De uma aliança de amplas forças políticas. Uma aliança que tem seu núcleo na esquerda, mas de uma ampla coalizão, que eu acho que teve como objetivo dar um choque estrutural, quase republicano aqui na Cidade. A gente... Nosso desafio, aqui, foi assumir, é... Foi não só construir e estruturar políticas públicas pra Cidade, mas também construir...

(Som de telefone)

Perdão, construir... Vou ter que atender, é do Gabinete do Prefeito... Oi...

Um pouco de construir políticas públicas pra Cidade, mas também de ir estruturando o Estado também. Pra vocês terem noção aqui quando agente assumiu, de uma sala para outra não tinha ramal, era ligação de uma lin... De um número pra outro, como se fosse ligação externa. Você não tinha internet, não tinha rede, não tinha nada. Então, é... Então, primeiro caracterizar isso, porque se não você faz uma análise às vezes, errada. Então, não há esquerda, porque na base social da cidade, a esquerda não é majoritária na base, a esquerda não tem base social. É o seguinte, se a esquerda sozinha tipo a seleção ganhava aqui, não, perdia, tranquilamente, por que na... Na base da sociedade... Então... Então ele não é um governo que tem hegemonia social de esquerda, né? É um governo que tem... Que tem um núcleo de esquerda... Agora, um governo construído de coalizão, com ambas forças e que a gente é... É aqui, é... Em função do atraso que vive a cidade... Quer dizer a... O grande investimento e a grande possibilidade de geração de emprego e renda, hoje aqui, tá na mão do Estado. Porque o nosso grande projeto pra Cidade, a gente tem dois grandes projetos, um ligado à educação e outro ligado a infra-estrutura. De infra-estrutura a gente conseguiu captar, de recursos federais e de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, recursos na casa de trezentos milhões de reais, onde a gente vai fazer todo uma reforma de... Todo um investimento em saneamento é... E de é... Reforma urbana também, esse investimento, obviamente, vão gerar muito emprego na cidade, na construção civil, né? Então são dezenas aí de quilômetros de saneamento, que a gente vai fazer na cidade,

isso casado com toda uma reforma urbana que vai procurar dar a cidade uma ótica de Cidade. Qual é o problema de Nova Iguaçu? Nova Iguaçu, quem está em Austin vem pra cá, fala que vai a Nova Iguaçu. Quem tá no bairro Botafogo, aqui do lado, a... Vou a Nova Iguaçu. Até por ser Região Metropolitana, o cidadão dos bairros não se sente em Nova Iguaçu, quer dizer, Nova Iguaçu pra ele é o centro. Quando ele fala, vai ao centro, ele vai ao Rio. Então, a gente vai procurar também, nessa reforma urbana, a gente vai tá reformando os principais eixos de integra... De integração entre os bairros, procurando dar esse... Esse sentido, esse senso de pertencimento a Cidade. Com a reforma urbana grande, quando a gente vai reformar também muitos equipamentos educacionais, a gente vai construir teatros pela cidade, reformar escola, praça, até piscina pública vai ter. Com tudo isso, vai gerar muito emprego é... Pra cidade. Soma a isso, o nosso grande projeto, também educacional, quer é o Bairro Escola, que é o que? A gente vai fazer com que... Bairro Escola é a soma dessas intervenções urbanas. É uma escola integral, a gente tá comprando o desafio de que aqui... Enfrentar o paradigma de construir integralidade na... Na educação formal, é... Tentando quebrar esse paradigma de que educação integral é caro. Hoje a gente já tem 25% das nossas escolas da rede, com horário integral, as crianças entrando as sete e saindo as cinco, com cinco refeições e tá lá o desafio grande, por que? Porque a gente... A escola... A gente não tem dinheiro pra construir CEU, CIEP, CIAC, nada disso. Então, o turno é na escola e o contra turno a escola está lotada. Então o contra turno tá sendo aonde? No Bairro. Então a Igreja cede o espaço, o clube cede um espaço, o... A pessoa do bairro cede a sala da casa dela, tu tudo vale, a gente monta uma rede de parceiros e essa rede de parceiros recebe também, incentivos fiscais e tal... E a gente monta o conta turno no bairro, com isso a molecada estuda de manhã e a tarde continua estudando, fazendo é... Oficina cultural, oficina de esporte, oficina de aprendizagem, no bairro. As crianças passam a se movimentar pelo bairro. Imagina que são quinhentas crianças andando pelo bairro, isso levou o que? A reformar as calçadas, a trabalhar a questão da educação da... Do espaço da coletividade com o cara do comércio, que aí não pode mais, por exemplo, deixar as coisas dele na calçada, senão a criança não passa. Fizemos reunião com todos os motoristas de ônibus da cidade, pra explicar pra eles, que a partir de agora as crianças vão trafegar, que eles têm que parar na faixa. Então isso aí vai ser uma outra frente, porque o contraturno a gente vai tá contratando muita gente da cidade, pra que? Para trabalhar nas oficinas de cultura, nas oficinas de esporte, nas oficinas de aprendizagem também. Vai ser duas grandes frentes e com isso o que acontece? O bairro, fez aquela intervenção urbana do projeto, vide o Governo Federal. Que que a gente vai fazer, seja pelo tráfico das pessoas na escola, a gente vai fazendo do bairro uma grande escola, daí o nome do projeto Bairro-Escola. E aí, a gente vai contratar muita gente nesse processo, então, essa é uma grande... É uma grande frente, onde a gente vai tá, é... Criando muita oportunidade. Fora isso, a gente tem outras... Outras ações importantes. A gente hoje, tem um projeto de... Dois projetos de incubadora, não sei se o Rogério chegou a falar com vocês? É... De empreendimentos populares e cooperativas. A gente tem uma política de micro-crédito também, tudo isso no sentido... No sentido de estímulo ao empreendedorismo, enfim é... Construção de seu próprio negócio. A gente abriu um projeto de frente de trabalho chamado "mãos-a-obra". Hoje tem noventa e dois jovens trabalhando na queta... Fazendo curso de qualificação e aplicando na questão do reflorestamento, eles fazem, é... Jardinagem, paisagismo, plantio de muda, trabalho com isso tudo. E tão fazendo o reflorestamento da Serra de Madureira, que é um projeto, ele como um do... Maior do que o projeto de reflorestamento que criou a Floresta da Tijuca é... Enfim... E ações de qualificação que a gente faz... Vai fazendo também.

GTPS:

Qual é o trabalho que a Prefeitura tem consumido em relação ao conhecimento da realidade do trabalho no Município, existem dados coletados pela Prefeitura que possa mapear o desemprego, o nível de emprego, os setores de emprego ou esses dados são baseados apenas no censo do IBGE?

Ricardo Capelli:

IBGE, são baseados no censo do IBGE. A gente não tem uma pesquisa própria da Prefeitura, não tem levantamento próprio, né? E até tem um desafio de montar aqui, um observatório, enfim, mas ainda não... IBGE.

GTPS:

A Secretaria tem um setor de intermediação de mão-de-obra.

Ricardo Capelli:

Sim.

GTPS:

Quantas pessoas, em média, são atendidas e quantas são alocadas?

Ricardo Capelli:

Muito pouco, costume dizer hoje, que o nosso banco é um banco de desemprego, não é um banco de emprego, as pessoas vão e se cadastram e ficam ali desempregados, é... Então, é muito pouco, esse é um sistema que a gente tá revendo, é... Funciona ainda basicamente um... Algumas solicitações da iniciativa privada, é... E a gente também tá começando a, é... Apertar as empresas contratadas pra fazer as obras de infra-estrutura na cidade, pra que elas contratem a partir do banco. Mas esse é um trabalho ainda débil da nossa parte, é... E também é um trabalho complexo também, por que não é simples também, você... Não tem jeito, quer dizer, quando é na área pública tudo bem, no setor privado, quer dizer, ou ele cresce... Nova Iguaçu hoje é basicamente o que? Comércio... Você tem algumas grandes indústrias, tem a CONDOR, em armamentos não letais, a GRANFINO, a SONOLEVE, a... ORTOBOM. Você tem algumas empresas de médio, não grande porte, agora é... Não tem nada assim grande em desenvolvimento, quer dizer, absorvendo muita mão-de-obra. E o comércio. Tem o pólo automotivo, e tem um pólo... Uma indústria na área de cosméticos, pólo de beleza e tal...

GTPS:

Existe alguma iniciativa da Secretaria em relação a parceria com o setor privado no sentido de fazer levantamento de demanda de mercado para poder subsidiar o trabalho de intermediação?

Ricardo Capelli:

Olha é... É... Sistemático não, quer dizer... A gente tem uma... Tem estabelecido contatos, é... A gente tem uma parceria grande aqui com o Clube de Diretores Logísticos, com a CDL, que tem uma relação muito boa conosco, é... Mas, é... Ainda não tá... Essa... Essa rede de relacionamento, ainda não tá... A gente já tomou umas iniciativas no sentido de estruturar ela melhor, com os parceiros e tal... Criamos um termo de compromisso,

mas isso não teve muita... Não teve muito efeito, né? Querer um termo, isso é difícil, porque as vezes o cara que tá contratando pra empresa dele, por mais que a gente mande daqui pra lá, ele tem todo um processo rigoroso de seleção, principalmente as grandes indústrias. E o processo dele, então, não é simples.

GTPS:

E em relação ao Movimento Sindical, que tipo de relação está... Quais são os canais de comunicação entre a Secretaria e o Movimento Sindical?

Ricardo Capelli:

Olha. A gente tem é... Uma excelente relação, eu diria, com aqueles que a gente teve algum nível de contato, pra dar um exemplo, o Sindicato dos Metalúrgicos, aqui de Nova... Do Estado do Rio de Janeiro com sub-sede aqui em Nova Iguaçu, é... Acaba de... Publicou até hoje... Ele acaba de nos ceder a sede deles aqui, uma belíssima casa de dois andares, aqui na Via Light, casa... Casa-prédio, muito grande, de dois andares, aonde a gente vai instalar nessa casa, é... Com um comodato que eles fizeram, de cinco anos, a Casa do Trabalhador. Onde a gente vai botar nessa... Nessa casa, todos os serviços relacionados a trabalho oferecidos pela Prefeitura. Então, essa casa vai ter um centro de qualificação profissional, com cursos permanentes, vai ter um pró-crédito, vamos tirar carteira de trabalho, vai ter orientação jurídica, vai ter um tele-centro voltado pros trabalhadores, pra trabalhar a questão da inclusão digital, é... Aí, támo vendo, pra trabalhar... Nessa questão de acidente de trabalho, botar lá também. Enfim... Então, a gente vai estruturar uma casa de referência pra questão do trabalho, do trabalhador, a... O posto do SINE, que também tem uma novidade. No ano passado surgiu uma nova regulamentação do FAT, que nos permite fazer convênio direto com o Ministério. Municípios com mais de trezentos mil habitantes podem agora, não é? É... Então, a gente tá correndo com isso também, pra que a gente possa assumir o posto do SINE aqui e ter... Assumir direto, a... Os planos de qualificação, acionar e fazer direto no Ministério, não ficar dependendo do Estado. Então, tudo isso vai tá funcionando na casa do trabalhador. Então, o espaço cedido pelo Sindicato dos Metalúrgicos que tem uma excelente relação conosco. O Sindicato também da... Das Assistentes Sociais do Rio de Janeiro, que é outro Sindicato também importante que a gente tem aqui, muitas assistentes sociais, tem uma relação excelente conosco. Então, enfim, os sindicatos que tem nos procurado, a gente tem mantido uma relação muito positiva, de colaboração, de cooperação.

GTPS:

Então, pelo que... Está sendo colocado, existem possibilidades da construção de um dialogo social aonde possa reunir trabalhadores e empresários na construção de uma política de intermediação de mão-de-obra ou...?

Ricardo Capelli:

Sim. Sim.

GTPS:

Então vocês vêem isso como uma boa perspectiva pro futuro?

Ricardo Capelli:

Sim. Sim.

GTPS:

Com relação à qualificação profissional, é... O que, hoje, de concreto, existe na Secretaria de oferta de qualificação para o trabalhador de Nova Iguaçu?

Ricardo Capelli:

Olha, existe muito pra juventude, tá muito focado. Por exemplo, a "Mãos-à-Obra", a gente focou na juventude, dezoito a vinte e quatro anos, o "Juventude-cidade" é um projeto grande nosso. São três mil jovens de dezesseis a vinte e quatro anos, fazem cinco meses de qualificação profissional, formação cidadã, e recebem pra isso uma bolsa de cento e vinte reais por mês. Vão ser formados em quinze anos, profissionais, durante esses cinco meses. A gente tem também o "Pró-Jovem" que não é só qualificação profissional, mas também tem os jovens de dezoito a vinte e quatro anos, durante um ano vão receber qualificação profissional em quatro anos. São, se eu não me engano, arte e cultura 1 e 2, educação e metal-mecânica. Então, só aí são seis mil e seiscentos jovens que a gente vai tá, é... Qualificando. Num... Em parceria com o SENAC, no outro a própria Prefeitura que vai executar. É... A gente tá agora em fase de contratação também, de cursos do SENAC, é... O SEBRAE, é... Estamos aí na expectativa de ter aqui duzentos e oitenta vagas do PROMIMPI, é... Na área de construção civil. Essas vagas também vindo, através do CEFET. E tem qualificação, mas... Outros, mas qualificação pra área de inclusão digital também, que a gente faz cursos sistemáticos, pra área na inclusão digital com... Enfim... Com a População. E qual é a participação? E agora... No ano passado, a gente teve duzentas vagas do FAT, via Governo do Estado e a gente está na expectativa de assinar agora o convênio direto, a gente ter pelo menos mais duas mil novas vagas, porque são três mil novas vagas, porque faltam nove mil vagas nosso plano e tem mais três anos, então, tem essa expectativa também.

GTPS:

Qual é a participação no FAT nas iniciativas da Secretaria, para qualificação?

Ricardo Capelli:

O FAT tem participação no "Juventude-Cidadã", nessas três mil vagas pra jovens que a gente está formando. O "Juventude-Cidadã" faz parte do Plano Nacional de Primeiro Emprego, que é financiado com recursos do FAT. E essas duzentas vagas, que a gente recebeu no ano passado do governo do Estado, que foi pago com recurso do FAT. Fora isso, mais nada. E a nossa expectativa é que agora, assinando convenio direto com o governo federal, a gente possa receber recursos pra mais, é... Cursos de qualificação, mas até agora, FAT, só isso.

GTPS:

A Prefeitura de Nova Iguaçu já apresentou um programa de qualificação para pleitear os recursos do FAT, junto com outros municípios em algum tempo atrás.

Ricardo Capelli:

É, foi um consórcio, só que a gente desfez. A gente tinha montado um consórcio, porque a regulamentação anterior permitia consórcio, só que... No momento que veio a regulamentação que nos permite fazer direto sem necessidade do consórcio, a gente, é... Resolveu fazer sozinho, que pra nós, é... O... Operacionalidade disso é muito... Se operar um consórcio... Você podendo operar a Prefeitura direto com o Ministério é muito mais fácil. Então, a gente agora tá no momento de remontar, é... Reordenar o nosso plano, quer dizer, tem um plano já de nove mil e duzentas vagas, é... Aprovado. A gente tá no momento de reordenar esse plano, pra apresentar, porque ele inclusive vai se fazer parte desse convênio que a gente vai assinar com o MTE.

GTPS:

Na ocasião em que havia o consorcio vocês chegaram a apresentar um plano ao governo e esse plano foi aprovado? Chegou a ser aprovado?

Ricardo Capelli:

O consorcio não foi pra frente. Do consórcio na verdade, ele na época, ele parou se eu não me engano, foi no... A Prefeitura de Mesquita, se eu não me engano, que ele previa que a gente, que o consórcio teria um... Alguns... Encargos, quer dizer, custiar algumas coisas, uma secretária executiva e tal... E aí quando foi pra câmara em Mesquita deu uma confusão. Parece que a secretária executiva que tinha que ser custeada, ganhava mais do que... Sei lá... Um secretário... Um sub-secretário em Mesquita, aí deu num rolo e não aprovou. Então, o consorcio ele foi articulado, mas ele não chegou a ser consolidado, ele não foi consolidado..

GTPS:

Então não chegou nem a apresentar plano...

Ricardo Capelli:

Não.

GTPS:

Mas agora com a nova legislação, a possibilidade dos Municípios com mais de trezentos mil habitantes, a Prefeitura de Nova Iguaçu vem elaborando um projeto pra ser apresentado?

Ricardo Capelli:

Que não tá fechado ainda.

GTPS:

Mas as perspectivas de aprovação de um projeto desse tipo, são favoráveis?

Ricardo Capelli:

Acho que sim, porque a gente... Inclusive a informação que a gente tem do Ministério do Trabalho, é que Nova Iguaçu é o primeiro Município, no País, que tá tomando a iniciativa de fazer esse convênio. Então... Eu acho que... Senão não teria sentido eles terem regulamentado, né? Ter mudado a regulamentação.

GTPS:

E a relação com o Governo do Estado pode ser um elemento dificultador dessa empreitada?

Ricardo Capelli:

Acredito que não. Acredito que agora o... A nossa relação com o Governo do Estado já mudou sensivelmente, Sérgio Cabral tem tido um dialogo bastante, é... Importante com o nosso prefeito. Então, eu acho que aquelas... Aquelas confusões políticas, é... Que marcaram o Governo anterior conosco, não vão se repetir.

GTPS:

E com relação ao trabalho da Secretaria, no campo da qualificação profissional, existe internamente algum trabalho de formação dos formadores?

Ricardo Capelli:

Existe, é... No "Juventude-Cidadã" por exemplo, todos os professores que vão dar aula, tão fazendo a capacitação primeiro. No "Pró Jovem" também. "Pró Jovem" a capacitação, inclusive é dada pela FUNDAR, Fundação Darcy Ribeiro.

GTPS:

Não será a Universidade Rural que vai dar a formação?

Ricardo Capelli:

Não. Aonde?

GTPS:

No "Pró Jovem"?

Ricardo Capelli:

Não, porque isso já é de... O "Pró Jovem" é um projeto que vem muito amarrado, do Governo Federal. E a indicação do Governo Federal é que seja já a FUNDAR, a Fundação Darcy Ribeiro. É... Então, são eles que vão dar a... Capacitação. No geral, a qualificação profissional que a gente oferece, não é... A... O Município que oferece diretamente, ele contata alguém pra fazer essa qualificação, não é? Então, a gente tem aqui, com o SENAC, o sistema "S", o SEBRAE, o SENAI e aí eles já fazem uma...

GTPS:

E sobre a estruturação dessa Secretaria. Hoje, vocês tem quatro sub-secretarias.

Ricardo Capelli:

Não, quatro Secretarias Adjuntas.

GTPS:

Quatro secretarias adjuntas.

Ricardo Capelli:

Sim.

GTPS:

A junção de uma Secretaria do Trabalho, ela passar a fazer parte como uma Secretaria que está dentro dessa Secretaria maior, que é a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, qual é a razão dessa articulação institucional?

Ricardo Capelli:

Olha, primeiro, foi me dar mais trabalho, (risada). Segundo, a gente buscou primeiro otimizar recursos e ao integrar, é... Uma série de políticas públicas, é... Forçar a transversalidade, a otimização e uma maior... Com isso maior eficácia, maior eficiência na ponta dessas políticas. Esse é meu terceiro governo, já tive no Governo do Estado, já tive no Governo Federal, to agora no Governo Municipal é comum você ter Governos dentro dos Governos. Cada Secretaria é um governinho. E essa integração nos permitiu, é... Fazer coisas muito importantes, por quê? Que que eu faço hoje? Boa parte dos meus programas de qualificação, onde é que eu vou buscar a pessoa pra fazer um curso de qualificação? O assistente social acho integrado aqui também, a minha fonte maior de ... Busca de pessoas é o CADUNI. Como é que eu faço? Eu vou no cadastro único da assistência, onde foram cadastradas todas as famílias com renda per capita de cento e setenta e cinco reais de até cento e setenta e cinco reais, é... E lá, eu pego as pessoas que tão na base, pessoas que tem renda per capita de até sessenta reais, de até cento e vinte reais que são as pessoas que recebem o Bolsa-família, que são essas famílias que prioritariamente eu coloco pra fazer esses cursos de qualificação. Então, por exemplo, do "Juventude-Cidadã", das três mil... Dos três mil jovens, eu tenho novecentos jovens egressos de famílias do Bolsa-família. Então, essa integração me permite tá o tempo inteiro... E eu faço o inverso também. Então, por exemplo, eu tenho na... Na assistência social, o desafio de tirar as crianças da rua. Tirar criança da rua não é simples. Não sei se vocês viram na Folha de São Paulo, dizendo que nas regiões metropolitanas, uma criança que fica na rua, chega a ganhar novecentos reais por mês. O grande programa que eu tenho pra tirar criança de rua é o PETI, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que paga quarenta reais por mês pra uma criança, isso ela tem em dois dias na rua. Então, querer tirar ela da rua dando quarenta reais é difícil. Que que eu tô fazendo? Eu tô localizando aqui... Aqui em Nova Iguaçu, por exemplo, não tem criança na rua... De rua, a gente tem criança na rua. Quase todas elas tem casa, tem endereço. O que que eu estou fazendo? Tô mapeando a família. E aí, além de dar a bolsa, eu pego... Como eu to integrado com tudo aqui, as oportunidades de emprego que tem e tudo, eu procuro dar estrutura pra família, fazendo uma... É... Uma... Um acordo, né? Uma... Um... Pactuando com a família de que a... Pra ela ter aquele emprego, pra ela ter aquela oportunidade, a criança não pode tá na rua. Então, isso tá me permitindo tá... Eu, por exemplo, montei cursos de informática na Estácio, cadastro único da assistência. Então, me permite tá o tempo todo... Que aí a parte de inclusão digital já é... Outra secretaria, não era nem trabalho, nem assistência. Como tá aqui também, eu vou cruzando tudo, eu vou, né? Então, isso me dá maior perspectiva de gerar uma capacidade emancipatória dessas famílias, que são famílias mais pobres. Então, o efeito dessa integração, é... Até agora, eu... Assim, julgo muito positivo.

GTPS:

OK. Então, a contribuição que a Universidade Federal Rural, é... Tem apresentado pra secretaria, ou seja, até de perspectivas futuras, com instalação de um campus aqui pra região.

Ricardo Capelli:

Olha, até agora, eu acho que a gente tem explorado muito pouco essa... Esse potencial, porque a Rural é uma Universidade de grande de tradição, grande capacidade. Tem feito parcerias conosco em algumas áreas, por exemplo, a parte de... De seleção agora dos profissionais do "Pró Jovem", é... Quem fez foi a Universidade Rural, com análise dos currículos, enfim... Mas eu acho que a gente tem ainda explorado pouco essa relação. Eu acho que a gente pode explorar bem mais, você vê é... Eu vou instalar aqui um projeto interessante, que é o Banco de Alimentos do Governo Federal, onde a gente vai recolher alimentos que perderam o valor, é... Comercial, né? Mas que podem ser consumidos, então, no banco de alimentos a gente pode estabelecer uma parceria com a Universidade, pra fazer uma análise desses alimentos, ver se eles estão em condição de serem consumidos ainda. Mas eu acho que tem muita parceria que ainda pode ser feita, é... Eu acho que esse potencial ainda ta sub-explorado, essa é um pouco a minha... Minha visão.

GTPS:

Então, pelo que eu to entendendo existe uma perspectiva futura pra esse... Pra criar um canal de comunicação?

Ricardo Capelli:

Com certeza, quer dizer, já tem. A Universidade Rural hoje, funciona numa escola municipal provisoriamente aqui, é... Então, é... Ter uma Universidade aqui, pra nos é uma... Ajuda fantástica.

GTPS:

Tudo bem.

GTPS:

Então eu gostaria de agradecer sua contribuição e queria saber se gostaria de acrescentar mais alguma coisa que por acaso a gente não tenha questionado?

Ricardo Capelli:

Não.

GTPS:

Eu gostaria de saber se nós podemos utilizar esse material gravado, para as nossas pesquisas e se existe alguma objeção sua de é... Citação nos relatórios de pesquisas do conteúdo desse material?

Ricardo Capelli:

Não. De forma alguma. Nenhum problema.

Ricardo Capelli:

Pode, é... Quer dizer... Você cria o centro de referência com o trabalho, começa com posto do SINE, a carteira de trabalho ou a carteira profissional...

GTPS:

Isso na Casa do Trabalhador.

Ricardo Capelli:

É... Que é projeto central. Eu acho que merecia que vocês pegarem esse projeto. Com o Emerson, aqui. É um projeto bellissimo que a gente montou, é... Inspirado inclusive, na experiência de Santo André, lá. Que tem em Santo André, tem uma experiência de Casa do Trabalhador muito... Que é muito positiva, faz qualificação profissional o ano todo, enfim, então essa... Essa tentativa da Casa do Trabalhador é uma iniciativa nossa no sentido de deixar alguma coisa pra Cidade, que seja uma referência na área do trabalho, que pode se integrando numa série de outras coisas com o tempo, quer dizer, um observatório. Eu acho que merece um observatório. Pra tá estudando com mais detalhes, quer dizer, quais são as demandas mesmo. Como é que se faz uma qualificação mais ajustada à demanda da cidade, quer dizer, que... Enfim, é... Só que é aquela... Aquele desafio, a gente não consegue fazer tudo ao mesmo tempo agora.

GTPS:

Agora, a Casa do Trabalhador ela não vai de encontro a idéia inicial da formação da Secretaria de uma ação articulada

Ricardo Capelli:

Não, continua articulada. A articulação ela, é... Articulação é eleição política, não é questão... Não é questão de espaço físico, né? O poder da secretaria é dividido em dez pedaços, se eu tenho um comando, se eu tenho atores na estrutura que atuam de maneira integrada, o espaço físico...

GTPS:

Então, a Casa do Trabalhador seria mais um espaço da Secretaria?

Ricardo Capelli:

Mais um espaço. Isso... Que que a gente tá fazendo também? Tem... A gente está montando unidades do CRAS, Centro de Referência da Assistente Social. A gente já tem sete unidades montadas na cidade, tá faltando só montar a do centro. Nessas unidades todas, eu vou botar posto do SINE e vou botar, é... Micro-créditos. Em todas as... Então, qual... Qual vantagem da integração? Onde é só casa... Onde é trabalho, eu posso botar lá também, assistente social, psicóloga, pra fazer um trabalho que seria originalmente da assistência. No Centro de Referência da Assistência, eu posso botar também, serviços relacionados ao trabalho. Então, como tá tudo integrado. Que dizer, eu tenho a visão de seguinte, de serviço de política pública prestando a sociedade, sem ter aquela compartimentação que em geral tem. O secretário do trabalho. Não, aqui é trabalho, porque aqui, é o meu pedaço, não é? A assistente social. Então, aqui é a secretaria de assistência, só assistente, o trabalho que fica pra lá, porque isso aqui não tem nada a ver comigo. Como tá tudo integrado, então, o espaço físico é menor, quer dizer, o fundamental é a visão, é a... A vontade política de construir, porque é... Fazer política integrada com transversal em governo, é muito difícil. É muito difícil. Aqui, por exemplo, o Bairro Escola. O Bairro Escola ele mexe com todas as secretarias, porque na hora que você começa a discutir horário integral, a Secretaria dos Transporte tem que entrar, pra ordenar o trânsito, a Secretaria da Cidade tem que entrar, pra ordenar a postura. Obra tem que entrar. Eu tô entrando, porque eu tô fazendo o acompanhamento a partir das... Da assistente social, das famílias dessas crianças nas escolas. É absolutamente transversal o Projeto estratégico do governo pro Bairro Escola. Agora, o que que acontece, quem tá lá é uma pessoa muito competente e coordena o Bairro Escola e além de ser muito competente, que é uma profissional que veio inclusive, da iniciativa privada, soma a isso que ela é a primeira dama. Não é só porque ela é a primeira dama, porque além de ser a primeira dama, é uma figura, é uma executiva altamente competente. Que aí soma a capacidade técnica com a força política e aí consegue fazer a transversalidade no governo.

GTPS:

Ok, Eu acabei gravando essa ultima parte, porque a gente achou importante a Casa do Trabalhador,

Ricardo Capelli:

Sem problema.

GTPS:

Agora eu vou terminar a gravação....

ANEXO IV

Entrevista com José Áureo Bastos, subsecretário de qualificação profissional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Nova Iguaçu, realizada em 19/03/2007, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social.

Por José dos Santos Souza

GTPS:

José Áureo, como você descreve o trabalho desenvolvido pela Prefeitura em relação ao desenvolvimento social? Como está estruturado este trabalho em termos institucionais?

José Áureo Bastos:

Bom, o trabalho... O trabalho na área de desenvolvimento social é feito em vários... Com vários focos, né? Pela Prefeitura. Tanto na... No projeto bairro escola, tem a parte de desenvolvimento social, que é feito dentro do Projeto Bairro Escola, integrando a comunidade, o entorno da escola. Tem dentro da SEMDES, que é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, é... Uma Secretaria Adjunta de Promoção Social, que era uma antiga secretaria que passou a ser uma secretaria adjunta, né? Que, é... Cuida de todos os projetos da... Da área de assistência social, né? é... Com verbas do... Da... Da secretaria de assistência Social, né? Tem um secretário adjunto que é o Randal Farah, que é o responsável por essa área de assistência social. Faltou alguma coisa?

GTPS:

Não, tudo bem. E com relação à Política Pública de Trabalho e Renda, como é que está estruturada no governo?

José Áureo Bastos:

A... A parte de trabalho e renda também é uma Secretaria Adjunta, né? A SEMDES, que é a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, ela é composta de... De... Secretarias Adjuntas. Uma é a Secretaria Adjunta de Trabalho e Emprego, que cuida dessa área específica. A outra é a Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social que cuida de toda a parte de... De Promoção Social que seria a antiga Secretaria de Promoção Social, é... Tem a Secretaria Adjunta de... Indústria e Comércio? Como é que ficou o nome? Indústria, Comércio Agricultura e Tecnologia, né? Que era a antiga SEMIC, que é Secretaria de Indú... Que era a antiga Secretaria de Indústria e Comércio e ainda dentro da... Da SEMDES, tem a Secretaria Adjunta do Idoso e do Deficiente, que também tem parte de trabalho social desenvolvido nessa... Nessa área também, tem muito trabalho desenvolvido pra o idoso e o deficiente, que não tá ligado diretamente à promoção social, tem uma Secretaria Adjunta específica pra tratar do idoso e do deficiente.

GTPS:

Como você descreve o trabalho da Subsecretaria de Qualificação Profissional?

José Áureo Bastos:

Essa... Essa Subsecretaria além de cuidar da qualificação profissional, ela cuida também da questão da empregabilidade, tem agregada a ela uma agência de empregos, onde a gente através dessa... Dessa agência, a gente, é... Encaminha pessoas que fizeram o curso ou pessoas que estão desempregadas, que vieram aqui na Secretaria em busca de emprego, agente encaminha ela pra vagas que a gente consegue captar no mercado, né? E a agência, ela cadastra essas pessoas, esse cadastro serve tanto pra gente encaminhar pra emprego, quanto pra estágio, quanto pra cursos de qualificação profissional. Quando a gente abre o curso de qualificação, a gente vai no banco de dados, pega aquelas pessoas que já declararam estar interessados num determinado curso, né? E a gente liga pra ela chama pra ela vir aqui, pra fazer a inscrição no curso, então, a gente usa esse banco também, pra poder qualificar aqueles trabalhadores que estão é... Precisando de qualificação e se... Se prontificaram, né? E estão interessados também, em se qualificar pro mercado, e a gente dentro da área específica de qualificação, a gente busca a... É... Recursos, né? Com... Com... Junto ao... Ao próprio governo. No caso, com verba municipal, a gente tem o projeto Mãos à Obra, né? Que ele é feito especificamente com verba do Município, né? É... Ele prevê a qualificação profissional, né? E... Elevação de escolaridade das pessoas que estão participando do... Do projeto Mãos à Obra. A pessoa, ela tem uma formação teórica e tem uma formação prática, né? No que se refere ao que tá acontecendo agora, que é o reflorestamento, o reflorestamento numa ação do projeto Mãos à Obra.

GTPS:

É uma ação e no momento é a primeira e única ação?

José Áureo Bastos:

É. No momento é a primeira e única ação. Já tá inclusive previsto, já ter... A partir do meio do ano, desse ano de dois mil e sete, já começar uma nova turma, a gente tá fazendo algumas refor... Reformulações na legislação que foi feita, porque, corrigir algumas coisas que não ficaram boas, né? Na legislação. No formato. Nada no... No conteúdo específico, mas alguns detalhes na legislação que precisa ser alterado, precisa ser melhorado. Isso vai ser feito agora, pra no... A partir do meio do ano a gente, é... Iniciar uma nova turma. Quando essa se encerar, que começou com duzentas, duzentas pessoas inscritas e cento e quarenta e quatro inscritos para um cadastro de reserva e cento e quarenta e quatro iniciaram os cursos de qualificação.

GTPS:

Em relação à qualificação profissional, além desse trabalho do Projeto Mãos à Obra, que outros cursos são oferecidos pela Secretaria?

José Áureo Bastos:

Nós buscamos parceria com... Com instituições, né? É... Tem uma instituição que é o CIACA Centro de Integração da Criança e do Adolescente, ele... A gente já tem uma parceria com eles, ele... Nós abrimos agora inscrições para cento e sessenta alunos, jovens de quinze a vinte e quatro anos, né? E esses jovens é... Vão ser encaminhados ao mercado de trabalho dentro do projeto do Jovem Aprendiz, dentro da Legislação do Jovem Aprendiz após o término do curso, é esse... São cinco cursos de qualificação profissional que essa instituição também buscou parceria com

o SENAC, com a Associação Brasileira de Odontologia, né? E nós tamos formando turmas, usando pessoas que já tão cadastradas aqui, como eu falei, os jovens que se cadastraram aqui em busca de qualificação profissional ou emprego, nós tamos agora, é... Fornecendo a qualificação pra eles, através dessas parcerias, então uma... Uma ação na área de qualificação que tá acontecendo no momento é essa parceria com o CIACA, é... A segunda ação que nós estamos contratando, aí com verba, é... Da Promoção Social, com verba da quali... Da... Do Centro de Referência de Assistência Social, que é uma Secretaria que tá dentro da Secretaria Adjunta de Promoção Social, tem uma verba destinada pra qualificação profissional das pessoas que são atendidas pelo CRAS, pelo Centro de Referência de Assistentes Sociais. Então nós tamos aí... O Secretário Adjunto de Promoção Social me procurou e pediu pra agente formatar cursos de qualificação profissional, pra essas pessoas que são atendidas no CRAS, então pra essas... Pra esses atendimentos, nós estamos prevendo pra o ano de dois mil e sete agora, setecentos atendimentos, setecentos educandos atendidos, né? Pra essa are... Pra essa parceria entre a Promoção Social e Trabalho e Emprego, né? E temos que atender nesses cursos, as pessoas que, é... Que procuram os Centros de Referência de Assistência Social. Pra isso daí, nós estamos contratando o SENAC, o SENAI, o SEBRAE e o SENAT. No caso, o SENAI, o SENAT... SENAI, SENAC e SEBRAE, o processo já tá em andamento, já tá em fase de conclusão, os cursos devem iniciar agora em abril. O SENAT, nós estamos ainda em fase de abertura de processo, ainda deve demorar um pouco ainda, mas nós já selecionamos os cursos e deve tar em torno setecentos educandos para o ano de dois mil e sete, pra esse... Pra esse Projeto.

GTPS:

E o financiamento desses cursos é do FAT ou é de recursos próprios da Prefeitura?

José Áureo Bastos:

Não, esse... Esse recurso pra os cursos do... DoCRAS, são recursos da Promoção Social, são verbas que vem do Ministério da... São verbas que vem, é... Do Governo Federal pra assistência social, especificamente pra qualificação profissional. No caso do CIACA não tem nenhum custo pra Prefeitura, o custo aqui é de selecionar as pessoas, encaminhar, o custo da nossa... Do nosso trabalho interno aqui de encaminhamento, né? Aí o custo do curso, são dos parceiros que fizeram a parceria com o CIACA, né? Tem outros cursos também que, é... Que são dos telecentros, né? Os telecentros também, é... São da área de tecnologia e esses cursos... Eles dão cursos de qualificação não profissional, né? Mais de formação, é... De informática, inclusão digital, né? Então o cara que tem... A pessoa tem, é... A formação de informática básica, né? E o mais avançado, onde ele aprende, é... A mexer com os similares do Word, do Windows, Exel Internet, então ele sai qualificado pra... Pra lidar com a informática, pra lidar com o computador, saber usar todos os... As ferramentas, os mecanismos que tem na... Na informática. Pra isso daí, nós tamos... Estamos formando agora, duzentas e oitenta pessoas e tem uma previsão de duas mil e quinhentas pessoas formadas nos telecentros, é... Até o final do ano. Tem cursos também é... Na... Na parte de agricultura, né? Que tão sendo feitos, vai voltado pros agricultores é... Locais, é... Que é de agroecologia, uma parceria também da Prefeitura com a CTP, a Pastoral da Terra, né? E... É... E tá previsto cinquenta pessoas serem formadas, agricultores familiares, é... Daqui até o final do ano também.

GTPS:

OK, e com relação ao diálogo social existente no Município para a gestão dos recursos do FAT, como se dá?

José Áureo Bastos:

Bom, é... Com relação aos recursos do FAT também tá previsto, é... Qualificação profissional, né? Nós fizemos um Plano... Um Plano Pluri-anual, em dois mil e seis que foi aprovado pela... Pelo... Pelo Governo do Estado, foi aprovado pelo Ministério do Trabalho, onde tínhamos recurso pra... Pra qualificação profissional, recursos pra projeto de pesquisa, recursos pra acessória a própria Comissão Municipal de Emprego, né? E recursos pra... Pra promover seminários, isso tava previsto, né? Nesse Plano Pluri-anual, que é de 2006 até 2009, é... Esse Plano Pluri-anual, durante o ano de 2006 ele foi administrado pelo Estado e o Governo do Estado recebeu as verbas do FAT né selecionou os cursos né e ministrou contratou instituições e os cursos aconteceram alguns cursos aqui ni final do ano de 2006 aconteceram aqui seis cursos aqui em Nova Iguaçu com verbas do FAT é administradas pelo Estado dentro do nosso Plano Plurianual, a nossa Comissão Municipal de Emprego ela participou do projeto de elaboração do Plano Plurianual, né isso foi encaminhado quando o Governo do Estado falou que nos enviou via fax uma lista de cursos dentro daqueles do Plano estavam previstos pra os quatro anos selecionaram vinte e dois cursos que estavam previstos pra dois mil e seis isso foi submetido a Comissão Municipal de Emprego a Comissão Municipal de Emprego entreviu não queremos esse curso queremos esse mais desse menos do outro fizemos uma contra proposta ao Estado né o Estado modificou algumas coisas e manteve vinte e dois cursos né isso como demanda municipal é todos esses vinte e dois cursos tavam dentro do nosso projeto do Plano Plurianual sendo que desses vinte e dois apenas três cursos foram aplicados até agora como demanda que faziam parte da demanda municipal e outros três cursos né por uma demanda Estadual o Estado decidiu que aqueles cursos eram importantes e os cursos foram aplicados então desses seis cursos que foram aplicados em Nova Iguaçu apenas três foram dentro da demanda Municipal apesar de terem sido aprovados vinte e dois cursos pra o ano de dois mil e seis é tanto a Prefeitura quanto a Comissão Municipal de Emprego esperamos que agora com a possibilidade do convênio único com o Ministério do Trabalho possamos receber diretamente verbas do FAT e agente poder selecionar as instituições, escolher os cursos e tentar aumentar a quantidade de cursos de qualificação que são feito no Município com verbas do FAT, o Município é muito grande contribui bastante né pra fazer esse Fundo de Amparo ao Trabalhador e no entanto o que tá vindo pra cá de recursos dele pra área de qualificação profissional é não tá cobrindo quase nada do que tava previsto no nosso Plano Plurianual.

GTPS:

De quem é a tarefa de elaborar o Plano Plurianual no caso do Município é a Comissão de Trabalho ou é a Secretaria?

José Áureo Bastos:

Aqui tá sendo feito assim agente elabora um projeto de Plano ele é submetido a Comissão Municipal ela intervém altera modifica, faz sugestões, após isso o Plano

GTPS:

Eu tava perguntando sobre é, de quem é a tarefa de elaborar o Plano de Qualificação se é da Comissão de Trabalho ou se é da Secretaria?

José Áureo Bastos:

A Comissão deveria ter essa ela tem essa característica de ter que ser propositiva ao Governo né de elaborar projetos, de elaborar Plano mas assim como outras Comissões Municipais ela tem muita dificuldade de fazer isso e funcionar de acordo com que elas foram projetadas elaboradas pra cumprir realmente o seu papel né então o que que acontece né no nosso caso aqui nós trabalhamos em conjunto com a Comissão agente elabora um plano projeto esse projeto é submetido a Comissão a Comissão analisa isso faz mudanças faz alterações né normalmente não são alterações que caem em discordância com o Governo e esse projeto é aprovado e enviado foi assim que foi feito no Plano Plurianual dois mil e seis dois mil e nove e a assim será feito agora com com relação ao convênio único, já está sendo preparado um plano de qualificação pra dois mil e sete em conformidade com o Plano Plurianual porque eu não posso fugir do que já foi aprovado né esse plano vai ser submetido agora na quinta feira na reunião da Comissão Municipal que vai dar sua opinião vai alterar e vai aprovar ele com as alterações que forem feitas pela Comissão e esse plano vai ser submetido ao ministério do trabalho dentro do projeto do convênio único do da dessa fugiu agora a palavra

GTPS:

Do do novo arranjo

Dentro desse novo arranjo agente que é

Com a possibilidade de municípios com mais de com mais de trezentos mil habitantes apresentar

José Áureo Bastos:

A Lei 466 ela estabelece isso com municípios com mais de trezentos mil habitantes eles passam a eles tem o direito no caso queiram de receber direto os recursos do FAT do Ministério do Trabalho e determinar o os cursos, determinar como vai ser investido esses recursos dentro do município.

GTPS:

Na Legislação anterior exigia um arranjo é meso-regional de municípios com

José Áureo Bastos:

Numa Cidade com mais de um milhão de habitantes poderia fazer né ou um conjunto de municípios formando um consórcio né pra que desse consórcio tenha um milhão de habitantes né o conjunto desse município ali esse consórcio poderia fazer uma proposta de plano pra os municípios e receberem diretamente os recursos e esse consórcio administraria claro com o aval das Comissões Municipais de Emprego de cada um dos municípios né, ele administraria os recursos pra pra o Plano pra execução do Plano

GTPS:

E naquela ocasião houve iniciativa de Nova Iguaçu em formar algum consórcio?

José Áureo Bastos:

Sim houve, com a Prefeitura de Paracambi de Mesquita né inclusive já tava inclusive adiantado já esse processo tanto do ponto de vista da negociação quanto do ponto de vista até da aprovação pelas Câmaras de Vereadores. Nova Iguaçu já tava em aprovação, Mesquita também, Paracambi acho que já tinha inclusive aprovado já, faltava definir algumas coisas pra poder, é fechar esse consórcio, agora eu não sei com a alteração da Lei Nova Iguaçu já não tem necessidade de estar nesse Consórcio, não sei qual as medidas que essas prefeituras estariam tomando agora pra que elas pudessem formar um novo consórcio acredito eu que agora dentro da margem dos trezentos mil habitantes né, pra poder receber os recursos também.

GTPS:

É então a disposição do Governo de Nova Iguaçu hoje é formular o seu próprio projeto?

José Áureo Bastos:

Isso, é de firmar o convênio fazer um Plano Municipal.

GTPS:

Ok, como você descreveria a Comissão de Trabalho de Nova Iguaçu?

GTPS:

A nossa Comissão, ela é bastante antiga, tem dez anos já de formação né, ela é tripartite como manda a Legislação, é mais eu inclusive na reunião última da Comissão eu falei sobre a deficiência política da Comissão né, porque pra você ser ouvido ou pra você poder fazer determinadas ações você tem que ter respaldo político e respaldo político você não tem só por existir né, você tem que se fazer ser respeitado, você tem que se fazer ouvir né e eu sinto que hoje a Comissão Municipal apesar de ser participativa, apesar de colaborar com o Governo dentro das necessidades ela, ela tem que cumprir mais esse papel dela o papel político propositivo da Comissão, pra isso precisa assim de uma, de uma sacudida né inclusive eu propuz na última reunião que agente organizasse aqui em Nova Iguaçu uma Conferência Municipal pra discutir é política de trabalho, emprego e renda. Trazer todos os sindicatos que existem em Nova Iguaçu, tanto patronais quanto de trabalhadores, trazer os órgãos de governo, Delegacia Regional de Trabalho, Secretaria de Trabalho do Estado, todas as pessoas envolvidas é, na parte de qualificação profissional, de trabalho, de emprego, de renda. Trazer essas essas pessoas todas essas instituições, essas cabeças pensantes pra discutir política de trabalho emprego e renda em Nova Iguaçu né, e a partir daí você ter uma reformulação dessa Comissão, uma, um novo formato, discutir o formato dessa Comissão e ver de que maneira ela pode vir a melhorar né, o seu trabalho e o seu desenvolvimento. Acredito que essa Comissão respaldada por uma Conferência Municipal que determinou políticas né, ela vai ter muito mais trabalho pela frente de fazer com que aquelas decisões que foram tomadas numa Conferência, que elas sejam realmente executadas.

GTPS:

A Comissão ela é tripartite com representação do Estado, do empresariado e do movimento Sindical, é existe um equilíbrio de interesses e inclusive de participação nessa Comissão ou algum segmento ele se envolve mais do que outro?

José Áureo Bastos:

Normalmente aa ééé. Normalmente agente não tem embates né, muita muita discrepância assim de opiniões dentro dentro da Comissão, tem-se conseguido trabalhar em comum acordo não tem muita discussões acalorosas. Talvez isso até seja ruim, quando agente tem discussões acalorosas normalmente é, as coisas que são decididas são mais cobradas, são mais pressionadas pra que aconteçam né, então, mais o trabalho da Comissão dentro do possí da relação entre as três partes que compõem a Comissão ela ela tá funcionando bem entendeu ééé. Agora, o que que faltou aí?

GTPS:

Existe interesse, o interesse de participação é igual da representação dos empresários à representação dos trabalhadores por exemplo, existe mesmo interesse de participação por parte do Estado e dos trabalhadores?

José Áureo Bastos:

Sim Sim

GTPS:

Se existe equilíbrio de interesses?

José Áureo Bastos:

Existe existe, não tem, a mesma dificuldade que o Governo tem pra fazer com que secretarias secretarias participem da reunião da Comissão, os sindicatos também tem e o patronal também tem, então quando tem ausências na participação, essa ausência é mais ou menos a mesma nos nas três partes, não tem uma que falte mais, que se ausente mais das discussões.

GTPS:

Como é escolhido, como são escolhidos os representantes do Governo nessa Comissão?

José Áureo Bastos:

O representante do Governo são indicado pelos Secretários das Secretarias que fazem parte da Comissão, o Secretário indica ou ele participa ou ele indica um representante da Secretaria nessa Comissão, assim como as outras entidades também, tanto patronal quanto dos trabalhadores ou próprio presidente do sindicato participa ou indica um membro do sindicato pra ser o representante daquele sindicato na Comissão ou associação, no caso agente aqui tem uma associação comercial que participa e não o sindicato.

GTPS:

E o movimento Sindical ele consegue manter sempre a sua representação de forma regular?

José Áureo Bastos:

Sim, nós tivemos problema há dois anos atrás e deveria ter...

Como eu disse há dois anos atrás agente teve um problema com relação a representação dos trabalhadores né, eu acho que nesse período os trabalhadores não tavam tendo uma participação adequada na Comissão, porque no ano que eles deveriam assumir a presidência da Comissão se passaram seis meses do período que deveria ser indicado o sindicato que deveria assumir a presidência da Comissão e eles não indicaram e o que que aconteceu, pra não ficar sem a presidência da Comissão os empresários que eram oo seguinte a assumir aa presidência da Comissão, eles assumiram, então ficou um ano éé que não teve representação dos trabalhadores na Comissão. Aí o empresariado assumiu que seria a o seguinte, em seguida assumiu o Governo e esse ano de dois mil e sete seria é seria um ano que os trabalhadores assumiriam denovo a Comissão, o que aconteceu. O ano passado eu era o presidente da Comissão Municipal de emprego até o final de dois mil e seis, então conseguimos uma boa participação dos sindicatos na Comissão e no ano de dois mil e sete agora os sindicatos indicaram o Sindicato dos Metalúrgicos através do Júlio Castilhos que é o diretor sindical aqui da Delegacia Sindical de Nova Iguaçu né, pra ser presidente da Comissão. Então, hoje é os trabalhadores tão, tão ocupando a presidência da Comissão, o que não aconteceu há dois anos atrás né, foi vagou ali a representação.

GTPS:

A representação Sindical nessa Comissão, pelo que eu entendi se dá por sindicatos e não por centrais sindicais?

José Áureo Bastos:

Não, é por sindicatos.

GTPS:

Ok, éé com relação

José Áureo Bastos:

Apesar das centrais sindicais estarem representadas, o Sindicato dos Rodoviários é de uma central sindical, filiado a uma central sindical, Metalúrgicos a outra, tem sindicato que não tá filiado a nenhuma central sindical, no entanto tem, se eu não me engano é dos químicos, tem representação na na Comissão.

GTPS:

Certo, porque a Comissão do CODEFAT, ela é representada por centrais sindicais, são quatro centrais sindicais.

José Áureo Bastos:

Talvez seja mais uma coisa que tem que ser discutida nessa Conferência, quando eu falo isso, quando eu falo que tá faltando política na Comissão né, é isso tá faltando outros sindicatos se proporem a participar da Comissão, querer saber, porque que aquele sindicato tá tanto tempo

lá e eu não estou, entendeu. Então quando agente faz uma Conferência dessa vai ter disputa entre os sindicatos, entre as entidades patronais, talvez não entre o Governo por que ali quem determina mais é o Prefeito mesmo né, é pra pra, pra participar da Comissão então né.

GTPS:

No caso de Nova Iguaçu, se fossemos ver centrais que tem sindicatos na representados na Comissão, tem a CUT a Força Sindical e qual outra central?

José Áureo Bastos:

Eu acho que só elas mesmo.

GTPS:

Só a CUT e a Força Sindical.

GTPS:

Ok.

E pelo que parece você é um Subsecretário que já tem uma trajetória política aqui no Município, você poderia descrever essa trajetória?

José Áureo Bastos:

É, eu já participo de política, já a muitos anos desde meus dezessete anos quando eu entrei pra universidade, no curso de engenharia na Souza Marques, lá agente reorganizou o diretório acadêmico na faculdade, reorganizamos o diretório central dos estudantes. Depois quando eu saí da faculdade não pude concluir o curso, aqui em Nova Iguaçu, como morador de Nova Iguaçu, eu fundei duas associações de moradores, participei da fundação do movimento de, da Federação de Associações de Moradores de Nova Iguaçu que é o MAB que é uma entidade muito representativa aqui na cidade, já foi muito mais no passado. Todos os movimentos sociais é muito mais representativo, com mais força no passado né, é e hoje pra falar a verdade o único movimento que eu não participei em termos de movimento social foi o movimento sindical, não tive nenhuma participação. No movimento estudantil, associações de moradores, isso eu cheguei a participar bastante né, ééé mas do movimento sindical eu não cheguei a participar. Aqui em Nova Iguaçu, agente sempre teve, a maioria dos governos foram governos conservadores fora um período que o PDT se se, se eleger aqui Prefeito, conseguiu eleger um Prefeito em Nova Iguaçu né, agente teve um governo um pouco mais progressivo, mas não nos termos que agente tem hoje com o Governo Lindberg né, um Governo declaradamente de esquerda, e que procura desenvolver políticas é sociais, políticas, procura escutar a sociedade, procura participar né, desenvolver coisas e trazer pessoas pra pra pra o Governo que estejam envolvidas com o movimento social que é o meu caso, é o caso do próprio Secretário de Desenvolvimento Econômico e Social, Ricardo Capelli que foi Presidente da União Nacional dos Estudantes né e de outras pessoas que hoje participam no Governo né. A minha trajetória é essa, eu participei do movimento estudantil, participei do movimento de associações de moradores né e desde que o Lindberg ganhou, dois meses depois eu tava aqui no Governo, a princípio na Secretaria de Indústria e Comércio, cuidando da relação dessa Secretaria com com a sociedade civil, com o empresariado local, com o sindicatos eu cumpri essa função né de relacionar o nosso trabalho com a sociedade civil de Nova Iguaçu e depois que nós assumimos é a Secretaria de Trabalho e Emprego até o próprio Secretário Celso Cunha que na época já era Secretário de Indústria e Comércio chegou a ser Secretário das duas Secretarias que existiam uma Secretaria de Trabalho e Emprego. Aí pediu pra que eu fosse cuidar dessa área, ser Subsecretário da área de Trabalho e Emprego e cuidar de alguns projetos que existiam na Secretaria de Trabalho e Emprego. E de lá pra cá eu não voltei mais pra área de Indústria e Comércio, continuei na Secretaria, até que houve essa mudança no Governo que unificou as Secretarias de Indústria e Comércio, Secretaria de Trabalho e Emprego, Secretaria de Promoção Social e a do Idoso e Deficiente, formando a SEMDES e dentro da SEMDES eu continuei trabalhando na área de trabalho, emprego e renda.

GTPS:

Então a sua visão sobre a Comissão, ela acaba tendo uma forte influência dessa sua trajetória?

José Áureo Bastos:

É tem muita influência, muita influência.

GTPS:

Atualmente você não tá na Comissão?

José Áureo Bastos:

Não, estou eu ainda continuo representando aa Secretaria, a área de trabalho e emprego. No caso a SEMDES aqui ela tem três representantes na Comissão que já essas três Secretarias, a Secretaria de Trabalho e Emprego a de Indústria e Comércio e a de Promoção Social, já eram três Secretarias que, que estavam dentro da, da Comissão Municipal de Emprego e quando unificou isso aqui, a SEMDES ela continuou com a representação, então a SEMDES tem três representantes dentro da Comissão Municipal de Emprego.

Espera um pouquinho?

Um representante da área de Trabalho e Emprego, um representante da Promoção Social e um representante da Indústria e Comércio.

GTPS:

É bem, eu creio que nós já ééé perguntamos tudo que nós gostaríamos. Agente queria apenas saber se você gostaria de acrescentar alguma informação que por acaso agente não tenha te questionado?

José Áureo Bastos:

O que eu gostaria de de falar, é queee na área de qualificação agente tem muita coisa pra fazer e a área de qualificação é muito importante, quando você vai falar de geração de emprego, de renda né, não só pra pessoa trabalhar numa empresa, mas pra poder trabalhar por conta própria também né. Quando agente contratou agora cursos como eu falei do SENAC e do SEBRAE, pra que que o SEBRAE né, vai tá participando de cursos, agente incluiu é, o SEBRAE nos cursos de de qualificação é, porque o SEBRAE tem cursos mais voltados ao empreendedorismo né, então quando eu formo um carpinteiro em um curso no SENAI é, quando eu formo um bombeiro hidráulico, um electricista por exemplo, esse essa pessoa necessariamente tem que trabalhar numa empresa, ele pode trabalhar por conta própria então agente tá agregando a formação dele como electricista, marceneiro, carpin, é marceneiro, bombeiro, uma formação também como empreendedor pra aqueles que se dispuserem a trabalhar

por conta própria né, que tenha essa pré-disposição, por que é uma coisa que depende muito também da pessoa querer da pessoa gostar, então dessas pessoas que vão fazer fazer esses cursos é, algumas são selecionadas pra fazer esse curso, esses cursos de empreendedorismo, como tocar um negócio, como formular um preço né, que é pra poder formar a pessoa também pra trabalhar por conta própria e provavelmente esse vai contratar um ajudante né, então ele vai tratar do emprego dele e vai gerar, vai acabar gerando, vai acabar gerando emprego também né e outras formas que são também importantes pra parte de qualificação prof, pra parte de emprego que não tá dentro inclusive da minha área da minha, da minha área que é a questão do do do associativismo e do cooperativismo que é tocado hoje pelo professor Rogério né, Rogério Rocha, que é um setor muito importante e que pode solu, solucionar ou ou vir aaa iniciar uma solução pra condição de muitas pessoas que hoje não tem condição de entrar no mercado de trabalho né, donas de casa que não tem como sair de casa que em casa mesmo pode trabalhar, entendeu, pessoas que por alguma situação não tem como entrar no mercado de trabalho né e outros que por opção mesmo não querem trabalhar por conta própria ou aí precisam se associar, se cooperativar pra poder ter o desenvolvimento melhor do seu trabalho né e também tem aqui na Secretaria, ééé mais dois serviços que também são ligados ao Rogério que são importantes também pra parte de de de, pra parte de geração de trabalho que é a incubadora, as incubadoras que agente tem de cooperativas e a incubadora que tem deee empreendedores, de pequenos empreendedores que são um projeto que tem da Petrobrás em parceria com o Município que é pra qualificação de empreendedor, microempreendedores e tem também o microcrédito que também é oferecido pela Prefeitura em parceria com o SINDICRED que é uma instituição que já trabalha na área de microcrédito né, é.

Então, o microcrédito também que existe na Secretaria que é um outro projeto da Secretaria, é importante cita-lo também, porque ele vem ajudando muito as pessoas que tem aquela barraquinha, que precisa dum dinheiro pra comprar um freeser pra melhorar ali o atendimento ou fabrica doces, salgadinhos em casa e precisa melhorar o seu produto, que precisa de um capital. Então o sistema de microcrédito que tem, que funciona hoje na Secretaria, você tem previsão inclusive de ser ampliado com recursos do próprio Município né, isso eu acho muito importante também, pra geração de emprego, pra geração de renda pros trabalhadores.

GTPS:

Ok, José Áureo eu gostaria de agradecer a sua disponibilidade em nos dar a entrevista e gostaria de saber se nós podemos ficar a vontade para utilizar essas informações gravadas é para fins científicos ou seja para fundamentar o nosso trabalho de pesquisa

José Áureo Bastos:

Sim, claro, tão autorizados. Se o que eu falei servir pra esse fim

GTPS:

Com certeza

José Áureo Bastos:

Com certeza tão autorizados

GTPS:

Eu queria informar que essa entrevista ela vai ser transcrita e depois repassada pra você, pra tomar conhecimento e se houver necessidade de fazer alguma modificação, përa ai

Transcritas e também queria agradecer em nome do da equipe de pesquisa pela sua disponibilidade.

GTPS:

José Áureo, a nós esquecemos de te perguntar sobre a Casa do Trabalhador. O que é a Casa do Trabalhador e o que muda em relação aos trabalhos que você já vem desenvolvendo agora sobre trabalho e renda?

É, dentro dessa, dentro da lógica, da agente melhorar o atendimento ao trabalhador, seja na qualificação profissional ou seja com relação ao atendimento pra o trabalhador desempregado, que vem a agência e se cadastra na agência né, nós tivemos a idéia de montar uma casa onde o trabalhador teria esse atendimento. Então todo o atendimento que hoje é feito pela Secretaria ao trabalhador éé e o que nós pretendemos atender ainda a partir do convênio com o Ministério do Trabalho né, as ações que hoje são do SINE, de emissão de carteira de trabalho, inscrição no seguro desemprego, a própria intermediação de mão de obra que hoje é feito muito mais pelo SINE do que por nós aqui, na agência da Prefeitura né, isso passaria a ser atribuição Municipal. Agente precisa de um espaço mais adequado pra atendimento do trabalhador, pra emissão de CAT né. Agente pretende trazer também áá, que tá ligado hoje a Secretaria de Saúde, que é o Centro de Referência de Saúde do Trabalhador, pra está dentro dessa Casa do Trabalhador. Então é um local onde o trabalhador vai ser atendido, bem atendido do ponto de vista do espaço físico né, éé vai ter tudo que ele precisa saber, todos os serviços que a Prefeitura presta né ou possa vir a prestar ao trabalhador, vão estar concentrados naquela naquela Casa, fora que agente vai naquela casa também montar um centro de qualificação profissional né, num andar térreo vai ser toda todo, todo essa, todo esse trabalho de atendimento direto ao trabalhador, de serviços e num andar superior a pretensão nossa é de montar um centro de qualificação, parceria lógico com alguma instituição né, pra um que tenha um bom andamento, que tenha inclusive é a certificação dos cursos que vão ser ali ministrados. Essa é o nosso projeto lá da Casa do Trabalhador, tem um telecentro ali também, pro trabalhador poder usar ou a própria comunidade local também né, usar e ser um espaço aberto, um espaço aberto pro trabalhador como pra própria comunidade de Nova Iguaçu.

GTPS: Ok, obrigado.

ANEXO V

Entrevista com Rogério Rocha, Subsecretário de Trabalho, da Secretaria Adjunta de Trabalho e Renda, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, realizada em 28/03/2007, na Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu.

Por José dos Santos Souza

GTPS:

Rogério como é que você descreve a política de trabalho? O que é Política de Trabalho para você?

Rogério Rocha:

Bom, aqui Política de Trabalho pra mim, como eu nunca tinha trabalhado num serviço público, né? Mas sempre a gente tinha discutido as questões de trabalho no núcleo de trabalho da Universidade, quando eu era estudante e na... No mestrado, também discuti esta questão, trabalho, geração. Política de Trabalho pra mim, no meu entendimento, é uma... Ação, né? Ligada diretamente as questões da problemática do desemprego na cidade ou nas cidades, neste caso específico na cidade. A gente discuti aqui na função da... Ge... Da... Da política de trabalho, as questões mais óbvias da sociedade como desemprego, como colocar o trabalhador, como empregar, né? Como diminuir o desemprego que aqui na cidade é alto, os cursos de qualificação, enfim, algumas ações que ligam diretamente à área de trabalho pra mim Política de Trabalho é isso no governo.

GTPS:

Como você descreveria a Política de Trabalho implementada no âmbito do Governo Municipal?

Rogério Rocha:

No nosso Governo hoje?

GTPS:

Sim.

Rogério Rocha:

Tudo bem, agente ta... Como posso dizer... É positivo. A gente tem feito bastante implementação aí de cursos de qualificação da... do... Do órgão que tem ajudado nesse negócio, a gente tem buscado melhorar a... Interlocução lá com a com a Secretaria Estadual de Trabalho Emprego e com o Ministério, né? A gente tem discutido em grupo, aqui na secretaria, com três áreas de modo a acentuar mais, né? Fazendo com que as pessoas tenham acesso à qualificação. É... Não sei como era como era no passado, eu to vendo hoje como há 22% de desempregados, em média na cidade, da artéria, a gente acredita que ta tendo, ta trabalhando pra reverter esse quadro, de qualificação, buscando recursos no Ministério do Trabalho, fazendo algumas outras ações de geração de renda pra poder encadear isso.

GTPS:

Em que aspecto que a qualificação profissional pode contribuir pra geração de emprego?

Rogério Rocha:

Então, no nosso banco de dados, como você mesmo perguntou antes, o banco de dados nosso ele infelizmente é um banco desqualificado. As pessoas que vem aqui buscar trabalho, ela não estão qualificada pra nada, praticamente, isso é uma falha não nossa, mas é uma falha da sociedade. Do Brasil até, né? Do... Do País. Pessoas vem aqui sem nenhum tipo de qualificação e muitas vezes as vagas captadas no mercado elas não são... vagas, não são vagas, em sua maioria vagas para pessoas com pouca qualificação. Aparece aqui boas vagas, para confeitiro, por exemplo, nós precisamos de um confeitiro, não tinha, com experiência, nos precisamos de... De... Porteiro com experiência e tal com qualificação, não tinha, metre, não tinha, então, quer dizer, nosso banco de dados ainda é desqualificado. O curso de qualificação, de qualificação, ele vem pra qualificar esse banco, né? Pra dar... Dar condições pra essa pessoas que está desempregadas de ter pelo menos uma qualificação. Se ela não tem não tem experiência ela pelo menos tem um curso de qualificação, um certificado do SENAC, CEFET e o que ele esta querendo fazer agora, inclusive, com o SENAC e com CEFET novamente. Não só curso de cooperativismo, como a gente já dá hoje aqui, isso gera renda, né? Não é trabalho, Não é emprego não é, não é emprego é trabalho. O que a gente quer é capacitar, né? O empregado que vem aqui no o... O desempregado que vem aqui no banco.

GTPS:

Então a meta da política dessa secretaria é a geração de emprego e não necessariamente a geração de renda?

Rogério Rocha:

Não, as duas coisas. As duas coisas, por exemplo, é... Os Conceitos de trabalho e os conceitos de emprego são conceitos, né? Separados, diferentes. A gente tem aqui, tanto pessoas que vem buscar emprego, que se faz... Se cadastra no banco, né? Que aí é com o Áureo, que já entrevistou ele, se cadastra no banco. E aí é a pergunta que você me fez, que que a qualificação tem haver, né? Que vai fazer com... Esse pessoal desempregado? Esse pessoal desempregado vai ser capacitado, vai estudar, vai buscar uma qualificação, colocar ele no mercado de trabalho com um valor agregado a ele com o curso isso que a nossa área tem trabalhado, tem trabalhado bem A gente pode não ta conseguindo atingir a... O objetivo principal diminuir muito aí o em torno de vinte por cento, não vai conseguir mas nós tamos trabalhando pra isso qualificar o cara que vem aqui se inscrever no nosso banco, por outro lado tem pessoas que vem aqui e quer montar cooperativa, ou que já tem cooperativa, ou que já tem um negócio próprio, mas o negócio é informal e quer condições de legalizar, né? Então a gente tem aqui a área, especificamente que eu trabalho que é a área de geração de renda.

GTPS:

Ok. Como é que está estruturada a Política de Geração de Renda?

Rogério Rocha:

Muito bem, a Política de Geração de Renda está articulada com três frentes, primeiro com a incubadora de cooperativas, né? A segunda com a incubadora de empreendimentos populares. Até eu fiz ontem uma palestra na FIRJAN sobre ela, à tarde. Eu ia até ligar pro Bruno, mas não tive tempo. E a terceira frente são as feiras, feiras de economia solidária, né? Teria uma quarta frente aí, mas ainda não foi liberado o recurso, que é o Centro Público de Economia Solidária. Que seria lá no Monteiro Lobato, ainda não foi liberado, mas enfim, nós estamos trabalhando. Primeiro, no caso da incubadora de cooperativa, nós incubamos algumas cooperativas aqui na... Na secretaria, damos cursos de capacitação a elas, cursos de cooperativismo, cursos de projetos, cursos de plano de negócios, curso de como formar o preço de mercado de um produto, às vezes a gente consegue apoio, designe, dependendo do negócio. A gente ajuda na exportação do produto, né? Consultoria jurídica. E esse projeto da Incubadora de Cooperativas tem o apoio da UFRJ, né? Que é a incubadora tecnológica de cooperativas populares. Então, ela vem aqui e dá essa... Essa consultoria pra gente. Eles tem aqui estagiários de administração, de direito e de serviço social e tem um técnico aqui conosco, que vem pra cá. Inclusive eles têm em capacitação ali, no auditório. Essa... (???)da cooperativa. Como nós incubamos poucas cooperativas, vem aparecendo outras cooperativas na Cidade ou grupos, não é só cooperativa, grupos. Tem cinco costureiras em Austim, elas têm com dificuldades, querem montar uma cooperativa aí a gente vai lá. Conversar com o grupo, né? Apresentar uma proposta de cooperativa, perguntar até se elas querem formar uma cooperativa, que às vezes não quer ou não sabe o que é uma cooperativa. Nós temos um exemplo de um grupo incubado que pediu pra desincubar, que é um grupo de guardadores de automóveis aqui atrás da Prefeitura, que pediu pra desincubar, porque eles não sabiam o que era cooperativa, tinha uma vaga idéia, como todo mundo tem e queria montar uma cooperativa, legalizar, tinha todo um projeto. Quando nós chegamos pra capacitar eles e mostramos o que era uma cooperativa, eles falaram, a gente não quer montar isso, né? Então o que a gente tá fazendo agora, mostrando pras pessoas antes de falar de cooperativa, o que que é uma cooperativa, quais são as funções, o que que ela tem que pagar pra montar a cooperativa, né? Então, quer dizer, nós tá mostrando isso ainda. Alguns grupos que nós estamos conhecendo, nós tá mostrando isso. Nós tá na Cidade inteira, em Cabuçu, no Trinta e dois, lá no Parque de Todos os Santos. Lá em Tinguá, Vila de Cava, Miguel Couto, Caiobá, Moquetá.

GTPS:

O que leva a um grupo de trabalhadores não quererem uma cooperativa, são os custos?

Rogério Rocha:

Alguns, são os custos. No caso dos guardadores de automóveis, né? Eles são grupos ali, três grupos, um grupo grande, um grupo médio e um grupo pequeno, atrás da Prefeitura, então tá mapeado, certo? Obviamente que o grupo grande cuida da maior parte do terreno e assim sucessivamente. O grupo grande identificou, que se ele for montar uma cooperativa popular, que é o nosso caso. Não é uma cooperata, é uma cooperativa, cooperação, dividir recursos, dividir despesas, ele ia sair perdendo. Isso ele identificou, nós em nenhum momento falamos pra eles. Ele identificou que ia perder, porque ele teria que dividir com os outros pequenos. Então, ele não quis. O pequeno já quis. A eu quero, porque o pequeno viu que ele podia aumentar os seus ganhos, então, isso foi um fator. No caso do guardador de automóvel foi isso que aconteceu. De modo geral... Esse foi o único caso, que não quis montar a cooperativa, nos procurou querendo e depois não quis. Aí, identificando esse caso, eu já comecei a pensar de outra forma, primeiro vamos apresentar, quanto que custa, os impostos seguintes, né? Quais são as dificuldades. Explicar de fato o que que é uma... Antes de dá um curso de coo... De sensibilização ao cooperativismo, dizer como funciona. Oh! É cooperação, não é igual ao... Muitas cooperativas aí não tem dono... A pessoa é dono... Mas não tem dono a cooperativa, é cooperativa popular, é do grupo. A desculpa. Conseguiu? O segundo passo é a Incubadora de Empreendimentos Populares, que aí no caso, geração de renda, são cento e cinquenta empreendimentos incubados, né? É... Fizemos duas seleções, uma seleção com duzentos e vinte e cinco e outra com mais duzentos e vinte e cinco, é... É um projeto em parceria com a Petrobrás. Desses quatrocentos e cinquenta, cento e sessenta e três são de Nova Iguaçu, esse é um projeto da Baixada Fluminense, né? Tem o apoio da Prefeitura, uma casa que é nossa, né? Onde eles estão funcionando, na Travessa Ernestina, 87. E funciona... Você foi lá na semana passada. Então, funciona lá uma incubadora. Tem todo um ambiente de incubação de... Tem computadores, telecentro, sala de consultoria, cursos, né? Funciona lá. É autônomo, tem uma gestão própria, a Prefeitura acompanha o projeto. O terceiro são as feiras. Aí, as feiras José, é legal que eu pego o cooperativado que produz um tipo de produto, né? É... O... Cidadão que tá incubado no projeto de geração de renda da incubadora de empreendimentos populares e coloca uma feira pra vender o seu produto, né? Tem aqui a incuba... A cooperativa Trama e Raiz, que produz e exporta pra Europa, travesseiros, jogo americano, entendeu? Vai pra feira. Se ela quiser ir pra feira ela vai, mas como ela é uma cooperativa que já exporta, tem toda uma estrutura montada, às vezes nem vai, às vezes não tem interesse. É... Por outro lado também, nós visitamos aí, os grupos do... "Projeto Brasil Alfabetizado", que tem uma ligação com o "Bairro Escola", dentro dessas salas de aula são cento e cinquenta e sete. Dentro dessas salas de aula existem pessoas que fazem alguma coisa pra gerar renda pra sua família. Então, a gente vai também conhecer, então tem crochê, macramê, decupage, é... Arranjo de mesa, é... Retalhos, (???) bijuterias e faz pra vender. O que que nós tá fazendo? Através desse programa Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Federal, (???) do Ministério do Trabalho, né? Nós temos uma pessoa aqui, que faz o mapeamento desses projetos de geração de renda na Cidade, pra ir pro mapa. Nós também estamos conhecendo esses grupos, damos apoio, vamos lá conversar com eles. Se for o caso de apresentar a cooperativa a gente apresenta, se for o caso de ajustar lá por... Preço, custo de produção, a gente vai ajudar, designe, a gente vai ajudar. né? Ontem eu conversei com o gestor da incubadora de designe, lá da ESDI, ESDI, Escola de desenho industrial da UERJ, que veio aqui na palestra, pra fazer um parceria, pra trazer um designe pra cá, pra ajudar a gente, né? E pega essas pessoas, oh! Feira de Economia Solidária, que é o outro braço da geração de renda da Prefeitura(???) e quem tá tocando isso somos nós. Então nós a gente tá conhecendo grupos e buscar conhecer mais grupos ainda. No passado, quando nós começamos isso, nós não conhecíamos esse potencial de negócios informais na Cidade. Não conhecíamos. Agora, nós estamos conhecendo bastante e muitos dos grupos, nós estamos buscando conhecer, trazer pra cá pra Secretaria, a gente vai lá visitar. Se for um bom trabalho, levar pra feira, pra poder vender. Tem... Tem uma... Uma articulação muito legal com... Com os trabalhos aqui, que acontece dentro dessa Secretaria, dentro dessa... Dessa Sub-secretaria, né?

GTPS:

Qual é, dentro dessa articulação que você tá apontando, como é que fica a questão da qualificação do trabalhador, como é que ela se articula com essas políticas de incubadora de empresa? de incubação de cooperativas ?

Rogério Rocha:

Então, é...

GTPS:

De incubação de cooperativas?

Rogério Rocha:

As políticas de qualificação são políticas... Qualificam pra um emprego, né? É cursos de Barman, cursos de telemarketing, curso de soldagem, é... Marcenaria, eletricitista, é pro mercado de trabalho.

GTPS:

Ok. Então, os cursos para capacitar o indivíduo para formar a sua cooperativa, ele não tá...

Rogério Rocha:

É separado da qualificação.

GTPS:

Na qualificação.

Rogério Rocha:

Separado.

GTPS:

Existe alguma política de crédito?

Rogério Rocha:

Há sim.

GTPS:

Para apoiar essas cooperativas?

Rogério Rocha:

Aí é a... Desses três, né? Itens que eu falei pra você, principalmente o quarto que é o Centro Público de Economia Solidária tem um braço que é o crédito, micro-crédito. Então, nós temos aqui na... Na nossa Secretaria a agência do micro-crédito, ela também é cuidada aqui por mim, pela equipe, é... É o micro-crédito associado com a instituição de crédito SINDICREDI, né? Legal assim, não é recurso da Prefeitura, recursos da SINDICREDI mesmo. A Prefeitura cede o espaço, a Prefeitura faz aí... Arca com a mão... Com os profissionais, né? Paga-lá os profissionais, mas não entra com o PANDI, com os recursos, nada disso, né? Então a... A SINDICREDI vem aqui, tem uma sala lá embaixo, no atendimento e faz empréstimos. Como é que faz isso? Não é... Não é puro e simplesmente um empréstimo, é micro-crédito orientado. Não é só emprestar o dinheiro, o cara vem aqui conversa, preciso aí de um recurso, a gente vê, anota tudo, vai lá visitar, conversa com o empreendedor, conhece o ambiente de trabalho, faz um relatório, eles fazem um comitê de crédito, no comitê de crédito eles vão decidir a... O... O Bruno veio pedir cinco mil reais pra barraquinha de cachorro quente dele, né? O agente de crédito com a análise que ele fez, vai dizer... Se de repente, é cinco mil mesmo? É trezentos reais? É mil? Pela análise do crédito, pela análise da capacidade de pagamento, capacidade produtiva ele vai perceber que às vezes não é cinco mil, às vezes é menos, muito das vezes é menos, porque o técnico ele tem esse olhar. Por isso que é o micro-crédito orientado, porque tem que ser orientado para ele poder produzir e pagar. E é o micro-crédito para a... Comprar... Para capital de giro.

GTPS:

Ok. E Com relação ao conjunto dessas políticas todas, que você tá descrevendo, são todas políticas dentro de uma concepção de desenvolvimento urbano para dentro da própria ordem do capital. E como é que você vê, dentro de um governo caracterizado como um governo de esquerda, a direção dessas políticas numa Prefeitura?

Rogério Rocha:

Não compreendi.

GTPS:

As políticas de desenvolvimento de cooperativas, micro-crédito, políticas de geração de renda, são todas políticas que tiveram sua origem no governo FHC e elas estão todas pautadas em um projeto neoliberal de desenvolvimento. E essa Secretaria é de um governo com características de esquerda. Como você explicaria essa contradição?

Rogério Rocha:

Então, eu não vejo como uma contradição. Eu vejo como um... Desenvolvimento econômico, a gente tem que buscar mecanismos de... Melhorar a qualidade de vida desse trabalhador, né? Dessa socieda... Dessa sociedade, é... Eu não vejo... Eu não vejo como contradição, também não vejo que esses projetos tenham origem lá no FHC. Por que, por exemplo, o Ignácio Isacs, no livro dele, que fala sobre... A inclusão pelo social, né? Inclusão do trabalho pelo social, ele diz claramente que essa... O desenvolvimento não é uma... Uma visão do neoliberalismo, o... Outra coisa, o... Como é que é o nome do... Eu tava vendo agora também, um livro do... Augusto franco, né? Também não... Discute o Augusto Franco Foi da comunidade solidária, mas o Augusto Franco discute a questão do desenvolvimento pelo lado também, é... do... Não do neoliberalismo, mas pela questão mais social. É claro que no governo FHC, por ser um sociólogo de renome internacional, uma esposa com... Também socióloga de grande renome, é... Apareceu muito essa questão. Apareceu bastante, eu até acredito que... Que o Viva Rio tenha crescido muito nessa área, porque o Viva Rio também, né? Tem... Cresceu bastante junto com o governo FHC. Eu posso tá sendo, é... Eu posso tá chutando a canela do Rubenstan Fernandes, mas enfim, a gente tá trabalhando pra poder fazer com que essa Comunidade seja de fato... Qualificada, seja... Tenha de fato condições de entrar no mercado de trabalho. Eu não to pensando em liberalismo, neoliberalismo. Eu não to pensando em... Em direita, nem esquerda, eu to pensando em qualificar todas as pessoas. Eu to pensando no povo, né? O Marx já dizia lá na luta de classes, eu to pensando no povo, to pensando diretamente em quem necessita. Meu Olhar... E o nosso olhar aqui da Secretaria é o olhar para o povo, né? A gente tá lá no dia a dia, porque o que nós queremos é colocar essas pessoas no mercado de trabalho. Eu confesso pra você que o capital... O capitalismo tá aí. Eu to falando de micro-crédito, isso é capitalismo, né? Mas eu to fazendo com juros subsidiados, né? A gente tá conseguindo o.. Vamos tentar

conseguir baratear ainda mais esse custo, se o SINDICREDI conseguir os recursos do BNDES, para tal. A gente tá fazendo... A... A capacitação, né? Para o cooperativismo, para a geração de renda, na visão do cooperativismo popular. Então, diferente do SEBRAE, bem diferente do SEBRAE, cooperativa popular, dando conceitos populares, né? Nós... Na incubadora a gente tá discutindo a integração, né? Desse trabalhador, desse setor informal, no setor formal, dando condições de gerar emprego, né? Porque se o... A incubadora tá lá gerando renda hoje, ou melhor... A empresa informal que está incubada, na incubadora, tá gerando renda hoje, amanhã ela pode se formalizar e os funcionários que ela tiver podem ser contratados com carteira assinada. Então, eu vou aumentar o número de carteiras assinadas no País, ou melhor, nesse Município. A... Eu... Sinceramente, eu não vejo essa... Essa questão pelo lado neoliberal, eu vejo por... Nós olhando pro povo, nós aqui estamos trabalhando... Nós estamos a serviço da população. Sem querer ser populista, né? Às vezes você está usando o populismo a serviço da população, do povo.

GTPS:

A forma como você descreve a política de trabalho desenvolvida por Nova Iguaçu, ela é absolutamente semelhante com que vem ocorrendo com a maioria dos municípios brasileiros, vou citar alguns exemplos: o Município de Salvador a um tempo atrás dirigido pelo PFL, o Município de Vitória da Conquista no interior da Bahia dirigido pelo Partido dos Trabalhadores, o Município do Rio de Janeiro até bem pouco tempo atrás e hoje, pelo César Maia. Então, qual seria a diferencial da política de trabalho, de Nova Iguaçu, nesse aspecto?

Rogério Rocha:

É... Veja bem, a gente segue a orientação do Ministério do Trabalho, então, por isso que todos os municípios tem uma política, né? Bastante... Semelhante, porque a orientação vem do Ministério do Trabalho. E o Ministério do Trabalho até ontem era direcionado pelo PT, hoje é o PDT, pelo menos tá nos jornais, que é o Carlos Lupi, né? Mas, enfim, não sabia?

GTPS:

Não, to sabendo agora.

Rogério Rocha:

Então, eu sou portador de boas notícias. É o Lupi. O Lupi é o... Não tá... Ele não assinou a posse ainda, mas tá no jornal de hoje, na manchete, né? O Lupi é carioca, entendeu? Mas enfim, a gente segue a orientação do Ministério, então... É orientação pra todos.

GTPS:

Ok. Mas a política que é orientação do Ministério não se alterou muito em relação à política do governo FHC. Então é a mesma política do governo FHC?

Rogério Rocha:

Não.

GTPS:

Qual é a diferença?

Rogério Rocha:

Muito bem, eu vejo que nós estamos trabalhando mais voltados para o povo. Mais com... Mais com olhar direto ao trabalhador, mesmo. Essa diferença, ela pode não ser muito significativa, por exemplo, nós não temos aqui, como no ano passado, o Brasil Empreendedor. Que que era o Brasil empreendedor? Curso de qualificação para o trabalhador montar negócio fazer um curso de dezesseis horas pelo SEBRAE. É um curso que tem misturado administração financeira, plano de negócios, era orientação para crédito. Isso é neoliberalismo. O cara tinha uma... Uma política de oferecer crédito no final do curso e quase ninguém conseguiu crédito. Nós não temos isso. Ele capacitou mais de... Milhares de pessoas. No final dava um certificado bonito do SEBRAE e o cidadão ia com o certificado pro banco. Tá aqui o meu certificado, eu fiz o curso, eu quero o meu dinheiro. Não tinha dinheiro, aliás tinha oito bilhões de reais lá, do FAT, do trabalhador, mas não foi emprestado para o pequeno, pra quem precisava. Muitas das vezes, quem conseguiu o recurso foi o grande empresário. Precisava de certidão negativa daquilo, daquilo outro, garantia real, né? Terreno, carro, pra poder conseguir o recurso. O pequeno empresário, ele não tava conseguindo. A nossa... O nosso trabalho hoje, não visa esse crédito da forma que foi liber... Foi feito pelo FHC, a gente capacita, mostra os caminhos, né? Todos os caminhos possíveis. No caso das cooperativas, a gente corre atrás de financiamento, a gente busca trabalho. Oh! A cooperativa de cuida dor de idosos que nós montamos aqui, eles fizeram o curso de cuida dor de idosos, eles fizeram curso de cooperativismo e agora tão trabalhando. Algumas estão aí no... Em alguns asilos, outros estão trabalhando com o Riocard, né? Nós conseguimos trabalho. A cooperativa Trama e Raiz, por exemplo, da Cerâmica. Ela tá aí, ela foi montada, a gente ajudou, o SEBRAE também ajudou, teve várias ajudas ela. Ela exporta, vende, vai pras feiras. Então, quer dizer, a... A tem o crédito, o crédito. O crédito, a gente diz bem claro, nem sempre você vai conseguir, mas no caso do nosso micro-crédito aqui, não precisa de garantias reais, entendeu? O nosso projeto de crédito é diferente do FHC, é micro-crédito baseado na metodologia do Mohamad Yunus, do banco (???) Banking lá do Bangladesh ou do Banco Sol lá do Bantiotelo na Bolívia, Santa cruz da Serra. Então, são metodologias participativas, populares, né? E... É uma... É uma política de crédito popular, muito diferente do crédito que o FHC estava distribuindo. Eu acho que a nossa política de trabalho difere também por aí, né? Eu... Creio que o Áureo deve ter falado coisas muito mais aprofundadas sobre isso, que trabalha diretamente com essa questão da... Com essa questão, né? Eu trabalho menos com isso, mas acredito que ele tenha aprofundado mais na teoria dessa questão.

GTPS:

Ok. Rogério, quais são as maiores dificuldades que vocês enfrentam para a orientação dessas políticas?

Rogério Rocha:

Ah! A gente tem bastante dificuldade. A desmotivação da população, do povo também é muito grande. A gente não consegue interlocução direta com o empresário.

GTPS:

E o descrédito existe também?

Rogério Rocha:

Existe. Existe. Existe por conta do passado, né? Não o passado de Nova Iguaçu, passado do País, né? De um modo geral, existe. Não, não vou... Não vamos cair nessa denovo não, enfim... Existe, né? Só que a gente tem que tá... Levantar a auto-estima, a gente tenta conversar com as pessoas, né? Todo mundo tentou. Acho que também, né? O que a gente tem que fazer é levantar a bola e trabalhar, mostrar pras pessoas que nós vamos conseguir. Temos conseguido alguns sucessos. A gente tem algum problema, por exemplo, a gente não consegue... Ainda não conseguimos fazer com que os empresários viessem procurar a gente pra pedir vaga, pra oferecer vaga de trabalho, ofertar vaga. Nós temos também dificuldades internas de recursos, que ainda agente precisa acertar, entendeu? Mas assim, é... Nós estamos... Capelli tá na Secretaria a um ano, né? Um ano na Secretaria e aí, quer dizer... Eu to aqui já a mais tempo na Secretaria, né? Mais assim eu... Agora que eu to tendo essa função de geração de renda, antes eu não tinha essa função, sou mais administrativo, né? Mais de pesquisa e aí que a gente começa a observar, que a gente precisa buscar mais essas vagas. Tem algumas dificuldades sim, do lado nosso de articulação com os empresários da Cidade, pra conseguir essas vagas. A gente tem ainda a descrença da população, a gente tem a dificuldade aliada ao descrédito a... A baixa auto-estima nesse povo, até os estudantes são... Tem problemas até de comunicação, entendeu? Então, algumas coisas tem que ser feitas, no colégio, na faculdade, é no segundo grau, no ensino médio, né? Tem que ser feitas, por isso que é importante... O movimento estudantil na UM. Eu acho que eles tem... Não só fazer política, não só ficar falando de futebol, de Fani, mas falar de... De coisas mais sérias, né? Ensinar esse povo a... Ensinar esse povo a entender, a falar, se comunicar. As pessoas chegam aqui na porta, bate aqui, tá ali na placa sala cento e sete, aqui é a sala cento e oito? Grandão. aí quando consegue, aí não se... A gente vai atender, não sabe falar, não sabe o que quer. Não é igual o Bruno que veio aqui. Eu quero falar com o Áureo, eu quero falar... Não sabe falar, ela se perde, não anota, anota errado. Ah! Eu vim aqui, porque uma moça lá na... Lá na atividade que eu fui no sábado mandou voltar aqui, pra escrever não sei o que, não lembro. Mas aí... Aí, quer dizer, como é que eu vou dar uma informação, ela... Ou seja, tenho dificuldade de comunicação. Se é uma pessoa idosa ou mais é... Não estudou, não teve condições de estudar, trabalhar, enfim... Mas a maioria é estudante. De segundo grau, ensino médio que não sabe se comunicar direito. Então, tem esse problema e quando se forma e vem aqui se inscrever no Juventude Cidadã, que vem fazer curso de qualificação, não sabe conversar, não sabe falar, não sabe se locomover, não sabe nada. Agora mesmo veio uma menina aqui. Mora em Nova Iguaçu e não sabe se locomover, não sabia ir ali na Estácio, né? Essa dificuldade, a gente tem enfrentado e isso sim ocorre problemas, porque a gente monta cursos, as pessoas não vão ou elas querem ir, porque tem vale transporte, tem cesta básica, né? Primeiro perguntam, esse curso tem cesta básica? Né? Porque o curso não importa. É de... Qualquer coisa, mas tem cesta básica? Dá vale transporte? Tem bolsa? Tem aquele cem reais, vai sair? Porque sai no jornal. Oh! Curso de qualificação, dezesseis a vinte e quatro anos tem uma ajuda de cem reais por mês, vem... Vem pra isso. Aí, encosta aqui com o telefone celular, que toca música, ipod, que tira foto, não sei o que e... Entendeu? É claro que isso também, pode dizer, que alguém deu, ganhou, achou ou juntou e comprou, né? Não justifica dizer, né? Julgar pela aparência e nem... Nem a gente tá aqui pra julgar. Mas são dificuldades que a gente vem enfrentando.

GTPS:

Pelo que você tá colocando, uma das principais dificuldades é a qualificação social do próprio público atendido.

Rogério Rocha:

Ah! Também. Eu lamento profundamente que esse é o meu público. Eu sou de Nova Iguaçu, né? E vejo que esse... Que é cada vez mais difícil, como a capacitação social também é importante. Não basta só... Desculpa. Não basta só qualificar o cara, ele vem aqui... O Bruno, ele vem aqui é do ensino médio, quer se qualificar para o mercado de trabalho, vai ser é... Marceneiro, né? Então, ele tem que ser muito bem qualificado, por isso módulo aqui, módulo de estudo de cidadania. Entendeu? Pra que ele possa... Se contextualizar na sociedade.

GTPS:

Eu não percebi na sua descrição, qual é o papel nessa política atribuído à Comissão Municipal de Trabalho, em que ela contribui no desenvolvimento desse trabalho?

Rogério Rocha:

É... Eu tenho pouco conhecimento da Comissão Municipal de Trabalho, nunca participei dela, como eu já quis participar, mas nunca participei.

GTPS:

De acordo com a Lei, a Comissão tem como uma de suas tarefas definir prioridades, metas para a aplicação de recursos do FAT. Você menciona que anteriormente a política de financiamento não atendia a população alvo e sim a uma população que não necessitava do crédito.

Rogério Rocha:

Isso no nível macro, nacional, né?

GTPS:

Sim.

Rogério Rocha:

Com o Brasil Empreendedor.

GTPS:

Exatamente. A Comissão de Nova Iguaçu, ela não tem nenhuma atuação nesse aspecto, ela não intervem nessa questão?

Rogério Rocha:

Então, nesse caso aqui... Em Nova Iguaçu, a Comissão Municipal de Emprego, pelo que eu sei, quando o Áureo... Quando o Governo tinha a presidência e era o Áureo, né? Eu nunca... Não pude acompanhar, já quis acompanhar, já quis fazer parte da Comissão, mas não pude por outros afazeres, é... Eles definem a política de trabalho lá, o Áureo traz pra cá, a gente senta e começa a propor alguns cursos, baseado na política que foi definida, né? Se você entrar aí no... Na relação anual de informações (???) sociais, a Rais, você começa a observar que tem ali... Não é a vocação. O Fabiano não gosta muito da palavra vocação, mas enfim, né? (risada) O que que a sua Cidade tem aqui? Não é vocação a palavra, qual é a palavra Fabiano que você gosta aí? É...

Fabiano:

Aquele negócio, você pode até falar em vocações, mas vocação eu acho que é um termo muito... Não sei. Pobre.

Rogério Rocha:

Aqui nós temos serviços, indústria, comércio, temos extração mineral.

GTPS:

Talvez seja o perfil sócio-econômico do Município?

Rogério Rocha:

É. Perfil sócio-econômico do Município? É isso aí, perfil sócio-econômico do Município.

GTPS:

Quais são as suas reais possibilidades? Quais são os seus potenciais?

Rogério Rocha:

Potencialidades.

GTPS:

As potencialidades municipais.

Rogério Rocha:

Exatamente. E aí sim, nós temos... Se você abre ali a Rais, você vê um monte. Tem comércio, indústria, serviços, extração mineral. Comércio e serviços são os primeiros, né? São os primeiros.

Fabiano:

Tanto a geração do trabalho, quanto na participação do PIB.

Rogério Rocha:

Ah! sim.

Fabiano:

E tem a questão da potencialidade de ser inclusive do nome do município.

Rogério Rocha:

Exatamente.

Fabiano:

Se é indústria naval...

Rogério Rocha:

Exatamente. A gente até conversou sobre isso no curso. Ah! A cidade aqui... A vocação dessa Cidade. Acho que é vocação... É serviços. Mas se tivesse... Se cinquenta empresas viesse pra Nova Iguaçu, mudava. Indústria, mudava. Se volkswagem vir pra cá, se a... Tata Kustil, Se a... Sei lá... Wats vem pra cá... Se cinco, dez empresas de porte, de indústria vem pra cá pra Nova Iguaçu, muda... A vocação da Cidade, que é serviços hoje, muda. Então dizer, vocação, que vocação é essa? Vocação era laranja, era agricultura, monocultura, agora é serviços. Então é potencialidades. A Comissão de Emprego estuda essas potencialidades, discuti quais os cursos são possíveis, a gente prepara aqui a... O plano de ação e apresenta ao Ministério do Trabalho, sempre acrescentando política, é... Dentro dos cursos um módulo de cidadania.

GTPS:

Nós temos consultado, no nosso trabalho de pesquisa, as atas da Comissão de Trabalho e no entanto, embora seja uma análise preliminar, mas já verificamos que a Comissão tem pouca produção nessa questão que você tá apontando, como por exemplo definir potencialidades no Município.

Rogério Rocha:

O que que acontece é... Eu não vou dizer... Não sei agora, né? Mas algum tempo atrás, ainda nesse governo Lindberg, eu acompanhei, não a Comissão, mas o Handal, quando foi presidente, depois o Áureo assumiu a presidência. Eu sempre aqui na Secretaria acompanhando (???) Nós aqui na Secretaria, fazíamos as potencialidades baseado no Rais, porque nós não inventávamos, tava lá no Rais. Pega aqui, oh! Leva lá pra Comissão, pra Comissão ver, tá lá no Rais, a fonte é do Rais... Da Rais o Ministério do Trabalho A gente não inventou, os cds estão ali no armário, que a gente recebe, a gente tem um convênio com o MTE, a gente prepara olham e a partir daí trabalham os cursos, né? Então, imagina uma coisa interessante, quem oferece... A gente escolhe os cursos e manda pra Comissão Estadual de Emprego e lá era... Eles definiam que curso mandavam pra cá. Então, sempre a gente ficava com as migalhas, né? Você falou que é igualzinho ao desemprego d Rosinha do César Maia e no entanto a gente sempre ficava com as migalhas. Agora acabou isso. Em dezembro de 2006, com a Resolução 466, o MTE diz o seguinte, agora os municípios com mais de trezentos mil habitantes podem fazer relação direta com o Governo Federal, com o MTE. Podem fazer sem passar pelo intermediário, o Governo do Estado. Então, hoje, o Áureo preparou um plano de ação, de emprego, de qualificação, vários cursos, nós temos lá certeza absoluta, mesmo com o Lupi, que a gente vai acessar esses cursos aqui pra Nova Iguaçu, e aí a Comissão Municipal de Emprego vai ter mais funcionalidade, porque no passado pelo que eu entendi ela é meramente uma repassadora de informações pro Estado. Hoje, não vai ser mais assim. Entendeu?

GTPS:

Ok. Rogério a gente está satisfeito com as suas informações. Eu gostaria apenas de saber se nós podemos ficar a vontade pra utilizá-las no desenvolvimento de nosso trabalho de pesquisa?

Rogério Rocha:

Olha, eu... Eu vou dizer pra você que... Eu vou dizer pra você que, tô um pouco preocupado, eu queria ler o que você escrever, mas de antemão, não é... Nenhum problema. Não há nenhum problema não, entendeu? Eu não sei se vai satisfazer a minha resposta, mas de antemão não... Por exemplo, no caso do micro-crédito que eu falei... Que eu queria até discutir mais a questão do micro-crédito, porque eu quero deixar claro que o micro-crédito nosso, que a gente trabalha aqui na Secretaria, eu fui lá preguei o cartazinho, que é aquele... Não é pra pagar dívida. Então, o cara vai pegar o crédito não é pra pagar o SPC, não é pra pagar conta de luz, não é... O micro-crédito não é pra isso Então, a gente recebeu alguns empresários aqui... Ah! A gente quer o crédito, porque... Explicou a situação, que está cheio de dívida, aí o juros é baixo e o que... Não, não é pra pagar dívida, por isso que tem um agente, que vai lá acompanhar direitinho. Eu queria reiterar isso. Quanto à utilizar, eu acho que não há nenhum problema, não é? Já que o Capelli, que é o nosso Secretário aqui principal, o Áureo também falou, eu acho que a gente.... Pode.... Pode utilizar na pesquisa, como você falou, não vai ser propagado, né? Pelo... Pela imprensa. (risada) É uma pesquisa, pode usar, a gente confia nos acadêmicos.

GTPS:

Só pra deixar tranquilo, estou informando que esse material vai ser repassado após ser transcrito, qualquer modificação no conteúdo poderá ser feita posteriormente.

Rogério Rocha:

Ok.

GTPS:

Agradecemos a sua colaboração e esperamos poder responder no trabalho que a gente vem fazendo.

Rogério Rocha:

Obrigado.

ANEXO VI

Entrevista com Valéria da Conceição, Chefe do Sistema Nacional de Emprego (SINE) - Nova Iguaçu, representante do Governo na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu, realizada em 24/04/2007, às 17h, na Câmara dos Vereadores de Nova Iguaçu.

Por Bruno de Oliveira Figueiredo

GTPS:

Boa tarde Valéria, como você define Política Pública de Trabalho e Renda?

Valéria da Conceição:

Boa tarde Bruno, a definição de Políticas Públicas de Trabalho e Renda, é... Pra mim é a integração da sociedade civil organizada na administração do sistema público de emprego, mas infelizmente isso não acontece, né? Sempre vem de cima pra baixo a imposição do governo.

GTPS:

O que é a Comissão Municipal de Emprego?

Valéria da Conceição:

São estâncias colegiadas de caráter permanente deliberativo com composição tripartite e paritária.

GTPS:

Qual o papel da Educação Profissional na Política Pública de Trabalho e Renda?

Valéria da Conceição:

O papel da Educação Profissional na Política Pública, Bruno, de Trabalho e Renda é fundamental, pois organiza e estuda o caminho da qualificação dentro do mercado de trabalho do município, então isso é muito importante, entendeu? Essa integração da Política Pública de Emprego e Renda.

GTPS:

Como a CME está estruturada?

Valéria da Conceição:

Ela está estruturada da seguinte maneira, ela é constituída do seu presidente, de uma secretária executiva, ela é formada... é... Pela bancada dos trabalhadores, através dos sindicatos, é... Do governo, através da Secretaria Municipal de Emprego e das Secretarias e do Sistema Único de Emprego que é o SINE e das Federações que representam os empregadores.

GTPS:

Quais as atividades desenvolvidas pela CME?

Valéria da Conceição:

Qual é o número? No momento, os representantes estão envolvidos para gerar a escolha da realização das demandas dos cursos do PLANTEQ /2007 e a realização de um fórum municipal, sobre seminários, sobre qualificação profissional e sobre empregabilidade. No momento é isso que a Comissão está empenhada.

GTPS:

E durante o período que você está participando da Comissão, quais as atividades que a Comissão desempenhou?

Valéria da Conceição:

Olha só, infelizmente nesses... Nesses três anos que eu participo da Comissão Municipal de Emprego, a gente não tem visto a nossa Comissão, ela... Criar algo que a gente pode falar assim, a... A Comissão tá investindo nisso, a Comissão tá criando isso pra gerar emprego, pra gerar qualificação no Município, fora essas demandas que eu te falei anteriormente.

GTPS:

A CME faz algum tipo de levantamento da demanda por qualificação profissional?

Valéria da Conceição:

Faz levantamento através do banco de dados do SINE e da Secretaria Municipal de Emprego, é... O que eu tenho conhecimento é através desses bancos de dados.

GTPS:

Como se dá a definição dos cursos desenvolvidos e a contratação das instituições executoras?

Valéria da Conceição:

A escolha dos cursos é de acordo com as análises de cada bancada, mas as definições dos cursos desenvolvidos fica a cargo da SETRAB. É a SETRAB que fala, vai isso, não vai isso. As instituições executoras, pelo que eu tenho conhecimento, fica a cargo da Superintendência de Qualificação Profissional. É ela que vê quais as instituições que vão executar os cursos em cada município.

GTPS:

E quanto à qualidade desses cursos, como a SETRAB ou a CME fiscaliza a qualidade dos cursos ministrados?

Valéria da Conceição:

Até o presente momento Bruno, eu não tenho visto nenhuma fiscalização, nem por parte da SETRAB, nem por parte da Comissão. Isso eu desconheço, á... Que falar fiscaliza... Eu não tenho visto isso. Nesses três anos, a gente vê que nenhum conselheiro vai num curso, às vezes... Às vezes termina o curso e a gente nem sabe que o curso foi realizado por aquela instituição. Então, fica muito difícil fiscalizar, né? Você não sabe nem quais são as entidades que vão executar os cursos quanto mais fiscaliza-los. É uma total omissão tanto da SETRAB quanto da nossa Comissão Municipal de Emprego.

GTPS:

Como se dão as relações entre os diferentes representantes da CME?

Valéria da Conceição:

A... O relacionamento é muito distante, a gente só se encontra uma vez por mês. Você... Você participou de várias... De algumas reuniões nossa, né? E você vê é muito distante, a gente não tem entrosamento, quando a gente vai... A... A pauta... Nem ata tem a reunião. É muito jogado. Então não tem... Eu não vejo relacionamento nenhum. Existe sim, uma ligação de uma bancada com a outra, individualizada. Eu com um, outro com outro, mas não assim, geral. Não existe isso.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e a SETRAB/RJ?

Valéria da Conceição:

É até difícil eu falar isso, por eu representar hoje, o Sistema Nacional de Emprego, a Secretaria de Trabalho, mas infelizmente é uma relação de cima pra baixo. Até o ano passado no PLANTEQ/2006, a Comissão de Nova Iguaçu, ela teve setenta e dois cursos é... Requeridos pelo Município, pelos conselheiros, pelas três bancadas e na primeira etapa... No primeiro momento a SETRAB, ela... Aprovou os setenta e dois, mandou depois vinte e dois pra uma análise, falando que esses vinte e dois seriam aprovados, que viriam pro Município. Dos vinte e dois cursos que a SETRAB mandou pro município, não vieram os vinte e dois, vieram seis, seis cursos executados do PLANTEQ de 2006, que foram três dentro da demanda da nossa Comissão e três que veio aleatoriamente, que a gente não sabe da onde saiu, que não tem nada a ver com o Município. Então, infelizmente é uma relação de cima pra baixo, uma relação sem comprometimento, muito difícil. É difícil, eu espero que com a mudança desse governo, com a nova gestão da SETRAB, o PLANTEQ/2007 seja diferente pro Município de Nova Iguaçu, porque não pode um Município de quase novecentos mil habitantes ter três cursos de sua demanda e três cursos que não tem nada a ver, entendeu? Então a gente espera que com essa nova gestão da SETRAB eles olhem com carinho pra Nova Iguaçu e mude essa realidade do Plano de Qualificação Profissional no Estado do Rio de Janeiro e principalmente o nosso, né? Município aqui de Nova Iguaçu.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e o Movimento Sindical?

Valéria da Conceição:

Ah! Eu acho que é uma relação de compadres, né? Como é... Que que é isso? Tem sindicatos que, é... É... Que... Que é participativo, tem sindicatos que não é participativo, então é... É sobre isso que você tá me perguntando, né? Então... Então é muito complicado, é... Tem sindicato que se empenha, tem sindicato que não se empenha, tem representantes que são participativos, tem outros que vem e não estão nem aí. É muito difícil, a Comissão fica comprometida, quando ela não tem os seus representantes realmente envolvidos com a situação. Então eu acredito isso, em relação aos sindicatos.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e os organismos de representação do empresariado?

Valéria da Conceição:

Eu vejo assim o... a... o... As Federações, né? Que representam os... Os empregadores, eles são muito é... Presentes, eles são presentes, participativos, eu não sei porque? Eu acho que de todo mundo, eles são os que mais dão opiniões, eles são os que mais trazem é... Respaldo pra mudar a situação da qualificação, por até mesmo eles terem é... Muitas das vezes concorrente, né? Como é... Executores dos próprios cursos pela Setrab. Eu não sei se há um interesse maior por causa disso, né? Porque os... As confe... As Federações como o... o... O Sebrae, a própria FIRJAN, eles muitas das vezes participam do Plano de Qualificação como executores. Então através disso ou por isso, eles tenham mais interesse, entendeu? Eu acredito no meu ver, que seja isso, por eles ser tão presentes e atuantes.

GTPS:

O interesse e o envolvimento dos representantes são iguais ou tem algum segmento que se envolve mais que outro?

Valéria da Conceição:

Como eu acabei de te falar, é... Tem segmento que se envolve mais, tem segmento que se envolve menos, isso depende assim do ponto de vista de cada um. É a gente se envolve na medi... A SETRAB... A SETRAB, é... A gente simboliza, é... Representa o Sine. Então, eu como membro do Conselho, eu vou sempre puxar pra que? Pra que venha haver uma empregabilidade, pra que venha haver mão-de-obra qualificada no Município, porque eu trabalho no setor de captação de vagas do Sine, então, a gente sempre fala que a nossa maior dificuldade

é... Não ver Políticas Públicas de Emprego geradas pra facilitar a vida do trabalhador, porque isso não é só em Nova Iguaçu, é em toda a Baixada Fluminense. Hoje a Baixada Fluminense tem a maior a... A passagem mais cara do Rio de Janeiro, o... O trabalhador ele sai daqui pro Rio, ele não é contratado por causa da modal. A modal de Nova Iguaçu pro Rio é três e noventa. O cara anda de Sepetiba ao Rio, que é um percurso quase duas vezes maior do que o de Nova Iguaçu e paga um e noventa. Então, o... O empresário lá pode fazer isso e o da Baixada Fluminense não pode, então a população da Baixada Fluminense sofre essa dificuldade e as pessoas não tão nem aí. Então, eu acho que se houvesse uma maior conjuntura das Comissões, de todo mundo, eu acho que melhoraria muito isso e mudaria essa situação.

GTPS:

Das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a geração de emprego e renda, quais apresentaram maior eficácia?

Valéria da Conceição:

O! Bruno, eu não vejo a Comissão desenvolver ou criar algo voltado para a questão de emprego e renda. Hoje, é... Nós temos a passagem como eu voltei a frisar pra você, que a maior dificuldade hoje do morador do Município de Nova... Eu tenho que falar da Baixada, mas eu tenho que falar de Nova Iguaçu, correto? Hoje é a modal, a gente vai gerar emprego e renda como? Como? Se você não dá condição mínima, que é uma passagem pro cara sair de Nova Iguaçu e ir pro Rio. Nova Iguaçu em termos de indústria, tá fechado. Eu trabalho diretamente com emprego e mão-de-obra e a gente fica numa situação muito difícil quando as empresas ligam pra gente, no setor de captação de vagas, e fala ah! Eu queria um funcionário assim, assado, a gente tem até a pessoa, mas quando ele fala, ah! É morador da Baixada, paga uma passagem de três e noventa, ele fala não, a gente só paga uma modal. Então, eu não vejo no momento nada que a gente possa fazer a nível de Município, a nível de Comissão, que mude essa história do trabalhador iguaçuano, do trabalhador da Baixada Fluminense, é muito difícil.

GTPS:

Como se dá exatamente a articulação entre as ações de qualificação e as de geração de emprego e renda?

Valéria da Conceição:

As articulações no meu visto de... Ao meu ver, de qualificação profissional e geração de emprego e renda, elas não podem caminhar separadamente, porque uma interliga a outra. Então devido a demanda de mão-de-obra qualificada nos diversos setores de nossa economia, elas tem que andar conjecturada, então tem que haver uma articulação maior do Município, das bancadas é... De todos e fazer com que haja realmente uma ligação entre qualificação profissional e geração de emprego e renda, que hoje a gente só vê realmente no papel, a gente não vê as pessoas imbuídas, voltadas, os governos, o que for, pra fazer essa junção do povo qualificado com qualidade de vida, isso a gente não tem visto.

GTPS:

Como são escolhidos os representantes do governo na CME?

Valéria da Conceição:

Os representantes do Governo é... É escolhido da seguinte forma, eu represento o Sistema Nacional de Emprego que é o SINE, então eu fui escolhida por eu estar na ocasião na chefia da agência e de mim... Aí eu peguei um funcionário que tinha maior desenvolvura, que gostava de reuniões, que tinha maior envolvimento com a comunidade, tinha desenvolvimento social, então eu escolhi ele, é eu e mais ele, mais outro, né? Então foi assim que foi a escolha do governo.

GTPS:

Quais os problemas encontrados no funcionamento da CME?

Valéria da Conceição:

Primeiro... Pra mim, primeiro é a ausência de alguns representantes, chegando muita das vezes... É faltando, sendo omissos, não comparecendo e muita das vezes por causa disso não havia nem quorum nas reuniões, então isso já começava... Já começa... Você vai pra uma reunião, que você muita das vezes já sabe que não vai ter quorum, então isso aí... Eu acho que é a primeira coisa que tem que ser mudada de imediato, é ter quorum nas reuniões da Comissão Municipal de Emprego e a falta de um maior contato entre a Comissão e a SETRAB, porque é... São notícias que um passa pra outro, que não tem nada a ver é... Totalmente fora do contexto. Então eu acho que se houvesse uma maior interligação da SETRAB com a Comissão de trabalho... Com a Comissão Estadual de Emprego, eu acho que também mudaria muitas coisas.

GTPS:

O que você acha que deveria ser modificado para a CME desempenhar melhor o seu papel?

Valéria da Conceição:

Eu acho que deveria haver um maior intercâmbio entre as Comissões de... De cada município entre si e também com a Comissão Estadual de Emprego, fazendo um intercâmbio de experiências, do que uma faz, do que a outra faz, do que deu certo, pra que... Que o que deu certo em uma fosse trazido pra outra, pra haver uma maior integração de toda a Comissão da Baixada com a Comissão Estadual e isso iria crescer tanto o Município como o Estado em relação às Comissões Municipais de Emprego.

GTPS:

O que a CME ainda não realizou que você acredita que deveria realizar?

Valéria da Conceição:

Ah! Tantas coisas. Deveria realizar no meu ver, que o que a gente só fala, fala muito, em workshop, fala muita coisa de fórum, de palestras, de seminários. Isso a gente fala, mas botar na prática... Nem no papel, é do papel e da falação, mais na prática não é feito. Então, a gente

não sabe, o que realmente ia dar certo, porque só se é falado. A gente vai em reunião, reunião, reunião e a gente não vê isso concluído, concretizado. Então, fica muito vago, tudo que a gente faz na Comissão é muito vago, sabe?

GTPS:

Tem alguma informação que você gostaria de acrescentar?

Valéria da Conceição:

Eu queria acrescentar, que esta Comissão como todas as Comissões tivessem por principal finalidade a atuação... Atuar de forma conjunta com todos os níveis de governo, na implantação de programas voltados para geração de emprego e renda. Se nós tivermos isso, uma consciência plena sobre isso, então a gente vai mudar essa situação da empregabilidade, é... De tudo que a gente vê que, que pode ajudar o trabalhador, o desempregado e a gente vai realmente fazer Políticas Públicas de Emprego, coisas que não tem sido feita.

GTPS:

Muito obrigado pela entrevista. Gostaríamos de saber se podemos ficar à vontade para utilizar este material para fins de análise científica e, se necessário for, utilizá-lo em nosso relatório de pesquisa.

Valéria da Conceição:

Com certeza, eu só quero pedir desculpa pelo... É... Até... Pelo meu nervosismo, que a gente ficou até assim, né? Que a gente nem é... Muito tempo que a gente não é entrevistado, eu sei que não vai pra jornal, não vai pra nada, mas, eu só tenho que te agradecer, porque eu aprendi muito com você também Bruno é... Você sabe mais de Comissão do que eu.

GTPS:

Obrigado Valéria.

ANEXO VII

Entrevista com Tiago Nunes da Cunha Filho, diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e Mobiliário de Nova Iguaçu, representante dos trabalhadores na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu, realizada em 15/05/2007, às 18h, no Sindicato citado.

*Por José dos Santos Souza &
Bruno de Oliveira Figueiredo*

GTPS:

Boa noite Tiago, como você define Política Pública de Trabalho e Renda?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Eu defino Política Pública de Trabalho e Renda, como um incentivo a... A legalização das construções, com a urbanização da cidade pra... Pra que atraia investimentos, que no nosso caso, na construção civil. É isso que eu defino como Política Pública de Trabalho, é o poder público fazer a sua parte. É porque quando você tem uma cidade estruturada, com um bom transporte, uma cidade saneada, uma cidade que tem água, uma cidade com um baixo índice de violência, você atrai a iniciativa privada, pra construir edifícios, pra montar fábricas, pra trazer indústrias pro local, isso é o que eu considero em Política Pública de Emprego e Renda. Eu não sou muito a favor daquela política de isenção de impostos pra trazer indústria pra cá não. Por que o cara pega aí dez anos de isenção aí faz uma baita indústria aqui emprega cem trabalhadores e quando acaba o período de isenção dele, ele fecha a fábrica e vai embora. Então, pra mim Política Pública é o poder público fazer a sua parte, pra trazer boas empresas pro município pra gerar emprego e renda.

GTPS:

E essa Política Pública de Trabalho e Renda, em torno de gerar emprego, então você vê como um incentivo na estrutura, maior do que na própria qualificação profissional ?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Não. Não vejo como maior, você me perguntou como eu defino Política Pública de Trabalho e Renda. É o governo fazendo a sua parte, o poder público fazendo a sua parte, de infra-estrutura do Município, que eu falo em Município porque a gente tá tratando da nossa Cidade, quer dizer fazer a sua parte. A qualificação profissional é algo mais, de certo nós temos trabalhadores qualificados de vários setores e alguns outros que precisam. Aí, eu chamo de política de qualificação, não uma política de geração de renda, uma coisa completa a outra. Quando você tem uma política de geração de emprego, automaticamente você vai gerar uma também uma política de qualificação.

GTPS:

O que é a Comissão Municipal de Emprego?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

A Comissão Municipal de Emprego, aqui em Nova Iguaçu, ela é um órgão que onde a gente se encontra pra conversar. Porque é inoperante e não tem... Não tem tido a serventia que deveria ter, pra o que foi criado a Comissão. Pra mim, a Comissão hoje pra mim é um clube, onde a gente se encontra uma vez por mês.

GTPS:

Eu vou repetir, então, o que é a Comissão Municipal de Emprego?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Vamos pra definição do que é a Comissão. É um órgão, o que ela deveria ser, um órgão que fomenta, né? Política Pública de Geração de Emprego e Renda, um órgão pra fiscalizar a qualificação profissional, as verbas que vem pra qualificação, que vem do Governo Federal, do Governo Estadual. Esse seria o conceito do que é a Comissão Municipal de Emprego, outra coisa é... Como ela é na prática.

GTPS:

Ela então, na sua opinião ela não...?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Ela não exerce a função pra qual foi criada.

GTPS:

Qual o papel da Educação Profissional nesta política? Na Política Pública de Emprego e Renda, no caso.

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Tá. É melhorar a qualidade do trabalho, né? E a... Desculpe... E atrair mais ainda empresas, quando você, se você como empresário, você sabe que aqui nessa cidade, você tem muita mão de obra qualificada, você vai preferir se instalar aqui do que do lado onde tem pouca qualificação, então é fundamental a qualificação, pra geração de emprego.

GTPS:

Como a CME está estruturada?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Deixa eu ver se eu entendi, ela tá estruturada... Sim ela tem o... Como é que eu vou dizer? São duas bancadas, três bancadas, desculpe, a bancada governamental, a bancada empresarial e a bancada da sociedade civil, que é representada basicamente por sindicatos, a sociedade civil. Ela é representada por estruturada em três bancadas, daí tem presidente, vice presidente e secretário e plenária, que são os outros que não tem cargo definido.

GTPS:

Quais as atividades desenvolvidas pela CME?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Atividades desenvolvidas pela Comissão, pra te dizer nenhuma. Ela fica a reboque, quando por exemplo a CDL faz algum evento, a Comissão tá lá junto, se a FIRJAN faz, a Comissão está junto, mas a Comissão por si, ela num cria eventos, ela num... Num conheço atividades, da Comissão Municipal de Emprego.

GTPS:

Ela não tem atividade específica?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Não.

GTPS:

A CME faz algum tipo de levantamento da demanda por qualificação profissional?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Não.

GTPS:

Como se dá a definição dos cursos desenvolvidos e a contratação das instituições executoras?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Não passa pela Comissão Municipal de Emprego. Foi o que eu te falei da outra vez, normalmente chegam aqui o presidente da Comissão, o Secretário de trabalho, liga pros membros da Comissão desesperados, se a gente tem alguma coisa do nosso setor pra indicar? Porque chegaram alguns cursos do Estado e tem até amanhã ou depois de amanhã pra preencher as vagas, é assim que funciona. Não tem uma coisa estruturada, programada, não é a Comissão Municipal que busca os cursos aqui... Que tem a verba ou fiscaliza a verba da Prefeitura, pra definir com os atores da cidade os cursos que precisa fazer... O levantamento da demanda que você falou, pra fazer. É sempre ao reboque de alguém, ou do Estado ou de alguém que tem algum curso pra fazer.

GTPS:

Então, você estava falando sobre a pergunta que eu fiz, sobre a definição dos cursos desenvolvidos e a contratação das instituições executoras. Então como se dá?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Elas não são contratadas pela Comissão. Normalmente quando os cursos chegam pra Comissão, a instituição já foi contratada. A Comissão só procura os seus parceiros, ou seja, os membros da comissão pra indicar alunos, porque já tem a contratação de quem vai ministrar o curso.

GTPS:

E como a Comissão reage a isso?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Não reage, por isso que eu tou me afastando da Comissão, porque não reage.

GTPS:

E quanto à qualidade desses cursos, como a SETRAB ou a CME fiscaliza a qualidade dos cursos ministrados?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

A Comissão fiscalizou um ano, eu sei que fiscalizou e a conclusão foi aquela que eu já falei, é horrível, é péssima, a qualidade. É horrível, não qualifica nada nem ninguém. São normalmente Ongs, que são criadas para ganhar dinheiro às custas da qualificação profissional. Eu vou te dar um exemplo, tem alguns cursos aí, que são ministrados pela SETRAB, é pagos pela SETRAB, né? Com verbas do Ministério do Trabalho e outras não, é o basicamente de telemarketing, que tá muito na moda hoje que ninguém aprende nada. Eu tenho uma funcionária que foi contratada por que tinha curso de telemarketing, ela não sabe nada de atender telefone, fez um desses cursos de telemarketing. Você vai uma vez por semana, uma hora por semana, no final do curso você tem acesso ao computador. Você não aprende nada, a qualidade é a pior possível.

GTPS:

Em todos os cursos que são implementados?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Todos os cursos. O Governo Federal precisa urgentemente criar uma força tarefa, pra fiscalizar isso. Eu preferia que acabassem do que continuar como tá, porque só tá jogando nosso dinheiro fora.

GTPS:

Como se dão as relações entre os diferentes representantes da CME?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Muito bem, muito boas relações.

GTPS:

Não há divergências?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

As divergências às vezes de opinião nas reuniões, mas a relação é boa, muito boa mesmo.

GTPS:

São divergências são pontuais e não divergências estruturais?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Pontuais é... Não. Não são estruturais nem políticas.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e a SETRAB/RJ?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Não sei te dizer, porque normalmente a relação se dá somente com o presidente.

GTPS:

Não é passado esse conhecimento então?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Não.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e o Movimento Sindical?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Boa, eles ouvem as nossas reclamações, só não tem força de reação.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e os organismos de representação do empresariado?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Também é boa e eles fazem as mesmas coisas que nós, reclamam sempre da qualificação que não é boa, sabe? E... Numa vez a Comissão reagiu, num projeto que tinha, chamado Projeto Integrar e que qualificava, prometia qualificar três mil alunos por ano, com duas salas de aula de vinte e cinco alunos cada. Aí o setor empresarial pulou e a Comissão toda apoiou e nós não referendamos, a Comissão não referendou. Eles fizeram, porque aqui em Nova Iguaçu, porque eles tinham verba Federal, mas sem o referendo da Comissão. Porque o empresariado foi o primeiro a pular e perguntar, como é que eles iam qualificar três mil se eles tinham duas salas de vinte e cinco?

GTPS:

O Projeto Integrar é aquele promovido pela CUT?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

É, pela Federação dos Metalúrgicos da CUT, que é um tremendo engodo. Eu fui palestrante daquele curso, um tremendo engodo. Sabe como é que eles qualificam três mil? Juntavam um grupo de pessoas fim de semana, colocavam num grande espaço e eu dava palestra, é... O parlamentar dava palestra, algumas pessoas com alguma atividade na sociedade, ia lá e dava uma palestra e contava como qualificação. Aí no final do ano três mil pessoas foram qualificados.

GTPS:

O interesse e o envolvimento dos representantes são iguais ou tem algum segmento que se envolve mais que outro?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Olha aí assim. Eu não posso nem te dizer hoje, porque eu estou desinteressado, desestimulado. Sabe? Antigamente todos nós tínhamos o mesmo interesse, mas eu acho que alguns já estão como nós aqui, totalmente desestimulados.

GTPS:

Essas votações em ações da Comissão, então elas são feitas em forma de consenso em prol das ações?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

É são feitas votações e às vezes há até divergências e ganha quem tiver mais voto, mas normalmente tem consenso. Há o debate que normalmente se chega ao consenso, porque não existe disputa na Comissão, porque não tem o que disputar. Ninguém vai disputar nada.

GTPS:

Mas não é estranho um espaço onde existem empresários, trabalhadores e governo e não ter disputa política?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Porque não tem o que disputar, vai disputar o quê? Não tem verba, não tem curso de qualidade, não somos nós, não é a Comissão quem gerencia os cursos, quem indica os cursos, vai disputar o quê? Você disputa alguma coisa, poder, dinheiro, espaço, mas não tem o que disputar. Disputar vaga, eu quero mais vaga, mas não tem o que disputar vai disputar o quê?

GTPS:

Das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a geração de emprego e renda, quais apresentaram maior eficácia?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Nenhuma, não tem nenhuma.

GTPS:

Como se dá exatamente a articulação entre as ações de qualificação e as de geração de emprego e renda?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Eu volto a dizer, não se dá, porque o pessoal que é qualificado, entre aspas, não encontra espaço no mercado de trabalho, porque não tem qualificação. Qualificação é um engodo. Infelizmente o nosso país é assim, eu vou te dar um exemplo que. Vou tomar muito tempo de vocês. Quando foi criado, quando surgiu a multa dos quarenta por cento, que era para evitar demissões, o seguro desemprego, o escopo do projeto do... Do legislador, dizia que a pessoa fosse mandada embora, tinha que receber seguro desemprego, teria que frequentar curso de qualificação durante aqueles cinco meses, cadê então? Aí o cara tinha que realmente se qualificar ou requalificar durante o período que ele tivesse recebendo o seguro desemprego, isso não existe. O que existe são esses cursinhos de uma vez na semana, duas vezes na semana, só pra justificar, gastar o dinheiro, pra nada. Na hora que fizer uma CPI nas Ongs dos cursos de qualificação, você vai ver quanta gente vai perder os cabelos. A hora que tiver uma CPI da qualificação profissional.

GTPS:

Como são escolhidos os representantes dos trabalhadores pra Comissão?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Olha só, nós quando fomos... Nós fomos convidados. Quando começamos na primeira vez que integramos a Comissão, nós fomos convidados pelo Poder Público a participar, por sermos um Sindicato atuante na Cidade e é o Governo ao qual nós éramos oposição e pela nossa atuação na Cidade, né? Nos convidaram pra participar desse Conselho. E o indicado da instituição é na reunião de diretoria por consenso. A reunião, a diretoria se reúne pra indicar quem vai participar do Conselho, da Comissão.

GTPS:

Existem Municípios onde a representação se dá pelas centrais sindicais e isso não ocorre em Nova Iguaçu?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

É... Aqui quando eu fui convidado me disseram inclusive isso, que a CUT já tinha um representante, na época nós éramos filiados à Força Sindical, era bom que tivesse alguém da Força também e nós éramos um Sindicato atuante e tal, aí fomos convidados. Hoje eu não sou da Força Sindical.

GTPS:

Mais existe esse princípio que os representantes dos trabalhadores sejam equanimemente distribuídos entre as Centrais?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Não. Não, não. Porque não tinha ninguém da CGT na época, só tinha... Tinha eu acho que dois ou três da CUT e eu da Força. Aliás tinha na época, tinha um da CGT quando era os Rodoviários.

GTPS:

O Sindicato hoje, não está filiado a nenhuma central?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Nós hoje, somos da Nova Central Sindical

GTPS:

Nova Central Sindical?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

NCST

GTPS:

NCST?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

É. Nova é nome mesmo, ah! Por que nova, não? O nome é Nova Central Sindical.

GTPS:

Quais os problemas encontrados no funcionamento da CME?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Todos esses que eu já te falei.

GTPS:

O que você acha que deveria ser modificado para a CME desempenhar melhor o seu papel?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Ela realmente fiscalizar as verbas que vem do Governo Estadual, do Governo Federal ou do Governo Municipal, fiscalizar, é... As instituições que ministram os cursos de qualificação, ter poder de veto, ter poder de suspensão do curso, isso sim faria... Eu me sentiria altamente gratificado, em participar dessa Comissão, eu ficaria muito entusiasmado, se eu pudesse botar pra correr todos os canalhas que roubam o dinheiro público, fingindo que tá ensinando alguma coisa pra alguém.

GTPS:

Por que a Comissão não exerce o papel, uma vez que é este o papel que está previsto para Ela? Como você vê isso? Qual a sua opinião?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Eu vou fazer a meia culpa, tá. Eu nunca, talvez até por ter várias atividades, eu nunca quis assumir a presidência da Comissão, talvez se eu tivesse assumido essa Comissão, talvez fosse mais fácil de eu te responder isso porque eu ia criar um banzé nesse negócio, uma confusão, porque já é da minha natureza, mas eu posso, não sei te responder, porque quem assume a presidência as pessoas, são as que assumem, não gostam de muita polêmica, sabe? Polemizar com a Comissão Estadual, com os Prefeitos, tá. Quando a bancada é governamental sempre é um secretário que é o presidente. Então o pessoal gosta muito de contemporizar, ficar tudo bonitinho, o que não é muito do meu feitio, ou é ou não é. Então sim, eu admito que eu também tenho culpa, por não bater de frente, com essa estrutura.

GTPS:

Então, você crê que a Comissão acaba não acaba não assumindo o seu papel, porque nenhum dos segmentos está disposto a enfrentar os conflitos?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

É exatamente. É exatamente. Eu acho que nenhum segmento está disposto a ir pra linha de frente e tentar desarticular isso.

GTPS:

Então, de alguma forma você concorda que o conflito entre os segmentos da Comissão existe, ele apenas não é enfrentado?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Não, não existe conflito entre os segmentos, nenhum segmento se propõe a ir pra linha de frente, não existe conflito entre nós. Conflito eu entenderia assim, se o empresariado quisesse ir, nós recuássemos ou o governamental recuasse, mas é que ninguém tomou essa dianteira. Tá todo mundo lamentando que não tem, que não tem, que não tem e acaba ninguém fazendo nada.

GTPS:

O que a CME ainda não realizou que você acredita que deveria realizar?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Fiscalizar de verdade e denunciar todas as irregularidades, não ficar só no âmbito da Comissão, sabe? Entre nós discutindo o que tá errado, o que a gente faz, todo mundo concorda que tá errado e não tomamos atitude. Precisamos, a Comissão precisa denunciar, essas ações, ir a público, denunciar a Polícia Federal, a Câmara dos Vereadores, a imprensa falada, escrita, o que for e denunciar o que acontece, porque a Comissão não participa disso, dessa sujeirada, nenhum segmento, mas também acho que se omite, pecamos por omissão.

GTPS:

E quem se beneficia?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Os canalhas, as Ongs, as falsas ongs é que se baneficia.

GTPS:

E de alguma forma o Poder Público tem algum benefício políticoem relação a inoperância da Comissão?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Eu acho que não, tem prejuízo, o Poder Público tem prejuízo, o grande problema está em cima na Comissão Estadual e no FAT que é quem libera o dinheiro, tá e que não exerce e que nem sequer cobra das Comissões, que faça essa fiscalização, entendeu? É sim, é muito conchavo na ora escolha das ongs, não tem um concurso público, um edital legal pra ser cumprido, normas rígidas pra ser cumprida, o próprio escopo dos editais, eu acho que não contemplam uma qualificação verdadeira, porque senão alguém já tinha levantado a voz. O cara apresenta lá um projeto de quarenta horas pra um curso de telemarketing, isso é brincadeira, uma vez por semana. Então, qualificação é qualificação, é você pegar o cara, é o que o SENAI fazia antes e era de graça. É você ia fazer um curso de refrigeração eram seis meses. Seis meses você sala de lá sabendo refrigeração.

GTPS:

Tem alguma informação que você gostaria de acrescentar?

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Eu acho que eu já falei tanta coisa ruim, mais nada a acrescentar, sabe? É porque, é deprimente, mas eu posso acrescentar alguma coisa, por exemplo, refinaria de Itaboraí. Vão ser criadas, vai ser criada uma escola técnica pra qualificar o pessoal, enquanto não constrói a escola técnica, tá se vendo espaço em escolas, em igrejas, pra dar qualificação profissional e eu te garanto que vai ser qualificação, porque a PETROBRÁS tá na frente. É... Escola técnica Federal tá na frente, a FAETEC que tá a frente. É isso que é qualificação, é isso que, precisa é acabar com o cursinho de Ong, com o cursinho de ong. Vou te acrescentar mais alguma coisa, só não vou te citar o nome, porque são parceiros, não é ong são parceiros, tem uma parceria com o Poder Público e o Banco do Brasil e até tava essa semana uma matéria imensa no jornal, sobre inclusão digital. Eu te convido a frequentar os centro de inclusão digital e os cursos de inclusão digital das ongs, aí você vai ver todo mundo mexendo no cursor, faz um cursinho de seis meses e depois manda ele digitar. Não sabe. Que qualificação é essa? Se você for fazer um teste numa empresa o cara manda você digitar uma carta, você não sabe, você não sabe digitar, você só sabe mexer com o cursor, mais nada. Aí o cara te ensina Word, Excel, não sei o que, mais não te ensina a digitar. Esse clube que eu to indo pra reunião, estamos mantendo, montando lá um centro de inclusão digital. Então, tem dois voluntários pra dar aula lá, primeira coisa é essa ó, nós vamos começar o curso com digitação e não vamos aceitar o que é feito por aí e é gratuito, nós tamos conseguindo os computadores com empresas privadas, computadores novos, não é como o Banco do Brasil que tá dando os computadores que eles já não querem mais, tamos fazendo o projeto conseguindo os computadores novos, vamos montar esse centro lá e vamos começar pela digitação, porque como é que eu vou te ensinar informática se você não sabe digitar rapaz, você nunca viu nem uma máquina de escrever na sua frente, aí eu te ponho ali no computador posso até tirar o teclado porque você não usa ele, eu só uso o cursor. Isso é uma vergonha, isso é uma vergonha. Então a minha esperança é que um dia a gente teja em todos os lugares igual vai estar agora em Itaboraí, pelo menos eu acredito, pelo o que eu tenho visto e escutado, que serão ampliados cursos. Com a PETROBRÁS já tem a sua faculdade, tem gente aí que vai fazer um concurso e aprovado vai receber pra ficar nove meses estudando na PETROBRÁS, pra poder trabalhar com o petróleo, isso pra mim é qualificação profissional.

GTPS:

Muito obrigado pela entrevista. Gostaríamos de saber se podemos ficar à vontade para utilizar este material para fins de análise científica e, se necessário for, utilizá-lo em nosso relatório de pesquisa.

Tiago Nunes da Cunha Filho:

Você pode fazer o que você bem precisar com ele, pode publicar onde você quiser, se quiser que eu assine eu assino, não tem problema, sou responsável por tudo que eu digo e assumo tudo que eu disse e que falo.

ANEXO VIII

Entrevista com Julio Cosme Castilho Teixeira, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas do Rio de Janeiro, presidente da Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu e representante dos trabalhadores nesta Comissão, realizada em 16/05/2007, às 17h, no Sindicato citado.

Por Bruno de Oliveira Figueiredo

GTPS:

Boa tarde Julio, como você define Política Pública de Trabalho e Renda?

Júlio Cosme Castilho Teixeira:

Eu defino que é uma uma necessário, não é? Esse trabalho tripartite, no sentido de trazer desenvolvimento, trazer é... Qualificação dos trabalhadores, condições né? Desenvolvimento econômico. Isso faz parte do processo de crescimento da Baixada e de Nova Iguaçu. Eu acho que é muito bom, é muito importante.

GTPS:

O que é a Comissão Municipal de Emprego?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

Na verdade é o que eu acabei de te falar. A Comissão Municipal de Emprego é uma é uma é uma comissão de representações que faz parte o governo, empresários e trabalhador uma são representações tripartite aonde é... Vai alternando, né? A cada ano né? A presidência da casa, na verdade, da comissão e que o interesse aqui é discutir projetos voltados à qualificação, a... Aperfeiçoamento né? Mão-de-obra qualificada né? Ediscutir também a possibilidade como adequar o município né? para as demandas no sentido da qualificação do trabalhador, é isso sem dúvida.

GTPS:

Qual o papel da Educação na Política Pública de Trabalho e Renda?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

É importante, porque, com a globalização, com a tecnologia, crescimento econômico né? É... Esse crescimento e desenvolvimento econômico do País os municípios tem necessidade de desenvolver uma política é voltada pro crescimento. E em politicamente é importante pra comissão de hoje, poder influir. O papel dela é justamente isso, é criar é condições, criar condições de crescimento, sem dúvida.

GTPS:

Como a CME está estruturada?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

Eu falei com você, ela esta estruturada em... como uma tripartite. Empresários, comissão de governo e representante dos trabalhadores, ela está estruturado nesse sentido.

GTPS:

Quais as atividades desenvolvidas pela CME?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

As atividades é debate, reuniões, é... Aprofundamento na questão da qualificação como eu já falei, discutir a necessidade do município, viu? Discutir é... No aspecto de desenvolvimento local, tanto comercial, industrial né? Quanto também no social como esse desenvolvimento eles conseguem envolver a mão-de-obra e sendo que uma mão-de-obra mais preparada com mais qualidade pra contribuir com o desenvolvimento local, do município.

GTPS:

Tem alguma ação especifica acontecendo no momento?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

Não o que nos vamos fazer é uma... é um seminário pra debater com a sociedade iguaçuana é... A responsabilidade da comissão o envolvimento de papel, de papel né? que a sociedade tem, dos sindicatos, das atividades nesse processo de debate né? Que seja feito seminário né? Que seminário é também no sentido de tentar transformar é... A CME em Conselho Municipal de Emprego, possa ter de fato os poderes decididos né? De intervir em vários projetos que envolve o trabalhador e toda sociedade enfim.

GTPS:

A CME faz algum tipo de levantamento da demanda por qualificação profissional?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

Faz, faz vários tipos.

GTPS:

Como é feito?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

É feito através de levantamento é no município. Através da... no município e seu desenvolvimento social e ver qual é a demanda que temos aqui, qual a necessidade da mão-de-obra especializada pra que possa fazer esse levantamento e por isso vai haver aqui e qual é a demanda aqui no município no aspecto de atender aqui na comunidade... Município né? O trabalho o trabalhador, é isso.

GTPS:

Como se dá a definição dos cursos desenvolvidos e a contratação das instituições executoras?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

(Não fez a pergunta)

GTPS:

E quanto à qualidade desses cursos, como a SETRAB ou a CME fiscaliza a qualidade dos cursos ministrados?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

Bom, a qualidade de uma certa forma, é uma boa qualidade. Não é tão ruim é uma boa qualidade, só que não é o nível né? De numero de curso que nos temos feito aqui. Mas, é uma qualidade boa. É PLANTEC, CEFET né? SENAI, FIRJAN são vários, são vários cursos aqui que... De uma certa forma é boa viu? E esperamos que estes cursos venham de fato cumprir o objetivo necessário pro município.

GTPS:

Mas a comissão faz algum tipo de acompanhamento e fiscalização nesses cursos?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

De certa forma fazemos, mas, nem tudo é vez, é passado ou é direcionado ou possa ter um esclarecimento da nossa sindicância, quer ver quando vai vê algumas coisas tão encaminhadas lá pelo Rio e o que a gente pode fazer é acompanhar no sentido de fiscalizar entendeu? De uma certa forma a gente faz isso mas com muita timidez porque não tem intercambio, entrosamento mais completo do ponto de vista da Comissão Estadual com Municipal.

GTPS:

Então há problema na comunicação da relação entre a SETRAB e a CME.

Julio Cosme Castilho Teixeira:

Sim...

GTPS:

Como se dão as relações entre os diferentes representantes da CME?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

A relação da Comissão de Emprego a relação? Uma relação tranqüila de respeito, de trabalho, de capacidade, enfim, tem uma relação muito boa.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e a SETRAB/RJ?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

É o que eu falei, é uma relação boa a partir que as coisas sejam bem claras, bem definida dentro dos critérios que o município necessita né? Fora disso a gente precisa se adequar a algumas questões né?

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e o Movimento Sindical?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

Na verdade um seminário responde a muitas questões porque o seminário é no sentido de rever a sociedade, ao voltar, voltar a sociedade o papel da comissão e como a sociedade pode intervir através da comissão nesses aspectos de questões de cursos, formações né? De propostas. Então o seminário é pra isso, não tão aqui mais duvidas, mas a relação entre a CME e o Movimento Sindical são boa, viu? O que nos vamos que fazer é estreitar mais essa relação.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e os organismos de representação do empresariado?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

A mesma coisa, os representan... A o seminário responde tudo isso, justamente estamos propondo o seminário pra isso. Hoje a relação é boa, mas ainda é muito afastado muito entesada ainda que não conhece, entende? O trabalhador do sindicato, como do governo, nem tanto, mas mais os empresários do que os sindicatos são muito afastados ainda principalmente os empresários da baixada que não percebem a necessidade de atuar, de participar, de desenvolver os projetos que ai estão.

GTPS:

O interesse e o envolvimento dos representantes são iguais ou tem algum segmento que se envolve mais que outro?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

Eu acho que todos eles, de uma certa forma, como o governo ta mais a ponto, de repente eu vejo verter uma coisa de espontaneidade mas, o que envolve de uma certa forma toda população mas num sentido geral todos eles tem um papel publico papel e todos eles dosem né? na medida do possível né? De capacidade de cada um, mas tem um passar muito boa, todos eles.

GTPS:

Das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a geração de emprego e renda, quais apresentaram maior eficácia?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

Na verdade elas são é... É assim, o custo que foi aprovado pela Comissão Estadual, no sentido que nos encaminhamos, são boa, mas ai é... A eficácia ela se torna boa e objetiva quando de fato a gente faz uma relação, do que o município tem feito, de várias demanda que o município tem e é encaminhado mas não é bem eficaz nessa relação por que? Porque são ao fato 20 cursos, 25 curso, 30 curso, 40 curso ou bem so me so me responde parou pra Nova Iguaçu apenas três quatro cursos então pouco pra necessidade de desenvolvimento da política do município, então a relação as vezes é muito complicada, existe dificuldade de entender que o município hoje dispõe de informações e nos temos capacidade de dizer isso mas que as vezes essa relação ela não é muito boa porque no ultimo curso que nos fizemos veio somente três cursos pra cá, e curso de uma certa forma, dentro do nosso planejamento não era necessário.

GTPS:

E das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a qualificação do trabalhador, quais apresentaram maior eficácia?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

Acho que de uma certa forma não... As que foram respondida estão realmente inteiro, foi uma boa eficácia, mas é as que não foram que não foram é contem, contemplada, acho que não houve eficácia não.

GTPS:

Como se dá exatamente a articulação entre as ações de qualificação e as de geração de emprego e renda?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

O interesse da instituição é integrar todos aqueles que faz qualificação, já integrar... Direto na questão de emprego tem que assinar o seu cargo, fazer qualificação, e ao fazer qualificação já tem direcionado direto com o banco de emprego pra que possa ser acionada a mão-de-o... A, transformar emprego a é, desocupado no mercado de trabalho, isso nos fizemos um convênio a... Comissão Estadual no sentido de fazer uma parceria como unificar as questões do SINE. Quer dizer que nos vamos tentar encaminhar a partir do SINE e qualificar a partir do SINE já encaminhar pra emprego.

GTPS:

Como são escolhidos os representantes do segmento dos trabalhadores na CME.

Julio Cosme Castilho Teixeira:

A CME tem a com... Convenção aí de trabalhadores né? Que é a comissão e o que nos tamos fazendo temos aqui é que essa comissão esse trabalhador que está na Comissão de Emprego entre nos aqui a gente faz uma reunião e discute a participação e reivindicação, mas a intenção nossa é fazer que seja feito de forma mais participativa por isso que o seminário também, vai apontar também, que a partir é... Da próxima mandato a gente fazer aqui uma conferência né? Conferência disponibilizar os problemas que dá um pouco mais de trabalho.

GTPS:

Essa explicação que você deu ela está relacionada aqui com o sindicato, mas como é que ela é feita no âmbito da comissão. A comissão é que faz a...?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

Não, é feito a conferencia e a conferencia é indicada as pessoas e a conferencia é feita debatendo, a conferencia pra tirar os representantes na CME e na conferencia que reivindica isso, a função nossa é fazer a próxima conferencia pra que possam indicar tanto particularmente o empresário ou trabalhadores e fazer um conselho pra encaminhar um vauche a Comissão Municipal de Emprego.

GTPS:

Quais os problemas encontrados no funcionamento da CME?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

Falta, muita má participação, falta o plantão, mas na atuum, mais eu ainda acho ainda que ainda não sentiram a necessidade e importância de atuar diretamente nas (???) da Comissão (???) cobrado, to fazendo a (???) notificar esse representante já a partir da próxima reunião que não participar, a gente tem feito reunião com todo mundo no sentido de cobrar. Faltou uma vez duas vezes três vezes (???) interno, automaticamente será substituído por outra entidade que já ta (???)

GTPS:

O que você acha que deveria ser modificado para a CME desempenhar melhor o seu papel?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

Mudar a CME pra Conselho Municipal de Emprego, um conselho gestor, onde este conselho, todos os termos como qualificação profissional de qualificação é... requalificação seja de fato passado num fórum democrático que é solução para que possamos ver qual é base e qual é as condições que esses cursos são feitos. O que não pode acontecer é que muitos cursos que são feitos talvez não passa pela comissão então a gente vê, o governo, seja os empresários, seja o caso (?????) então achamos que pra melhorar é preciso passar essa Comissão para o conselho e que ele de fato tenha a sua capacidade de gerir ou ser uma comissão de gestora desse processo de qualificação através (???) de pesquisa de mercado pra ver a necessidade de emprego.

GTPS:

O que a CME ainda não realizou que você acredita que deveria realizar?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

Primeiro fazer seminário, é importante fazer vem em primeiro lugar. Segundo é promover encontros, tanto dos empresários, tanto dos sindicalistas, tanto do governo pra que possa de fato ter a participação da sociedade na ordem desse tocante viu? E aí a comissão ter maior respaldo né? A partir do conceito do conselho o respaldo pra que possamos de fato discutir o que o município precisa mesmo e democratizar um pouco mais as discussões, é realmente é isso.

GTPS:

Tem alguma informação que você gostaria de acrescentar?

Julio Cosme Castilho Teixeira:

Eu acho que é importante é... as pessoas (???) acho que precisaria também, é... Ter de cada um e...dentro da sua da sua categoria né, do seu segmento é... quais atividades que é feita (???) metalúrgicos (?????) qual a atividade que tem feito dentro da sua reivindicação com o Movimento Sindical apoiando, qual a atividade. É feito encontro pra debater (????) acho que isso vai tornar importante a partir que você faça, (???) movimento (???) entidades (???)

GTPS:

Muito obrigado pela entrevista. Gostaríamos de saber se podemos ficar à vontade para utilizar este material para fins de análise científica e, se necessário for, utilizá-lo em nosso relatório de pesquisa.

Julio Cosme Castilho Teixeira:

Pode, pode usar não tem nada a ver, o importante também, se quiser perguntar uma coisa a mais (???) não tem problema nenhum.

ANEXO IX

Entrevista com Wilton José da Silva, Gerente Executivo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) – Unidade Nova Iguaçu, representante dos empregadores na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu, realizada em 17/05/2007, às 10h, no SENAI – Nova Iguaçu.

Por Bruno de Oliveira Figueiredo

GTPS:

Bom dia Sr. Wilton, como o senhor define Política Pública de Trabalho e Renda?

Wilton José da Silva:

Antes de responder eu queria só acrescentar que além de ser o gestor do SENAI eu também sou o gestor do SESI de Nova Iguaçu. Bom... Com referencia a política pública, né? Definir política pública de trabalho e renda, eu entendo ser um movimento de resgate de cidadania. É uma alternativa que o poder publico encontrou... Não ainda definitivo, né? Para a... É... Promover a ocupação organizada da, é... Dos trabalhadores. Tendo em vista a redução gradativa, né? Dos postos de trabalho dentro das empresas. Então, é uma alternativa da... Do poder público, para que as pessoas que não tenham essa condição de emprego formal possa ser empreendedores e gerar sua própria renda.

GTPS:

O que é a Comissão Municipal de Emprego?

Wilton José da Silva:

A Comissão Municipal de Emprego é um grupo que representa segmentos, segmentos organizado da sociedade e que tem como objetivo definir estratégias para que essa... A geração de emprego e renda seja efetiva na Região. Através de aplicação de... De estratégias no sentido de identificar eficazmente as demandas, né? E atendê-las. Não é uma... Um grupo executivo é um grupo de... É... Basicamente de assessoramento, porque esse grupo não é um grupo decisor.

GTPS:

Qual o papel da Educação Profissional na Política Pública de Trabalho e Renda?

Wilton José da Silva:

Bom o papel da Educação Profissional é fundamental pra política de... Pública de Trabalho e Renda. Se você não tem, é... Meios pra qualificar, é... O trabalhador pra que ele tenha uma iniciação no mercado de trabalho, naquela ocupação é... Você não promove essa política. Se você não qualificar a... As pessoas você tem dificuldade de promover uma a... Um desenvolvimento. Hoje com... Hoje não, já de muitos anos pra cá... Com o desenvolvimento tecnológico a cada dia que se passa, né? É... São exigidos do trabalhador novas... Novos conhecimentos, né? Ele tem que estar em perfeita sintonia com o mundo do trabalho, senão ele não tem oportunidades.

GTPS:

Como a CME está estruturada?

Wilton José da Silva:

Bom, basicamente ela é estruturada com representantes do segmento dos empregadores, dos empregados, do poder público. Isso dá equilíbrio para que todos esses... Esses seguimentos sejam representados e sejam considerados na programação é... Enfim de todos os eventos que essa comissão propõe pra ser realizada.

GTPS:

Quais as atividades desenvolvidas pela CME?

Wilton José da Silva:

Bom... Levantamento de... De necessidades da região, é... Busca de parcerias, é... Acompanhamento dos programas, elaboração de projetos para o PLANTEQ, apresentação da programação junto a comissão estadual de emprego, enfim, existe um conjunto de ações que a comissão municipal pode realizar. Eu considero estas que acabei de citar como as mais importantes.

GTPS:

Aí durante esse período é que o senhor participou da CME ela desenvolvia estas atividades?

Wilton José da Silva:

Desenvolveu... Desenvolveu.

GTPS:

A CME faz algum tipo de levantamento da demanda por qualificação profissional?

Wilton José da Silva:

Não existe. Não existe uma ferramenta pra que esse trabalho seja feito com forma exclusiva pela é... CME, nós aproveitamos dados é de... De indicadores de outras instituições, da própria Secretaria de Estado de Trabalho, da Secretaria Municipal de Emprego é... De trabalho, emprego. Da Secretaria de Desenvolvimento, dados do IBGE. A Comissão, ela não tem recursos, ela não tem como promover uma pesquisa

de campo pra identificar necessidades focadas, então aproveitamos toda a base de dados existentes dentro do Estado, que está disponível pra fazer essa... Essa análise. Agora aproveitamos também as informações que são trazidas pelos representantes de cada segmento que compõe a... A Comissão, dados vindos dos representantes dos empregadores, dados obtidos pelos representantes dos empregados e do poder público e isso faz com que a comissão local, afinal, tenha um... Tenham indicadores pra propor uma programação que venha atender as demandas da região.

GTPS:

Como se dá a definição dos cursos desenvolvidos e a contratação das instituições executoras?

Wilton José da Silva:

Bom, isso aí é uma... Acaba sendo uma caixinha de surpresas, porque normalmente a demanda, que é identificada, é muito maior do que os recursos que são disponibilizados, então o próprio SETRAB, é... Propõe as comissões, que seja feita uma adequação com prioridades é... Os programas a serem é... Contratados. Porque toda a programação é pelos recursos que estão disponibilizados, principalmente, é... Atualmente, não são suficientes para custear toda aquela programação que foi é... Definida como importante pra... Região. E como é... É... Feita a contratação. Bom, a própria Secretaria de Trabalho, ela faz... Ela tem um banco de dados, as instituições, é... Executoras fazem um cadastramento na Secretaria de Estado... Lá no SETRAB. Elas são selecionadas através de critérios próprios da... Do SETRAB e é... A própria Secretaria de Estado do Trabalho que faz o contrato com as instituições para a execução deste programa nas mais diferentes regiões do Estado.

GTPS:

Então isso aí não passa pela CME?

Wilton José da Silva:

Não. A rigor não passa, mas a CME normalmente ela... Ela é informada de que os programas... Dos programas que foram aprovados e das instituições que serão é... Que serão as executoras daqueles programas, então, existe aí... A partir desse momento existe um... Um relacionamento entre a Comissão, as instituições é... Designam um representante para ir procurar a Comissão, representar, apresentar o projeto. Como eles irão rea... Enfim, aí sim tem que haver realmente uma... Uma interface entre a instituição executora e a CME, pra que o programa possa acontecer e... De forma eficaz.

GTPS:

E esse entrosamento é feito?

Wilton José da Silva:

Normalmente acontece e tem ocasiões que a comissão é surpreendida com uma instituição no município ministrando um curso, né? Agora são aqueles problemas de comunicação, como é... Esse projeto, né? A cada ano ele ganha dimensões enormes, é... A história são possíveis, né? E já tivemos experiências aqui em Nova Iguaçu, programas acontecendo sem a comissão tomar conhecimento. Quando tomamos conhecimento acionamos o SETRAB, vamos visitar, aí cumprimos o nosso papel é designado uma subcomissão pra acompanhar, visitar as instalações do programa, entrevistar os treinandos e coisas desse tipo.

GTPS:

E quanto à qualidade desses cursos, como a SETRAB ou a CME fiscaliza a qualidade dos cursos ministrados?

Wilton José da Silva:

A qualidade é... Você diz que existem é... Movimentos que são reprimidos pelo próprio CODEFAT em que é... Se aplica, é... Uma visita técnica. Eu não gostaria de usar a expressão auditoria, nesses cursos, mas são contratadas as instituições para visitar os ambientes, conversar com os alunos, verificar se todo... Todo o programa está sendo cumprido inclusive de auxílio de transporte, alimentação, isso é feito um acompanhamento. O que é... Eu vejo como importante ainda até como... Faça parte no futuro como processo de aperfeiçoamento, é a... Uma informação da efetividade, ou seja, da colocação dos egressos desse programa no mercado de trabalho ou é... A sua jornada como empreendedor, trabalhar por conta própria, esses registros são muito difíceis de você obter, pra você me... Mensurar a... A efetividade, a qualidade, né? Enfim, o resultado. A qualidade você verifica no resultado, na aplicabilidade disso aí. Agora medição do curso é feita previamente na escolha das instituições, né?

GTPS:

Então fica a cargo do, em âmbito estadual?

Wilton José da Silva:

Em primeiro momento, em âmbito estadual.

GTPS:

A comissão então não...

Wilton José da Silva:

Ela não participa, desse momento ela não participa

GTPS:

Como se dão as relações entre os diferentes representantes da CME?

Wilton José da Silva:

É extremamente cordial. É... Os interesses são os mesmos. Não importa que sejam segmentos do poder público, dos empregados e os empregadores, a proposta é única e aí são... Destinados esforços de todos os segmentos para que, é... Se efetive, é... Aquela programação que foi definida, Não existe disputas. Não existe disputas. É um ambiente cordial, muito bom.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e a SETRAB/RJ?

Wilton José da Silva:

É uma relação formal e também não poderia ser diferente disso. A SETRAB fica responsável pelos recursos, né? Para a execução desses programas e, é... Pela aprovação dos programas, então ela é... Acaba sendo um... Um órgão decisor, né? De todo esse processo, porque a SETRAB tem que prestar contas ao CODEFAT, ao conselho, em Brasília da... Da destinação destes recursos, por isso que a gestão tem que ser, é... A mais efetiva possível e essa relação ela segue um caminho formal, para que a... Não haja qualquer é... Situação divergente, ou seja, que os objetivos, as propostas, os projetos sejam realizados efetivamente. Eu lembro da ocasião quando foi... Assim que foi implantado esse programa no Brasil é... O nosso Estado do Rio de Janeiro não conseguiu usar os recursos todos que foram destinados. Então, no final do período, foram devolvidos a Brasília, alguns milhões de reais. Na época talvez por falta de ferramentas, de aplicação, porque não é muito simples não, não é muito simples não. Agora, com a criação das comissões é... Você acaba tendo uma gestão de recursos e do resultado envolvendo as regiões, não existe é... Não existe condição de se ter interferências políticas porque por ser tripartite é... Preza, pois é... Por interesses da região, não interesses pontuais.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e o Movimento Sindical?

Wilton José da Silva:

Também muito cordial. O movimento sindical ele tem objetivos de... Muito liga... Ligados existencialmente a... No caso, entendendo o movimento sindical mais voltado para a... Os trabalhadores. Os interesses realmente são os mesmos, então o movimento sindical e as suas representações também são executores de programas de formação profissional, de qualificação então é... Só ratificando, os interesses são os mesmos, ou seja, ter uma massa de trabalhadores qualificados, que possam atender as demandas de todas as regiões.

GTPS:

O interesse e o envolvimento dos representantes são iguais ou tem algum segmento que se envolve mais que outro?

Wilton José da Silva:

Bom, pode acontecer como um segmento se envolver mais que o outro, até por entender que na... Na área daquele segmento existe uma concentração muito maior de demandas, mas no final das contas existe sempre um ponto de equilíbrio pra isso aí, é... Não existe uma defesa pessoal ou apenas para aquele segmento, existe uma defesa dos interesses. E se existe um segmento com um volume maior de carências, é... E sendo uma... Uma gestão tripartite da Comissão, vai se atender a demanda, se atende a demanda, não importa que seja maior no segmento A, B, ou C.

GTPS:

Das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a geração de emprego e renda, quais apresentaram maior eficácia?

Wilton José da Silva:

Olha, considerando os limites que a comissão municipal tem, que as comissões possuem, é... Eu digo pra você que ela tem cumprido seu papel, né? Não é muito simples é... Destacar uma ação como a mais eficaz, elas tem atendido todas as ações e as a... As atribuições das comissões são cumpridas fielmente, nós não fazemos mais ou nós não fizemos muito mais, porque não... Não está previsto no estatuto da... De... De instalação e constituição das comissões é... Eu entendo que a... Que exista necessidade de se promover uma... Uma modificação na... Nesses estatutos das comissões, porque... Pra dar mais é... Dá um pouco mais de autonomia as comissões, elas ficam muito, é... Como não... Ela não possui recursos, não é uma... Um grupo decisor, ela depende sempre da decisão de outras instituições, de outros órgãos governamentais

GTPS:

Como o senhor vê, é.. A comissão, sendo um órgão deliberativo e pelo que o senhor está colocando ela tem uma limitação em âmbito estadual. O âmbito estadual, pelo que o senhor está colocando tem mais força e poder de decisão, do que a própria CME, como o senhor vê essa ação, da SETRAB em relação a CME?

Wilton José da Silva:

Olha, é... Como eu disse anteriormente, a SETRAB, ela assume perante, é... O órgão gestor nacional, que é o CODEFAT, assume a responsabilidade de administrar os recursos que são repassados, né? Então o SETRAB tem que... A Secretaria de Trabalho tem que ter... Tem que desempenhar o papel da forma que vem desempenhando, é... Não basta repassar recursos e deixar pra lá, tem que repassar com a destinação já definida, com base no levantamento prévio. As comissões hoje, é... Ela tem uma condição de obter esses recursos direto, através dos chamados consórcios. É municípios, né? Municípios vizinhos que somados é... A sua população é que... Que tenha mais de um milhão de habitantes na soma dos seus... Dos seus cidadãos, né? É... Esse município... Esse consórcio de municípios, ele pode apresentar o projeto direto, tanto que a escolha direta ao CODEFAT em Brasília e receber os recursos diretos. Então, é uma alternativa que é dada aos municípios e as comissões para que possam fazer aplicação direta das suas necessidades. Agora, não é muito simples, é... Assumir o papel que é atenção destinado a SETRAB, tem que o... Ser uma... Uma organização muito... Muito coesa, muito perfeita, pra fazer a gestão dos níveis dos recursos. É uma alternativa que se dá um pouco mais de... De autonomia as comissões. Agora, depende de ações do poder

publico, do executivo, da câmara dos vereadores, de aprovar, tem que... Tem que assinar, é... Esse acordo. Tem que apresentar projetos pra Brasília, tem que ser aprovado de é... Para este consórcio, tudo isso acontecendo os municípios começam a receber.

GTPS:

E das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a qualificação do trabalhador, quais apresentaram maior eficácia?

Wilton José da Silva:

Olha são várias as ações é... A identificação de necessidade de... De mão-de-obra junto as empresas, a... A parceria é... Como se dizer? Íntima com a... Aqueles postos de cadastramento de... De desempregados, né? Da Secretaria de Trabalho, onde ali é... Aquela... Aquele trabalhador que está no mercado de trabalho, está disponível e faz o seu cadastro e as empresas destinam as suas vagas pra essa instituição. Contato direto da comissão com empresas, com segmentos, com lideranças, né? Encontros técnicos, seminários de empregabilidade, o próprio programa que é apresentado pra qualificar os trabalhadores, enfim, são várias as ações que a Comissão, é... Desenvolve buscando a maior eficácia desse... Desse programa. Como eu disse anteriormente, falta de criar uma... Uma ferramenta, acredito que venha a apropriar informações sobre a colocação desse trabalhador no mercado de trabalho. Isso ainda não... Não é muito claro, não é muito claro. Que ele pode se qualificar aqui e sair da Região e ele pode trabalhar em outro lugar, ou seja, a... A população, ela flutua, né? Aquela... Aquela pequena parcela da população que é nômade, né? Que tá sempre em no processo de mudança, né? Você não tem como buscar é... Obter as informações. Tem aqueles que participam dos programas e não consegue oportunidade, infelizmente não conseguem oportunidade e acabam retornando e participando de um outro programa, é... Então, é... É importante medir! Essa medição é importante, até pra se verificar ao final, a efetividade da aplicação dos recursos, não é uma ação muito simples, não é.

GTPS:

Como se dá exatamente a articulação entre as ações de qualificação e as de geração de emprego e renda?

Wilton José da Silva:

Essa articulação que você fala daquele... As ação qualificação e geração de renda? Bom, definida pelo programa e pelo levantamento de necessidades, que cada segmento é... Apresenta e a partir dali, se começa, né? Enfim, o primeiro passo é a elaboração do programa para o ano seguinte, né? Que que se vai fazer? que que vai constar no programa de qualificação? É um dos movimentos e aí cada comissão que é instalada, cada é... Representação ela é... Vai buscar ações adicionais pra facilitar a execução desses... Desse programa. Sabendo de que, hoje os recursos são bem menores do que a anos passados e aí faz... Obrigada com que a Comissão Municipal tenha uma condição de buscar parcerias de... Parcerias visando é... Obter recursos pra ampliar cada vez mais essa... Esse programa de qualificação e acaba sendo muito restrito. A Comissão de... Municipal de Trabalho e Emprego hoje, nos dias de hoje, ela tem que é... Ser criativa, pra buscar parcerias, né? O ideal mesmo que as comissões fossem transformadas em conselhos municipais tendo um pouco mais de autonomia pra buscar parcerias é... Junto a instituições é... Que tem como fim, como missão a formação profissional e até instituições e organismos de outros países que é... Disponibilizam recursos para isso.

GTPS:

Como são escolhidos os representantes do empresariado?

Wilton José da Silva:

Bom... No nosso caso aqui, é... Eu represento a Federação das Industrias do Estado do Rio de Janeiro aqui em Nova Iguaçu, nesse... Nesse período, é feita uma escolha, existe a vaga para o segmento e aí existe um consenso de que... Para a indicação, numa eleição para a indicação do representante, o representante e seu suplente.

GTPS:

O convite é feito pelo poder Municipal aos representantes do empresariado?

Wilton José da Silva:

Bom, instalada a comissão é... Os segmentos são convidados a apresentarem os seus representantes, né? Os seus representantes pra comissão, é... Isso parte do poder Municipal.

GTPS:

Quais os problemas encontrados no funcionamento da CME?

Wilton José da Silva:

Bom, acho que o principal problema é que todos os representantes possuem uma série de atribuições, além da que vão assumir na comissão, né? É... Tem limitado um pouco a ação das comissões, por que a frequência é... Acaba não sendo... Não sendo a melhor, não sendo a melhor. São reuniões ordinárias ou reuniões mensais é... Por muitas vezes o representante é... Se vê impedido a participar. Esse... Esse é um problema. Um outro problema, que, é... A gente encontra também, é que as comissões municipais. Vou falar da Comissão Municipal daqui, é... Tem também dificuldade de ter um ambiente para que ele pó... Eles possam se reunir. Durante a minha gestão, a frente da comissão, é... Eu tive que trazer a comissão pra cá, o ano que eu fui gestor da Comissão, nós nos instalamos aqui. Eu destinei um ambiente, para que nós fizéssemos nossas reuniões e receber dignamente todos os representantes aqui. Acaba... Esse... Esse ambiente, ele flutua muito, quem assume, o segmento que assume, ele acaba encontrando um local pra que ela... Ela a... Se reúna e faça o seu... Seu trabalho.

GTPS:

O que a CME ainda não realizou que você acredita que deveria realizar?

Wilton José da Silva:

Eu acredito que um... Um grande evento de geração de emprego e renda envolvendo os principais atores, os atores interessados num movimento como esse. Que se fala muito... Que é... Não existem pessoas qualificadas no mercado de trabalho, mas existe inúmeras ações isoladas em diversos lugares. Então, seria importante reunir todos esses atores em um único ambiente, os atores que fazem qualificação, os atores que são responsáveis pela destinação de recursos para movimentos de qualificação profissional e por fim aqueles atores que vão receber essas pessoas qualificadas e colocá-las em postos de trabalho dentro de suas empresas. Os principais interessados. Reunindo tudo isso, nós vamos entender qual é o tamanho efetivo desse movimento nas regiões. Isso não aconteceu ainda, de forma efetiva. No momento em que é... Realizarmos aqui, isso é... Vamos dizer que é um sonho de consumo nosso. Já começamos um movimento aí nesse sentido. É possível que esse ano a nossa Comissão consiga realizar um... Um seminário de geração de emprego e renda, empregabilidade, pra identificar, é... Todos esses atores, e... Capitalizar todas as vagas existentes e as condições de empregabilidade. Veja, o Governo Federal, é... Criou a algum tempo atrás e algumas fecharam não... Não tenho notícia se existem novas agências funcionando, é... Agências de fomento para o... O empreendedor. O que é isso? Tivemos no município de Duque de Caxias uma agência, é... De... Voltada pra... É... Financiar projetos, mas a dificuldade da aprovação desses projetos era tão grande, que tal agência fechou. Uma agência do Banco do Brasil com recursos do CODEFAT. Para, é... Pessoa jurídica e pessoa física. Na época, era uma limitação de até cinqüenta mil, pessoa jurídica e cinco mil reais, pessoa física. Tinha que elaborar um projeto, tinha que participar pelo programa de qualificação profissional, apresentar um projeto, participar de um programa de gestão, onde tivesse condições de elaborar um plano de negócios, é... Enfim, elaborado o projeto, aprovado o projeto, ele receberia os recursos para ampliar sua empresa até cinqüenta mil reais ou para ser empreendedor. Pouquíssimos projetos foram aprovados. O fato que a... O volume de exigências e de garantias que a pessoa ou a empresa tinha que dar. Então isso teve... Isso parou um pouco. Numa ocasião nos tínhamos linhas de... De projetos, não só de qualificação profissional para pessoa física, nos tínhamos é... Programas para o empreendedor, pra prepará-lo como gestor, nos tínhamos programas da... Da elaboração e estruturação de cooperativas, né? De... De trabalhadores, diversas linhas. Isso foi... Em função da redução dos recursos, isso foi... Não se fala muito mais nestas linhas, isso deveria até ter ampliado um pouco mais, porque aquele empreendedor, é... Que tem condições de atuar por conta própria, ele com pouco tempo... Ele pode constituir uma empresa e legalizar essa empresa, ou seja, as comissões pensam grande, não pensam apenas em preparar mão-de-obra, né? Dentro de um conceito ultrapassado, mas de dar todas as condições para que o... O homem tenham... Tenha a sua frente o universo a sua disposição e ele faça suas escolhas.

GTPS:

Tem alguma informação que você gostaria de acrescentar?

Wilton José da Silva:

Bom, Se apenas ratificasse, que as comissões deveriam ter um... Uma estrutura de conselho, um pouco mais de autonomia e há de se estudar, como seria essa autonomia? Pra que se obtenha a efetividade das comissões, né? E um reconhecimento efetivo do poder publico, reconhecimento no sentido de se dar a devida importância ao trabalho das comissões, a devida importância ao trabalho das comissões. Eu percebo que isso ainda precisa amadurecer muito.

GTPS:

Muito obrigado pela entrevista. Gostaríamos de saber se podemos ficar à vontade para utilizar este material para fins de análise científica e, se necessário for, utilizá-lo em nosso relatório de pesquisa.

Wilton José da Silva:

Eu não vejo nenhum problema, pode ficar... Pode ficar a vontade.

ANEXO X

Entrevista com Winston das Neves Oliveira, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Nova Iguaçu, representante dos trabalhadores na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu, realizada em 21/05/2007, às 10h, no Sindicato citado.

Por Bruno de Oliveira Figueiredo

GTPS:

Bom dia Winston.

Winston das Neves Oliveira:

Bom dia, tudo bom Bruno?

GTPS:

Tudo bom, como você define Política Pública de Trabalho e Renda?

Winston das Neves Oliveira:

É uma oportunidade, né? Que o trabalhador, principalmente do primeiro emprego, ele absorve em seu município, pela dificuldade hoje existente é... Da mão-de-obra é... Na sociedade e essas políticas públicas vem contren... Contemplar primeiro, os não, né? Os... O primeiro emprego e segundo, aqueles que estão é... Desempregados, já de carteira assinada, que tem oportunidade de se aperfeiçoar em outra mão-de-obra, atendendo assim a necessidade do mercado

GTPS:

O que é a Comissão Municipal de Emprego?

Winston das Neves Oliveira:

É um grupo Bruno de seg... É um segmento, né? De... Das três... Das três áreas, a área do empregador, do trabalhador e do poder público, né? Que os três formam esta comissão, para justamente dar prosseguimento o trabalho de uma comissão, visando não só aperfeiçoarem esses trabalhadores, como melhorar a condição do nosso município a nível de emprego, trabalho e renda.

GTPS:

Qual o papel da Educação Profissional na Política Pública de Trabalho e Renda?

Winston das Neves Oliveira:

O papel da educação profissional, eu entendo, salvo qualquer engano, né? E juízo, que eu estou muito bem é... Como rodoviário... Por exemplo, eu sou um cobrador de ônibus e derrepente o mercado de trabalho de rodoviário tá esgotado, a gente não tem campo, aí vem, né? Um... A... A educação profissional me habilitando em outras áreas, pra que eu possa desenvolver e não ficar desempregado, né? Neste sentido.

GTPS:

Como a CME está estruturada?

Winston das Neves Oliveira:

Graças a Deus, aqui em Nova Iguaçu está bem, nós temos lutado. Eu como tenho privilegio, me perdoe a falta de dizer que sou um fundador, e a gente vem tentando trazer de todas as formas, é... Sempre é... Pedindo aos representantes de cada sindicato ou central que não falte a reunião, ninguém é obrigado a fazer nada, mas se estão na comissão que foram indicado e aceitaram que... Que realmente trabalhem, que venham suar a camisa, vestir a camisa que o nosso nossa cidade não é como os demais municípios precisam, então, nos temos que fazer tentar da fo... Fazendo o... Temos dificuldade, temos, mas nem por isso vamos deixar de comparecer as reuniões pra... pra lutar, né?

GTPS:

Como é que ela ta organizada?

Winston das Neves Oliveira:

Na forma de acordo como manda, né? A Lei e... Que é... Representando todos os segmentos já citados, né? O empregador, trabalhador e poder público e bem diversificado, né? Através dos sindicatos de classe principalmente aqui em Nova Iguaçu nos temos rodoviários, nos temos comerciários, nos temos até representantes dos feirantes de Nova Iguaçu, nos temos do setor têxtil, nos temos metalúrgicos, enfim nos temos uma gama de... De representação aqui na nossa cidade de todos os segmentos não só do trabalhador como também do empregador e as e do poder público de acordo com as suas secretarias.

GTPS:

Quais as atividades desenvolvidas pela CME?

Winston das Neves Oliveira:

Bom, tive também o privilégio de, fazermos um fórum da do último mandato que eu fui presidente e... E neste fórum, né? Que é nos reunimos todas as comissões é... Metropolitana, né? Da região metropolitana e justamente para que nos viéssemos a conhecer as dificuldades de cada município, de cada comissão nos seus municípios e isso surtiu é, grande efeito porque aqueles que pegaram experiência de determinados municípios puderam colocar em atividade nos seus municípios.

GTPS:

Nova Iguaçu nas atividades desenvolvidas pela CME ela... Como é que se dá?

Winston das Neves Oliveira:

Bom, aí Bruno as atividades a gente discute muito, né? Nos discutimos muito aqui em primeiro lugar a questão... Da informalidade isto é muito discutido porque a informalidade tá tomando um um... Um rumo aonde é... Infelizmente pela falta de emprego, né? Para o desemprego melhor dizendo e também pela dificuldade que segundo os empregadores passam a nível de responsabilidade com o poder público isso gera é lojas fechadas, empresas fechadas, indústrias não mais se in interessando em ficar na cidade de Nova Iguaçu ou na... Na periferia de Nova Iguaçu, e o que ocorre, gera aí um.... A... A informalidade, então nos temos dado muita atenção pra isso, mas as dificuldades tanto a nível da... Dos cursos, né? Da vinda dos cursos e... Depois essas pessoas já formadas já... Já... É... Fazendo, né? Um conhecendo uma nova função ou uma nova profissão, o que que acontece? Enfrenta a dificuldade do emprego, então as ações elas são feitas de acordo com aquilo que nos recebemos, né? Da própria comissão estadual ou da Secretaria do... Do Estado.

GTPS:

A CME faz algum tipo de levantamento da demanda por qualificação profissional?

Winston das Neves Oliveira:

Com certeza, com certeza nos temos é... Eu não diria grupo temático mas nos temos condições dentro da comissão pra sair no centro de Nova Iguaçu visitando lojas, visitando o a os camelôs né, enfim o trabalhador de um modo geral não só na informalidade como também na formalidade pra gente vê qual é a demanda pra que através dessa demanda a gente possa trabalhar acima dos cursos

GTPS:

Como se dá a definição dos cursos desenvolvidos e a contratação das instituições executoras?

Winston das Neves Oliveira:

Bom Bruno, aí... Aí são duas situações, né? Porque uma coisa é você... Você definir é... Por favor a como é que é a... A pergunta...(GTPS Repete a pergunta)

A defina a definição dos cursos desenvolvidos, se você me perdoe até a... A minha colocação, através desse levantamentos, né? Por exemplo Nova Iguaçu, do nosso levantamento da nossa necessidade a gente informa a Secretaria a Comissão de Estado e a Secretaria de Estado o que... Que realmente Nova Iguaçu precisa bom agora é... Lá que serão definidas realmente o numero , né? E... A contemplação de cada município e Nova Iguaçu não é diferente ta e... Agora o resultado...Qual que como... Por favor (GTPS a contratação das...) A contratação sim, é... O certo seria as comissões visitar ter acesso as... As instituições não é, que serão responsável pela... Pela colocação, né? Dos cursos pra que nos possamos ter aqui uma rela uma relação mais íntima, né? Um conhecimento, infelizmente muita das vezes isto não ocorre como nos sabemos não só a quantidade de cursos como também quem são as entidades executoras, lembrei agora, as entidades executoras de cursos já está de guarda baixa, me perdoe a falta, não estou desconsiderando a minha comissão estadual muito menos a Secretaria de Estado, mas é tudo assim é pra ontem, então vem ou você aceita ou você não aceita e quando você, salvo o melhor juízo, quando você aceita eu faço o meu papel que eu cobro se eu não for o presidente, do presidente em exercício que nos tenhamos uma... Uma comissão para que venhamos visitar essas entidades executoras de cursos pra vê se a coisa esta ocorrendo de acordo com o que determina é a Lei.

GTPS:

Essas visitas tem... São feitas periódicas?

Winston das Neves Oliveira:

Periódicas não só no início do curso como, eu sou mei... Cri... Bruno, eu sempre vou no meio do curso e antes de da conclusão faço uma outra visita, porque como a natureza do curso ela... Ela tem vale transporte, ela tem o... O lanche, não é, isso e aquilo, então eu to lá pra conferir pra perguntar ao... Os... Como é... Os formandos, né? Não seria formando a palavra, quem ta lá fazendo curso se realmente a... A instituidora é... que... Tá fazendo lá realizando lá o curso ta cumprindo com aquilo que se faz necessário, então eu só um cri... Agora se não tiver também é o nosso papel é comunicar a Secretaria de Estado, só que eu não comunico só a Secretaria de Estado, a gente comunica a Secretaria de Estado nos comunicamos a Secretaria de Estado como também a comissão estadual, eu boto a boca no trombone inclusive isso ta acontecendo não é porque eu fui presidente aqui não e, não sei se foi no ano dois mil ou noventa e oito não é eu fui eu fui o segundo presidente, primeiro foi o poder público, segundo foi os trabalhadores quando nos fomos instituído aqui em Nova Iguaçu em mil novecentos e noventa e seis e... Houve uma empresa que uma... Uma instituidora instituição executora de curso que... Veio realizar seu curso aqui em Nova Iguaçu, mas precisamente no Esporte Clube Iguaçu, Nova Iguaçu, curso de Informática e só que nos não éramos sabedores, nós não... Não havíamos indicado, e não sabíamos de nada, quando tomamos conhecimento esta entidade executora já estava realizando seu curso e aí eu fiz uma visita e percebemos que não tinha tudo aquilo que deveria ter, imediatamente fiz um ofício não só a Secretaria de Estado como também a comissão estadual e... Sofri telefonemas dizendo que eu, que eu poxa, tava complicando que eu queria aparecer ora o dinheiro do CODEFAT é o dinheiro do trabalhador quer dizer então tem que ser aproveitado para este fins e não pra fins é que venham proporcionar lucros, né? Ou interesses de que não seja o... O da finalidade do CODEFAT então comigo eu não aceito.

GTPS:

E quanto à qualidade desses cursos, como a SETRAB ou a CME fiscaliza a qualidade dos cursos ministrados?

Winston das Neves Oliveira:

Bruno é aquela situação, né? É... Eu entendo que cada CME ou Conselho, né? De acordo com o seu município deva ter no seu bojo as comissões de visitação, de fiscalização então chegou lá percebeu que o curso é importante pra aquele município, atende as necessidades da, da comissão e... São professores são instrutores tão lá realmente dando e a gente percebe a veracidade dos fatos, né? E com tudo que tem direito a comissão entende que é uma boa eu não tenho percebido aqui cursos que não venham atender as nossas necessidades sim, as vezes até tem há de se recordar que eu passei um período fora por questões política então muita das vezes a gente não acompanha e quando a gente vem também não é porque seja... Não seja presidente, né? Seja apenas o representante mais um membro é que a gente não tem interesse, não é eu tenho o mesmo interesse sendo o presidente ou sendo apenas membro representante da minha instituição eu atuo da mesma forma, né? Então, tem aquele período que você tá mais ativo e tem aquele período em que você tá menos ativo, né? E aí, você não pode é sempre estar percebendo se os cursos tão sendo bem aproveitado ou não.

GTPS:

Como se dão as relações entre os diferentes representantes da CME?

Winston das Neves Oliveira:

Bruno eu não sei porque... Porque eu sou um dos fundadores, né? Mas eu procuro fazer esta relação não é, uma relação harmoniosa, eu entendo que ninguém está obrigado a fazer nada mas se aceitou deva fazer com amor, com entusiasmo, com interesse por que? Porque é, sem sombra de dúvida, mexer com o dinheiro do trabalhador, o nosso dinheiro e você sabe hoje em dia como o Brasil é encarado aí na... Nas relações mundial, né? Mundiais a nível de empregabilidade, a nível de educação, saúde uma série de coisas, então, as pe... Da... é... É fundamental o desempenho de um representante do segmento dos três seguimentos da comissão seja, trabalhador, empregador ou o poder público ele vestir a camisa ele... Ele ter uma relação harmônica ai as três os três segmentos é... Estarem unido, por que? Porque tem a ver é interesse da nossa cidade e não só de cada representante ou de cada canal, ou seja, de cada segmento, né? Seja o trabalhador, o empregador ou poder público mais sim é os três.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e a SETRAB /RJ?

Winston das Neves Oliveira:

Quando a comissão tem conhecimento do seu real papel, do seu do valor do seu papel enquanto comissão, enquanto dirigente dessa comissão, ele é responsável por uma série de coisa, ele é responsável por esses itens que você já me perguntou ai se a natureza do curso é boa se a instituidora a... A... A instituição executora trabalha correto se, enfim, uma série de coisa, quando ele tem essa consciência ele desenvolve um bom trabalho agora quando ele não tem essa consciência ai a coisa fica... Fica ruim.

GTPS:

E há um bom canal de comunicação entre a Secretaria Estadual de Trabalho e a CME?

Winston das Neves Oliveira:

Eu acho até que foi essa pergunta e eu respondi de forma diferente a anterior. O canal tem sim, quando o dirigente, quer dizer, quando o membro da comissão quando o representante principalmente o seu presidente ele busca essa relação ora eu sou presidente da comissão um exemplo ta eu não sou agora não, eu sou presidente da comissão de emprego de Nova Iguaçu ai eu deixo de... de... De fazer contato com a Comissão Estadual eu deixo de fazer contato com a Secretaria de Estado eu não visito eles então eu fico quase numa situação sem poder cobrar quer dizer agora você pode cobrar e ter amigos e você pode às vezes não cobrar e não ser respeitado então eu prefiro cobrar visitando, via de ofício, telefonando manter essa relação até pra que quando nos venhamos a ter essa necessidade de ter a representante, a representação ou de um ou de outro na nossa reunião a gente ser bem é recebido e atendido.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e o Movimento Sindical?

Winston das Neves Oliveira:

Boa, boa até porque a maioria dos seus dos seus representantes da comissão são oriundos de sindicatos de classe da sua cidade seu município então é boa até porque no seu município seja qual for a... A representação ou rodoviários ou comercio ou a construção civil ou a educação, quer dizer existe uma ligação não, é... Não que um necessariamente tenha que estar na luta por melhores salário ou qualquer coisa e é do outro, mas quando se trata de comissão nos esquecemos que somos dirigentes sindicais e temos que ver o interesse da nossa comissão.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e os organismos de representação do empresariado?

Winston das Neves Oliveira:

Como se dá a relação entre a comissão e os organismos. Esse organismos que você se refere são os... Os segmentos da representação inte... Boa... Eu busquei não só no primeiro mandato né quando o presidente era o Abílio que inclusive já até faleceu, uma boa relação entre o meu sindicato de trabalhador, né? Com o... O dele que representava o poder público e também tínhamos na época o representante do sindicato patronal do rodoviário de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense que é o SENTRANSPANE. Por que o Bruno, acima de tudo nós temos que entender que não há patrão não há empregado sem empregador e os dois precisam do poder público e o poder publico precisam dos dois e o empregador precisa da mão de obra, então, se você perceber há uma relação aonde um depende do outro. tem que haver é... Exatamente inteligência que separando separando as coisas, né? nos temos que ser amigos, é trabalhar mas respeitar um o espaço do outro.

GTPS:

O interesse e o envolvimento dos representantes são iguais ou tem algum segmento que se envolve mais que outro?

Winston das Neves Oliveira:

É eu tenho percebido que infelizmente o segmento do trabalhador ele não se apresenta como ele deveria se apresentar porque a oportunidade que ele tem na formação de... De trabalhadores, né? através de... De mão-de-obra nessas oportunidade que o CODEFAT e o Estado nos proporciona então eu... Eu entendo que o trabalhador deveria ser mais ousado né? Mais participativo e falta esta consciência e eu sempre falo e repito uma coisa não é porque nos não temos jeton ou não temos salário que vamos deixar de atuar o necessário, né? Mais infelizmente falta essa participação. O pó... O empresariado ele procura atuar hoje, eu classifico o empresário primeiro ai vem o trabalho o poder publico segundo e infelizmente o trabalhador que deveria ser peças de igualdade, né? De... De... De interesse vem em terceiro.

GTPS:

Das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a geração de emprego e renda, quais apresentaram maior eficácia?

Winston das Neves Oliveira:

O Bruno, o segmento do comercio da nossa cidade é... absorveram né uma melhor mão-de-obra mediante a curso de formação é... Do... (Repetindo a pergunta)

A do comercio, né? A do comercio hoje a gente percebe que houve uma... Uma grande mudança uma melhora no atendimento, né? O... O cliente chega na loja... A sim em atendimento ao cliente houve uma mudança considerável então foi uma das ações muito importante e hoje até briga não é por um fórum, mas por um workshop, né? aqui em Nova Iguaçu pra que o empresariado possa mostrar a sociedade através da comissão o que vai apresentar para o consumidor da nossa cidade.

GTPS:

E das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a qualificação do trabalhador, quais apresentaram maior eficácia?

Winston das Neves Oliveira:

(Não fez a pergunta)

GTPS:

Como se dá exatamente a articulação entre as ações de qualificação e as de geração de emprego e renda?

Winston das Neves Oliveira:

Bom, a partir do momento da formação do... Da execução do curso, né? tão o trabalhador eu entendo que ele fica melhor preparado e ai o que ocorre nos através do SINE a gente verifica as empresas, né? ou através do próprio SINE a gente vê a... A empregabilidade que tá no mercado na nossa cidade e nos encaminhamos via SINE ou via comissão ou até mesmo via CEBRAE enfim a gente envia os trabalhadores que estão desempregados até pela comissão pela comissão não pela Secretaria de Trabalho do Município que tenham o cadastro não só o do... Do... Do trabalhador qualificado, aí a gente vê, é... Essa necessidade e envia os trabalhadores.

GTPS:

Como são escolhidos os representantes dos trabalhadores para a CME?

Winston das Neves Oliveira:

Bom, Aqui no Sindicato dos Rodoviários, né? Que vive através da nossa central CGT as centrais é... chama os presidentes dos sindicatos filiados e que vão evidentemente enviar seus representantes, mas realmente representante que tenha a ver com a nossa cidade que não adianta colocar um representante que não seja de Nova Iguaçu ou seja não seja daquele município não seja daquela cidade que conheça as necessidades daquela cidade tanto a nível de... De tanto a nível de empregabilidade como também da mão-de-obra e uma pessoa, né? Um representante que goste que não que não esteja lá pra se aparecer pra vir a mais uma função social ou pra ter status, né? porque salário não tem, jeton muito menos então a pessoa tem que tá lá mesmo porque gosta, então essa... Essa escolha cada presidente sabe que tem que enviar aquela pessoa que realmente der praquilo.

GTPS:

Quais os problemas encontrados no funcionamento da CME?

Winston das Neves Oliveira:

Ai Bruno, ai são muitos é hoje uma comissão pra ela desempenhar o seu papel ela tem que ter uma sala em condição não só de dar a... A respectiva, é... Reunião, mas ter uma sala onde possa ter o seu arquivo, seu armário, seu computador, sua mesa, né? aonde esses... Esses representantes, é... Dos três segmentos possam sentar independente de ter dia marcado é... De... De reuniões, né? Aonde possa essas comissões de visitação sentar e traçarem planos pra que possam visitar aquelas empresas executoras de cursos pra ver se, né? Tá de acordo com a lei do CODEFAT quer dizer é uma série de coisas e o... Por exemplo, as reuniões na secretaria da Comissão Estadual ou na Secretaria de Estado quer dizer nos não temos o que? Não temos transporte, né? ainda no primeiro governo da... Da Comissão quando ela foi instituída aqui em Nova Iguaçu nos tínhamos um apoio de lá pra cá é o Sindicato do comercio é que vem, né? É... O Sindicato do Comercio Patronal e que vem nos dando esse meio de... De transporte aí entre o que Bruno a relação entre os três segmentos então a gente consegue isso agora tu já imaginou reuniões no Rio com essa com essa Dutra e essa Avenida Brasil e você perde um dia, né? isso sem falar em despesa e uma série de coisas, mas eu classifico de... De uma necessidade que aos pouco eu tenho certeza que cada comissão através, é... É... Do seu segmento possa ver o melhor local e com a ajuda do poder publico que é quase nenhuma a gente possa se estruturar melhor.

GTPS:

O que você acha que deveria ser modificado para a CME desempenhar melhor o seu papel?

Winston das Neves Oliveira:

Bom me perdoe aí a... De repente até a falta de desconhecimento, mas eu entendo que a gente passando de comissão pra conselho eu não sei se vai ferir aí a... A lei do CODEFAT, mas passaria esse conselho ter até uma verba do município e através dessa verba a gente poder é... É através das necessidade da comissão dar um melhor condição das nossas reuniões melhor dos nossos entendimento, né? E de que cada... Cada representação, por exemplo o meu aqui o meu o meu segmento aqui que é o Sindicato dos Rodoviários e a CGT o nosso presidente é uma cabeça aberta então ele me deixa livre pra que eu possa ir nas reuniões, pra que eu possa ir nas fiscalizações, pra que eu possa ir na nos cursos de formação, né? De... De membros da comissão mas nos sabemos que infelizmente existe determinadas entidades que o membro da comissão tem dificuldade e aí complica.

GTPS:

O que a CME ainda não realizou que você acredita que deveria realizar?

Winston das Neves Oliveira:

Seminários, fóruns né, é... Reuniões é temáticas, é encontros entre as comissões, é maior contato entre as comissões é Estadual, Municipais e Secretaria de Estado por que? Que é pra não ficar uma coisa assim isolada de segmento pra segmento e... Muito com muito tempo com um espaço muito grande de se encontrarem de fazerem reunião de manterem as relações e apresentar os estudos de cada das necessidades de cada Município.

GTPS:

Tem alguma informação que você gostaria de acrescentar?

Winston das Neves Oliveira:

Sim, é eu entendo que cada cada conselheiro, eu insisto nisso, ele não é pago pra essas coisas, mas quando ele é indicado pela sua entidade então ele... Eu entendo que ele já foi um privilegiada, então que ele abrace essa responsabilidade que ele assegure essa responsabilidade e possa no seu desempenho realmente vestir a camisa, fazer com dedicação que haja também entre a Comissão Estadual e a Secretaria de Estado e as Comissões Municipais também é um melhor entrosamento porque quem ganha com isso? O trabalhador que esta na informain na informa informalidade que possa fazer esses cursos que possa retornar ao mercado de trabalho, quem ganha com isso? O município. Quem ganha com isso? O nosso Estado. Quem ganha com isso? O nosso Brasil. O Brasil tem jeito, só depende de nos Bruno.

GTPS:

Muito obrigado pela entrevista. Gostaríamos de saber se podemos ficar à vontade para utilizar este material para fins de análise científica e se necessário for, utilizá-lo em nosso relatório de pesquisa.

Winston das Neves Oliveira:

Não tem problema né perdoando-me das falhas porque você sabe que qualquer entrevista, quando você é pego, eu não vou dizer de surpresa né, mas é a primeira vez que eu sou entrevistado a nível de comissão de emprego isso pra mim é um fato novo. Eu não vou dizer a você que eu não fiquei entusiasmado feliz, mas que fiquei um pouco nervoso também fiquei mas se você quer ouvir o autorizo, eu autorizo sem nenhum problema se é pra dá aí condição ao seu trabalho de melhorar e que esse trabalho seu venha a dar retorno, né? as próprias comissões seja esse o objetivo ta autorizado.

ANEXO XI

Entrevista com Denildo Laurindo Soares, Diretor de Planejamento da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu (ACINI), representante dos empregadores na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu, realizada em 23/05/2007, às 17h, na Eletrônica Soares do Grande Rio Ltda em Nova Iguaçu.

Por Bruno de Oliveira Figueiredo

GTPS:

Boa tarde Denildo.

Denildo Laurindo Soares:

Boa Tarde.

GTPS:

Como você define Política Pública de Trabalho e Renda?

Denildo Laurindo Soares:

Política Pública de Trabalho e Renda é... É o resultado da união dos trabalhadores e dos empregadores em processo comum de engrandecimento da profissão e do mercado de trabalho.

GTPS:

O que é a Comissão Municipal de Emprego?

Denildo Laurindo Soares:

Comissão Municipal de Emprego, em Nova Iguaçu, ela é uma organização que se reúne pra discutir as organizações, as empresas, empresários, trabalhadores, sindicatos e discute formas e sistemas de trabalho, de gestão de emprego e desenvolvimento profissional.

GTPS:

Qual o papel da Educação Profissional na Política Pública de Trabalho e Renda?

Denildo Laurindo Soares:

A educação profissional é exatamente aquela que prepara o profissional para o mercado de trabalho, através das diversas organizações como o SESI, FIRJAN, SENAI, SENAC, onde são passadas as informações para os profissionais, pra que eles estejam bem preparados para mercado de trabalho.

GTPS:

Como a CME está estruturada?

Denildo Laurindo Soares:

Ela vem se estruturando na medida da sua conjuntura, pra exatamente é... Junto com a Prefeitura e com as organizações classistas, tipo CDL, SEBRAE, SINCOVANI e discutir exatamente como desenvolver a nossa Cidade através da profissão.

GTPS:

E ela está organizada como?

Denildo Laurindo Soares:

Ela vem organizada através de uma diretoria é... Seleccionada pela Prefeitura, através do representante da Prefeitura, através das organizações e ela vem desenvolvendo essas atividades pra preparação profissional para o futuro.

GTPS:

Quais as atividades desenvolvidas pela CME?

Denildo Laurindo Soares:

São exatamente essas, as de discutir salários, discutir renda, discutir é... Progresso, discutir mercado, discutir valores e levantar a bandeira da Cidade, através da profissão e da renda.

GTPS:

A CME faz algum tipo de levantamento da demanda por qualificação profissional?

Denildo Laurindo Soares:

Faz. Nós discutimos na Comissão, exatamente... As necessidades da população, as necessidades da juventude e... E a gente exatamente faz esse levantamento, pra saber qual o setor que tá crescendo, qual o setor que precisa de... De mais treinamento, de mais é... Preparação, pra que o profissional é... Seja sempre... Faça sempre um trabalho promissor.

GTPS:

Como está estruturado esse levantamento de demanda pela Comissão Municipal de Emprego, como é que é feito esse levantamento de informações?

Denildo Laurindo Soares:

É, nós temos a... Algumas sub-comissões, que... Entrevistam os presidentes, os diretores das organizações tipo SEBRAE, o presidente do SEBRAE de Nova Iguaçu, o presidente da FIRJAN, o presidente do CDL, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu e a gente chega aos... Aos consensos, para... é... Pra treinar o pessoal, treinar os profissionais, procurando qualificar o profissional pro mercado de trabalho.

GTPS:

Como se dão as relações entre os diferentes representantes da CME?

Denildo Laurindo Soares:

A relações são... São as melhores, porque são exatamente as pessoas que se dedicam exatamente a... A preparar a Cidade, a discutir com a... As autoridades, as necessidades. Então, esse tipo de... De relacionamento, tem tido muito bom, porque nós temos é... Representantes do... Do Governo Municipal e nós temos representantes das associações, que tão discutindo com boas relações, inclusive com o Rio de Janeiro, temos encontros com o pessoal do Rio de Janeiro, da Capital, pra que é... Tra... Trazer de lá melhores soluções pra esses problemas.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e a SETRAB/RJ?

Denildo Laurindo Soares:

É exatamente, quem faz parte da nossa Comissão, são pessoas da Secretaria do Trabalho mesmo, que fazem parte da nossa Comissão e a relação é sempre de consenso, pelo menos a gente sabe... Vem de lá as notícias pra gente, pras nossas organizações e a gente vai ficando a par das necessidades do... Do setor de trabalho.

GTPS:

A troca de informações entre a Secretaria Estadual de Trabalho e a CME, ela é boa?

Denildo Laurindo Soares:

É ótima, inclusive o nosso presidente está sempre visitando o Rio de Janeiro, participando das organizações de trabalho de lá e trazendo inovações pra Nova Iguaçu.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e o Movimento Sindical?

Denildo Laurindo Soares:

Movimento Sindical é..

GTPS:

Os representantes dos trabalhadores?

Denildo Laurindo Soares:

Bom, até agora não teve nenhuma contenda não, tudo que... É discutido no meio dos sindicatos dos trabalhadores, que fazem parte da nossa Comissão, não tem trazido notícia ruins, tem sempre levado pros seus sindicatos, as melhores informações da Comissão Municipal de Emprego e de salário.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e os organismos de representação do empresariado?

Denildo Laurindo Soares:

Exatamente o que já foi dito, que nós temos os melhores entrosamentos entre a... As organizações de empregadores e as organizações de trabalho também, que inclusive nós estamos sentados juntos, discutindo dissídio, salário da... Da classe comerciária e a gente tem... Tem estado bem e eles tem sido satisfeito, com as reuniões e tem dado resultado bom.

GTPS:

O interesse e o envolvimento dos representantes são iguais ou tem algum segmento que se envolve mais que outro?

Denildo Laurindo Soares:

Do representante?

GTPS:

Tem algum segmento que se envolve mais com a Comissão do que o outro, tem mais interesse?

Denildo Laurindo Soares:

Não, normalmente são equalizados, os representantes trazem sempre... Porque as necessidades são iguais, então não... Não tem como existir divergência, porque as necessidades do CDL é... É a mesma da necessidade da... Da ACINI, quanto é do SINCOVANI, as organizações

são sempre unidas, estão sempre trazendo, normalmente, os mesmos motivos pra discussão nas nossas Comissões, nas nossas reuniões da Comissão.

GTPS:

Das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a geração de emprego e renda, quais apresentaram maior eficácia?

Denildo Laurindo Soares:

Quais que apresentaram a melhor eficácia das ações? Todas elas são eficazes. Até então nós não... Não encontramos nenhuma dificuldade no entrosamento com as organizações de trabalho, aqui em Nova Iguaçu.

GTPS:

A Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu faz acompanhamento dos recursos do FAT, uma fiscalização?

Denildo Laurindo Soares:

Faz também. Faz... Porque o pessoal do FAT também faz parte da nossa Comissão e estão lá reunidos, trazendo as notícias, os relatórios, trazendo também as notícias de vagas, de cursos, de... Traz os objetivos de lá e... E a gente tem se entrosado também com o pessoal do FAT muito bem.

GTPS:

E das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a qualificação do trabalhador, quais apresentaram maior eficácia?

Denildo Laurindo Soares:

Bom é... Treinamento que tem havido no SINCOVANI, do qual eu também faço parte da diretoria, é... É isso, é treinar o profissional, temos treinado bastantes profissionais, tem cursos profissionalizantes, tem... Um envolvimento grande com os trabalhadores da Região e periodicamente nós fazemos cursos profissionais, curso de atendimento ao consumidor, treinamento de curso de vendas, tem vários cursos, que tem trazido é... Qualificação profissional, através do SINCOVANI e... É através da... Da própria é... ACINI, porque nós temos lá um projeto Empreender, que traz o pessoal pra treinar para o trabalho também.

GTPS:

Como se dá exatamente a articulação entre as ações de qualificação e as de geração de emprego e renda?

Denildo Laurindo Soares:

A articulação é... É a articulação boa e até nobre, porque as organizações tem se dado muito bem, a... A qualificação também não tem sido das melhores, mas tem sido o que as organiza... Tem podido dar, até pelas dificuldades do mercado, é... Pela dificuldade cultural da Região. Temos encontrado algumas dificuldades, mais tem sido de bom... De boa qualidade o treinamento das organizações.

GTPS:

Como são escolhidos os representantes dos empregadores?

Denildo Laurindo Soares:

São escolhidos pelos presidentes, presidentes das organizações tipo CDL ou tipo SINCOVANI escolhe o... O diretor que tem melhor afinidade com a... Com a questão profissional, do trabalho, da renda e faz a indicação para o prefeito, pra que ele coloque na comissão de emprego e trabalho do município.

GTPS:

E como é escolhida a organização entre as outras organizações do município? O CDL, como é escolhido esse critério? O CDL?

Denildo Laurindo Soares:

As direções são escolhidas através de eleição democrática, onde são indicado as pessoas que tem a vocação pra dirigir, pra gerir e pra... E pra organizar a... O CDL, tipo SINCOVANI e a Associação Comercial.

GTPS:

Quais os problemas encontrados no funcionamento da CME?

Denildo Laurindo Soares:

É... não temos encontrado tantos problemas, e o... O problema as vezes é... É a falta de... De ânimo dos... Dos companheiros e as vezes não comparecem na totalidade, mas sempre quando há um envolvimento maior, uma necessidade maior, tamos todos juntos lá e o grupo tá todo unido pra votar ou pra decidir as questões mais importantes.

GTPS:

O que você acha que deveria ser modificado para a CME desempenhar melhor o seu papel?

Denildo Laurindo Soares:

Eu acho que faltava a presença de uma autoridade como o prefeito, uma entrevista com o prefeito, um relacionamento direto com a autoridade, é aquela que toma conta do município, é aquela que toma conta da região, do bairro... Do bairro longínquo, que o cara tem que sair lá de cabuçu, pra vir trabalhar aqui e não cresce Cabuçu, não cresce Miguel Couto, as vezes por falta do entrosamento entre o prefeito e a Comissão ou... Ou os departamentos mais ligados, pra que não haja... Pra que haja um envolvimento maior entre as autoridades e os empresários, que a dificuldade tá sendo essa, de cultura. O cara vem lá de Miguel Couto pra trabalhar no centro e não tem cultura, vem lá de

Cabuçu e não tem cultura, vem lá de Japeri, não tem cultura. O que ta faltando é cultura mesmo, não é... O forte mesmo é a necessidade do... O nível cultural tá muito baixo, através da falta de uma ação conjunta de prefeitura pra levantar isso aí.

GTPS:

Tem alguma informação que você gostaria de acrescentar?

Denildo Laurindo Soares:

Não, era essa a principal, era... Informação das autoridades que tem a grana na mão, que tem autoridade na mão pra assinar e... E trabalhar junto com as organizações, porque as vezes nós ficamos lá o tempo todo, só... Sem... Com dificuldade por falta de uma autoridade maior pra levar um projeto nosso adiante ou a ma... Maior virtude, porque não tem uma autoridade pra... Pra alavancar isso aí.

GTPS:

Muito obrigado pela entrevista. Gostaríamos de saber se podemos ficar à vontade para utilizar este material para fins de análise científica e, se necessário for, utilizá-lo em nosso relatório de pesquisa.

Denildo Laurindo Soares:

É não tem nada de objeção não, não tem objeção nenhuma.

ANEXO XII

Entrevista com Sidney Costa dos Reis, Chefe do Setor de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) – Unidade Nova Iguaçu, suplente de Wilton José da Silva, representante dos empregadores na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu, realizada em 29/05/2007, às 17h, no SENAI- Nova Iguaçu.

*Por José dos Santos Souza &
Bruno de Oliveira Figueiredo*

GTPS:

Boa tarde Sidney.

Sidney Costa dos Reis:

Boa tarde Bruno.

GTPS:

Como você define Política Pública de Trabalho e Renda?

Sidney Costa dos Reis:

Na realidade a política pública de trabalho e renda ela é, ela é definida pelas ações em que o poder público junto com com a iniciativa privada consegue despendendo recurso para tá preparando é uma mão-de-obra para tá gerando emprego tá. Então a partir do momento que você consegue, nessa parceria né, empresa privada empresa pública, que você consegue mobilizar recursos e pessoas para pra é tá tá gerando possibilidade de geração de empre, de emprego e aí possi, (????) de renda você tá contribuindo com políticas públicas

GTPS:

O que é a Comissão Municipal de Emprego?

Sidney Costa dos Reis:

A CME é uma instituição é público, aonde é... possibilita que a sociedade civil organizada consiga é tratar né é o é o reunir os recursos necessários para que você possa aumentar a empregabilidade da população a essa comissão ela ela acaba buscando né as possibilidades de de formação profissional para pessoas para que possa melhorar a empregabilidade das pessoas do município.

GTPS:

Qual o papel da Educação Profissional na Política Pública de Trabalho e Renda?

Sidney Costa dos Reis:

É fundamental né a a educação profissional ela realmente é que vai fazer o di grande é que vai ser o grande diferencial porque existe hoje é uma uma é uma uma quantidade muito grande de emprego, agora existe muito poucas pessoas preparadas para essa pra esse quantitativo de emprego né, na realidade a gente fala assim a é a existe a a taxa de desemprego é muito grande tá muita gente desempregada, mas muitas das vezes você tem um emprego ali sendo oferecido e você não tem as pessoas naquele perfil né, é se você abre uma uma uma possibilidade de emprego para pra que a pessoa, para pessoas que não tenham uma qualificação você vê que enche né, tem muitas pessoas, por que? Porque é... hoje tem muita gente que não tem acesso a uma formação profissional. Então nesse sentido a educação profissional ela é fundamental, ou seja, se você não não não possibilitar as pessoas uma oportunidade de de de aprender uma profissão você não vai conseguir que as pessoas consigam readiar a renda e conseqüentemente é um fazer o seu próprio sistema.

GTPS:

Como a CME está estruturada?

Sidney Costa dos Reis:

Bom ela é estruturada ela é é no aqui na minha na minha visão ela é ela é tripartite, por que? Ela bota a mesa os empresários, bota o poder público e bota os sindicatos né, e todos na todos é... com periodicidade de de de tá na administração dessa dessa comissão para que? Para que é é cada um com a sua visão possa contribuir né na na na geração de emprego e renda que é o grande a a sim seria a a grande vertente para onde caminha as ações da CME. Elas são estruturadas por seu presidente né os os membros é que são os membros é... titulares e seus suplentes né, sendo que é cada órgão sempre vai fazer a indicação de um de uma pessoa para titularidade e outra para suplente para poder tá sempre representado na na nas suas reuniões.

GTPS:

Quais as atividades desenvolvidas pela CME?

Sidney Costa dos Reis:

Bom, ela ela nas suas reuniões ela procura discutir quais são as possibilidades de geração de renda né, para pra população, ela estuda, por exemplo o caso de de programas como o PLANTEC né, aonde o governo federal disponibiliza uma verba para tá preparando pessoas pro mercado de trabalho e aí ela faz o encaminhamento das demandas daquele né daquele município para que é seja seja de alguma forma agraciado com aqueles cursos, ela é... promove ações também de parcerias com empresas para pra que estas empresas possam custear também programa de formação profissional para pessoas e também trabalho, não é muito eu eu percebo que não é muito reconhecido é o

trabalho da da CME a... porque ela ela é a comissão não tem poder de de de de exigir né as ações, ela na realidade pode sugerir é e aí quando fica muito na sugestão acaba

Sendo assim sendo sendo um pouco prejudicada as ações e aí, por exemplo, a gente a gente pleiteia vários programas e eles não são contemplados e não existe assim não tem muito o que nos fazermos não é, é voltar a discursão é sentar no ano seguinte e tentar implantar estes outros estes programas ta.

GTPS:

Ela faz acompanhamento de fiscalização dos recursos do FAT no município de Nova Iguaçu?

Sidney Costa dos Reis:

É, pelo tempo que eu to, to mais ou menos participando deve ter uns três anos eu não tenho eu não tenho visto estas ações, mesmo porque quando os quando os programas acontecem... muitas das vezes os programas acontecem quando nos vamos saber já ta na já ta no final, já tem re... já ta nos resultados entendeu é porque é os programas é... a grande maioria deles que vem principalmente com o governo federal eles é eles depois que eles cae numa esfera assim, uma esfera que as vezes a gente quando vai perceber aqui na base que as coisas ta acontecendo eles já passaram um tempo e aí é algumas instituições de de formação profissional acabam ganhando essas essas oportunidade de aplicar esses cursos e elas não tem a estrutura é suficiente pra dar um treinamento adequado. Quando quando acontece de nos termos a possibilidade nos fazemos aí sim nos fazemos um trabalho bem diferenciado como foi o caso que aconteceu agora é no último PLANTEC onde nos tivemos o SENAI, o SENAC, a tivemos um a uma ONG que pertence a Igreja Apascenter e inclusive nos tivemos agora no dia no dia 23 a formatura dessas pessoas e foi assim uma coisa bem interessante, todas a todas é... o testemunho das pessoas que participaram do programa foram de programas é feito com um com um com um com é bastante, bastante direcionado né bastante comprometido com a necessidade deles então como houve esse possibilidade então é muito interessante.

GTPS:

A CME faz algum tipo de levantamento da demanda por qualificação profissional?

Sidney Costa dos Reis:

Faz, é todo toda vez que nos fazemos as indicações pro cursos eles são assinado não é com a com com com com os objetivos do município, ou seja, aquilo que ta se desenvolvendo no município são aquelas aquelas aquelas profissões que nos damos preferência pra esses programas, é por exemplo é os cursos na área de de de na área de vitrinista, por exemplo no caso aí do do do comercio ficar aberto em Nova Iguaçu, centro de Nova Iguaçu abrange muito é abrange pega essas pessoas qui são formada então é e ali nos temos o vitrinista pro em pó vendedor é nos temos pessoas pessoas qui é gestores né das das lojas né qui participam participam desses programas nos temos também é o pólo de de cosmético que é muito a... aqui em Nova Iguaçu ele vem se destacando também ele é a gente enfoca pra esses programas então na realidade sempre a comissão procura focar praquela afinidade do município

GTPS:

Como se dá a definição dos cursos desenvolvidos e a contratação das instituições executoras?

Sidney Costa dos Reis:

É isso não... os cursos... a definição dos cursos somos nos é qui fazemos né pela pela CME e encami encaminhamos pro SETRAB né e lá nos encaminhamos uma série de programas que nos achamos interessante ter aqui no município. É depois do SETRAB junta isso é ele vai recebendo de cada município do estado ele junta isso num grande pacote e depois ele faz uma redistribuição disso que aí foge é a a nossa alçada, ou seja, nos passamos nos passamos a não ter mais como influenciar nos cursos que retornam entendeu. Quem faz na realidade essa distribuição é o SETRAB.

GTPS:

E no âmbito da CME como é levantado esses dados sobre a demanda do município?

Sidney Costa dos Reis:

Na realidade já existe muitas pesquisas né por esses anos todos que nos estamos lá na comissão. Nos já temos varias pesquisas pra saber qual a afinidade do do do município né, aonde as pessoas tem tem mais necessidades, aonde estão essas pessoas, pra você ter uma idéia é no a prefeitura tem um cadastro lá qui deve ter mais ou menos quatorze mil pessoas cadastradas né, e eles sabem o endereço dessas pessoas eles tem uma uma série de informações dessas pessoas quer dizer, e aí com isso nos conseguimos a focar os cursos e nos lugares qui é qui realmente tão precisando.

GTPS:

E quanto à qualidade desses cursos, como a SETRAB ou a CME fiscaliza a qualidade dos cursos ministrados?

Sidney Costa dos Reis:

É na realidade é é eu nunca vi uma fiscalização da da SETRAB é na maioria dos programas, eu já vi, por exemplo, em instituições como o SENAI qui é é é um órgão qui assim é tem uma estrutura maior né é acontece o SETRAB faz as fiscalizações mas quando quando cai em instituições menores instituições que é que tem é um um não tanto renome essas essas fiscalizações não acontecem, eu tenho percebido que não tem acontecido tanto que tem tra tem ao nível de trabalho tem fracassado em função em função um pouco disso né, porque o SETRAB não fiscaliza um programa numa instituição e aí a instituição acaba não não conseguindo é... reproduzir aquilo que foi contratado, ta certo. Pra você ter uma noção o ultimo trabalho que foi feito aqui no SENAI é... no programa do do do PLANTEC nos tivemos aqui recebemos a a visita do SETRAB, ele olhou os ambientes, olhou é as oficinas, a parte prática, quer dizer ele fez né todo uma né...conversou com os alunos porque o programa ele fornece alguns alguns auxilio pras pros alunos que é é... vale transporte pra que eles possam ta vindo pro curso. Então tinha que ta tudo certinho né o vale transporte quer dizer isso é que eles... fiscalizar pra todos os todos os movimentos que o SETRAB disponibiliza

programas só que é... pra pra maioria das instituições isso não acontece so pras instituições grandes SENAI, SENAC esses recebem é á visita pó pra fiscalização do SETRAB fora isso instituições menores que eu tem que eu sei nunca receberam essas essas essas fiscalizações.

GTPS:

Como se dão as relações entre os diferentes representantes da CME?

Sidney Costa dos Reis:

É na... existe... como é como como tra... sabendo é o os empregador, empregados e o e o poder publico era pra era pra parecer que ia da muita confusão né, por que são interesses muito civer as interesses muito adversos não, mas quando você foca num num você tem um foco num assunto que é comum e os três percebem né, por exemplo, o empresariado ele sabe que tem uma responsabilidade social a prefeitura também tem e os sindicatos também tem não é todos... quando você foca num assunto que é um assunto comum isso flui tranquilamente não não existe assim muita divergência dentro né é... dentro do do do da comissão não. Não é? É um trabalho que flui tranquilamente cada um bota na sua posição e é respeitado, as coisas que é... claro que não tem unanimidade não é? Porque na realidade não é pra ter mesmo unanimidade mas aquilo se diverge, sempre é colocado em votação e ai quem ganha os outros acatam nunca foi de ter não é, grandes grandes problemas nessa relação não.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e a SETRAB/RJ?

Sidney Costa dos Reis:

É eu não tenho assim muito contato enquanto CME com SETRAB né, porque acaba ficando muito na na na pessoa do presidente né, assim cum tratando com o pessoal da SETRAB. Mas... a... a relação em si não é muito complexa, o problema é que dificilmente eles atende aquilo que nos colocamos enquanto CME é de necessidade do município, entendeu é so, é a gente no, nos as vezes indicamos sei lá, vinte programas e vem pra ca dois três programas so entendeu é issa a.. eu acho que a única relação qui assim de conflito seria essa porque... mas eu fico imaginando também o SETRAB trata do de todo um né trata do do Rio de Janeiro todo e o Rio de Janeiro tem a sua cota então tem que distribuir uma cota pra todo mundo então acho também é um pouco complexo né, é... é... ele não é... é eu eu acho pro exemplo, a comissão poderia ter um pouquinho mais de força lá dentro, poderia trazer um pouquinho mais, mas na realidade é um grande bolo que tem que dividir pra vários municípios e isso é é realmente sempre muita aquém da necessidade toda do Estado por isso a dificuldade de... as grandes dificuldades.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e o Movimento Sindical?

Sidney Costa dos Reis:

É é be... na realidade são parceiros não é, eu percebo quando quando a gente trabalha focado na na geração de emprego e renda são parceiros então eu não percebo assim muito... muito... atrito, muita coisa que dizer que diverge um do outro não ta.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e os organismos de representação do empresariado?

Sidney Costa dos Reis:

É aquilo que eu to falando pra você, a CME ela tem assim é ela tem um um um uma um grande objetivo de geração de emprego e renda é o grande objetivo dela, não é só esse mas esse é um é um dos principais né. É... como é como os in o empresariado é... hoje tem uma já começa pela consciência maior de responsabilidade social então hoje é entendido né que é a parceria é importante na medida em que você é... num num trabalho social do empresariado ele acaba melhorando o entorno da sua empresa, e ele percebe que... a... ele também começa a ter mão-de-obra mais qualificada pra pra poder ta utilizando então acho que também não é muito hoje não é muito problema por conta de a consciência que as pessoas tão tão tomando a partir de algum tempo pra cá.

GTPS:

O interesse e o envolvimento dos representantes são iguais ou tem algum segmento que se envolve mais que outro?

Sidney Costa dos Reis:

Na... a... tem pra o... o segmento de transporte dentro da comissão ele é muito forte, sempre foi né, ele se envolve mais eles tão sempre mais juntos é o segmento metal mecânica também é um segmento que ta a assim muito muito envolvido a... eu acho é é... eu sempre volto a dizer que na medida em que você tem um foco comum né qui tem muita pessoa precisando de de de de uma oportunidade, isso acaba se diluindo não aparece muito ta.

GTPS:

Das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a geração de emprego e renda, quais apresentaram maior eficácia?

Sidney Costa dos Reis:

É um... eu acredito que seja essas voltadas por exemplo nas parcerias é com com com grandes empresas é aonde os empresários eles eles é tem oportunidade tem oportunidade de de de de ir pra dentro da da prefeitura né e é conseguirem dentro de um cadastro da prefeitura conseguir pessoas pra ta trazendo pros seus quadros né, eu acho que isso tem é uma grande ação né fora essa é o PLANTEC é onde a gente por mais que tenha dificuldade a gente sempre consegue fazer alguns trabalhos dentro do PLANTEC uns trabalhos assim bem feito onde as pessoas realmente tem oportunidade... tem pessoas que durante o curso já já demons... já consegue né a empregabilidade então isso também tem sido um uma um fator importante que é uma ação da CME.

GTPS:

E das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a qualificação do trabalhador, quais apresentaram maior eficácia?

Sidney Costa dos Reis:

Am um... Das ações desenvolvida da... voltada pra a qualificação... É eu acho que é esse esse estudo, o estudo que que fiz com a minha comissão né, aonde se sabe hoje qual é a necessidade do município, aonde é que se tem que é investir os esforços né, e ai querer sanar, direcionando pra essas profissões que são profissões que é o vai vai vai manter a pessoa do município dentro do próprio município não vai se deslocar pra outro municípios pra ta arrumando emprego. Eu acho que essa é uma, é uma grande ação.

GTPS:

Como se dá exatamente a articulação entre as ações de qualificação e as de geração de emprego e renda?

Sidney Costa dos Reis:

É... é...ação de articulação da qualifica e geração de renda. Aum... uma coisa, por exemplo, é você fazer a formação profissional tá essa é uma ação que é importante ela ela vai, ela vai a... a... melhorar né, a a possibilidade daquela pessoa e a outra é da geração de emprego, porque não adianta a pessoa sa... ter uma profissão... certo... então a empresa faz você fazer a qualificação...

GTPS:

Como são escolhidos os representantes dos empregadores?

Sidney Costa dos Reis:

GTPS:

Quais os problemas encontrados no funcionamento da CME?

Sidney Costa dos Reis:

GTPS:

O que você acha que deveria ser modificado para a CME desempenhar melhor o seu papel?

Sidney Costa dos Reis:

GTPS:

O que a CME ainda não realizou que você acredita que deveria realizar?

Sidney Costa dos Reis:

GTPS:

Tem alguma informação que você gostaria de acrescentar?

Sidney Costa dos Reis:

GTPS:

Muito obrigado pela entrevista. Gostaríamos de saber se podemos ficar à vontade para utilizar este material para fins de análise científica e, se necessário for, utilizá-lo em nosso relatório de pesquisa.

ANEXO XIII

Entrevista com Nair Rabelo Chagas, Assessora de Governo da Secretaria Municipal de Governo de Nova Iguaçu (SEMUG), representante do Governo na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu, realizada em 31/05/2007, às 17h, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Por Bruno de Oliveira Figueiredo

GTPS:

Boa tarde Nair.

Nair Rabelo Chagas:

Boa tarde.

GTPS:

Como você define Política Pública de Trabalho e Renda?

Nair Rabelo Chagas:

É complicado definir alguma coisa que a gente, no pessoal, considera que quase não existe, mas eu veria como ações transversais, que seria de formação e informação, que deveriam garantir um mínimo de respeito ao ser humano, como agente gerador do seu próprio sustento.

GTPS:

O que é a Comissão Municipal de Emprego?

Nair Rabelo Chagas:

É um colegiado deliberativo, fiscalizador e tripartite, com a principal função de intervir nas políticas de geração de emprego e renda.

GTPS:

Qual o papel da Educação Profissional na Política Pública de Trabalho e Renda?

Nair Rabelo Chagas:

Considero papel primordial, porque a grande fragilidade é exatamente a deficiência nessa formação profissional, também dos desempregados.

GTPS:

Como a CME está estruturada?

Nair Rabelo Chagas:

A sua composição tripartite permite com que a diretoria executiva, funcione alternadamente em sistema de rodízio entre as bancadas, trocando alternadamente todo ano.

GTPS:

A CME faz algum tipo de levantamento da demanda por qualificação profissional?

Nair Rabelo Chagas:

Sim, procuramos em cada bancada levantarmos as demandas dentro das diferentes visões, governo, através de cadastros existentes nos programas, os empregados, através dos sindicatos e os empregadores em pesquisas entre os empresários, comércio e indústria.

GTPS:

Após levantada essas informações, como é que se dá a dinâmica de escolha de organização?

Nair Rabelo Chagas:

Sintetizamos as informações, né? E levantamos a demanda através dessa sintetização, dessas informações, não sei se fui clara?

GTPS:

Como se dá a definição dos cursos desenvolvidos e a contratação das instituições executoras?

Nair Rabelo Chagas:

Deveria dar-se através das demandas pesquisadas, porém encaminhamos à SETRAB/RJ e os cursos liberados nunca condizem com a nossa realidade, bem como a maioria das unidades executoras sequer sabemos de onde elas vieram.

GTPS:

E quanto à qualidade desses cursos, como a SETRAB/RJ ou a CME fiscaliza a qualidade dos cursos ministrados?

Nair Rabelo Chagas:

Hoje, temos dificuldades nessa fiscalização, mas pelas que já fizemos, a maioria deixa muito a desejar. Elas vendem um produto totalmente fora da proposta inicial do projeto ou do que eles nos encaminham, totalmente diferente daquilo que foi proposto.

GTPS:

Como se dão as relações entre os diferentes representantes da CME?

Nair Rabelo Chagas:

Cordiais, procuramos sempre respeitar as peculiaridades de cada representação, com a proposta de um trabalho único, com uma visão totalmente voltada ao interesse de todos, que é a geração de emprego e renda.

GTPS:

Então, não há divergências na Comissão?

Nair Rabelo Chagas:

Na nossa Comissão, não. Vivemos em sintonia.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e a SETRAB/RJ?

Nair Rabelo Chagas:

Pejorativamente falando, de uma forma bem capenga, pois a SETRAB/RJ decide e comunica, o nosso papel fica restrito a preparar o plano de qualificação.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e o Movimento Sindical?

Nair Rabelo Chagas:

É conforme eu já te falei anteriormente, nós vivemos bem sintonizados, pois temos todos a mesma visão.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e os organismos de representação do empresariado?

Nair Rabelo Chagas:

Hoje, eu considero que falta crédito por parte dos empresários à Comissão de emprego, estão perdendo a motivação, porque os resultados nunca aparecem. Na verdade a gente sempre tá comentando, que estamos restritos ao PEQ, parece que a gente só tem essa missão. A competência da Comissão Municipal de Emprego é só PEQ, PEQ, PEQ e... Nadamos e morremos na beira da praia.

GTPS:

O interesse e o envolvimento dos representantes são iguais ou tem algum segmento que se envolve mais que outro?

Nair Rabelo Chagas:

Hoje, considero a bancada governamental com maior envolvimento, talvez por pertencerem a um governo vindo de movimentos sociais, procuram buscar mais informações e contribuir efetivamente.

GTPS:

Das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a geração de emprego e renda, quais apresentaram maior eficácia?

Nair Rabelo Chagas:

Infelizmente, não gostaria de estar falando isso, enquanto conselheira, mas não existem ações que contribuíram com eficácia nessas políticas.

GTPS:

E das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a qualificação do trabalhador, quais apresentaram maior eficácia?

Nair Rabelo Chagas:

Somente as capacitações que de forma ainda tímida, tem ajudado nessas Políticas de Geração de Emprego e Renda, não vejo outras ações que contribuam.

GTPS:

Como se dá exatamente a articulação entre as ações de qualificação e as de geração de emprego e renda?

Nair Rabelo Chagas:

Num país de desemprego não existe esta articulação, nem mesmo essa vinculação, deu pra entender?

GTPS:

Você não acredita que a qualificação gere emprego?

Nair Rabelo Chagas:

Não acredito.

GTPS:

Como são escolhidos os representantes do governo para a CME?

Nair Rabelo Chagas:

Indicados pelo executivo.

GTPS:

Quais os problemas encontrados no funcionamento da CME?

Nair Rabelo Chagas:

Eu considero o Município de Nova Iguaçu, até um Município privilegiado em relação à estrutura logística e administrativa, porque poucos municípios no Estado têm um órgão como temos aqui em Nova Iguaçu, que estrutura logística e administrativamente todos os conselhos municipais e esse privilégio a Comissão Municipal de Emprego tem. Mesmo tendo a preferência de estar acontecendo as suas reuniões ordinárias num outro é... Num outro lugar, mas por opção dos conselheiros. Tem uma sala de reuniões ampla, existe todo um... Uma preparação com secretaria executiva. Então, eu acho que a questão de estrutura na nossa Cidade, não tem sido ruim, tem sido até que boa, principalmente se comparado aos outros municípios.

GTPS:

E assim, dentro do funcionamento da Comissão, o que você acha que tem de problemas?

Nair Rabelo Chagas:

É, o problema grave é a não secretaria executiva ser permanente, ou seja, eu acho que secretaria executiva de qualquer conselho deveria ser cargo de funcionário, porque existe continuidade de trabalho. Uma fragilidade é essa, ou seja, saiu uma diretoria, aí tem que passar livro ata, tem que passar... Não há continuidade, se o secretário executivo fosse sempre a mesma pessoa, ou seja, um funcionário que independeria de cargo, seria continuidade com mais precisão... Mas... Né? Bem melhor.

GTPS:

E as dificuldades que você encontra nas ações de qualificação profissional, nas ações de geração de emprego e renda, o que você acha de problemas nessa articulação?

Nair Rabelo Chagas:

Das dificuldades das capacitações?

GTPS:

De vocês estarem desenvolvendo essas ações, de vocês estarem aplicando essas políticas?

Nair Rabelo Chagas:

Eu acho que é a forma com que o SETRAB nos passa mesmo, entendeu Bruno? Porque quando chegam essas capacitações, elas já chegam empacotadas. Elas não nos dá é... Forma de participação, a não ser a fiscalização, que seria... Que foi coisa que nós já fizemos, quando existia a comissão, nós tínhamos carro disponível para visitar, né? Mas hoje, nós poderíamos estar articulando isso, se a palavra é essa, entre os próprios conselheiros, se tivéssemos oportunidade, num... Num... Num... Hoje, a Comissão Municipal de Emprego, ela tá... É...

GTPS:

O que você acha que deveria ser modificado para a CME desempenhar melhor o seu papel?

Nair Rabelo Chagas:

Eu acho que isso é uma discussão, já tem... Vem... Né? Entra ano, sai ano, a gente discute, mas não é... Procura os instrumentos legais, né? Pra alterar. A gente precisa transformar as Comissões Municipais de Emprego em Conselhos, pra legitimar as ações, pra as deliberações serem de maior peso, né? Eu acho que uma forma de tá se vendo isso, seria uma interação maior entre as Comissões de regiões ou de todo o Estado, né? Seja através de rede, seja através de seminários, conferências, qualquer instrumento que pudesse tar nos unindo mais, quanto conselheiros. No tempo que eu fazia algumas capacitações é... Isso acontecia muito, porque a gente estava sempre interagindo com as outras Comissões do Estado. Hoje, não sei se eu estou afastada desse processo, né? Ou eu sinto essa fragilidade na Comissão como um todo, porque ta todo mundo muito voltado pro seu município só e quando se houvesse maior união, talvez já tivéssemos até conseguido ter mudado a Legislação, sabendo que isso é uma questão municipal, porque cada um município pode tá mudando, né? A sua Lei, mas se houver uma união, eu acho que o peso é maior.

GTPS:

Você acredita que mudando essa estrutura para Conselho, a Comissão vai ter um maior poder de estar desenvolvendo suas ações?

Nair Rabelo Chagas:

Acredito, por conta de que, é... A exemplo dos outros Conselhos do qual eu participo, a gente tem aqui, né? Normalmente o Conselho Nacional, o Estadual e o Municipal. Então, os parâmetros das legislações vão sempre obedecendo uma hierarquia, não é... Uma obediência assim obrigatória, mas como parâmetro mesmo, isso é... Une bastante, porque os Conselhos ficam trabalhando num mesmo foco. Deu pra entender o que eu quis dizer? Ou seja, Conselho do Município de Nova Iguaçu trabalha da mesma forma que o Conselho de Mesquita, que os problemas são os mesmos, que, né? Então, facilita essa Política de Geração de Emprego e Renda. Então, é uma questão mais regional, mais abrangente, né?

GTPS:

O que a CME ainda não realizou que você acredita que deveria realizar?

Nair Rabelo Chagas:

Eu acho que... Eu não sei se é uma... Uma... É... Competência, né? Da Comissão Municipal de Emprego, mas é a proposta principal, que é a geração de emprego e renda, é... É... A fragilidade do nosso país. Eu não consigo ver, entendeu? Qual é o outro objetivo em que a gente possa tá tendo influência, se a proposta principal é essa, geração de emprego e renda. Eu não vejo honestamente, as Comissões Municipais de Emprego como instrumento pra isso. Efetivamente aqui Nova Iguaçu, por exemplo, ela foi instituída em noventa e sete e até hoje se influenciou, foi muito pouco.

GTPS:

Tem alguma informação que você gostaria de acrescentar?

Nair Rabelo Chagas:

É. A necessidade de revermos a situação das Comissões conforme eu já falei, em relação à SETRAB do Rio, né? Porque, seja através de redes, uma união maior ou uma interação maior ou qualquer um instrumento que nos permita essa interação, porque a gente, quanto a todo o sistema, né? Da Política de Geração de Emprego e Renda tem que ter como proposta principal, se não, nada vale a pena, o próprio nome da Comissão já diz isso. Então, se a gente não se une, não procura de uma forma mais efetiva buscar, né? A solução, focar, né? Pra esse tema, pra solução desses problemas, eu acho muito complicado.

GTPS:

Muito obrigado pela entrevista. Gostaríamos de saber se podemos ficar à vontade para utilizar este material para fins de análise científica e, se necessário for, utilizá-lo em nosso relatório de pesquisa.

Nair Rabelo Chagas:

Com certeza, eu gostaria de me desculpar com o Bruno, né? Pelas gafes. Bruno, não estou acostumada a dar entrevista em microfone, mas quero dizer a você que foi um prazer muito grande em estar podendo colaborar com o seu trabalho, nos colocando... Me colocando como pessoa e também a Comissão a sua disposição, pra a gente estar sempre colaborando naquilo que for possível.

ANEXO XIV

Entrevista com Sueli Ribeiro Lima, assistente jurídico do Sindicato do Comércio Varejista de Nova Iguaçu, suplente da Drª Jane, representante dos empregadores na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu, realizada em 01/06/2007, às 10h, no Sindicato citado.

Por Bruno de Oliveira Figueiredo

GTPS:

Bom dia Sueli.

Sueli Ribeiro Lima:

Bom dia.

GTPS:

Como você define Política Pública de Trabalho e Renda?

Sueli Ribeiro Lima:

Na Minha definição, a Política Pública... De Trabalho e Renda, ela teria que ser voltada justamente pro trabalhador, né? Não uma política que tá sendo feita, né? Porque é... Realmente esse setor é muito importante, ainda mais aqui no Brasil que o índice de desemprego é muito grande, então ela... Ela não é voltada mesmo pro trabalhador, né? Isso daí é mais pros políticos fazer... Eu acho, a minha opinião, fazer campanha política e... Não tem aquela... O foco, né? Que é o trabalhador, a inserção do trabalhador no mercado de trabalho.

GTPS:

O que é a Comissão Municipal de Emprego?

Sueli Ribeiro Lima:

A Comissão Municipal de Emprego, se ela fosse é... Exercer o papel dela, que foi criada, seria realmente muito importante pro trabalhador. Porque através dela, que... Os que estão no mercado de trabalho é... Poderão se qualificar e os que não tão no mercado de trabalho, tem o direito de se recolocar no mercado. Só que é uma política, é... Muito política mesmo, voltada pra política, porque ela é muito burocrática. E a Comissão acaba perdendo o papel, né? O papel de qualificar e colocar esse pessoal no mercado de trabalho mesmo é... Voltada mesmo pro trabalhador e ela até agora, não sei se de repente pode mudar, mas até agora eu acho que ela não... Perdeu a essência dela. A Comissão perdeu a essência, porque eu tô na Comissão de Nova Iguaçu, tô na é... Fui uma das fundadoras da Comissão Municipal de Emprego de Belford Roxo e também estou na Comissão Municipal de Emprego de Mesquita. E eu vejo essa dificuldade, não só de Comissões isoladas, de todas as Comissões, a gente não tem realmente apoio, nem respaldo, tá? Nem um assim... Um respaldo que deveria ter a Comissão. É mais uma coisa assim... Política. Daí também, eu acho que começa a perder o papel também da Comissão.

GTPS:

Qual o papel da Educação Profissional nesta política?

Sueli Ribeiro Lima:

Olha, é um papel muito importante, porque quando você qualifica um trabalhador e... Ele tem que ser bem qualificado ainda mais que o mercado de trabalho hoje em dia tá é... Pedindo muita coisa, né? E... A educação hoje, quando você vai colocar um... Um aluno desse pra qualificar, pro mercado de trabalho, você tá pedindo no máximo o ensino médio e a maioria desses trabalhadores não tem o ensino médio. Aí fica complicado porque você não pode nem é... deixar que eles vá é... fazer esse esse curso pra se qualificar porque não tem o ensino médio. Então, eu acho que a educação é primordial porque ela vem da base, você tem que ter a base, infelizmente hoje em dia a maioria não tem essa base.

GTPS:

Então você coloca a importância da educação profissional a nível de ensino médio?

Sueli Ribeiro Lima:

Porque a maioria dos cursos que a SETRAB manda pra a gente, ela exige pelo menos um é... Você ter um um formulário, o aluno tem que preencher um formulário, então determinados cursos você tem que ter o ensino médio infelizmente é o que a gente vê aqui na... principalmente na Baixada Fluminense, a maioria da das pessoas não tem o ensino médio, então como é que ele vai fazer um curso por exemplo, de gerência de vendas realmente precisa de um ensino médio, por que o camarada que não tem nem o ensino fundamental vai fazer um curso desse de gerência de vendas ele vai ficar perdido. Então isso daí é... É... É necessário, mais a educação tem que vir de base, por que ele não tem base, entendeu? Não, não, não eu não vejo investimento na educação porque a maioria das escolas particulares cresceram muito e as a escola pública ficou um pouco é... no canto e as pessoas acham que a não vou estudar em colégio público por que isso por causa daquilo não é bem assim porquê eu hoje em dia eu sou advogada e vim dum colégio público e me orgulho disso e as pessoas de hoje em dia não dá valor. Então tem que começar a reestruturar realmente a educação como um todo principalmente e... A nível de colégio estadual, municipal, federal pra que essa mentalidade distorcida possa aaa sair da cabeça das pessoas que fica só pensando em a nível particular nem sempre o particular é o melhor, entendeu.

GTPS:

Você coloca então, uma importância maior no ensino médio e você tem uma visão da educação profissional como uma complementação?

Sueli Ribeiro Lima:

Com certeza, porque é uma complementação. Porque esses cursos de qualificação é uma complementação, você tem que ter a base, se você não tem a base você como é que você vai chegar aquilo ali, você não tem como, é como eu te falei, como é que você vai fazer o curso de gerência de venda o cara que não tem nem o... o... O ensino fundamental. Ele vai até fazer o curso, mais acontece que você não vai tem como

inserir ele no mercado de trabalho porque quando você vai numa loja e a loja pede é... Ele fez o curso de gerência de vendas, admitiu gerente de vendas, ele vai necessariamente, ele vai querer que o gerente de vendas tenha pelo menos o nível de segundo grau completo e ele vai tá com aquele curso de qualificação como gerente de vendas. Agora se ele tem o ensino médio, o ensino fundamental e ele vai na loja, a loja vai exigir isso e ele não tem ele não vai ser colocado no mercado de trabalho, ele vai ter mais um curso é... ele vai ter mais um curso na sua coleção, mais que não vai servir praquilo a não ser que ele tenha o segundo grau ou até o nível universitário. Entendeu? Vai ficar perdido então quer dizer a essência do da da do curso de qualificação fica perdido.

GTPS:

Como está estruturada a CME?

Sueli Ribeiro Lima:

Olha a Comissão Municipal de Emprego. Eu acho a estrutura dela muito boa, porque ela é tripartite, formada pela bancada dos trabalhadores, bancada do governo... Bancada dos empresários e... A gente tem uma estrutura muito boa, muito voltada, todo mundo participa, eu acho que a estrutura é isso aí mesmo. Esses três segmentos diferenciados e... Muito importante quando você senta na mesa pra discutir a qualificação profissional, quando você tem trabalhador, governo e... Os empresários tudo no mesmo nível, né? Então eu acho isso aí fundamental.

GTPS:

Como é a dinâmica do funcionamento dessa estrutura?

Sueli Ribeiro Lima:

Como eu te falei, a gente tem uma dinâmica muito ampla, inclusive agora a gente tá pensando em fazer uma conferência municipal de emprego de Nova Iguaçu. Já fizemos fórum, Nova Iguaçu já teve o fórum, a gente participa mesmo, agora a gente tá ampliando é... A já tem um projeto e em setembro vai ser inaugurada a Casa do Trabalhador, com SINE próprio, com telecentro, com é... Com os trabalhadores podendo dar entrada no seu auxílio desemprego, com um auditório, sala de vídeo e vai ser bem legal e isso daí é um trabalho desenvolvido também pela Comissão. Eu acho que realmente que isso tá legal.

GTPS:

Quais as atividades desenvolvidas pela CME?

Sueli Ribeiro Lima:

Essas atividades eu já até já te falei agora, né? Com esse, com esse é é a conferência né? O projeto da gente agora é a conferência e agora esse essa Casa do Trabalhador, que vai dar uma guinada realmente na... Na Comissão, né? A gente tá dando, tentando estruturar aí a Comissão de uma forma pra que o próprio município a população os outros segmentos saibam o que é uma Comissão Municipal de Emprego. Então esse é o nosso objetivo agora e transformar a Comissão em... Em Conselho, né?

GTPS:

Essa transformação em Conselho, o que vai efetivar?

Sueli Ribeiro Lima:

Efetivar, porque aí a gente vai ter uma estrutura maior, a gente vai ter verba, que a gente vai poder trabalhar, porque até então a gente fica meio que amarrado porque a Comissão não tem verba então cada um tem que se bancar ou as entidades tem que se bancar. Então ela transformando em Conselho, ela vai ter um uma verba própria onde a gente vai poder fazer realmente seminário, qualificar. A gente também vai começar colocar, criar projeto e executar esse projeto, a própria Comissão. Porque até então agente cria até projeto, mas a gente fica esperando, a gente tem que ficar pedindo. Então já a Comissão é... Transformando em Conselho, a gente tendo uma verba própria, a gente já vai direto executar, entendeu? Através da da dos três segmentos, juntar criar um projeto e automaticamente a gente executar não ficar pedindo principalmente ao governo. Uma coisa...

GTPS:

A CME faz algum tipo de levantamento da demanda por qualificação profissional?

Sueli Ribeiro Lima:

Faz, a Prefeitura aqui de Nova Iguaçu faz, inclusive a gente tá fazendo um Convênio Único, assinar o Convênio Único e nesse Convênio Único obrigatoriamente a gente tem que fazer um levantamento, né? E tá sendo feito até agora pelo Áureo, tá fazendo esse levantamento justamente porque nesse Convênio Único, a gente já incluiu a Casa do Trabalhador, então a gente tem que ter mais ou menos uma visão da demanda do Município. Então a gente já já tá fazendo esse levantamento pra dois mil e sete.

GTPS:

Esse levantamento é feito entre as três bancadas? Como ele é feito?

Sueli Ribeiro Lima:

Não esse levantamento...É como eu falei pra você, como a gente não tem verba, a gente não pode nem contratar um... Um... Técnico pra isso, então a Prefeitura, ela nos cede esse pessoal e esse pessoal da Prefeitura é que tá fazendo esse tipo de trabalho. Aí fica a cargo do Governo né, fazer isso, porque eles tem uma estrutura toda montada né, então agente fica até esperando. A gente tem mais ou menos, eu sei da demanda do... Dos empresários, né? Porque eu trabalho com eles eu sei então quem é da bancada dos trabalhadores sabe também das necessidades dos trabalhadores então cada um faz o seu levantamento como pode e... Lógica da Prefeitura é praticamente quase que perfeito, por eles ter técnicos pra isso, a gente não não não enquanto comissão não somos técnicos nessa área, mais a gente começa a levantar demanda e a gente tenta uma reunião extraordinária e começa a colocar no papel e discutir até chegar a um denominador comum e fazer o Convênio Único.

GTPS:

Como se dá a definição dos cursos desenvolvidos e a contratação das instituições executoras?

Sueli Ribeiro Lima:

Olha só, até agora... Até agora, eu acho assim muito precário, possa ser que mude agora, né? Porque a visão lá do pessoal do SETRAB agora é completamente diferente. Pelo menos eu tive com o Nassim sexta-feira e a visão deles estão mais focado pra realmente uma coisa séria, porque até então as instituições que... Não são todas, mais a maioria das instituições que são cadastradas lá no SETRAB, deixou a desejar e... Fica complicado porque você tem até... Uma uma instituição que não tem estrutura nenhuma pra ministrar um curso, então a... que a... A maioria das pessoas que se inscrevem pra fazer o curso do lá... Lá da... Do... Do Fundo de Amparo ao Trabalhador, os cursos de qualificação tem só dois objetivos, o vale transporte, o... O ticket refeição, o... A cesta básica. O objetivo deles é o, é esse, não é o objetivo central que seria realmente se qualificar pra ser colocado no mercado de trabalho o objetivo deles é receber só, porque as entidades que vão ministrar que são escolhidas também elas não oferecem muita coisa não. Então o Nassim falou que essa é... É... Essa escolha aí vai ser, vai ser realmente mudada e agora devido a essa lei 466 o município pode escolher as entidades que vai executar e Nova Iguaçu ela é uma privilegiada porque ela tem mais de 800 mil habitantes então ela vai fazer o Convênio Único e vai caber a Comissão escolher as entidades que vai executar os cursos no Município e fica legal porque agente já tem mais ou menos as entidades aqui no Município é só elas se inscreverem lá no SETRAB e a gente já conhece, né? Já tem um perfil da entidade, então a gente tem como até mexer em alguma coisa, né? Aí eu acho que vai também muito importante.

GTPS:

E quanto à qualidade desses cursos, como a SETRAB ou a CME fiscaliza a qualidade dos cursos ministrados?

Sueli Ribeiro Lima:

Olha só, até hoje, aqui em Nova Iguaçu eu não vi essa fiscalização. Eu fiz essa fiscalização em Belford Roxo, aqui em Nova Iguaçu eu não fiz, porque as entidades vem pro Município, ministra o Curso e vai embora, não passa pela Comissão. Então fica complicado, é essa a nossa briga, por que quando a entidade é escolhida pra ministrar o curso, obrigatoriamente ela tem que passar pela Comissão e ela não faz isso e ela vai escolher o espaço, ministra o curso e agente não sabe de nada, não fiscaliza, porque realmente agente não é comunicado e a pouco tempo teve até uma... Uma certificação desse curso, nem o presidente da Comissão de Nova Iguaçu foi convi... Convidado, né? Que é peça principal, então a gente fica muito triste com isso, mas essa mentalidade agente ta brigando aí vai ter que mudar isso aí.

GTPS:

Como se dão as relações entre os diferentes representantes da CME?

Sueli Ribeiro Lima:

Bom, a nossa relação é muito boa, muito boa! Te falo de, é muito boa, tem mais ou menos cinco, seis anos, a gente vem trabalhando juntos, a gente tem divergências, claro por que são três segmentos diferentes, mais o objetivo nosso é um só. Eu acho que é muito boa.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e a SETRAB/RJ?

Sueli Ribeiro Lima:

Agora que a gente ta começando a caminhar, porque mudou, o pessoal da SETRAB mudou e eu to vendo que eles tão com uma... Uma visão mais ampla, inclusive já se ofereceram até pra, colocar técnico a disposição da Comissão. O próprio Nassim é... Já foi lá em Belford Roxo, visitou a Comissão de Belford Roxo, se prontificou a visitar a Comissão de Nova Iguaçu e... Falou que o SETRAB tem uma verba pra que a gente solicitasse essa verba pra ajudar na Conferência. Então a gente já tá vendo, tentando ver uma luz lá no final do túnel.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e o Movimento Sindical?

Sueli Ribeiro Lima:

Olha só... Eu faço parte do Sindicato do Comércio Varejista de Nova Iguaçu e... Eu não vejo assim muita interferência nesses movimentos sindicais não. Agente não se envolve muito nisso não, é a minha visão, eu não vejo envolvimento da Comissão nesses movimentos sindicais não. Porque ali quando vai sentar a bancada dos trabalhadores representando o sindicato, igual o presidente do sindicato de Nova Iguaçu, ele é... Diretor de um sindicato de metalúrgicos, um sindicato até forte, que todo mundo conhece. Eu não vejo assim, pelo menos até agora, eu não vejo ele colocando muita relação com Movimento Sindical não, a gente não, a gente realmente foca no que a Comissão tem que ser... Tem que... Tem que fazer, qual é o papel da comissão, não tá focado muito em Movimento Sindical não.

GTPS:

Não existe então, conflitos na relação?

Sueli Ribeiro Lima:

Não. Não. Não. Não existe, isso aí eu posso te falar, que não existe. Muito pelo contrário, quando as pessoas é... Olham pra gente assim, aí às vezes as pessoas vê, por exemplo a gente aqui da bancada dos trabalhadores, dos empregadores sentando pra conversar ou até em solenidade, convida, eles participam. As pessoas ficam assim muito porque á... O pessoal tem uma distorção, o pessoal antigo tinha uma distorção que o patrão teria que ser obrigatoriamente o inimigo do empregado, como tem sindicato aqui em Nova Iguaçu que pensa desse jeito, então não vai sentar na mesma mesa, não vai frequentar os mesmos lugares e não é assim. Cada um precisa do outro, né? Então, ninguém sozinho é forte, então cada um precisa do seu segmento, então a gente tem que realmente se reunir, ainda mais enquanto Comissão, né? Porque ela é tripartite, então a gente tem que respeitar os direitos de cada um e o objetivo de cada um e esse objetivo de cada um tem que somar e formar um objetivo só. É esse o papel da nossa Comissão, eu acho assim.

GTPS:

O interesse e o envolvimento dos representantes são iguais ou tem algum segmento que se envolve mais que outro?

Sueli Ribeiro Lima:

Não, eu acho que o interesse é igual, o único segmento que se envolve um pouco mais é o Governo, mais isso é normal, é política eles aí... Se... Né? Porque, geralmente agora por exemplo, quando a gente tá pensando em fazer a Casa do Trabalhador, vai dar um foco político, com certeza, mas a gente num... Num... É tudo moderado, não é nada extrapolado não.

GTPS:

Eu em participação das reuniões, fazendo observações, eu pude perceber o engajamento de vocês como representantes dos empregadores e o entrosamento, uma busca do entrosamento com outras Comissões. Eu queria saber se essa minha observação é confirmada?

Sueli Ribeiro Lima:

É, inclusive a gente tem até um encontro, é... Realizado trimestralmente, com as Comissões, no final do ano a gente faz uma confraternização num sítio, então é legal a beça. Isso começou com a Jane, aqui do SINCOVANI e a gente tem esse entrosamento, a gente tem um entrosamento com o pessoal da Comissão do Rio, com o pessoal de Niterói, de Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita. A gente tem um entrosamento com Queimados, porque em... Itaguaí, a gente tem uma... Um... Muito legal. Eu acho importante e a gente procura, sabe o que a gente procura é trocar a experiência. Porque às vezes o que tá sendo feito lá em Belford Roxo, de repente a gente, não que a gente vai pegar de lá e fazer aqui em Nova Iguaçu porque a realidade do Município de Nova Iguaçu é outro completamente diferente do de Belford Roxo, a gente pode trazer alguma coisa e daquela coisa que a gente trazer dali de Belford Roxo, a gente pode ampliar pode modificar e trazer pra realidade de Nova Iguaçu, então o que a gente tenta fazer é trocar experiência.

GTPS:

Das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a geração de emprego e renda, quais apresentaram maior eficácia?

Sueli Ribeiro Lima:

Dá pra você repetir?

GTPS:

Das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a geração de emprego e renda, quais apresentaram maior eficácia?

Sueli Ribeiro Lima:

Olha só, foi quando fizemos o... O seminário aqui em Nova Iguaçu, foi muito importante esse seminário, fortaleceu o Município e foi na época que a gente conseguiu assim um número de curso maior pro Município. Então eu achei isso também, legal e teve é porque o objetivo maior não é só qualificar, é qualificar a pessoa e colocar ela no mercado de trabalho e a gente pode ver isso. A gente mesmo, aqui no SINCOVANI, até tentou fazer isso e conseguiu. A gente conseguiu aqui no CDL também e... É esse o objetivo da gente trabalhar nisso, qualificar o pessoal e colocar o pessoal no mercado de trabalho. E o próprio SINCOVANI mesmo tomou a iniciativa e... A gente começou a realmente a fazer isso, qualificar aqui e a maioria da... Fizemos um prêmio de qualidade, de atendimento ao consumidor, onde as lojas seriam premiadas, mas que realmente quem, quem é merecedor desse prêmio era o próprio funcionário, né? E o pessoal começou a vislumbrar isso. Hoje em dia tem pessoas que procuram o Sindicato a vocês não vão fazer mais cursos de atendimento ao consumidor, atendimento ao cliente. Então, isso você acaba chamando, entendeu? E acaba modificando a mentalidade do próprio trabalhador do próprio cara que vai se inscrever pra fazer o curso, porque o fundamental do curso não é ele receber o ticket refeição, vale transporte, ou quer que seja, ele tem que qualificar e realmente e pegar um gancho, porque por menor que seja o que ele aprendeu ali se ele colocar em prática aquilo ali vai servir pra ele, entendeu? Pro crescimento dele. Então esse é o objetivo e realmente quando a gente fez esse seminário e o SINCOVANI se engajou pra fazer o curso, o SEBRAE, também, CDL, e a gente viu que começamos a mudar a mentalidade.

GTPS:

Quando foi feito esse seminário?

Sueli Ribeiro Lima:

Esse seminário foi feito a quatro ou cinco anos atrás.

GTPS:

Como se dá exatamente a articulação entre as ações de qualificação e as de geração de emprego e renda?

Sueli Ribeiro Lima:

É como eu falei com você, tá parado por que o objetivo realmente é você qualificar colocar o cara no mercado de trabalho pra que ele possa gerar renda e por isso que a maioria dos seminários que estão sendo feito é seminário referente à qualificação profissional, por isso que a Comissão Municipal de Emprego vislumbrou isso e a gente tá pretendendo agora em agosto fazer uma conferência, mas uma Conferência é Municipal de Geração de Emprego e Renda. Por que a gente tem que começar a ver, como é que a gente vai fazer isso, como é que a gente vai gerar emprego e renda, num país que você vê que o índice de desemprego é muito grande. Então fica complicado, então a gente tem que realmente ver como é que vai ser feito isso e a gente vai trazer palestrantes, que... É... Palestrantes que têm habilidade com isso, que trabalha com isso, pessoas que... Com... Que... Vai tentar explicar Leis novas que tá aqui no mercado, como o Menor Aprendiz, entendeu então? Isso daí, pra gente também, pra própria Comissão, a gente tá te pedindo curso pelo DIEESE, pra que a gente possa realmente. Como é que a gente vai gerar emprego e renda? Como que é... Como é que é feito isso? Como é que é o pilar disso? Então, a gente, realmente num sabe, então a gente fez o curso de capacitação pra conselheiro e esse Conferência que nós tamos tentando fazer aqui em Nova Iguaçu, que vai... Que vai sair se Deus quiser é justamente pra isso, pra que a gente... veja, como é que vai fazer isso? Não adianta só qualificar e não colocar o camarada no mercado de trabalho pra gerar a própria renda dele, né?

GTPS:

E das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a qualificação do trabalhador, quais apresentaram maior eficácia?

Sueli Ribeiro Lima:

Teve uma... uma... uma... Maior eficácia foi quando a gente fez os cursos de gerência de vendas, fez o curso de cosméticos, porque Nova Iguaçu, agora, é um pólo de cosméticos. Nova Iguaçu conseguiu transformar uma rua de autopeças em um pólo automotivo. Por que? Porque esse pessoal fez curso, tá se qualificando. Então, hoje o pólo é um a um é... Criou um registro, é uma empresa própria, onde as entidades que ministrava esse pólo e agora ela é uma empresa própria, com gerente, com tudo e achei isso muito importante. Nova Iguaçu agora também é um pólo cosme... De cosmético, né? Que veio pequenininho e agora também é um pólo. Então, Belford Roxo, que agora tá com um pólo calçadístico que é, são pequenos artesãos e foi criado esse polo aí. Então é isso que a gente pensa fazer, já que não pode, até que não... Não possa colocar o camarada no mercado de trabalho como carteira assinada, mas a gente dá respaldo a ele até que ele possa ele abrir a própria empresa dele, se interessar em abrir a própria empresa dele, como foi feito aqui em Nova Iguaçu.

GTPS:

Esses cursos em volta do pólo de cosméticos foram feitos com recursos do FAT?

Sueli Ribeiro Lima:

Foi. Foi.

GTPS:

Como são escolhidos os representantes dos empregadores?

Sueli Ribeiro Lima:

Olha só, eles são escolhidos pelos seguinte, pela capacidade, né? E, porque na realidade eu sou funcionária do SINCOVANI, mas quem teria que tá na Comissão era a um diretor do Sindicato, mas pra você entrar na Comissão, pra você participar disso, você tem que ter tempo e a maioria dos diretores tem loja e reclama e diz que não tem tempo. Então, pra você colocar uma pessoa que vai representar a sua entidade e que ela não vai somar então é melhor não colocar. Então o presidente colocou os funcionários que ele sabe que vai vestir a camisa e vai somar.

GTPS:

Quais os problemas encontrados no funcionamento da CME?

Sueli Ribeiro Lima:

O problema maior é a falta de recursos, que nós não temos recursos nenhum. A falta de apoio, principalmente do... Assim... Do próprio Município que não sabe o que que é uma Comissão, por que o nosso trabalho a gente trabalha é um trabalho que é em vão e quando a gente começa a fazer... Fazer um trabalho muito grande, por exemplo, agora com esse último qualificação que teve certificação do curso, a Comissão não é convidada, não que a gente queira aparecer, a gente que, não é eu Sueli, junto. A Comissão, como se fala, a Comissão em si. A Comissão tá englobando todos os três segmentos. Então, num se propaganda muito isso. Aí vai lá o político, botar a carinha dele lá, á eu vou dar o certificado, como se tivesse dando o certificado e o papel todo da Comissão, que faz um trabalho de base, vai ali faz um levantamento, senta, conversa, escolhe o curso, vê o que precisa realmente, qual é a realidade do Município, aí quer dizer fica um pouco perdido, né? Porque infelizmente os políticos vê esses curso aí, vê ainda isso com visão política e aí a...

GTPS:

Esse trabalho de levantamento de demanda, de procura pelos cursos, vocês conseguem efetivar esse trabalho junto com a Secretaria Estadual, Como é que é essa relação dos cursos escolhidos?

Sueli Ribeiro Lima:

Antigamente era escolhido a moda vamos embora, tá? Era escolhido assim, aí de uns três anos pra cá, a gente tem mudado essa mentalidade, por que a gente tá vendo, vendo da SETRAB jogar ó. Ela manda o PLANTEC pra gente, eu quero isso pra... daqui a dois dias, aí você senta e começa a fazer uma coisa. A gente é... Aquilo ali começou a incomodar a gente, da Comissão, como a Comissão do Rio de Janeiro inteiro. A gente tem assim um contato e a gente começou a reclamar na SETRAB, que não poderia ser feito assim, teria que ser feito uma coisa mais ampla, por isso é que eles mandaram esse curso de capacitação pra conselheiro, pra que a gente tivesse uma outra visão e... Que... A gente precisaria de um técnico e agora com esse Convênio Único, é obrigatório, tem que ter um técnico de educação, técnico de projeto. Então, isso daí é como eu já te disse, a Prefeitura ela tá fazendo esse, esse levantamento maior e o... O nosso segmento a gente sabe mais ou menos. A gente trabalha o dia... A dia e a gente sabe qual é a necessidade.

GTPS:

O que você acha que deveria ser modificado para a CME desempenhar melhor o seu papel?

Sueli Ribeiro Lima:

Eu já falei no começo, transformar em Comissão.

GTPS:

Esse é o enfoque que você dá maior?

Sueli Ribeiro Lima:

A Comissão em Conselho. Eu acho que tem que ser feito o mais rápido possível. Porque isso dá uma legitimidade maior, a... A... Vai dar uma legitimidade maior à Comissão.

GTPS:

Tem alguma informação que você gostaria de acrescentar?

Sueli Ribeiro Lima:

Não eu acho que a informação foi... Até... Eu falei sobre Casa do trabalhador, e... A Conferência... E a informação maior é que realmente a mentalidade lá do da SETRAB tá mudando. A gente não tinha acesso ao pessoal lá da administração, aí agora a gente tá tendo um acesso, a gente agora pode mandar uma carta, sentar e conversar com ele, então eu acho isso importante.

GTPS:

Então não tinha muito entrosamento com a gestão anterior?

Sueli Ribeiro Lima:

Não. Não, eles eram muito... Acima de nós.

GTPS:

O que a CME ainda não realizou que você acredita que deveria realizar?

Sueli Ribeiro Lima:

A eu acho que um... Um curso em massa mesmo e outra coisa, gerar emprego né. Eu acho que primordial é isso aí, a geração de emprego.

GTPS:

Muito obrigado pela entrevista. Gostaríamos de saber se podemos ficar à vontade para utilizar este material para fins de análise científica e, se necessário for, utilizá-lo em nosso relatório de pesquisa.

Sueli Ribeiro Lima:

Sim, com certeza. Eu coloco a disposição a Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu, como já foi convidado pra várias reuniões e o que você precisar da Comissão e... Desde já é... Deixo o convite aí, pra participar da nossa Conferência.

ANEXO XV

Entrevista com Dr. Aluizio Borges, Gerente Executivo da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Nova Iguaçu (CDL-NI), representante dos empregadores na Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu, realizada em 04/06/2007, às 15h, na Câmara citada.

Por Bruno de Oliveira Figueiredo

GTPS:

Boa tarde Dr. Aluizio.

Dr. Aluizio Borges:

Boa tarde.

GTPS:

Como o senhor define Política Pública de Trabalho e Renda?

Dr. Aluizio Borges:

A Política de Trabalho e Renda, ela busca discutir formas para gerar empregos e diminuir a exclusão social, através de parceria entre o Poder Público, a classe empresarial e a classe dos trabalhadores.

GTPS:

O que é a Comissão Municipal de Emprego?

Dr. Aluizio Borges:

Ela reúne... Reúne representantes do Governo Municipal, dos trabalhadores e dos empresários, cuja finalidade é acompanhar, estabelecer e avaliar uma política de emprego, através de cursos de qualificação e geração de emprego. Os membros da Comissão não recebem qualquer tipo de remuneração.

GTPS:

Qual o papel da Educação Profissional na Política Pública de Trabalho e Renda?

Dr. Aluizio Borges:

É sempre procurar qualificar a mão-de-obra, onde, com o avanço tecnológico, muitas coisas mudaram. Hoje, um caixa de supermercado tem que entender de informática, código de barra. Onde, um pedreiro tem que aprender a manusear novas ferramentas e por aí vai.

GTPS:

Como a CME está estruturada?

Dr. Aluizio Borges:

A Comissão, ela é regida por uma Lei Municipal e por um regimento interno. Ela é representada pelas entidades patronal, dos trabalhadores e órgãos do Governo, ao chamado tripartite. Ela é composta de presidente e vice-presidente e os demais membros. A eleição para presidente e vice-presidente é em forma de rodízio entre as bancadas e o mandato tem duração de um ano e não pode haver recondução para o período consecutivo. Os demais membros é composto de titular e suplente e seu mandato é de três anos, sendo possível apenas uma recondução.

GTPS:

Quais as atividades desenvolvidas pela CME?

Dr. Aluizio Borges:

Fazemos reuniões ordinárias e extraordinárias, onde são discutidos planos de trabalho, visitas técnicas, Plano Municipal de Emprego, atualização de dados, relatório de atividades, seminário, tudo relacionado à Política Pública de Emprego e Renda.

GTPS:

A CME faz algum tipo de levantamento da demanda por qualificação profissional?

Dr. Aluizio Borges:

Na realidade, o levantamento é feito através dos representantes que compõem a Comissão. Exemplificando, a bancada dos empresários indicam cursos que mais lhe interessam. É o caso do Sindicato do Comércio, que indica cursos de vitrine, vendedor e outros. Os Sindicatos dos empregados indicam outros cursos e assim por diante. A demanda vem daí.

GTPS:

Como se dá a definição dos cursos desenvolvidos e a contratação das instituições executoras?

Dr. Aluizio Borges:

Infelizmente, no nosso País, quem não tem mando, não tem poder. É o caso da Comissão, pois quem tem o mando é a SETRAB do Rio de Janeiro, que escolhe o curso que vai financiar, pouco se importando das nossas necessidades. Para você ter uma idéia, de sessenta cursos indicados pela Comissão, só três que é escolhido e geralmente é o que menos interessa. Quanto à contratação das instituições executoras, me parece que ao indicarmos o curso, já consta no relatório a instituição que vai executar.

GTPS:

E quanto à qualidade desses cursos, como a SETRAB ou a CME fiscaliza a qualidade dos cursos ministrados?

Dr. Aluizio Borges:

Geralmente é através de relatório, pesquisa com os alunos.

GTPS:

A Comissão Municipal de Emprego, então faz este tipo de avaliação, de fiscalização?

Dr. Aluizio Borges:

Exatamente.

GTPS:

Como se dão as relações entre os diferentes representantes da CME?

Dr. Aluizio Borges:

A relação, ela é harmoniosa, ninguém procura colocar os seus interesses acima da razão. Todos procuram respeitar as opiniões de cada um, independente do segmento, pois quando a Comissão se reúne é com um único objetivo, a geração de emprego e a sua qualificação.

GTPS:

Então, não há divergências no diálogo entre os representantes da Comissão Municipal de Emprego?

Dr. Aluizio Borges:

Não... Não... Não há, são tudo... A gente trabalha em harmonia.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e a SETRAB/RJ?

Dr. Aluizio Borges:

Quem pode responder a esta pergunta, é o presidente da Comissão e o representante do Governo, o senhor Áureo, que mantém uma relação direta com o SETRAB. Nós da Comissão não temos contato, pelo menos é o meu caso.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e o Movimento Sindical?

Dr. Aluizio Borges:

A relação, ela é salutar, até porque alguns sindicatos fazem parte da Comissão.

GTPS:

Como se dá a relação entre a CME e os organismos de representação do empresariado?

Dr. Aluizio Borges:

A relação também é salutar, eles tão juntos também com a gente.

GTPS:

Em busca do objetivo comum?

Dr. Aluizio Borges:

Exatamente.

GTPS:

O interesse e o envolvimento dos representantes são iguais ou tem algum segmento que se envolve mais que outro?

Dr. Aluizio Borges:

Embora eu represente o segmento dos empresários, mas o segmento dos trabalhadores se envolve mais e não poderia deixar de ser, pois o maior interesse na geração de emprego é do segmento dos trabalhadores, embora todos tenham o mesmo objetivo.

GTPS:

Das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a geração de emprego e renda, quais apresentaram maior eficácia?

Dr. Aluizio Borges:

Na minha opinião, nenhuma ação até agora teve eficácia. Não por culpa da Comissão, mas pelo sistema que não busca criar um banco de vagas, porque se torna uma utopia qualificar sem emprego. É preciso criar Leis que obriguem as empresas, que vão se instalar no Município empregar pelo menos cinquenta por cento de trabalhadores residentes na cidade. Hoje esse papel está condicionado ao vale transporte, o que não é o suficiente.

GTPS:

E das ações desenvolvidas pela CME voltadas para a qualificação do trabalhador, quais apresentaram maior eficácia?

Dr. Aluizio Borges:

Para saber se os cursos de qualificação foram eficientes é preciso executá-lo. É só através do emprego que vamos saber se o curso de qualificação foi satisfatório e por isso seria importante esse acompanhamento.

GTPS:

Então o senhor coloca a importância de estar fazendo o acompanhamento da colocação dessas pessoas no mercado, para ver o resultado dessas políticas?

Dr. Aluizio Borges:

Exatamente, porque fazer, qualificar e não ter aonde colocar, não adianta nada. É como se um médico se formasse a vinte anos atrás e fosse trabalhar hoje.

GTPS:

Como se dá exatamente a articulação entre as ações de qualificação e as de geração de emprego e renda?

Dr. Aluizio Borges:

Na minha opinião, uma coisa está ligada a outra. Não adianta qualificar e não gerar emprego. A única saída é criar um banco de vagas, para que os trabalhadores qualificados tenham uma oportunidade de desenvolver os seus conhecimentos.

GTPS:

Como são escolhidos os representantes do governo para a CME?

Dr. Aluizio Borges:

Na realidade é... É... Uma banca, né? Que determina quem são os representantes é... Dos empresários aqui em Nova Iguaçu. No caso o nosso aqui, a Câmara dos Dirigentes Lojistas, ela representa o comércio, da mesma forma em que o Sindicato do Comércio Varejista representa o comércio, né? Da mesma forma que o SENAI representa a indústria, né? Então são essas entidades que é... Foram escolhidas, então manda-se um ofício pra cá pra que a gente indique dois, o titular e o suplente, então assim que é formada.

GTPS:

Então isso parte do Governo Municipal?

Dr. Aluizio Borges:

Do Governo Municipal, até porque a própria Lei determina isso.

GTPS:

Quais os problemas encontrados no funcionamento da CME?

Dr. Aluizio Borges:

É... Na minha ótica, são muitos... Tá... A começar pela estrutura física, que nem local fixo temos. Não temos um fundo de sustentabilidade e por aí vai. Eu acho que é importante que a Comissão tenha condições de trabalho, para desenvolver um... Os seus objetivos.

GTPS:

O que o senhor acha que deveria ser modificado para a CME desempenhar melhor o seu papel?

Dr. Aluizio Borges:

É... Estamos num mundo capitalista, em sã consciência ninguém trabalha sem pelo menos ter as suas despesas pagas e a Comissão por Lei não pode ser remunerada. A saída é transformar a Comissão em Conselho e passar a remunerar os seus membros, criar uma estrutura mais adequada, dar mais liberdade de ação, pois a idéia é boa. Dinheiro tem através do FAT, o que eu observo é que a Comissão do jeito que está só está cumprindo a Lei.

GTPS:

O que a CME ainda não realizou que o senhor acredita que deveria realizar?

Dr. Aluizio Borges:

Um banco de vagas. Eu bato nessa tecla. Cadastrando todas as empresas do Município e as vagas existentes, uma espécie de agência de emprego.

GTPS:

Então o senhor dá a importância de estar colocando em função da demanda de emprego?

Dr. Aluizio Borges:

Com certeza, porque não adianta. Volto a repetir, não adianta qualificar. Você qualifica cinco mil, tem uma vaga e aí! Então tem que haver a vaga, uma coisa ta ligada com a outra, não adianta você qualificar. O... O mundo gira muito rápido, o que você aprendeu ontem, amanhã já não serve mais pra nada. Então não adianta você qualificar e daqui a um ano arrumar um emprego pra aquela pessoa que fez o curso anteriormente, não vai adiantar nada, vai gastar dinheiro a toa, é... Isso é uma utopia, tem que se criar vagas. É... Buscar nas empresas. Ó... A empresa tal tem cinco vagas, faz-se um banco. Esse pessoal precisa ser qualificado, então vamos colocar lá. Esse que é o papel certo, que eu acho, na minha opinião.

GTPS:

Tem alguma informação que o senhor gostaria de acrescentar?

Dr. Aluizio Borges:

Na última reunião, o senhor Áureo informou, que foi à Brasília e que Nova Iguaçu foi contemplado com a instalação da Casa do Trabalhador, com toda... Com toda estrutura física, onde a Comissão de Emprego será instalada e a novidade é que teremos uma verba para administrarmos os cursos, desde que sejam atingida as metas traçadas por eles. É esperar pra crer.

GTPS:

Muito obrigado pela entrevista. Gostaríamos de saber se podemos ficar à vontade para utilizar este material para fins de análise científica e, se necessário for, utilizá-lo em nosso relatório de pesquisa.

Dr. Aluizio Borges:

Não tem problema, pode... Pode usar. Espero que eu tenha ajudado em alguma coisa.

ANEXO XVI

DIÁRIO DE CAMPO (Primeira Etapa)

Nova Iguaçu, 28 de Fevereiro de 2007

Para identificar a localização da Comissão Municipal de Emprego (CME) de Nova Iguaçu/RJ, me direcionei a Câmara Municipal de Nova Iguaçu/RJ (CMNI), pois pesquisando o site deste órgão, verifiquei a descrição de uma Comissão de Indústria, Comércio, Trabalho e Emprego. Esta Comissão descrita é composta pelos vereadores Maurício Morais Lopes (PHS), Carlos Eduardo Moreira da Silva (sem partido) e Carlos Roberto Ferreira (PT), sendo este o presidente. Também estão descritas as funções da CME, "manifestar-se sobre ações e proposições referentes as relações de trabalho, renda e geração de emprego e ainda sobre o desenvolvimento econômico do Município". Ao chegar na CMNI, conversei com Flávio Médici da Silva e este me explicou que a Comissão era parte institucional da CMNI e não tinha ligação direta com os recursos do FAT. Concluída a visitação a CMNI, fui à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social (SEMDES) e conversei com José Áureo Bastos. Em conversa informal José Áureo fez uma breve exposição acerca da CME, relatando que esta é estruturada em função da SEMDES, de forma tripartite e paritária, contendo dezoito componentes. Segundo José Áureo a CME inicialmente era composta por doze componentes sendo modificado pelo decreto municipal nº 7.064. A sucessão desta Comissão é feita por sistema de rodízio entre as representações governamentais, empresariais e dos trabalhadores, a cada doze meses, sendo vedado a recondução para período consecutivo. As reuniões são feitas mensalmente todas as segundas quintas-feiras, no prédio do SEBRAE. A gestão atual é presidida por Júlio Cosme Castilhos, representante dos trabalhadores e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Nova Iguaçu/RJ. José Áureo em conversa informal afirma que em 2005 houve uma ausência dos representantes dos trabalhadores que em sua vez de substituição pelo sistema de rodízio, não apresentou representante, sendo ocupado pela gestão empresarial. Além disso Júlio Cosme Castilhos só está na presidência por pressão de José Áureo, havendo um total desinteresse por parte da representação dos trabalhadores. Em 2005 foi firmado convênio com os municípios de Mesquita, Paracambi em função da Resolução do CODEFAT Nº 333/2003, segundo José Áureo o consórcio não conseguiu ser aprovado e depois por divergências políticas se desfez. A partir da Resolução do CODEFAT Nº 466/2006, que diminuiu de um milhão de habitantes para trezentos mil habitantes o critério para obter recursos do FAT diretamente do governo federal pelos municípios, o governo municipal de Nova Iguaçu/RJ perdeu o interesse nos arranjos do consórcio. Em 2006 dispo do Resolução do CODEFAT Nº 466/2006, o governo municipal tentou obter recursos diretamente e não obteve resultados estando em estado indeferido. Ainda em 2006, na gestão governamental da CME, José Áureo era presidente e junto a Secretaria Municipal de Trabalho (em meados de 2006 transformou-se em SEMDES), elaborou o Plano Plurianual Municipal, contendo setenta e dois cursos de qualificação profissional. Esse plano foi enviado à Comissão Estadual de Emprego CEE/RJ e à Secretaria de Trabalho SETRAB/RJ, para se aprovado em âmbito Estadual. Inicialmente a contrapartida Estadual foi de vinte e dois cursos, caindo para três cursos pedidos pelo Município e três impostos pelo Estado ao Município de Nova Iguaçu. Esses resultados demonstram a total subordinação do Município de Nova Iguaçu às PPTR do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Terminando nossa conversa, perguntei a José Áureo sobre as fontes bibliográficas primárias (atas, relatórios, pareceres e etc.) e ele me respondeu que haviam atas não aprovadas e algumas não estavam prontas. José Áureo ficou de mandar o mais rápido possível as atas e relatórios para o meu email.

A impressão que tive, foi de uma total falta de interesse na gestão da CME, tanto da parte governamental quanto da parte dos representantes dos trabalhadores. Podemos notar a falta de uma sede para as reuniões, esse fato demonstra a falta de pressão política dos representantes dos trabalhadores em pressionar o governo municipal, sendo este o responsável pelo custeio, estando disposto no 7º artigo do decreto municipal 5.871 de 04 de junho de 1997, além da falta de organização.

Contatos:

Flávio Médici da Silva, assessor de Carlos Roberto Ferreira (Vereador do PT na Câmara Municipal de Nova Iguaçu/RJ), Cel: 9217-9396.

José Áureo Bastos, Subsecretário de Emprego, Cel: 8849-6500

Documentos Coletados:

- ⇒ Decreto nº 5.871 que institucionaliza a CME de Nova Iguaçu/RJ;
- ⇒ Regimento Interno do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego do Município de Nova Iguaçu/RJ;
- ⇒ Alterações do Decreto nº 5.871, modificando o número de componentes da CME, que passa de doze para dezoito.

Nova Iguaçu, 01 de Março de 2007

Hoje, fui à SEMDES, conversei com Fabiana Lima e ela se propôs a enviar-me por email a estrutura organizacional da SEMDES, além de estar disponível a marcar entrevista com Ricardo Capelli (Secretário Geral da SEMDES), conforme precisão. Logo após, fui à Coordenadoria dos Conselhos Municipais e conversei com Ladisséa da Silva Salvino e ela indicou Nair como a pessoa mais indicada para fornecer informações acerca da CME. Segundo Ladisséa, Nair é funcionária pública e acompanha a CME desde governos anteriores, além da gestão atual.

Contatos:

Fabiana Lima, Secretária da SEMDES, Secretária de Ricardo Cappelli;

Ladisséa da Silva Salvino, Secretária Adjunta da Coordenadoria dos Conselhos Municipais, Cel: 9994-2476;

Nair, CMDCA: 2767-8990 Cel: 8616-7667.

Nova Iguaçu, 05 de Março de 2007

Neste dia me comuniquei com Nair Rabelo Chagas, pessoa indicada por Ladisséa da Silva Salvino, e marquei uma visita para o dia seguinte após as duas da tarde. Essa pessoa é componente da Comissão Municipal de Emprego e já se disponibilizou a introduzir-me na Plenária da CME.

Nova Iguaçu, 06 de Março de 2007

Hoje, liguei para Nair desmarcando a visita e remarcando para o dia nove de março.

Nova Iguaçu, 08 de Março de 2007

Hoje, fui à SEMDES, conversei com José Áureo Bastos sobre a documentação que ficou de enviar-me e ele se desculpou por não ter tido tempo de preparar. Logo após conversei com Fabiana Lima sobre a possibilidade de uma entrevista com Ricardo Capelli e ela falou que na próxima semana seria difícil, mas conversaria com ele e ligaria para combinar um melhor dia.

Documentos Coletados:

Decreto N° 7.447 de 06 de julho de 2006, regulamentação das estruturas da SEMDES.

Nova Iguaçu, 09 de Março de 2007

Hoje, fui ao encontro de Nair, como havia marcado anteriormente. Ao chegar no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Nair se encontrava resolvendo muitas tarefas, por isso tornou-se inviável a conversa. Mesmo atarefada ela se disponibilizou a auxiliar-me no que precisasse, adiando a conversa para a semana seguinte. Logo após fui à CMNI, conversei com Flávio Médici da Silva e ele explicou-me que a CICTE foi criada junto com a CMNI. Em 2003 houve uma reformulação da organização da CMNI e essa Comissão foi novamente introduzida.

Nova Iguaçu, 12 de Março de 2007

Neste dia, visitei com Caroline Constant a Secretaria de Trabalho e Renda (SETRAB), fomos entregar o ofício ao setor de qualificação profissional e logo após fomos à CEE. Ao chegar na CEE, conversamos com Iolanda Fonseca, Carlos Frederico Sampaio Cintra e Celia Basto. Nessa conversa, Iolanda Fonseca expôs a necessidade de uma gentileza formal do encaminhamento de um ofício ao Secretário de Trabalho e Renda, Alcebiades Sabino dos Santos, e um outro ofício mais específico para o Secretário Executivo da CEE, Airtton Aguiar Ribeiro, especificando o trabalho e o que precisaria dessa Comissão. Expliquei à Iolanda Fonseca que esse momento seria de um primeiro contato e com isso consegui abertura para um diálogo. Carlos Frederico Sampaio Cintra se prontificou a apresentar-me as informações sobre a CME de Nova Iguaçu, mostrou-me a pasta desta Comissão e as informações estavam desatualizadas, sendo a última atualização feita em 2004, também forneceu o nome de Winston das Neves Oliveira, representante do Sindicato dos Rodoviários, sendo este componente e membro atuante da CME de Nova Iguaçu. Tanto Carlos Frederico Sampaio Cintra, quanto Celia Basto, alegaram dificuldades na comunicação com as CME do Estado do RJ, seja pela precariedade estrutural de alguns municípios ou pela falta de interesse por parte dessas Comissões. Celia Basto terminou expondo a política da nova gestão da SETRAB, estando o secretário interessado em criar um elo de comunicação de maneira que possam ser identificadas as dificuldades das CME do Estado do RJ. Segundo Celia Basto, serão expedidos ofícios aos municípios expondo a situação destes junto a CEE, dando os parabéns aos municípios atuantes e atualizados e os municípios desatualizados serão visitados pelo Secretário de Trabalho e Renda.

Contatos:

Iolanda Fonseca, Assessora do Secretário Executivo da CEE/RJ

Celia Basto, Técnica da Secretaria Executiva da CEE/RJ

Carlos Frederico Sampaio Cintra, Técnico da Secretaria Executiva da CEE/RJ

Telefone da CEE/RJ: 2299-1414 – Fax: 2299-1415

Email: cee@setrab.ri.gov.br

Winston das Neves Oliveira, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários, Tel: 2767-4109.

Nova Iguaçu, 13 de Março de 2007

Hoje, fui à SEMDES e marquei a entrevista com Ricardo Capelli para a próxima quinta-feira dia 15 de março. Logo após fui ao encontro de José Áureo Bastos e coletei alguns documentos.

Documentos Coletados:

- ⇒ Livro Ata 01 e 02 da CME de Nova Iguaçu/RJ;
- ⇒ planilha de cursos solicitados no Plano Plurianual, PLANTEQ do Município de Nova Iguaçu/RJ, contendo a solicitação de 72 cursos;
- ⇒ 1ª proposta da SETRAB/RJ para os cursos de qualificação profissional a serem aplicados no Município de Nova Iguaçu/RJ, contendo 22 cursos;
- ⇒ proposta de alteração dos cursos por parte do Município de Nova Iguaçu/RJ e a aprovação dos 22 cursos;
- ⇒ cursos que efetivamente foram autorizados pela SETRAB/RJ, contendo 3 cursos da demanda Municipal e 3 cursos da demanda Estadual, a serem aplicados no Município de Nova Iguaçu/RJ.

Nova Iguaçu, 15 de Março de 2007

Neste dia, fui com meu orientador, José dos Santos Souza, entrevistar Ricardo Cappelli.

Nova Iguaçu, 19 de Março de 2007

Neste dia, tentei me comunicar com Winston das Neves Oliveira, mas não obtive êxito.

Nova Iguaçu, 20 de Março de 2007

Neste dia, fui com meu orientador, José dos Santos Souza, entrevistar José Áureo Bastos.

Nova Iguaçu, 21 de Março de 2007

Hoje, liguei para Nair Rabelo Chagas e marquei uma conversa informal para o próximo dia às 14:00h, na Coordenadoria dos Conselhos Municipais de Nova Iguaçu/RJ. Logo após liguei para Winston das Neves Oliveira e fui ao encontro dele no Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Nova Iguaçu. Em conversa com Winston das Neves Oliveira, ele colocou sua posição de falar sobre o funcionamento da CME após apresentar-me ao presidente da CME. Conversando, ele falou que a CME era mais atuante e havia fiscalização dos agentes contratados e da aplicação desses cursos.

Nova Iguaçu, 22 de Março de 2007

Neste dia, fui ao encontro de Nair Rabelo Chagas na Coordenadoria dos Conselhos Municipais de Nova Iguaçu/RJ, chegando lá ela estava em reunião, mesmo assim forneceu-me alguns documentos da CME e remarcou o encontro para o próximo dia, às 9:00h.

Documentos Coletados:

- ⇒ Composição da CME de Nova Iguaçu/RJ;
- ⇒ Portaria Nº105 de 09 de março de 2006, definindo os componentes da CME;
- ⇒ Portaria Nº279 de 05 de junho de 2006, alterando a composição dos membros da CME.

Nova Iguaçu, 23 de Março de 2007

Hoje, fui à Coordenadoria dos Conselhos Municipais de Nova Iguaçu/RJ, conversar com Nair Rabelo Chagas. Durante a conversa ela relatou-me que nos governos anteriores a CME era mais atuante e os membros fiscalizavam a aplicação dos cursos pelos agentes. Segundo ela a CME tinha dificuldades muito maiores, pois o Governo Estadual contratava os agentes implementadores dos cursos de qualificação sem comunicar a CME, mesmo assim havia fiscalização e controle por parte dos membros da CME. Ao perguntar sobre o grau de interesses por parte das três representações, Nair Rabelo Chagas falou-me que a CME não é propositiva, a representação empresarial está na Comissão mais para ter acesso privilegiado sobre informações do que contribuir com a função da CME. Hoje as ações da CME estão em função das proposições do Governo Municipal.

Nova Iguaçu, 26 de Março de 2007

Hoje, liguei para Rogério Rocha e marquei uma entrevista para a próxima quarta-feira dia 28 de março, as 9:30h. Logo após liguei para Julio Cosme Castilho de Oliveira e combinei uma conversa informal para a tarde da terça-feira, dia 27 de março, no SINDMETALRIO.

Contatos:

Rogério Rocha, Subsecretário de Trabalho e Emprego da SEMDES, Cel: 9268-1813, email lithus13@yahoo.com.br;

Julio Cosme Castilho de Oliveira, Representante dos trabalhadores e presidente da CME de Nova Iguaçu/RJ Cel: 8884-1827;

Nova Iguaçu, 27 de Março de 2007

Hoje, liguei para Julio Cosme Castilho de Oliveira e ele não pode passar no Sindicato, pois teve alguns compromissos não previstos e pediu para eu ligar na próxima semana.

Nova Iguaçu, 28 de Março de 2007

Neste dia, fui com meu orientador, José dos Santos Souza, entrevistar Rogério Rocha.

Nova Iguaçu, 29 de Março de 2007

Hoje, conversei com Nair Rabelo Chagas e ela indicou-me os nomes de alguns conselheiros que teriam maiores informações e experiências na atuação junto a CME.

Contatos:

REPRESENTANTES DO GOVERNO

- ⇒ Valéria da Conceição, Sistema Nacional de Emprego – Nova Iguaçu (SINE-NI) – Tel.: 2667-5619.

REPRESENTANTES DOS EMPREGADORES

- ⇒ Deisy Pereira Lima, SEBRAE/RJ (Escritório Regional da Baixada – Nova Iguaçu) - Cel: 9857-8530 - daisy@sebraerj.com.br.
- ⇒ Dr.ª. Jane Abdon, Sindicato do Comércio Varejista de Nova Iguaçu (SINCOVANI) - Cel: 9797-4208 - janeabdon@sincovani.com.br.
- ⇒ Elizabeth Bispo, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) – Tel: 2106-7700 - rr.niguacu@firjan.org.br, elizabethbispo@firjan.org.br.

⇒ Wilton José da Silva, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Unidade de Nova Iguaçu (SENAI-RJ) - 9969-2071 - wjsilva@firjan.org.br.

REPRESENTANTES DOS EMPREGADOS

⇒ Winston das Neves Oliveira, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários, Tel: 2767-4109 - sitmi@assisdata.com.br.

⇒ Tiago Nunes da Cunha Filho, representante do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil Mobiliário de Nova Iguaçu - 9422-9617.

Nova Iguaçu, 02 de Abril de 2007

Neste dia, liguei para Tiago Nunes da Cunha Filho e ele está viajando, irá voltar na próxima segunda dia 9 de abril. Logo após liguei para Deisy Pereira Lima e ela pediu que eu a procurasse na próxima semana. Depois me comuniquei com Valéria da Conceição e marquei uma conversa informal para a próxima quinta-feira dia 12 de abril às 15:00h. Liguei também para Wilton José da Silva e quem atendeu foi sua secretária Áurea e ela ficou de conversar com ele e pediu que eu ligasse na quinta-feira dia 12 de abril. A última ligação foi para Elizabeth Bispo, mas não obtive êxito.

Nova Iguaçu, 03 de Abril de 2007

Hoje, liguei para Dr^a. Jane Abdon e ela pediu que eu me comunicasse com ela na próxima terça-feira dia 10 de abril. Logo após liguei para Elizabeth Bispo, mas não obtive êxito.

Nova Iguaçu, 12 de Abril de 2007

⇒ Hoje, fui à reunião da CME. Logo após conversei com Tiago Nunes da Cunha Filho.

Contatos:

⇒ Tiago Nunes da Cunha Filho, representante do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil Mobiliário de Nova Iguaçu - 9422-9617.

Nova Iguaçu, 24 de Abril de 2007

Hoje, liguei para Valéria da Conceição do SINE e realizei a entrevista com ela.

Nova Iguaçu, 25 de Abril de 2007

Hoje, liguei para Sueli Ribeiro Lima e combinei uma visita à Dr^a. Jane Abdon para o próximo dia às 13:00h.

Nova Iguaçu, 26 de Abril de 2007

Neste dia, conversei com Dr^a. Jane Abdon

Documentos Coletados:

⇒ Trabalho da CME de Belford Roxo para o II módulo do curso de formação de conselheiros;

⇒ II Congresso Nacional – Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, FONSET.

Nova Iguaçu, 27 de Abril de 2007

Hoje, liguei para Carlos Frederico Sampaio Cintra da CEE para saber a posição dos documentos pedidos à CEE e ele pediu que eu ligasse na próxima semana.

Nova Iguaçu, 02 de Maio de 2007

Hoje, liguei para Carlos Frederico Sampaio Cintra da CEE para saber a posição dos documentos pedidos à CEE e ele falou para procura-lo na segunda-feira.

Nova Iguaçu, 03 de Maio de 2007

Neste dia, liguei para Sueli Ribeiro Lima, para saber sobre a xérox do curso de formação de conselheiros, que eu pedi na visita feita à SINCOVANI. Ela me falou que ainda não estava pronta.

Nova Iguaçu, 09 de Maio de 2007

Hoje, fui à SINCOVANI para marcar a entrevista, mas não consegui marcar, porque estavam elaborando a Revista do SINCOVANI. Sueli Ribeiro Lima pediu que a procurasse na próxima semana. Logo após, fui ao SENAI e falei com Áurea Damasceno, secretária de Wilton José da Silva, e marquei uma entrevista com Wilton José da Silva para o dia dezessete de maio, às dez horas.

Nova Iguaçu, 10 de Maio de 2007

Hoje, fui à reunião da CME de Nova Iguaçu.

Nova Iguaçu, 14 de Maio de 2007

Neste dia, liguei para Sueli Ribeiro Lima, para marcar a entrevista com ela e a Dr^a Jane Abdon. A entrevista ficou marcada para o dia dezesseis, às quinze horas. Logo após, liguei para Winston das Neves Oliveira e ele não foi ao Sindicato neste dia. Liguei também para Júlio Cosme Castilho de Oliveira e ele pediu que ligasse na quarta-feira. Em seguida, liguei para Tiago Nunes da Cunha Filho e marquei a entrevista para o próximo dia, às quatorze horas. Depois de fazer as ligações fui à CEE/RJ, conversei com Carlos Frederico Sampaio Cintra e marquei a entrevista para a próxima segunda-feira. Tentei pegar as atas da CEE, mas o sistema operacional do computador da CEE, Windows 98, não reconheceu o meu pen drive. Na segunda-feira levarei o programa do meu pen drive para instalar no computador da CEE.

Nova Iguaçu, 15 de Maio de 2007

Hoje, fui com Professor José ao Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e do Mobiliário e entrevistamos Tiago Nunes da Cunha Filho.

Nova Iguaçu, 16 de Maio de 2007

Hoje pela manhã, liguei para Deisy Lucidi Pereira Lima e ela me respondeu que não tinha disponibilidade. Logo após liguei para Winston das Neves Oliveira e o mesmo não havia estado no Sindicato. À tarde, fui à SINCOVANI para a entrevista marcada e a Dr^a Jane Abdon pediu que eu voltasse no próximo dia, às 15:30h.

Nova Iguaçu, 17 de Maio de 2007

Neste dia, fui ao SENAI como havia combinado com Wilton José da Silva, mas ele não pode atender-me, porém marcou para o próximo dia, às 9:30h. Logo após conversei com Sidney suplente de Wilton José da Silva e ele marcou uma entrevista para o dia vinte e quatro de maio, às 9:00h, no SENAI. À tarde, fui com Caroline Constant ao SINCOVANI para a entrevista marcada, mas não obtive êxito, Sueli Ribeiro Lima alegou doença de Dr^a Jane Abdon.

Nova Iguaçu, 18 de Maio de 2007

Hoje pela manhã, fui ao SENAI e entrevistei Wilton José da Silva. À tarde fui ao encontro de Winston das Neves Oliveira para fazer a entrevista combinada no dia anterior, mas chegando lá, Winston das Neves Oliveira não estava. Liguei para saber o que havia acontecido, Oliveira alegou problemas pessoais, mas marcou a entrevista para segunda-feira dia vinte e um de maio, às 10:00.

Nova Iguaçu, 21 de Maio de 2007

Neste dia, pela manhã, fui ao Sindicato dos Rodoviários e entrevistei Winston das Neves Oliveira. À tarde fui à CEE e coletei algumas atas em arquivos digitais e fiquei de ligar no dia trinta de maio, pela manhã, para marcar a data da entrevista com os técnicos da CEE.

Nova Iguaçu, 23 de Maio de 2007

Hoje, Liguei para Sueli Ribeiro Lima e ela falou que essa semana seria impossível a entrevista, pois ela e Dr^a Jane Abdon estavam atarefadas. Liguei para Elizabeth Bispo e não consegui falar com ela, pois estava ocupada. Logo após, liguei para Nair Rabelo Chagas e ela se disponibilizou a intermediar a conversa com alguns representantes dos empregadores. Depois Nair Rabelo Chagas me ligou e falou que havia conversado com Denildo Laurindo Soares da ACINI e eu já poderia marcar a entrevista com ele. Logo após, liguei para Denildo Laurindo Soares e fui fazer a entrevista.

Nova Iguaçu, 24 de Maio de 2007

Neste dia, fui ao SENAI fazer a entrevista com Sidney Costa dos Reis, mas ele não pode me atender, pediu para que eu ligasse no próximo dia, para marcar na próxima semana. Logo após, fui ao SEBRAE ver a reunião extraordinária da CME, mas a mesma não aconteceu. Depois liguei para Nair Rabelo Chagas e ela pediu que eu ligasse no próximo dia para fazer a entrevista com ela.

Nova Iguaçu, 25 de Maio de 2007

Hoje, liguei para Sidney Costa dos Reis e ele marcou a entrevista para o dia vinte e nove de maio, às 16:00h, no SENAI.

Nova Iguaçu, 28 de Maio de 2007

Neste dia, fui ao SINCOVANI e falei com Sueli Ribeiro Lima, ela marcou a entrevista para quarta-feira, às 14:00h.

Nova Iguaçu, 29 de Maio de 2007

Hoje, fui com o professor José Santos Souza fazer a entrevista com o Sidney Costa dos Reis, chegando ao SENAI, esperamos um bom tempo, pois Reis estava em reunião.

Nova Iguaçu, 30 de Maio de 2007

Neste dia, fui ao SINCOVANI concluir a entrevista, mas Sueli Ribeiro Lima remarcou para a próxima sexta-feira, por conta das atividades em torno do (V prêmio de qualidade no atendimento ao consumidor 2006).

Nova Iguaçu, 31 de Maio de 2007

Hoje, fui ao CDMA entrevistar Nair Rabelo Chagas e concluí a entrevista.

Nova Iguaçu, 01 de Junho de 2007

Neste dia pela manhã, fui ao SINCOVANI entrevistar Sueli Ribeiro Lima e concluí a entrevista. À tarde fui ao encontro de Dr. Aluizio Borges da CDL, para conversar e marcar a entrevista, BORGES marcou a entrevista para a segunda-feira, às 9:00h.

Nova Iguaçu, 04 de Junho de 2007

Neste dia, fui ao encontro de Dr. Aluizio Borges da CDL e realizei a entrevista.

ANEXO XVII

DIÁRIO DE CAMPO (Segunda Etapa)

Nova Iguaçu, 29 de junho de 2011

Com o objetivo de atualizar as informações sobre a CME de Nova Iguaçu/RJ, procurei a SEMTE. Nessa primeira abordagem, encontrei o Assessor de Gabinete, Claudio Augusto Soares dos Anjos. Esse Assessor foi secretário executivo da CME no período de 2007 a 2010. Nesse primeiro contato, Soares dos Anjos informou a falta de atividades da Comissão e a não ocorrência da reunião marcada para o dia 8 de junho de 2011. No final de nossa conversa pediu que procurasse Nair Rabelo Chagas na CCM, para maiores informações.

Nova Iguaçu, 30 de junho de 2011

Nesse dia, me dirigi à CCM, com objetivo de estabelecer contato com Nair Rabelo Chagas. Chegando à CCM, Chagas pediu que voltasse na próxima semana, pois estava em reunião.

Nova Iguaçu, 06 de julho de 2011

Conforme o acordado com Chagas, voltei à CCM. Nesse primeiro contato, Chagas informou sobre a ausência de atividades da CME e falou que o Assessor Claudio possuía maiores informações. Chagas me forneceu o calendário das reuniões divulgado no Diário Oficial do Município de Nova Iguaçu e se ofereceu para me informar sobre a ocorrência da próxima reunião.

Nova Iguaçu, 13 de Julho de 2011 (Data de Reunião Ordinária)

Com base no calendário de reuniões ordinárias da CME, fui até a SEMTE para obter informações sobre a reunião. Na manhã desse dia conversei com Soares dos Anjos e ele me informou que a reunião não se realizaria.

Nova Iguaçu, 10 de Agosto de 2011 (Data de Reunião Ordinária)

Nesse dia, me dirigi à SEMTE e conversei com Soares dos Anjos e conforme vinha ocorrendo, a reunião não aconteceu.

Nova Iguaçu, 11 de Agosto de 2011

Para tentar obter mais informações sobre a não ocorrência das reuniões, procurei, novamente, Chagas e não consegui falar com ela nesse dia.

Nova Iguaçu, 17 de Agosto de 2011

Neste dia, procurei Soares dos Anjos na SEMTE. Em nossa entrevista o Assessor caracterizou o quadro de desmobilização em que a CME se encontrava. Segundo ele, as reuniões não estavam ocorrendo e esse quadro foi agravado com a posse de Sheila Gama. Nesse momento, perguntei qual seria o motivo desse agravamento. Como resposta o Assessor compreende o agravamento pelo fato de a SEMTE ocupar uma posição de menor relevância no cenário político local, pois passou a funcionar como mera assessoria para a transição de Governo. Segundo o Assessor, esse fato ocorreu a partir da gestão do Secretário Ernesto Baccherini, quando a SEMTE deixou para segundo plano a política de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda. Nesse dia, tentei obter informações sobre a atual composição da CME, mas o Assessor não sabia informar. Além disso, pedi informações sobre as atas e documentos dessa Comissão. O Assessor ficou de verificar as informações.

Documentos Coletados:

⇒ Planilha com a composição antiga da CME.

Nova Iguaçu, 18 de Agosto de 2011

Neste dia, voltei a procurar Chagas. Em nossa entrevista, Chagas relatou um quadro de desmobilização da CME, com falta de atividades. Nesse momento, perguntei sobre a composição e sobre as atas da CME e Chagas me informou que o Assessor Soares dos Anjos estava incumbido de mobilizar esta Comissão e possuía mais informações. Chagas relatou também que a atual gestão deveria ser presidida pelo segmento do Governo Municipal, mas este segmento não assumiu o mandato.

Nova Iguaçu, 28 de Setembro de 2011

Neste dia, voltei a procurar Soares dos Anjos para tentar obter a composição e as atas da CME, mas não consegui encontrá-lo na SEMTE, mas obtive informações de que estaria amanhã nessa Secretaria.

Nova Iguaçu, 29 de Setembro de 2011

Voltei à SEMTE a procura de Soares dos Anjos. Em nossa conversa relatei a importância das atas e da composição da CME para nossa investigação. Nesse momento, o Assessor, pediu que procurasse o Secretário Executivo da CME, Almir Leandro Cardoso Fontes.

Contatos:

Almir Leandro Cardoso Fontes, Cel: 7145-2352.

Nova Iguaçu, 30 de Setembro de 2011

Neste dia, liguei para o Secretário Executivo da CME e marquei um encontro para o dia 05 de outubro.

Nova Iguaçu, 05 de outubro de 2011

Pela manhã, fui ao encontro de Almir Leandro Cardoso Fontes. Em nossa conversa, pude perceber a total falta de informações sobre a Comissão. Perguntei sobre a atual composição, sobre as atas, quais atividades estavam sendo realizadas, mas o Secretário só sabia informar sobre a ausência de atividades. Esse Secretário se disponibilizou a procurar as informações e pediu que voltasse na próxima semana.

Nova Iguaçu, 10 de outubro de 2011

Neste dia, fui ao encontro de Almir Leandro Cardoso Fontes, mas ele relatou que não havia tido tempo para procurar as informações.

Nova Iguaçu, 13 de outubro de 2011

Voltei a procurar o Secretário Executivo, mas não obtive as informações sobre a CME.

Nova Iguaçu, 19 de Outubro de 2011 (Data de Reunião Ordinária)

Na manhã deste dia, fiz mais uma tentativa de obter as informações da CME com o Secretário Executivo, mas obtive a mesma resposta. Como não consegui as informações, decidi procurar os representantes que havia entrevistado na primeira abordagem de campo. Na tarde deste dia, me dirigi ao Sincovani e procurei Sueli Ribeiro Lima, mas ela não pôde me atender por estar atribulada. Nesse mesmo dia, fui ao SEBRAE de Nova Iguaçu e falei com Deise Vilela Barroso, analista do SEBRAE/RJ. Em nossa conversa, perguntei sobre a representação do SEBRAE na CME e Barroso afirmou que, não tinha conhecimento da CME, pois o representante que acompanhava os trabalhos dessa Comissão havia saído do SEBRAE. O representante era Márcio da Conceição Ferreira. Dessa forma, segundo Barroso, houve a substituição de Márcio da Conceição Ferreira por Tereza Cristina dos Reis Ferreira, Administradora e Consultora de projetos do SEBRAE/RJ e como suplente Deise Vilela Barroso. A partir dessa substituição, Barroso afirma que, não houve convocações para as reuniões mensais.

Nova Iguaçu, 20 de outubro de 2011

Na tarde deste dia, procurei Nair Rabelo Chagas, com objetivo de marcar entrevista, mas ela estava em reunião com o Coordenador da CCM.

Nova Iguaçu, 08 de Novembro de 2011

Na manhã deste dia, procurei Sueli Ribeiro Lima no SINCOVANI e mais uma vez não fui recebido, pelos compromissos e atividades desta.

Nova Iguaçu, 09 de Novembro de 2011 (Data de Reunião Ordinária)

Com objetivo de verificar a ocorrência da reunião da CME, fui à SEMTE e falei com Soares dos Anjos. Ele informou que não aconteceria a reunião. Além disso, tentei marcar a entrevista com ele, mas ele falou que entraria de férias e quando voltasse fazia a entrevista. Além do assessor, tentamos marcar entrevista com o Secretário de Trabalho e Emprego, mas em nenhuma das visitas encontramos o Secretário. Após a visita à SEMTE, procurei o Secretário Executivo da CME e obtive a mesma resposta de não ter tido tempo para obter as informações.

Nova Iguaçu, 16 de Novembro de 2011

Na manhã desse dia, fui ao SINCOVANI e conversei com Sueli Ribeiro Lima. Em nossa conversa, expliquei os procedimentos da investigação e tentei marcar entrevista semi-estruturada com ela. Lima pediu que ligasse na próxima semana. Além disso, ratificou as afirmações de Chagas e Soares dos Anjos. Relatou que não estavam ocorrendo as reuniões pela falta de mobilização do Governo Municipal.

Nova Iguaçu, 17 de Novembro de 2011

Na tarde deste dia, procurei Almir Leandro e mais uma vez não havia obtido as informações que eu precisava, mas falou que Soares dos Anjos tinha posse das atas em meio digital. Nesse mesmo dia procurei Soares dos Anjos, mas não se encontrava na SEMTE.

Nova Iguaçu, 23 de Novembro de 2011

Neste dia, liguei para o SINCOVANI e Lima pediu que voltasse a falar com ela na próxima semana.

Nova Iguaçu, 24 de Novembro de 2011

Na manhã desse dia, fui ao CCM encontrar Chagas, mas estava em reunião e não pôde me atender.

Nova Iguaçu, 25 de Novembro de 2011

Na tarde desse dia, procurei Chagas no CCM, mas ela não se encontrava.

Nova Iguaçu, 30 de Novembro de 2011

Neste dia, fui ao SINCOVANI para tentar realizar a entrevista com Sueli Ribeiro Lima, mas ela mandou me informar que não poderia fazer a entrevista neste ano, pois estava atribulada com as atividades de final de ano. Tentei encontrar Chagas, mas não se encontrava na CCM.

Nova Iguaçu, 07 de dezembro de 2011 (Data de Reunião Ordinária)

Na tarde deste dia fui à SEMASPV para uma nova tentativa de coletar informações sobre a composição da CME, coletar documentos e verificar a ocorrência da reunião ordinária, conforme o calendário oficial. Ao chegar à SEMASPV, encontrei o Secretário Executivo da CME e conversamos. Em nossa conversa reiterei o pedido de cópia das atas e informações da CME e perguntei sobre a reunião. O Secretário me informou que não houve convocação, ou seja, não houve mobilização dos representantes do Governo para a realização da reunião. No desenrolar de nossa conversa, o Secretário me mostrou o conteúdo da lista de email em que os Conselheiros se comunicam e trocam informações. Dessa forma, tive acesso a algumas atas que estavam disponíveis na lista e documentos sobre a formação dos conselheiros pelo Dieese. Observando a lista de email, recebidos e enviados, pude verificar um grande volume de troca de informações e ocorrência de eventos durante o ano de 2008. Esse volume veio diminuindo em 2009 e 2010, tornando-se escasso em 2011. Para terminar nossa conversa, perguntei sobre a possibilidade de ter

acesso ao livro ata, nesse mês. Ele me informou que estava com dificuldades de se ausentar para ir ao SINCOVANI requisitar o livro ata e atualizá-lo, para que eu tivesse acesso. Dessa forma, só poderia realizar essa tarefa durante as férias de janeiro.

Documentos Coletados:

- ⇒ Ata de reunião ordinária da CME, realizada em 18 de dezembro de 2007;
- ⇒ Ata de reunião ordinária da CME, realizada em 21 de fevereiro de 2008;
- ⇒ Ata de reunião ordinária da CME, realizada em 12 de março de 2009;
- ⇒ Ata de reunião extraordinária da CME, realizada em 13 de abril de 2011;
- ⇒ Projeto de Seminário do SESC/RJ, intitulado, "Natureza Sempre Viva em prol da Reserva Biológica do Tinguá";
- ⇒ Listagem de email dos conselheiros da CME, porém uma composição desorganizada, contendo todos os emails dos representantes que passaram por esse Órgão.
- ⇒ Calendário das reuniões ordinárias da CME em 2008.

Nova Iguaçu, 14 de Dezembro de 2011

Neste dia, liguei para Tiago Nunes da Cunha Filho e conversamos sobre sua participação na CME. Nessa conversa ele me disse que havia deixado de participar da Comissão desde o Governo Lindberg Farias, pois a Comissão não funcionava. Liguei para Nair Rabelo Chagas e ela ficou de ver uma possibilidade de me receber na próxima semana. Liguei para o Cláudio e tentei obter alguma ata da CME, mas não consegui nenhuma perspectiva de obter esses documentos. Em nossa conversa, marquei uma entrevista para a terça-feira. Nesse mesmo dia, fui ao STTRNI conversar com Winston das Neves Oliveira e fiz a entrevista nesse mesmo dia. Em nossa conversa percebi claramente a forma de participação condicionada à mobilização do Poder Público Local. O quadro de desinteresse do Governo Municipal no funcionamento da CME não provoca a mobilização dos representantes de outros segmentos por esse espaço de disputa de poder.

Nova Iguaçu, 16 de Dezembro de 2011

Neste dia, fui ao Sindicato dos para fazer a entrevista com o diretor Tiago Nunes da Cunha Filho, mas o mesmo não compareceu ao encontro. Segundo Tiago Nunes da Cunha Filho, ocorreu um imprevisto e ele estava em um programa de rádio e não conseguiu sair para o encontro.

Nova Iguaçu, 19 de Dezembro de 2011

Na manhã, deste dia realizei a entrevista com o diretor do SINTRACOMM-NI. Além disso, procurei Chagas na CCM, mas como vinha ocorrendo essa representante estava realizando atividades fora da CCM.

Nova Iguaçu, 20 de Dezembro de 2011

Neste dia encontrei Soares dos Anjos e me falou para procurá-lo amanhã, pois estaria o dia todo na SEMTE.

Nova Iguaçu, 21 de Dezembro de 2011

Neste dia, fiz uma última tentativa de realizar a entrevista com Soares dos Anjos, mas ele não se encontrava na SEMTE.